

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE - CPDA**

**TESE DE DOUTORADO**

**ENTRE A ESTRELA VERMELHA E A TRADIÇÃO SECULAR: O PARTIDO DOS  
TRABALHADORES NA DINÂMICA POLÍTICA DA ANTIGA CAPITAL DE GOIÁS**

**LARA IZABELLA TOSTA ARANTES**

**2023**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE - CPDA**

**ENTRE A ESTRELA VERMELHA E A TRADIÇÃO SECULAR: O PARTIDO DOS  
TRABALHADORES NA DINÂMICA POLÍTICA DA ANTIGA CAPITAL DE GOIÁS**

**LARA IZABELLA TOSTA ARANTES**

*Sob a Orientação da Professora*  
**Dr.<sup>a</sup> Leonilde Servolo de Medeiros**

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do título de **Doutora em Ciências Sociais** pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, RJ  
Dezembro de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A662e ARANTES, LARA IZABELLA TOSTA, 1988-  
ENTRE A ESTRELA VERMELHA E A TRADIÇÃO SECULAR: O  
PARTIDO DOS TRABALHADORES NA DINÂMICA POLÍTICA DA  
ANTIGA CAPITAL DE GOIÁS / LARA IZABELLA TOSTA  
ARANTES. - RIO DE JANEIRO, 2024.  
176 f.

Orientador: LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS.  
Tese (Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS  
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE,  
2024.

1. POLÍTICA EM GOIÁS. 2. POLÍTICA MUNICIPAL. 3.  
PARTIDO DOS TRABALHADORES. 4. ASSENTAMENTOS. 5.  
POLÍTICA TRADICIONAL. I. MEDEIROS, LEONILDE SERVOLO  
DE, 1949-, orient. II Universidade Federal Rural do  
Rio de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS  
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE  
III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,  
Agricultura e Sociedade (CPDA)

**LARA IZABELLA TOSTA ARANTES**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em  
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para  
obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Tese aprovada em 12/12/2023.

---

Prof. Dr. LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS (CPDA/UFRRJ)  
(Orientador)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> DEBORA FRANCO LERRER (CPDA/UFRRJ)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> REGINA ANGELA LANDIM BRUNO (CPDA/UFRRJ)

---

Prof. Dr. JADIR DE MORAIS PESSOA (UFG)

---

Prof. Dr. JOÃO VICENTE MARQUES LAGÜENS (UFRJ)



*DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS N° 27583/2023 - DeptDAS (12.28.01.00.00.84)*

*(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)*

*(Assinado digitalmente em 14/12/2023 12:44)*

**DEBORA FRANCO LERRER**  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptDAS (12.28.01.00.00.84)  
Matricula: 88023281

*(Assinado digitalmente em 14/12/2023 11:52)*

**LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS**  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptDAS (12.28.01.00.00.84)  
Matricula: 8806481

*(Assinado digitalmente em 13/12/2023 09:31)*

**REGINA ANGELA LANDIM BRUNO**  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptDAS (12.28.01.00.00.84)  
Matricula: 8806988

*(Assinado digitalmente em 14/12/2023 09:09)*

**JADIR DE MORAIS PESSOA**  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 008.008.451-00

Visualize o documento original em <https://zipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: 27583, ano: 2023, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: 13/12/2023 e o código de verificação: fe4f3b11d2



*DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 3295/2024 - DeptDAS (12.28.01.00.00.84)*

*(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)*

*(Assinado digitalmente em 26/02/2024 15:36)*

**JOÃO VICENTE MARQUES LAGUENS**

ASSINANTE EXTERNO

CPF: 000.000.447-00

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: 3295, ano: 2024, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: 26/02/2024 e o código de verificação: **f96e80198a**

## RESUMO

ARANTES, Lara Izabella Tosta. **Entre a estrela vermelha e a tradição secular: a trajetória do Partido dos Trabalhadores no município de Goiás.** 2023. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2023

Este trabalho trata da criação e trajetória do Partido dos Trabalhadores no município de Goiás-GO, primeira capital do estado, analisando suas estratégias, dificuldades, bases, alianças e, sobretudo, que elementos, atores e condições permitiram que se constituísse em uma força político-eleitoral capaz de manter-se no poder por três eleições consecutivas (de 2012 a 2020). O objetivo é observar como uma força política consegue se inserir no campo político municipal ao longo do tempo, analisando também a cultura e a economia do lugar. Foi realizada uma revisão de literatura centrada no poder simbólico para Bourdieu (1989), na concepção de política municipal para Palmeira e Heredia (2012), no coronelismo no Brasil e em Goiás e em como a luta pela terra no estado e no município estudado se conectam à política do Partido dos Trabalhadores no município de Goiás. Foi realizado também um trabalho de campo nas campanhas eleitorais de 2018 e 2020, além de entrevistas com políticos filiados ao PT e alguns eleitores. O papel da Igreja Católica na luta pela terra e na constituição dessa força política que resulta na criação do PT fica evidenciado diante de um partido que se forma no município numa tríade com a CPT e a Diocese. Os elementos culturais que a política tradicional consegue deixar no município são ressaltados durante o trabalho de campo e colocados em nossas conclusões, visto que uma divisão entre “os de dentro e os de fora” no município aparece como elemento identificador em diferentes épocas, carregada de diferentes sentidos, mas centrada efetivamente em ser pertencente ou não à luta efetiva pelo poder municipal.

**Palavras-chave:** política, política municipal, Partido dos Trabalhadores, assentamentos, política tradicional, Goiás.

## ABSTRACT

ARANTES, Lara Izabella Tosta. **Between the red star and secular tradition: the trajectory of the Workers' Party in the municipality of Goiás.** 2023.Thesis (PHD in Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Institute of Human and Social Sciences, Department of Agriculture and Society, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2023

This work deals with the creation and trajectory of the Workers' Party in the municipality of Goiás-GO, the first capital of the state, analyzing its strategies, difficulties, bases, alliances and, above all, which elements, actors and conditions allowed it to become a political force -electoral system capable of remaining in power for three consecutive elections (from 2012 to 2020). The objective is to observe how a political force manages to insert itself into the municipal political field over time, also analyzing the culture and economy of the place. A literary review was carried out focusing on symbolic power for Bourdieu (1989), municipal politics for Palmeira and Heredia (2012), coronelismo in Brazil and Goiás and how the struggle for land in the state and municipality studied connects to historical politics of the Workers' Party in the municipality of Goiás. Fieldwork was also carried out in the 2018 and 2020 electoral campaigns, in addition to interviews aimed at politicians affiliated with the party and some voters. The role of the Catholic Church in the fight for land and in the constitution of this political force that resulted in the creation of the PT is evident in the face of a party that was created in the municipality in a triad together with the CPT and the Diocese. The cultural elements that traditional politics manage to leave in the municipality are highlighted during the fieldwork and included in our conclusions, since a division between “those inside and outside” the municipality appears as an identifying element among “those who are from inside and outside” the municipality appears at different times, loaded with different meanings, but effectively centered on whether or not it belongs to the effective struggle for municipal power.

**Keywords:** politics, municipal politics, Workers' Party, settlements, traditional politics, Goiás.



## SUMÁRIO

Agradecimentos	6
Lista de Siglas	8
Lista de Ilustrações	11
<b>Introdução</b>	12
Apresentação do problema de pesquisa e referencial	15
O recorte empírico	18
Metodologia	19
Estrutura da tese	21
<b>Capítulo I – Para começo de conversa – de qual política estamos falando</b>	23
1.1 Elementos e conceitos para a compreensão política: uma análise a partir de Bourdieu	24
1.2 A formação de uma cultura política: análise a partir de Gramsci	27
1.3 Elementos para se pensar a política local na atualidade	29
1.4 O local como investigação a partir da política: um olhar temporal	31
<b>Capítulo II – Sobre o chão em que se pisa: as raízes da dinâmica política em um pequeno município brasileiro</b>	37
2.1 Coronelismo: rupturas e continuidades	39
2.2 O coronelismo em Goiás	48
<b>Capítulo III – A velha capital em sua história e política</b>	56
3.1 Nascidos juntos - o estado e sua antiga capital: a ocupação do território goiano	56
3.2 O período imperial e o início da República em Goiás	61
3.3 Oligarquias, construção de estradas de ferro e governo Ludovico: as primeiras décadas do século XX em Goiás	64
<b>Capítulo IV – Mudanças sociais e econômicas: o semear de novas forças políticas</b>	77
4.1- Contextualização: o pós-Ludovico para o estado e para o município	77
4.2- Assentamentos, Diocese atuante e movimentos sociais: a dinâmica da luta pela terra na região da Serra Dourada	82
4.3- Ocupações de terras na década de 1980	95
<b>Capítulo V – Criação e trajetória do Partido dos Trabalhadores no Município de Goiás</b>	101
5.1 – A criação do partido dos trabalhadores no estado e no município de Goiás	101
5.2 - O PT municipal concorre às primeiras disputas eleitorais: desafios e aprendizados	110
5.3 - Pelos becos de Goiás - O que é o município de Goiás hoje	117
5.4 - A política atual e o Partido dos Trabalhadores em âmbito municipal	122
5.5 - A campanha de 2018	132
5.6 - A campanha municipal	140
5.7 – Entrelaçando símbolos	154
<b>Considerações Finais</b>	158
<b>Referências bibliográficas</b>	168

## AGRADECIMENTOS

Ao CPDA/UFRRJ pela oportunidade de cursar uma pós-graduação em nível de doutorado em um programa que abrange diversas formações e que me deu a oportunidade de profundos aprendizados, tanto nas disciplinas ofertadas, quanto nas vivências acadêmicas. Agradeço, em especial, à professora Leonilde Medeiros, de quem tenho a honra de ser orientanda.

Aos mestres Regina Bruno, Jorge Romano, Nelson Delgado, Eli de Fátima Napoleão de Lima (*in memorian*), Roberto Moreira e John Wilkinson, pelas valiosas exposições e trocas de conhecimento e saberes em sala de aula; à professora Débora Lerrer, coordenadora do Dinter/IF Goiano e à professora Carmen Andriolli pela oportunidade de estágio de docência em sua disciplina no campus Seropédica.

Agradeço ao PPGAS/UFRRJ, em especial aos professores Moacir Palmeira e João Lagüéns, por me receberem como aluna especial na disciplina de Antropologia Política.

À CAPES pela bolsa recebida em 2017 que viabilizou minha permanência durante o referido ano no Rio de Janeiro para cursar as disciplinas.

Ao professor Jadir Pessoa, pelas conversas essenciais na jornada desta tese e por me receber no grupo de estudos em literatura.

Ao Instituto Federal Goiano pela realização do Dinter junto ao CPDA, viabilizando a participação de servidores técnico-administrativos. Agradeço ao atual reitor Elias de Pádua e ao reitor anterior, Vicente Ferreira. No campus Trindade, onde exerço minhas funções, agradeço ao diretor, Júlio César Garcia, meus colegas de trabalho lotados na Gerência de Administração e Planejamento e aos professores Wildes Rodrigues e Luís Eduardo Fleury, pela troca de conhecimentos e experiências acadêmicas.

À Regional Goiás da UFG, onde trabalhei anteriormente, em especial, aos professores Maria Meire, Gonzalo Palacios, Silvana Beline, Alison Cleiton e ao servidor técnico-administrativo, Lourentino Freitas.

Aos amigos que tornam mais doce o caminho, em especial aqueles que conseguem se fazer mais presentes (ainda que distantes fisicamente) no momento: Paola Nascimento, Bruna Oliveira, Robson Nunes, Maíris Dantas, Mariana Bueno, Danielle Katakí, Hneemias Souza, Luíana Menezes, Caroline Guimarães, Juliana Tristão, Lucas Andrade, Renata Veiga e Thainá Fagundes.

Aos amigos e grandes auxiliares, Luís Emos e José Gomes Neto, pelas diversas conversas acerca deste trabalho.

Agradeço aos meus familiares, especialmente à minha madrinha Kátia Cilene, minha prima Natália, meus avós Manoel e Sebastiana, minha tia Marilene, minha avó Maria Ricarda (*in memorian*) e minhas tias Mirta e Marta (*in memorian*). Pelo auxílio direto essencial em algumas datas importantes na conclusão deste trabalho, agradeço aos meus pais, Fabiana e Felismar, e à minha irmã, Larissa.

Às pessoas que cederam seus relatos para a confecção desta tese. Algumas preferiram não serem identificadas, mas foram igualmente importantes na realização deste estudo. Neste escopo, agradeço a Alberto por trazer sua memória de luta para muitas linhas deste trabalho. Aos políticos, filiados e ex-filiados do Partido dos Trabalhadores, que me receberam sempre muito bem, seja em seus espaços presenciais ou virtuais para que eu pudesse fazer meu estudo de campo. Em especial, agradeço à ex-prefeita Selma Bastos, vereador Aguiel, Professora Iolanda Aquino, Professor José do Carmo, Delcídio, Dorival, Odorico, Suzana e professora Maria Meire. À Maria Divina, por compartilhar sua realidade em um dos assentamentos municipais.

A todas as pessoas com quem conversei durante o trabalho de campo, deixo também o meu “muito obrigada”. Nossos escritos, se não voltam para a sociedade, são apenas folhas de papel ou arquivos virtuais.

Agradeço a Deus, para minha fé, força criadora e propulsora do bem que podemos fazer tanto para nós mesmos, quanto para os outros.

Por último, agradeço à pessoa que me motivou e foi minha grande (e muitas vezes a única) companhia no momento mais desafiador deste trabalho: meu filho Carlos Eduardo. Seus passos são, a cada dia, mais velozes e suas palavras formam, cada vez mais, frases dotadas de sentido e alegria em minha vida. Escrever nossa história juntos é a minha maior bênção.

## LISTA DE SIGLAS

- Aflag – Academia Feminina de Letras de Artes de Goiás
- AI – Ato Institucional
- AP – Ação Popular
- APL = Arranjos Produtivos Locais
- Arena – Aliança Renovadora Nacional
- Cang – Colônia Agrícola Nacional de Goiás
- Ceam – Centro Especializado de Atendimento à Mulher
- CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
- Cimi – Conselho Indigenista Missionário
- Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- DEM - Democratas
- Dinter – Doutorado Interinstitucional
- DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
- Efago -Escola Família Agrícola de Goiás
- Fetaeg – Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do estado de Goiás
- IFG – Instituto Federal de Goiás
- MB – Movimento de Bairros
- MDB – Movimento Democrático Brasileiro
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
- PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
- PAC CH - Programa de Aceleração do Crescimento de Cidades Históricas
- PCB – Partido Comunista Brasileiro
- PEC – Proposta de Emenda à constituição
- PCdoB – Partido Comunista do Brasil
- PDC – Partido Democrata Cristão
- PDR – Partido Democrático Republicano
- PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PEC – Proposta de Emenda à Constituição  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PHN – Partido Humanista Nacional  
PHS – Partido Humanista da Solidariedade  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PM GO – Polícia Militar do estado de Goiás  
PP – Partido Progressista  
PPB – Partido do Povo Brasileiro  
PPS – Partido Popular Socialista  
PRN – Partido da Reconstrução Nacional  
PRT – Partido Republicano Trabalhista  
PROS – Partido Republicano da Ordem Social  
PRP – Partido Republicano Progressista  
PSC – Partido Social Cristão  
PSD – Partido Social Democrático  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PSL – Partido Social Liberal  
Psol – Partido Socialismo e Liberdade  
PSP- Partido Social progressista  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTC – Partido Trabalhista Cristão  
PTN -Partido Trabalhista Nacional  
Sesc -Serviço Social do Comércio  
SGPA – Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura  
STR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais  
Sudam – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral  
UDN – União Democrática Nacional  
UDR – União Democrática Ruralista  
UEG – Universidade Estadual de Goiás  
UFG – Universidade Federal de Goiás

Unesco – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### **Tabelas:**

- Tabela 1 – População em Goiás e Itaberaí
- Tabela 2 – Gênero dos produtores rurais
- Tabela 3 - Escolaridade dos Produtores
- Tabela 4 – Faixa etária do produtor rural em Goiás
- Tabela 5 – Cor/raça do produtor rural
- Tabela 6 – Tamanho das propriedades rurais
- Tabela 7 – Eleições de 2008 no município de Goiás-GO
- Tabela 8 - Eleições de 2012
- Tabela 9 - Eleições de 2016
- Tabela 10 – Votação para governador de Goiás em 2017
- Tabela 11 – Votação para prefeito em Goiás – eleições de 2020

### **Quadros:**

- Quadro 1 – Prefeitos do município de Goiás
- Quadro 2 – Eleições de 1982 em Goiás
- Quadro 3 – Eleições de 1988 em Goiás
- Quadro 4 – Eleições de 2004 em Goiás
- Quadro 5 – Eleições de 2008 no município de Goiás
- Quadro 6 – Eleições de 2012 no município de Goiás
- Quadro 7 – Votação para governador de Goiás em 2018
- Quadro 8 – Votação para prefeito em Goiás: eleições de 2020

### **Figuras**

- Figura 1 – Panfleto da campanha do PT de 1982
- Figura 2 – “Santinho” de Bacurau na campanha de 1982
- Figura 3 – Reunião com as fundadoras do PT – campanha de 2018
- Figura 4 – Candidatas pedem voto e observam a produção de leite de um pequeno pecuarista

## INTRODUÇÃO

Este trabalho começou a ser formulado no ano de 2017. Na ocasião, o país havia acabado de passar pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e o cenário nacional era marcado por protestos contra Michel Temer que, enquanto vice-presidente de Dilma, fora uma peça-chave para orquestrar seu afastamento. O antipetismo, embalado por discursos envolvendo denúncias de corrupção<sup>1</sup>, contra os governos de Lula, Dilma e ao Partido dos Trabalhadores vivia seu auge, o que caracterizava um momento de muitas incertezas e indagações quanto ao rumo das eleições que aconteceriam no ano seguinte.

Com a ajuda das discussões e leituras realizadas no Laboratório de Pesquisa em Conflitos, Movimentos Sociais e Representação Política, coordenado por minha orientadora, Professora Leonilde Medeiros, bem como na disciplina de Seminário de Doutorado - cujos estudantes eram alunos de um programa interinstitucional com o Instituto Federal Goiano – defini o tema geral e as questões iniciais do estudo que, até o momento do Exame de Qualificação, ainda sofreriam consecutivas mudanças. Eu tinha a certeza de querer entender um pouco mais as lógicas que perpassam as eleições e as ações dos representantes eleitos, o que se fez presente durante o desenvolver de toda a pesquisa e escrita, e o que imagino que estará de alguma forma presente em minhas pesquisas futuras.

Ainda no Rio de Janeiro, por intermédio de minha orientadora, tive o privilégio de ser aluna especial da disciplina de Antropologia da Política, ministrada pelos professores Moacir Palmeira e João Lagüéns, no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ). Os ensinamentos do curso muito contribuíram para este trabalho, não no sentido de tentativa de qualquer esboço de etnografia, visto que não possuo formação em Antropologia, mas no descortinar de outras possibilidades e situações que a palavra “política” abarca, bem como no aprendizado de orientações relacionadas à observação em campo de particularidades da ação política. No início de 2018, como estava previsto, os alunos do Dinter/IF Goiano, grupo no qual me incluo, retornaram para o estado de Goiás com a tarefa de prosseguir com os estudos e iniciar seu trabalho de campo.

Chegando em Goiás, por intermédio de minha orientadora, conheci o professor Jadir de Moraes Pessoa, autor de conhecidos trabalhos sobre assentamentos rurais no estado, que conversou comigo sobre o recorte geográfico que escolhi, o município de Goiás, uma vez que estudou em suas obras alguns assentamentos do lugar.

Quanto ao planejamento de estudo em campo, assim que meu tema foi definido, pensei em acompanhar as eleições de 2018 para presidência da República. A minha orientadora, porém, propôs que também fosse estudada a campanha eleitoral de 2020, dado que o cenário municipal estaria mais alinhado aos objetivos deste estudo. Motivos pessoais e de força maior, porém, acabaram estendendo este trabalho para além do previsto.

Em março de 2020, no Brasil todo, começávamos a nos adaptar a uma rotina de *lockdowns* e isolamento social com picos cada vez mais acirrados devido ao avanço da pandemia da Covid-19. A eleição de 2020, originalmente prevista para outubro, foi remarcada para o mês de novembro e, menos de três meses depois, em fevereiro de 2021, precisei me afastar por seis meses, devido ao nascimento de meu primeiro filho.

---

1 Refiro-me ao esquema do “mensalão” e à prisão de políticos ligados à cúpula do Partido dos Trabalhadores.



Considerando todos os prejuízos que atrasos podem trazer ao trabalho acadêmico e ao pesquisador, tentei aproveitar as informações obtidas até o momento da conclusão deste trabalho, visando ter uma análise por um tempo maior da política quando “nada está acontecendo” do ponto de vista da política institucional, como explicam Moacir Palmeira e Beatriz Heredia, ou seja, quando não é tempo da campanha eleitoral ou mesmo simplesmente da política como se conhece (PALMEIRA; HEREDIA, 2002).

Quando nos propusemos a analisar a política em um determinado município, onde os sobrenomes e os laços tradicionais sociais têm um grande peso, nos chamava a atenção como ela se fazia no terreno de disputa eleitoral que resultara numa mudança das forças municipais. Não tínhamos noção dos inúmeros desdobramentos que esse tipo de estudo implica.

Um dos primeiros fatos que me chamaram a atenção quando iniciei a pesquisa de campo em 2018 foi uma separação cultural entre “os de dentro e os de fora” do município, citada e comentada por pessoas de diferentes faixas etárias e grupos políticos com quem conversei.

O privilégio de ter vivido no município de Goiás por pouco mais de três anos (de setembro de 2012 a janeiro de 2016) me permitiu ouvir de turistas que lá chegavam algumas expressões do tipo “Goiás é uma cidade muito acolhedora” ou “o povo de Goiás é hospitaleiro e respeita suas tradições”. Em outra face dessa construção da imagem dos moradores locais, por parte de pessoas recém-chegadas ao município para trabalhar ou estudar, várias vezes presenciei locuções a exemplo de “Goiás é um lugar muito conservador”, “as pessoas daqui não gostam que a gente venha para ocupar vagas de emprego ou de curso superior que deviam ser delas”.

Uma vez que eu não era natural da cidade e tampouco possuía familiares na região, ao frequentar os espaços de sociabilidade do município, geralmente, de imediato, me era questionado se eu pertencia ou era “conhecida” de algumas das famílias locais de sobrenome tradicional (Caiado, Curado, Fleury, Adorno, Veiga Jardim etc). Diante da minha negativa, geralmente, passava-se a perguntas secundárias a exemplo de ser ou conhecer outras famílias da região e, por fim, de onde eu vinha e o que vinha fazer em Goiás. Todos esses questionamentos são muito comuns quando estamos nos voltando para municípios pequenos. E o recorte de nossa pesquisa é um município pequeno, em extensão territorial e em quantidade populacional: de acordo com o Censo Demográfico de 2022, Goiás tem 24.171 habitantes. Possui, porém, características que justificam a escolha de observar mais de perto os elementos presentes em sua política, por motivos que explanaremos ao longo do texto.

Somente dois anos após ter deixado a cidade de Goiás e ter retornado por alguns meses semanalmente, a fim de colher as primeiras informações para esta pesquisa, é que consegui observar algo que, até então, não havia se materializado para mim: as pessoas do local estabelecem uma separação entre “aqueles que são de dentro” e aqueles “que vêm de fora” da cidade.

À medida em que ia conversando com moradores do lugar, a reflexão se mostrava mais consistente a ponto de ouvir numa entrevista que a divisão se fazia exatamente como nas expressões supracitadas: os “de dentro” e os “de fora”. Embora não fosse meu foco de observação, a constatação se mostrava concatenada com minhas questões de pesquisa e foi ganhando novos contornos e descortinando outras ideias à medida em que avançava minha experiência de campo. Se estar de dentro ou de fora de uma casa à qual se bate à porta ou da forma como se é recebido por seu anfitrião é situação simples, o mesmo não se pode dizer das condições para pertencimento a um campo político (BOURDIEU, 1989).

Preciso dizer um pouco mais sobre a minha experiência anterior a esta pesquisa com o município de Goiás: cheguei para trabalhar no campus local da Universidade Federal de Goiás, em setembro de 2012, época de campanha eleitoral municipal e assisti o Partido dos Trabalhadores vencer pela primeira vez as eleições para a prefeitura municipal.

Aos olhos despreocupados de uma recém-chegada, parecia o início de uma nova era na política municipal. Mas eras políticas não surgem de movimentos simples e imediatos, suas raízes foram semeadas em outros tempos, por outras mãos. A história da política municipal na antiga capital apresenta períodos em que os sobrenomes tradicionalmente conhecidos por representar forças políticas na cidade se repetem. Basta ler os nomes dos prefeitos ao longo do tempo para se ter alguma referência.

Desde 2013, o Partido dos Trabalhadores (PT) se mantém à frente da administração municipal. Foram duas eleições da ex-prefeita Selma Bastos e a do atual prefeito, Aderson Gouveia, eleito em 2020. No desenvolver desta pesquisa, fomos levados repetidamente à reflexão de que as alternâncias e continuidades do poder municipal não se definem no momento de campanha. Alguns fatos até podem ditar alguns rumos na definição de adesões, mas essas definições estão assentadas em dinâmicas muito mais amplas, mais complexas e construídas ao longo de um certo período de tempo.

A política de um município que hoje abriga 24 assentamentos rurais, com presença constante de ações do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e com um partido considerado de esquerda ou centro-esquerda no poder, confere a Goiás características que chamaram minha atenção. Tratava-se de um partido de base mais popular, que assumia a prefeitura municipal, administrando de forma inédita uma antiga capital<sup>2</sup>, berço da política goiana, dotada de um passado coronelista. O *iceberg*, porém, era muito mais do que a ponta me permitia ver, através de um viés militante e simplista.

Embora oficialmente, entre o período de quatro anos que separa uma campanha municipal de outra, haja um curto prazo para se definir candidaturas e coligações; e qualquer brasileiro que cumpra os requisitos mínimos para lançar uma candidatura (de acordo com o Código Eleitoral Brasileiro de 1965, ser brasileiro nato ou naturalizado, estar em pleno exercício dos direitos políticos e ter a idade mínima exigida para o cargo) possa disputar os cargos nas urnas, é improvável que nomes não cogitados para a política municipal ou não apoiados por uma força já estabelecida no município consigam se eleger. Isso porque o processo de definição é iniciado muito antes, concatenado a dinâmicas não-controladas ou padronizadas pelas regras oficiais que regem as eleições.

Os capítulos que seguem apresentam alguns elementos das reflexões acerca dessa relação com a política municipal em um lugar que vivenciou a era dos coronéis, mas que também assistiu ao surgimento de forças ancoradas em bases sociais populares. Importante se faz frisar que essa reflexão não se volta apenas para os momentos sociais conhecidos como eminentemente políticos pela sociedade: enquanto “nada” está acontecendo de um ponto de vista do que é considerado oficialmente político, muito pode estar sendo construído na definição do que será a política local dos anos seguintes, seja validando ou desconstruindo as bases da administração em curso, seja na prefeitura ou na Câmara dos Vereadores.

Os espaços de sociabilidade são mais políticos do que se pode observar à primeira vista. A relação entre as campanhas municipais e as campanhas nacional e estadual são mais complexas do que o apoio do prefeito conferido a um candidato a governador ou a deputados estaduais ou federais.

---

2 Goiás foi capital do estado de 1748 a 1937.

O voto escapa ao formalmente definido, ao socialmente esperado, ao estatisticamente previsto. Votar implica adesão e essa adesão não possui fórmula de fácil descrição, seja num estudo sociológico, antropológico, político ou histórico-filosófico. A ideia de um voto consciente reflete mais um pré-conceito de um sujeito observador alienado de uma realidade social do que uma obrigação de um indivíduo inserido em posição social específica. Quanto mais complexa e multidimensional se apresenta uma sociedade em constante transformação, tão mais repleta de variáveis e condicionantes se fará a política de um local.

### **Apresentação do problema da pesquisa e referencial teórico**

Quando definido o tema central do estudo, a questão que se apresentava era observar como novas forças políticas se fazem representar em meio a outras já anteriormente estabelecidas, em âmbito municipal, considerando que algumas podem se sobrepor às demais, no que tange ao nível de recursos que possuem para vincular pessoas, apoios e votos às suas candidaturas. Para um interessado no tema, tal questão aparece inicialmente como um problema a ser resolvido, pois parte da indagação do motivo pelo qual a população elege candidatos representantes de uma minoria (numericamente falando) que não reflete a verdadeira composição social do povo, seja a nível nacional, estadual ou municipal.

Os mecanismos que definem o resultado das eleições nesses três diferentes níveis são muito diferentes e o objetivo deste trabalho centra-se no último. Mas tocamos neste problema apenas para apresentar um panorama do que foram nossas motivações ao definir os rumos deste estudo. A questão que norteou esta pesquisa foi: como uma nova força política consegue se desenvolver e se inserir na disputa política frente a outra anteriormente estabelecida e vinculada a um poder político mais tradicional? O exercício metodológico e das vivências em campo, por si só, desatam alguns nós ocultos sob o véu da vontade de pesquisar sobre política, desconhecendo a quantidade de perspectivas que podem abrigar essa análise.

Quando definimos o município de Goiás como recorte espacial desta tese, objetivamos investigar mais de perto o histórico da representação política do município, bem como as estruturas presentes se sedimentaram, como mudaram alguns aspectos dessa relação, quais elementos estavam presentes no *habitus* (BOURDIEU, 1989) político do município e como aparecem no momento da campanha eleitoral, como se articulam, como se separam, como se reencontram.

Um componente central de nossa discussão é o deslocamento do poder político quando o município de Goiás deixa de ser a capital do estado, em 1937, pois o município tem sua política influenciada pelas famílias tradicionais locais. O município e mesmo o próprio estado passaram por profundas transformações econômicas, sociais, tecnológicas e políticas ao longo do século XX. A política local não permaneceu inerte frente a esses movimentos internos e externos. O ambiente rural que era cenário característico do coronelismo ganhou outros contornos. A modernização agrícola no estado foi acompanhada por uma dinâmica de lutas sociais no campo. A região do município de Goiás também foi afetada.

Goiás ainda mantém o status de polo local/regional em setores estratégicos, mas vem perdendo o espaço de liderança que já possuiu na região. Apesar da influência local/regional, o município não exerce esse poder sobre as demais cidades. O fluxo principalmente de pessoas e mercadorias não são com as cidades vizinhas, mas sim, com a região metropolitana de Goiânia. O fato de Goiânia ser a sucessora de Goiás como capital estadual fez que muitos vilaboenses

mantivessem estreita relação com a nova capital, investindo seu tempo e recursos em Goiânia. (GOIÁS, 2023, p. 69)

A partir da leitura de algumas obras sobre o estado de Goiás (CAMPOS, 2009; PALACÍN, 2008 e SOUZA, 2009), entendemos que a transferência da capital, proposta pelo grupo de Pedro Ludovico, pecuarista na Região de Rio Verde (sudoeste do estado), onde se configurou como liderança política, contrariou os grupos políticos ligados à cidade de Goiás, que estabeleceram com este um enfrentamento com a finalidade de impedir o deslocamento da centralidade de poder político. Foram, porém, derrotados diante de um discurso de modernidade que se projetava na construção de Goiânia e que encontrava respaldo pelo restante do país. Assim, o campo político (que, como se sabe, não é fixo) ganhou a adição de elementos de embate entre forças tradicionais do município (“de dentro”) e outras que apareceram a partir do sudoeste do estado (“de fora”)<sup>3</sup> (BORGES, 2002).

A palavra “política” passou a abarcar, no imaginário local, uma ideia de disputa com quem chega de outros locais e que, por conseguinte, começa a estabelecer estratégias para administrar conflitos que surjam a partir de forças externas.

Sendo assim, passados alguns anos da chegada de Dom Tomás Balduino ao município, como bispo em 1967, pensamos que as elites político-econômicas optaram não por estabelecer um enfrentamento direto com ele, mas talvez tentar uma aproximação que permitisse um conhecimento do que estava sendo praticado por essa nova força, uma tentativa de agregá-la junto de si ou ainda uma espécie de conciliação necessária para que o poder tradicional não fosse esquecido e ignorado, ainda que deixassem claro suas ressalvas e discordâncias em relação a essas novas forças que se estabeleciam numa espécie de tríade entre Igreja (localmente inserida numa vertente de Teologia da Libertação), depois CPT e, por fim, Partido dos Trabalhadores.

Aqui, é importante salientar que nos referimos a uma Igreja que possuía uma figura de destaque nacional no que concerne à organização política de trabalhadores do campo, qual seja, Dom Tomás Balduino, cuja postura naquele momento enquanto bispo não refletia uma postura da Igreja (que em posições políticas se fazia e se faz bastante fragmentada). Sua atuação era pautada na concordância com a Teologia da Libertação<sup>4</sup>, que não detinha uma posição hegemônica dentro da Igreja Católica. Dom Tomás exerceu um papel político conhecido nacionalmente no que tange à defesa da reforma agrária, dos direitos dos indígenas, na criação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e presidindo a Comissão Pastoral da Terra (CPT)

A Teologia da Libertação não é, porém, o elemento que desencadeia a concepção político-religiosa de Dom Tomás. Antes disso, em toda a América Latina, sobressaem os movimentos de libertação. Dom Tomás chega à Diocese em dezembro de 1967 e o “modelo” eclesial adotado na Diocese de Goiás (Igreja do Evangelho), só se inicia a partir da Assembleia Diocesana de 1972, quando os agentes de pastoral (ordenados e não-ordenados; religiosos e leigos) se deparam com o quadro de exploração e opressão a que eram submetidos

---

3 Apesar de Pedro Ludovico ter nascido na cidade de Goiás e seus pais terem residido lá, seu reconhecimento enquanto figura política ocorre no sudoeste do estado, na cidade de Rio Verde, como relata seu filho, o ex-governador Mauro Borges, em biografia publicada. O mesmo também afirma que, quando chega à cidade de Goiás, adolescente, a população local não os recebia como pessoas pertencentes de forma integrada ao local.

4 Durante as décadas de 1960 e 1970, o movimento conhecido por Teologia da Libertação emergiu principalmente na América Latina, assumindo um caráter teológico e social. Baseava-se na ideia de que a fé cristã deveria ser uma força de transformação social, diminuindo as desigualdades e lutando por justiça social (ALMEIDA, 2000).

os trabalhadores rurais nos 17 municípios que compunham aquela porção eclesial. Em âmbito nacional, a mesma situação se replicava em relação aos trabalhadores rurais, mas se particularizava também em relação às populações indígenas. Isso fez de Dom Tomás um dos fundadores, tanto do CIMI quanto da CPT.

A divisão entre “os de dentro” e “os de fora” tão presente no discurso dos habitantes do município de Goiás, se outrora se referia a nascer e viver no município, depois de pontuados esses importantes momentos políticos e sociais que o município viveu, passa a se estruturar numa classificação política e cultural em torno de estar ou não no grupo ligado aos detentores de poder, fosse como participante desse núcleo ou a ele aliado, bem como compartilhando de seus valores culturais tradicionais.

Nosso objeto de estudo parte da observação da emergência de novas forças políticas no município de Goiás, que se formou sob uma política herdeira de um cenário coronelístico. Para isso, fez-se necessário analisar as forças populares que emergiram na cidade relacionadas à Igreja e sua influência na organização da luta pela terra na região, os assentamentos rurais que ali se formaram e as agregações de resistências sociais que se criaram, se multiplicaram e geraram continuidade a partir daí; os movimentos sociais apoiados, hoje, também pelas universidades presentes no município, as que surgem no contexto do desenvolvimento das atividades econômicas da região, os sindicatos, entre outros vários espaços de sociabilidade. Também precisamos considerar a formação de partidos políticos de esquerda (em especial o PT, que hoje representa uma força política expressiva no município) e sindicatos.

Ao definirmos nosso objeto de estudo, tomamos as precauções sugeridas por Bourdieu (1989), buscando explicar como aquela região foi construída como espaço social (o que desenvolveremos no capítulo II), uma vez que a construção de sentidos, para o autor, é fundamental para a construção de grupos sociais.

O que pretendíamos, de início, entender, era como o Partido dos Trabalhadores conseguiu sobreviver e adaptar-se a ponto de possuir relevância no jogo político municipal. Para isso, outras perguntas foram apresentadas afim de definir a pergunta-problema que tem centralidade nesta tese: O que é o poder local em Goiás? Quem era este poder tradicional no passado? Quem ele é hoje?

Quando um município do interior goiano apresenta características que apontam para uma situação de conflito eleitoral entre sobrenomes de tradição política que se fazem conhecer nacionalmente e candidaturas de uma base mais popular ancorada num partido de esquerda, com uma professora à frente da prefeitura municipal, pensamos que se configura uma situação que merece ser examinada mais de perto, como já explicamos.

Não estamos atribuindo a uma ou mais figuras centrais, a responsabilidade integral pela formação e desenvolvimento dessas forças, mas não se pode ignorar sua capacidade de organizar forças políticas a partir de vontades locais, termo *gramsciano* ao qual voltaremos e detalharemos no referencial teórico de nosso trabalho.

Como essa Diocese<sup>5</sup>, com um contorno político de resistência à violência no campo e propondo uma organização política de trabalhadores, conseguiu se manter no local no que tange à convivência com a elite? Quais foram os caminhos, alianças e estratégias de inserção política que permitiram sua aceitação e gradativa formação de uma nova força política local?

---

5 A Diocese de Goiás compreende 23 municípios da região do município de Goiás. O estado de Goiás conta hoje com onze dioceses. O município de Goiás sempre foi a sede dessa Diocese, fundada em 1845.

Como esses rearranjos culminaram na formação das bases que criaram o PT municipal? Que grupos sociais o PT filiava e filia? Que tipo de impacto causou a projeção nacional conquistada por Dom Tomás? Isso interferia na política local? Em caso positivo, como? Como as forças representantes do poder político tradicional - traduzidos aqui, na família Caiado e parentes consanguíneos que estiveram por muito tempo à frente da política municipal enxergaram essa emergência e como se reinventaram para enfrentá-la? Hoje a elite econômica de Goiás tem um contorno mais urbano ou rural? Esse local apresenta conflitos eleitorais partidários a partir de famílias?

Diante de tantas indagações e possibilidades de pesquisa, percebemos que a pergunta que poderia ser respondida em nosso estudo é: como e em que medida o PT modificou o cenário político do município de Goiás?

Trazendo nossos inúmeros questionamentos que foram trabalhados a partir de Bourdieu (1989), pensamos nessa divisão entre “os de dentro e os de fora” do lugar, como uma divisão que não é de viés territorial, mas ideológico. E, ao longo do texto, vamos trabalhando nossas vivências de campo, aliadas a uma revisão teórica, que nos permita a análise social do recorte escolhido sob um prisma científico.

### **O recorte empírico**

O recorte empírico do objeto de estudo é um município que empresta seu nome ao próprio estado, tendo sido o primeiro lugar povoado no que hoje é o estado de Goiás. Manteve-se como capital por quase duzentos anos (de 1744 a 1937). Analisamos tal lugar sob a ótica da política local, motivo pelo qual, primeiramente, resgatamos, sob o prisma teórico, o coronelismo enquanto sistema que caracterizou a política dos municípios brasileiros.

O município de Goiás encontra limites que o impediram de se manter como uma potência econômica do estado, quando a economia passou a se sustentar sobre a agropecuária. Isso se deve principalmente às suas características geográficas de elevações e vales que dificultam uma expansão das atividades agrícolas pautadas pelo agronegócio, e também a expansão da criação de gado de corte em larga escala. Além disso, alguns grandes proprietários de terras, com influência política, eram totalmente contrários à modernidade, o que pode ter contribuído para que Goiás demorasse a ter investimentos em infraestrutura viária, de transportes.

Quando o período da mineração tem fim, no século XVIII, a agropecuária gradativamente vai ganhando espaço e a hegemonia do município decai. Na década de 1930, deixa de ser a capital do estado. Também estava num processo de deixar de ser referência, um carro-chefe do estado no quesito econômico. Esse posto foi substituído pelo sudoeste de Goiás<sup>6</sup> (de onde viera a influência política de Pedro Ludovico). Restava à cidade de Goiás, as tradições, os nomes, o passado grandioso.

Foco de um turismo religioso e histórico, o município recebeu em 2001, o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Hoje têm peso na economia municipal, o turismo e as universidades. Goiás conta com um campus da Universidade Federal de Goiás (UFG), um campus da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e um campus do Instituto Federal de Goiás (IFG). Essas transformações pelas quais passou o município e que dialogam com a dinâmica da política local serão trabalhadas no capítulo 4.

---

<sup>6</sup> Região formada por 18 municípios, entre eles: Caiapônia, Jataí, Mineiros, Rio Verde, Santa Helena de Goiás e cuja economia da região é caracterizada por ser referência em atividades agropecuárias, em especial, na produção de grãos como soja, milho e cana-de-açúcar. Hoje também é polo da agroindústria.

O nosso recorte geográfico pôde experimentar diferentes fases da sociedade e da política brasileira como, por exemplo, o fenômeno do coronelismo, ao contrário de outros municípios de fundação mais recente que poderíamos eleger para estudo.

Goiás é local de origem de sobrenomes de longa tradição política – entre eles os Caiado, Curado e Bulhões - e cuja origem, por vezes, funde-se à história do próprio estado, como constatamos ao estudarmos sua formação, povoamento e bases de poder político. Sua formação política não foge da lógica de outros municípios em que o poder tradicional consegue se sedimentar e se reinventar. Todavia, apresenta também traços de uma força política não-hegemônica que consegue se fazer representar no processo eleitoral e, inclusive, vencer eleições municipais, como já dissemos. O município abriga 24 assentamentos rurais, onde vivem mais de 700 famílias, tem uma forte atuação do MST e da CPT em âmbito local.

## **Metodologia**

A direção central a que se volta esta pesquisa é o acompanhamento das campanhas político-eleitorais municipais de 2018 e de 2020, do histórico das eleições no município de Goiás, além de contar com entrevistas, relatos pessoais e bibliografias buscando caracterizar a dinâmica de deslocamento de poder no município, considerando tanto o “tempo da política”<sup>7</sup> quanto a época em que a política institucionalizada não é assunto no que tange a voto e campanha.

Minha entrada inicial em campo aconteceu em meados de agosto de 2018, durante a campanha para eleições majoritárias. O momento era de uma decisão entre acompanhar de perto um grupo político ligado ao município ou fazer um trabalho de registro das campanhas que se apresentassem localmente de forma discreta, sem me vincular a nenhum grupo conhecido. Após analisar meu tempo disponível para estar em campo naquele momento, as facilidades de contato com alguns atores políticos e moradores do município que eu possuía pelo fato de lá ter residido por mais de três anos (da época da campanha eleitoral municipal de 2012 a 2016) e ter trabalhado na Regional Goiás da UFG lá localizada, optei pela primeira alternativa.

Assim, acompanhei de perto os eventos ligados ao grupo do PT no município, bem como passei a fazer parte de suas redes sociais de mensagens instantâneas restritas aos dirigentes e filiados do partido, acompanhando suas estratégias políticas e suas falas sobre assuntos cotidianos que dialogam com a questão política, conforme nos ensina Moacir Palmeira (PALMEIRA, 2010).

Utilizamos-nos de entrevistas feitas com eleitores, pessoas ligadas a partidos políticos e movimentos sociais, cidadãos que viveram no município por muito tempo e outros recém-chegados; pertencentes a diferentes faixas etárias, classes sociais (atentando-nos, assim, a não caracterizar a situação política atual, como se estivesse desvinculada do histórico municipal, resgatando, então, sua memória política) e em diferentes níveis de engajamento na política local, caracterizando um grupo plural de informantes.

Mas somente esse caminho de procurar por relatos e documentos acerca de uma política mais institucionalizada não daria conta de nos responder sobre as representações presentes no imaginário local. Por isso, preocupamo-nos em manter contato com moradores

---

<sup>7</sup> Conceito trabalhado por Moacir Palmeira para tratar do que a população concebe como a política propriamente dita, qual seja, o período que antecede as eleições, que altera o cotidiano da vida local e traz uma reconfiguração de relações sociais (PALMEIRA, 2010).

do município, observando as narrativas sobre quando Goiás não estava inserido no que Palmeira (2004) chama de “tempo de política”.

Nos meses de agosto, setembro e outubro de 2018, acompanhamos a movimentação política na cidade de Goiás, observando reuniões e comícios por redes sociais e presencialmente. Nossa estratégia de entrada em campo se deu acompanhando de perto o PT, a partir da permissão de filiados ao partido e do candidato a deputado federal, professor José do Carmo, para acompanhar de perto sua campanha. Assim, seguimos as atividades do partido também em municípios vizinhos e nos deslocamos para um comício realizado em Goiânia, onde estava presente também o então candidato à Presidência da República pelo PT, Fernando Haddad.

Acompanhamos também os atos políticos do Partido Democratas (DEM) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no município, bem como do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). As redes sociais nos auxiliaram muito neste sentido, ao podermos acompanhar comícios, reuniões e outros atos políticos em tempo real. O que fizemos foi uma escolha de caminho para iniciar nossa pesquisa de campo, uma vez que estávamos em um município relativamente pequeno onde as pessoas e as lideranças políticas se conhecem.

Após avaliar nossas alternativas, decidimos que essa opção seria a que melhor nos daria acesso a informações mais estratégicas, uma vez que, se acompanhássemos de perto todos os partidos, tentando explicar nossa postura enquanto pesquisadora, provavelmente, teríamos acesso a informações bastante restritas de todos os envolvidos. Obviamente, a escolha de qualquer uma das estratégias apresentaria oportunidades e limitações.

A partir de nossa escolha, conhecemos algumas pessoas que fundaram o PT na cidade de Goiás, registramos um debate no município entre as candidaturas dos partidos ao governo do estado,<sup>8</sup> fizemos contatos (inclusive com pessoas que conheceram o trabalho de Dom Tomás Balduino à frente da Diocese) e passamos a participar de grupos em redes sociais virtuais do PT, a fim de entender como pensam sua organização, quais suas estratégias e bases de atuação.

Os contatos estabelecidos nessa campanha majoritária de 2018 não foram rompidos e se estenderam para a campanha eleitoral municipal de 2020, através de redes sociais. A etapa metodológica seguida após a qualificação, envolveu um trabalho duplo: a análise de um referencial teórico voltado para a área ao mesmo tempo em que se fez uma maior inserção em campo, ainda que, em um primeiro momento, de maneira mais virtual por conta da pandemia do coronavírus.

O trabalho de campo realizado nas eleições municipais de 2020 também se deu a partir desse contato já anteriormente estabelecido com a cúpula do PT municipal, porém de forma remota e a observação em campo desta vez, se fez de forma mais distante dos atores de frente do PT.

Os imprevistos decorrentes da pandemia me obrigaram a alterar o plano inicialmente estabelecido de “me mudar” para o município durante os três meses de campanha municipal. A campanha foi oficialmente adiada e coincidiu com fases críticas do avanço pandêmico. Assim, me hospedei no município apenas nos últimos vinte dias que antecederam as eleições,

---

<sup>8</sup> Apesar de terem sido convidados representantes de todos os partidos que tivessem candidato ao governo estadual, compareceram apenas representantes dos PT e do Psol. No caso do PCdoB, compareceu o próprio candidato ao governo, Marcelo Lira. O debate foi promovido pelo campus Cora Coralina da UEG (fundado em 1968 e que também trouxe pessoas de outros lugares para a cidade, bem como possui em seu quadro de docentes, pessoas ligadas à política partidária).



conversando com munícipes (que seguissem o mesmo critério de escolha dos quais colhi relato, ou seja, buscando pessoas diferentes na idade, ser ou não do município, com grau maior, menor ou nulo de envolvimento na política municipal), visitando os comitês de diferentes candidaturas. Observei as carreatas – que nesta eleição ganharam uma importância maior devido às atividades presenciais estarem bem mais restritas -, caminhei pelas ruas observando adesivos e cartazes de apoio, colhi relatos e mantive a relação de proximidade que já obtivera anteriormente com o PT, principalmente de forma virtual.

Apresentamos uma caracterização das forças políticas municipais, também pensando no tempo em que essas forças e alianças conseguem se sedimentar. Conforme veremos no capítulo 1, Palmeira e Heredia (2002) indicam que o tempo do que é propriamente entendido como a política local, ou seja, a campanha e as eleições é diferente do tempo das alianças e aproximações. Procuramos entender as bases sociais dos apoios às principais forças políticas municipais. Para isso também é preciso descrever as administrações municipais anteriores, suas principais frentes e projetos.

Também trataremos os movimentos sociais e organizações políticas observadas no local (CPT, MST, Movimento Terra Livre,<sup>9</sup> Levante Popular da Juventude, Mulheres Coralinas<sup>10</sup>, associações de bairros, movimentos clamando por proteção ao meio ambiente, outros de valorização da cultura de serenata, entre outros) e como articulam suas ações para se projetar na representação política.

### **Estrutura da tese**

No primeiro capítulo, abordaremos uma discussão sobre política mais geral, a partir de Pierre Bourdieu e, em seguida, a política em pequenos municípios, como estudadas por Moacir Palmeira e Beatriz Heredia, dentre outros autores, envolvendo o estudo acerca de pertencimentos, fidelidades, realocação de poder e de apoios e o tempo entre campanhas que é essencial para que no tempo da política propriamente dita essas reorganizações aconteçam. Desta maneira, a questão que norteia a pesquisa fica melhor fundamentada e lançamos a base de onde partem nossos estudos.

Na sequência, tratamos do coronelismo no capítulo II. Para isso, primeiramente tivemos que entender que não podemos supor que a política de um local vivenciou um sistema coronelista pelo fato de ter sido fundado antes da época que os autores definem como marcada pelo fenômeno; e que o coronelismo pode assumir diferentes características a partir do lugar que estamos analisando. Essa discussão é pautada na política local em municípios brasileiros, a partir de Victor Nunes Leal, José Murilo de Carvalho, Maria Isaura Pereira de Queiroz. Faz-se necessário também sublinhar uma análise sobre o patronato político brasileiro pensado por Raimundo Faoro.

Adentrando o capítulo III, utilizamo-nos de autores que justificam porque no estado de Goiás podemos falar de um passado coronelista, sistema que apresenta rupturas e continuidades em relação ao poder político tradicional. Para pensar no que foi o coronelismo em nosso local de pesquisa, contamos com a vantagem de trabalhar sobre a antiga capital do estado, citada pelos autores que escrevem sobre coronelismo em Goiás e que, por vezes, fundem a história do estado à história do município.

---

9 O Movimento Social Terra Livre aponta para novas possibilidades de socialismo a partir de experiências de produção no campo e na cidade.

10 Associação pautada na formação de mulheres em situação de vulnerabilidade, valorizando o trabalho coletivo e os saberes tradicionais.

O capítulo IV tem sua primeira parte voltada à mudança da capital e os impactos de tal alteração política na vida dos munícipes, as transformações que ocorreram no estado de Goiás ao longo do século XX, a história política do município, a formação de novas forças políticas municipais, a atuação da Diocese na luta pela terra na região, entre outros dos vários aspectos socioculturais que influenciam a dinâmica política local.

O capítulo V, por fim, traz as relações e resultados políticos das últimas duas décadas no município, o histórico das administrações municipais e nosso trabalho em campo apontando elementos da dinâmica política local, com foco na trajetória do Partido dos Trabalhadores: sua criação no estado e no município de Goiás, os primeiros diretórios e lideranças, as mudanças de estratégia, os apoios municipais e estaduais conseguidos, a eleição dos primeiros vereadores até chegar ao momento político atual municipal.

Nas Considerações Finais, retomamos pontos centrais das discussões teóricas feitas nos três primeiros capítulos, confrontando-os aos resultados eleitorais e nossas percepções durante as campanhas eleitorais de 2018 e 2020, bem como os relatos que recebemos a fim de apresentarmos as ideias que puderam ser concluídas a partir do trabalho realizado.

## **CAPÍTULO I - PARA COMEÇO DE CONVERSA: DE QUAL POLÍTICA ESTAMOS FALANDO**

Em geral, quando estudamos política nacional, concentramos nossa atenção no funcionamento de instituições sociais – parlamentos, partidos, eleições e diplomacia – que são, específica e explicitamente, políticas. Nesse nível, podemos perceber claramente onde devemos procurar pelos dados que dizem respeito às formas e aos processos políticos, mesmo que possamos discutir sobre a interpretação desses dados e discordar dela. Mas, ao deixarmos de lado o nível nacional, temos que procurar mais cuidadosamente pela matéria-prima da política. É fácil perceber que processos similares aos encontrados no nível político nacional – como os de aliança, desafio e compromisso, testes de força e distribuição de recompensas – operam dentro da região, do distrito e da aldeia, bem como dentro de clãs, companhias, igrejas e outros grupos não-territoriais; mesmo dentro da família ocorrem processos um tanto similares. Nesse sentido, há algo que pode ser descrito, de maneira útil, como política, mesmo que não seja política nacional. Mas os processos políticos de mais baixo ou de nível local ocorrem dentro de instituições que preenchem muitas funções que não são políticas. O comportamento político encontra-se aqui vinculado intimamente a ações dirigidas a outros objetivos não políticos que podem ser isolados analiticamente desses outros aspectos, mas não em termos de espaço, tempo ou pessoa (BIANCO, 2010, p. 171)

Este capítulo objetiva explicar o sentido da palavra política que adotamos neste trabalho, pois estudar a inserção e trajetória de um partido político a nível local implica não apenas olhar para os resultados eleitorais que alcançou, mas entender como se formou junto à cultura e à sociedade.

A política que nos interessa extrapola os resultados oficiais das eleições, não é escrava de ditos do senso comum revestidos de preceitos de moral como “votar conscientemente”. A política à qual nos voltamos contém elementos vinculados a estruturas de pertencimento, alianças, tempo, construção de ideias, poderes sociais e econômicos etc, pois são esses aspectos que conseguirão delinear o estudo da dinâmica na política no município de Goiás.

Por isso, partimos de abordagens que consideram a política por esse fio condutor, na forma do que Bianco (2010) explana ser a importância da interação política, relações estruturais e eventos, incluindo a necessidade de um estudo voltado para o passado de famílias e indivíduos, coletando dados sobre escolas, alojamentos, sindicatos, igrejas, estruturas de vizinhança, etnicidade, religião etc. Essas relações sociais que implicam na política municipal podem ser vistas definindo a dinâmica política num maior grau em municípios pequenos (como é o caso de nossa pesquisa) do que em capitais e metrópoles.

Barnes (2010, p. 170) argumenta que, à medida que nos afastamos da análise política em nível nacional e direcionamos nosso foco para uma análise mais local, torna-se necessário procurar a "matéria-prima" da política, elementos que podem ser considerados de forma útil como políticas, mas que servem principalmente a outros propósitos sociais, como rituais de culto aos antepassados, celebrações e outros níveis de práticas políticas.

Na primeira parte do capítulo, nosso foco de análise está em Bourdieu (1989), embora também consideremos outros autores que abordam a representação política sob uma perspectiva sociológica. Em seguida, voltamo-nos para as características da política local em pequenos municípios, a partir de autores que seguem o caminho aberto por Bourdieu, como, por exemplo, Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (2002).

### 1.1 Elementos e conceitos para a compreensão da política a partir de Bourdieu

Para estudar política municipal em momentos em que ela não é observada do ponto de vista institucional, ou conforme Palmeira e Heredia (2002) descreve, como um período que não é propriamente o "tempo da política", recorremos ao conceito de *habitus* de Bourdieu. Esse conceito nos permite analisar a estrutura social, cultural, econômica e política local, tanto em seu passado como no presente, através da identificação de padrões repetitivos e estruturas compartilhadas por grupos sociais numa espécie de memória coletiva.

De acordo com Bourdieu (1989), o *habitus* é adquirido por meio dos processos de socialização, desempenhando o papel de mediador entre a realidade interior e o mundo exterior, além do indivíduo. Ele é forjado pelas estruturas sociais em que os indivíduos estão imersos. O *habitus* representa formas de vida, condutas e noções políticas internalizadas, que tendem a moldar a maneira como os indivíduos percebem o mundo, comportam-se e se orientam. O *habitus* é um

sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes (BOURDIEU, 2007, p. 191).

Outro conceito muito importante, nesta investigação, e que se relaciona ao *habitus*, diz respeito aos espaços de socialização. Setton (2002) argumenta que os espaços de socialização modernos são compostos por uma diversidade de relações sociais. Esses espaços desempenham um papel crucial ao mediar a interação entre o mundo objetivo, composto por estruturas sociais e instituições, e o mundo subjetivo das individualidades.

O *habitus* de Bourdieu e os espaços de socialização de Setton estão intrinsecamente ligados, uma vez que o *habitus* é forjado nos espaços de socialização e influencia as percepções e práticas dos indivíduos nesses ambientes. Essa interação entre *habitus* e espaços de socialização contribui para a compreensão da forma como as estruturas sociais são incorporadas e reproduzidas pelos indivíduos, influenciando suas ações, percepções e participação no mundo social.

Um outro conceito importante nesta investigação diz respeito ao capital político (BOURDIEU, 1989), necessário para que os cidadãos consigam se fazer representar, ou seja, a capacidade de força dentro de um campo político. Esse capital político é composto pela combinação do capital cultural dos indivíduos com o tempo livre disponível para se engajarem efetivamente na política. Realizando uma analogia, podemos afirmar que, dentre as várias formas de desigualdades, está a política, que afeta as possibilidades de representação das classes que menos dispõem de tempo de socialização e participação. Em outras palavras, a desigualdade social não se limita apenas à esfera econômica, mas também abrange a esfera política. Aqueles que possuem maior capital político, ou seja, uma combinação de capital cultural e tempo livre, têm mais chances de se fazerem representar e influenciar o sistema

político. Por outro lado, aqueles que possuem menos capital político enfrentam barreiras e restrições para participar e serem efetivamente representados.

Bourdieu (1989) cita Wittgenstein para exemplificar que, assim como só podemos construir uma frase num determinado idioma se conhecermos a língua, da mesma forma não podemos exigir de alguém um engajamento ou postura política se o cidadão não teve acesso a instrumentos que permitam outra leitura de sociedade.

Outro conceito de Bourdieu (1989) que dialoga com nosso objeto de estudo é o de mercado da política, em que a política e os partidos são comparados aos oligopólios. O partido político, para Bourdieu (1989), objetiva atingir o maior número de pessoas. O capital político é fundado na crença e no reconhecimento. Como já discutido, quanto menor o capital econômico e cultural do cidadão, maior sua tendência a clamar por seus interesses pessoais no âmbito do partido, uma vez que seu capital político permitiria um maior reconhecimento e conscientização de seus interesses de forma coletiva.

Complementar à teoria dos símbolos e do poder simbólico, Bourdieu (1989) concebe a teoria de campo social refletindo sobre a interação entre elementos da sociedade e sua competição pelo poder, por recursos etc. Esses campos podem ser observados na cultura, na política, na educação etc.

Bourdieu (1989) caracteriza o campo político como dividido entre mandantes e mandatários, como polo dominante e polo dominado e é essa disputa no campo que permite delimitá-lo. As demandas externas (advindas do campo social e econômico) são apropriadas pelo campo político, gerando discursos e práticas que os consumidores/mandantes escolherão. Observa-se um apoliticismo popular (que se configura num distanciamento do capital político, ou seja, uma abstenção diante de um negativo sentimento de impotência política) por parte dos consumidores, que se veem obrigados a participar de situações de adesão a formas não-convencionais de representação.

No que se refere à delegação e ao fetichismo político, Bourdieu (1989) esclarece que uma pessoa assume o posto de representante de várias outras, estando, então, investida de um poder transcendente a cada um dos mandantes. Ou seja, essa transferência de poder permite que um possa agir em nome de muitos.

Pensando nos dias atuais, nos perguntamos: quem foram os atores e instituições, no município de Goiás, que permitiram que o PT conseguisse a eleição de Selma Bastos por duas vezes (nas eleições de 2012 e 2016) e depois a eleição de seu sucessor, um vereador ligado à CPT (ligado é pouco – um membro da CPT) nas eleições de 2020? Quais foram os elementos que mexeram com o campo político do município? Como começou o processo de criação e emancipação dessa força política que se formou na tríade Igreja-PT-CPT e como se deu sua continuidade? Quais suas limitações e que tipo de alianças precisou estabelecer para ser relevante no jogo político municipal? Como trabalham seu capital político de forma a conseguir obter posições de destaque e mesmo vitórias nas eleições municipais?

Dentro de um campo político, todo agente que conquista um certo quantum de capital, luta sempre por aumentá-lo ou, pelo menos, por mantê-lo. E este esforço permanente é o que garante dinâmica no interior de um campo – um agente dominante hoje pode ser um agente dominado amanhã. Ou seja, existem oscilações dentro do campo político. Portanto, não há que se dizer de um PT que confortavelmente repouse dentro de uma posição hegemônica já construída. A disputa está sempre em jogo.

A partir dos estudos sobre política, outras perguntas são de fundamental importância para pensar o município de Goiás e as mudanças de forças políticas locais. Como se configuraram e se alteraram as relações de poder local para que o PT subisse ao poder a nível

municipal? Como se fez a inserção de outros atores políticos no município de Goiás? Desde quando as condicionantes para essa mudança, no eixo político local, surgiram? Quais as continuidades e descontinuidades com relação às características políticas e sociais que caracterizaram o sistema coronelista?

De modo geral e em âmbito nacional, há um deslocamento visível entre representantes e representados na política enquanto processo eleitoral. Candidaturas populares enfrentam enorme dificuldade para angariar votos. Podemos pensar que, além da identificação enquanto cidadão, o indivíduo, especialmente na política municipal, se alinha a arranjos advindos de afetos, parentescos, favores, vantagens financeiras, empregatícias etc. Outras questões que estudamos partir de Bourdieu (1989) referem-se à análise da campanha eleitoral, do que pode ser dizível politicamente, de acordo com as leis que regem o campo da política. Ao observarmos um grupo social, devemos nos preocupar em como ele próprio se considera, quem reconhece como seus aliados e quem estaria na oposição; averiguar, ainda, a partir dos candidatos e partidos, se estão fornecendo aos eleitores a promessa de benefícios coletivos ou individuais.

Há um dilema que Bourdieu (1989) procura resolver ou, pelo menos, desenvolver: a sociedade se explica através de suas estruturas ou poderia ser entendida através de seus sujeitos? Pensamos, no decorrer de nossa pesquisa, concordando com o que diz Bourdieu (1989), que a chave está na relação dialética entre estas duas vertentes. Era preciso, para se conhecer um pouco mais da política do município de Goiás, analisar suas estruturas, mas também trazer a práxis envolvendo os sujeitos para o texto.

Nossa proposta é estudar o município-berço do estado de Goiás, a partir da dinâmica permanente do campo político. Estudos posteriores, certamente, nos ajudarão no esforço da construção de tal análise política e social. Essa análise da cidade de Goiás, não se limita ao seu território político administrativo e nem mesmo aos seus cidadãos natos, ela precisa ir além, nesse sentido

Ninguém poderia hoje sustentar que existem critérios capazes de fundamentar classificações naturais em regiões naturais, separadas por fronteiras naturais. A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na realidade segundo os elementos que ela reúne, tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes (dando-se por entendido que se pode discutir sempre acerca dos limites de variação entre os elementos não-idênticos que a taxionomia trata como semelhantes (BOURDIEU, 1989, p. 114).

Considerando o que nos diz Bourdieu (1989) acerca da separação regional que não é natural, podemos refletir que talvez o sentimento de pertença e o estabelecimento de critérios de exclusão não fica aprisionado nos limites do município. As pessoas, ao migrarem para outras partes do estado, carregam consigo os sentimentos dos lugares de onde vieram.

De acordo com Bourdieu,

O discurso regionalista é um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto reconhecida e legítima, que a ignora... A eficácia do discurso performativo que pretende fazer sobreviver o que ele anuncia no próprio acto de o

enunciar é proporcional à autoridade daquele que o enuncia: a fórmula “eu autorizo-vos a partir” só é uma autorização se aquele que pronuncia está autorizado a autorizar (BOURDIEU, 1989, p. 116).

A ideia do discurso de região como performativo também é sustentáculo para pensar em como munícipes resistiram ao projeto de mudança da capital e tentaram resistir para manter a imagem da antiga Vila Boa (hoje Cidade de Goiás) como a primeira capital, berço da intelectualidade do estado, berço das famílias tradicionais.

A investigação que considera a análise política em uma cidade que se originou no século XVIII necessita pensar a respeito do sentimento de desconforto em relação à acusação de se ser de fora. O apontamento (e também a autoidentificação a partir dos julgamentos sociais) de um sujeito como forasteiro - termo de uso pejorativo para dizer que não se é do local - pode ser encontrado na literatura goiana, em especial nas obras do escritor Carmo Bernardes que, embora nascido em Minas Gerais, viveu a maior parte de sua vida no estado de Goiás.

O poder simbólico não é consciente por parte de quem o exerce e nem por aqueles que a ele estão submetidos, em regra geral. Ele é um poder estruturante, porque antes disso é estruturado através dos símbolos. Os símbolos são instrumentos de integração social. Eles tornam possível o *consensus* acerca do mundo social, contribuindo para a reprodução da origem social (Bourdieu, 1989, p. 9-10).

A cultura dominante também é definida através dos símbolos e do poder que a estruturam. Segundo Bourdieu (1989), ela é uma forma de capital simbólico que pode ser usado para adquirir poder e prestígio dentro de uma determinada sociedade.

Nossa pesquisa ocupa-se do cenário político em que o PT consegue inserir novos elementos na disputa política do município de Goiás, passando não apenas por uma análise política, mas também social e cultural. Assim sendo, o estudo do poder simbólico é central.

Na disputa eleitoral, entra em jogo o monopólio da violência simbólica legítima. As forças estão envolvidas em diferentes campos e podem estar em posições mais favorecidas num campo que no outro. Bourdieu (1989) chama de interação as intersecções entre os campos (as interações que ocorrem no município de Goiás, serão melhor descritas nos capítulos a seguir).

Na luta pela imposição da visão legítima sobre o mundo social, os agentes se diferenciam pelo seu capital cultural. No campo político, como vimos, o capital cultural, aliado a tempo livre, se faz necessário. Vale ressaltar que, no caso do PT, ele adentra um campo político, onde já se tem forças estabelecidas. Num viés de oposição, os novos ingressantes nessa disputa, tentam se fazer distintos, marcar sua diferença quando estão frente a agentes já estabilizados, criando, assim, a oferta de um novo produto político.

## **1.2 A formação de uma cultura política: análise a partir de Gramsci**

Se pensarmos que a burguesia, organismo em contínuo movimento, mantém sob seu controle toda a sociedade, uma questão que deve ser levada em consideração é qual é o grau de autonomia da ação política?

Para Gramsci (2014), o partido político era o “Príncipe” moderno (que é, para Gramsci, o manifesto de um partido): deveria representar a nova vontade coletiva nacional-popular, propor uma reforma coletiva intelectual e moral, uma nova concepção de mundo. Há uma dupla perspectiva na ação política: a força e o consenso, construindo a hegemonia.

Nessa concepção de partido, então, ele deveria atuar na imprensa, na escola e nas demais esferas da sociedade civil. Porém, ressalta Gramsci (2014), é carregado de ambiguidades. Ele objetiva agregar indivíduos em sua concepção de mundo. Duas concepções de mundo que agregaram muitos aliados podem resultar numa crise orgânica da hegemonia. Num cenário de conflito ideológico, desestabilizando a sociedade, estabelecendo uma crise a partir da falta de consenso a respeito dos valores sociais, isso aconteceria permitindo rupturas e mudanças sociais profundas.

Gramsci (2014) afirma que é numa crise que o homem comum pode ser disputado, pois ela é também um momento de criação coletiva e de disputa de valores. Muitas vezes, a crise da hegemonia, porém, se resolve pela força. É preciso estar atento para perceber que uma crise de poder nem sempre representa uma crise de hegemonia.

a organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simples se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais tivessem sido organicamente os intelectuais daquelas massas, ou seja, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social (GRAMSCI, 2014, p. 100).

O autor defende uma filosofia que seja histórica. Fala ainda da situação de orientação política cultural, em que podemos perceber, a partir da adesão ou da falta dela a uma ideologia, a historicidade dos modos de ver o mundo e a sociedade.

Afirma que a escola e a Igreja são as maiores organizações culturais e é por isso que centra nelas sua investigação. É defensor de uma reforma intelectual e moral. Analisando as situações de relações de força, Gramsci (2014) nos fornece pistas de análise do quanto é difícil modificar um cenário político-eleitoral, quando elenca dois princípios básicos:

O de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em via de aparecer e se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações (GRAMSCI, 2014, p. 36)

Sobre os números no regime representativo, Gramsci (2014) afirma:

Mede-se exatamente a eficácia e a capacidade de expansão e persuasão das opiniões de poucos, das minorias ativas, das elites, das vanguardas, etc., etc., isto é, sua racionalidade ou historicidade ou funcionalidade concreta. Isto quer dizer que não é verdade que o peso das opiniões de cada um seja “exatamente” igual. As ideias e as opiniões não “nascem” espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão,



de persuasão, houve um grupo de homens ou até mesmo uma individualidade que as elaborou e apresentou na forma política da atualidade. O número “dos votos” é a manifestação terminal de um longo processo, no qual a maior influência pertence exatamente aos que “dedicam ao Estado e à Nação suas melhores forças (GRAMSCI, 2014, p. 83).

O consenso, então, não tem sua fase final no momento do voto. Consenso e coerção são dois conceitos que caminham de forma relacionada em Gramsci (2014), sendo que o consenso se faz em nível de sociedade e a coerção se estabelece em nível estatal. Quando se disputa o consenso, disputa-se a hegemonia no seio sociedade.

A disputa do consenso legitima o poder. Fazendo um contraponto com o que Bourdieu (1989) chamou de capital político, o PT, no município de Goiás, também lutou pelo que Gramsci chamaria de consenso. Essa prática é comum em vários partidos, porém ganhou força, no município de Goiás, com o PT apontando caminhos progressistas.

Importante enfatizar que o PT traz demandas e discursos progressistas que destoam de princípios e práticas de partidos ligados a uma política mais voltada para ideologias de direita. Por outro lado, para conseguir espaço, o PT fez alianças, acordos e precisou “costurar sentidos” com a cultura local, na busca para se mostrar confiável do depósito de votos e apoios das pessoas do lugar.

Gramsci (2014) também se preocupa com a natureza do partido político (em contexto e definição bastante diferente do que conhecemos como partido hoje, na política brasileira), opinando que as massas de homens que agiram em determinados momentos históricos eram um grupo mais amplo que os adeptos de um partido político. Portanto, falar em um partido na perspectiva gramsciana, é sempre também resgatar a história de uma classe social.

Analisando os estudos de Gramsci (2014), podemos afirmar que a classe trabalhadora, para se tornar dirigente, precisa atrair apoio para si. Em outras palavras, unir a maioria da população contra o capitalismo do Estado burguês e das classes dominantes, promovendo ideias e valores que possam ser compartilhados por diversos setores da sociedade.

### **1.3 Elementos para se pensar a política local, na atualidade**

Avritzer (2007) discute a condição de legitimidade para o exercício da representação política, questionando a ideia de que a representação deve estar exclusivamente ligada ao mandato eleitoral. Ele argumenta que a representação eleitoral pode ser comparada à lógica de monopólio, em que os representantes eleitos detêm o poder de representação em nome dos cidadãos sem uma participação direta e contínua destes últimos.

Nesse sentido, devemos destacar a importância de uma concepção mais ampla de representação política, que não se limite apenas ao processo eleitoral. Avritzer (2007) ainda argumenta que a representação deve envolver mecanismos e práticas que permitam aos cidadãos participarem ativamente nas tomadas de decisão e na formulação de políticas públicas.

Laclau e Mouffe (2015) concebem a política como um espaço discursivo. O diferente não é o inimigo, mas o oponente de ideia que pode vir a ser convencido. Os novos movimentos sociais são fundamentais para o desenvolvimento de uma revolução democrática

radical, terreno onde não há um fundamento positivo apriorístico, o que possibilita novas práticas de resistência contra novas formas de subordinação. Para Laclau e Mouffe (2015), os sujeitos políticos não seriam essencialmente classes, mas vontades políticas, que seriam construídas através das dinâmicas de poder e conflito na política que formariam os discursos. Ainda que, na concepção gramsciana, uma classe não lutaria para tomar o poder do Estado, ela deveria se tornar o próprio Estado, ou seja, a classe trabalhadora deveria se tornar hegemônica do ponto de vista econômico, cultural e político, que seria a verdadeira e eficiente revolução social.

Cornwall, Romano e Shankland (2007) elaboram um estudo a respeito de política que parte de um viés mais antropológico, modelo este aproximado do que estamos desenvolvendo nesta investigação. Sem que se faça uma etnografia propriamente dita, os autores exploram espaços de cultura, conhecimento e poder que formam a cidadania democrática no Brasil.

Ao explicar a respeito do termo participação, os autores tratam de explicar que se refere a múltiplas possibilidades, que podem, inclusive, ser contraditórias:

A participação como exercício de cidadania, como exercício de democracia, como aprendizado, como organização e tomada de decisão, como algo que acontece com relação a instituições estatais e como algo que “vem de baixo” para agir sobre as instituições “de cima”, como prática de resistência, como associativismo e como algo que tem significado em diferentes espaços (Cornwall, Romano e Shankland, 2007, p. 58).

Nesse debate é importante lembrar, ainda, que há uma tensão permanente entre o universalismo e o particularismo, ou seja, entre direitos focalizados e direitos universais. A presença do clientelismo e da velha política ainda é evidente nos espaços sociais e, ao considerar a política, não devemos ignorar a cultura do favoritismo, que é o tratamento diferenciado de pessoas a partir de vínculos sociais, parentesco, de afeto etc, permitindo um favorecimento em detrimento de competências técnicas, por exemplo. É válido refletir sobre como a sociedade civil será verdadeiramente civil e democratizante, o que dependerá do engajamento dos cidadãos que a compõem. Isso nos leva a questionar como os cidadãos comuns se envolvem na política.

Cornwall, Romano e Shankland (2007) afirmam que é da interação das culturas plurais e dos processos de mudança política que devemos nos ocupar. Precisamos refletir para além da estrutura institucional, buscando compreender como os cidadãos comuns se envolvem nos espaços de democratização popular, ou seja, participando ativamente em plebiscitos e assembleias, fortalecendo organizações da sociedade civil e cobrando pela transparência e o acesso à informação.

Os autores citados abordam, ainda, a ocorrência de relações como “o favor”, por exemplo, como comumente presente na vida social brasileira, mas ressaltam um importante fator a ser considerado nessa análise: as dificuldades de mudança dessas lógicas sociais uma vez que as mesmas residem na capacidade das ações do poder na cultura política; e os espaços de participação democráticos também seriam espaços de poder em que as classes dominantes teriam vantagem, ainda que sejam utilizadas técnicas para camuflar a dominação.

Bourdieu (1989) se ocupa, entre outras questões, com o tema da reprodução no campo político, e nossa reflexão se fez concatenada às suas ideias, quando nos indagamos a

respeito de como pensar a ideia de mudança no campo político. Como nesses espaços, as práticas e hábitos advindos de outros locais conseguem se reproduzir?

Se mudamos os espaços institucionais, sem mudar o *habitus*, fazemos com que os velhos *habitus* possam voltar a se reconstituir. Defendemos que, a partir da experiência do PT, no município de Goiás há uma alteração no cenário político que consegue operar algumas mudanças no *habitus* político municipal.

Essa realidade permite um rearranjo de forças, pelo qual, ainda que um partido que defenda causas mais alinhadas à esquerda não se eleja, ele se faça relevante na disputa municipal a ponto de ter algumas de suas demandas citadas e olhadas com atenção mesmo por candidaturas ligadas a forças tradicionais.

#### **1.4 O local como investigação a partir da política: um olhar temporal**

Para Palmeira (2002), o tempo configura as relações sociais. Ele seria análogo à ideia de espaço. Exemplo: seria mais viável pensar em tempo das festas e da política do que pensar o espaço das mesmas. Cada tempo instaura as normas do comportamento que convêm àquele período.

Palmeira e Heredia (2010) chamam de tempo da política o período que aparece para a população como os meses que antecedem a eleição, subvertendo o cotidiano local, estabelecendo, reforçando ou redefinindo relações sociais que poderão se traduzir em votos. Contrapondo teorias clássicas da Ciência Política que determinavam um alinhamento entre eleição e representação, aqui o tempo da eleição possui um papel preponderante no realinhamento social da população. O autor defende que não é o voto, via de regra, uma escolha exclusivamente individual, mas uma decisão tomada embasada numa “localização social”.

Palmeira e Heredia (2010) desnaturalizam as ideias de que o voto é individual, de que é movido pela instrumentalidade, contestam as teorias que afirmam que é uma mera escolha, bem como desvinculam a premissa de que o eleito é percebido pelo povo como seu representante. Outra grande contribuição dos autores é que o resultado eleitoral é parte de um processo maior que não se define unicamente na eleição. Para eles, as eleições são uma época de redefinições. A política não se resolve no “tempo da política”. Nosso estudo parte desse ponto de vista.

É claro que há nesse “tempo da política” uma série de elementos e ações que merecem a atenção de todos os que se propõem a estudar esse campo. Nesse raciocínio, é de fundamental importância pontuar algumas dessas ações.

O comício é, sobretudo, uma expressão de forças com o objetivo de conquistar adesões. É pensado a partir do que se espera que se ouvirá sobre ele depois. Embora não seja um dos maiores instrumentos das técnicas de prospecção de votos, ele é parte de uma sequência ritual. Portanto, há uma preocupação quanto à sua imagem (organização, número de presentes) uma vez que os indivíduos não querem aderir a um lado que se sabe que será derrotado, a não ser em casos em que se ganhe algo, mesmo que perdendo as eleições. Por exemplo, candidata-se a prefeito ciente de que será muito difícil ganhar, porém com vistas a conquistar apoio, ou seja, construir capital político para as próximas eleições para deputado estadual.

No comício, chamam a atenção não só as presenças que ali se verificam, mas também as ausências, e seus motivos são especulados. Trata-se de um espaço de percepção, na visão de Palmeira e Heredia (2010), de quais conjuntos de relações estão sendo mobilizados,

o que está sendo proposto (e por que isto ao invés de outras coisas) e de alinhamentos da fala (o que se fala e para quem). Não podemos ignorar a expressão não-política do comício, na qual as pessoas comparecem por outros motivos alheios a pretensões políticas como, por exemplo, ver as pessoas que estão presentes, curiosidade de quem mora nas proximidades etc.

O público também deve ser atentamente observado, sua participação não é passiva. Geralmente, o discurso do final da campanha representa um acúmulo dos anteriores. O palanque mostra um conjunto de aliados em torno de uma facção. Vale lembrar que nem sempre as alianças sólidas entre políticos podem ser enunciadas por conta de questões partidárias, morais etc.

Outro elemento essencial em nosso recorte empírico é a questão de famílias na política. Comerford (2003) fornece algumas pistas para a abordagem que damos ao estudo da família em nossa pesquisa. O autor começa por relacionar os parentescos do local, as formas pelas quais as famílias adquirem prestígio, tais como sua antiguidade no lugar, a quantidade de terras, a proximidade com políticos da cidade ou o fato de ter um político na família.

A família, para o autor, é o primeiro ambiente de sociabilidade. Algumas famílias tradicionais do município estudado são ligadas pelo casamento ou possuem uma origem comum. Há uma expectativa natural e moral de que os parentes se ajudem, tenham consideração uns pelos outros. No meio da família, cabe pontuar que às vezes ela aparece na pesquisa de Comerford (2003) como causadora de desunião, relacionadas nas falas de entrevistados ao mesmo nível do envolvimento em brigas e atos de corrupção. Devemos ressaltar, porém, que nem sempre coincidem a tensão política e o pertencimento familiar. Há famílias que são vinculadas a partidos políticos e outras que não.

Do mesmo modo que pensamos os processos de engajamento e desengajamento que permeiam as mobilizações políticas, somos convidados pelo autor a enxergar os processos de familiarização e desfamiliarização ao invés da visão tradicional das famílias como unidades delimitadas. As reputações, os rearranjos sociais e a formação de “lados” se fazem na cena pública. Onde está em pauta dinheiro e política, também existem relações de ambição e divisão. Esse é um aspecto que aparece também em nosso estudo de campo quando notamos as ramificações de candidaturas de membros das famílias tradicionais, não conseguindo se agremiar em torno de uma única coligação, o que poderia aumentar suas chances de vitória, como veremos no capítulo V.

Outro ponto importante destacado por Comerford (2003) é a questão de padres envolvidos nos sindicatos e pastorais que eram acusados de misturar política e religião, fazendo da igreja um espaço de comício. O sindicato era enxergado em concorrência com a elite local, cujas famílias apresentavam número de membros ocupando os mais altos cargos da administração pública municipal. Nessa linha, Forman (1979, p. 285) explica que a religião popular no Brasil tem uma dupla função social, quais sejam: instrumento de mobilização e, de forma contraditória, também de controle. Em nosso estudo, o papel da Igreja foi essencial e da religião popular tanto na luta pela terra quanto pela luta política de inserir representantes dos trabalhadores rurais e urbanos num espaço eleitoral tradicionalmente dominado pelas elites locais.

Palmeira e Heredia (2010) explicam que o voto, sendo um empreendimento familiar com certo nível de localização social (considerando a dinâmica de municípios pequenos), faz com que as eleições sejam um pretexto para a redefinição de fidelidades e pertencimentos.

Iniciamos este estudo visando entender um pouco mais da política municipal de Goiás e, nas primeiras entradas em campo, fomos surpreendidos com elementos sólidos que

apareceram nas falas das pessoas indicando uma ideia de separação entre “os de dentro e os de fora do município”, mesmo que estivéssemos considerando apenas os habitantes de lá.

Esse “ser de dentro” não significa apenas ter nascido no município. Por vezes, nem era isso. Aos poucos, se fez notar que essa posição, que parecia ser fixa, também podia ser flexível, pois enxergamos uma renegociação dessa posição entre os “de dentro” e os “de fora” no local. Tal fenômeno social, conforme mostram indícios da revisão de literatura, parece ser de longa data, remontando à época do Império. Tal como a política, o pertencimento genuíno, ou seja, o ser “de dentro” do município, também tem seus representantes do momento, mas não permite que seu passado seja simplesmente apagado.

Essa disputa acirrada mostra que o município de Goiás se encontra, pensando numa história do tempo presente, em um momento de reconfiguração dos elementos simbólicos do que seja o ser “de dentro”. O fato de que as famílias tradicionais também não estão conseguindo concentrar suas forças numa única candidatura tem sua explicação no que Palmeira e Heredia (2010) explicam a dinâmica de disputas dentro de uma mesma facção, pois para disputar o voto dos eleitores, antes, os políticos precisam eliminar seus concorrentes.

Poder-se-ia, portanto, dizer que ganhar uma eleição confere poder e significa diferenciar-se de seus iguais, isto é, daqueles que são os seus maiores adversários, o que, dependendo das circunstâncias pode até vir a ser vivido como questão de honra (PALMEIRA; HEREDIA, 2010, p. 93).

Dialogamos com as ideias dos autores supracitados quando tratamos da disputa pelas reconfigurações de pertença local e trazendo o recorte de um jornal local com governador Ronaldo Caiado dizendo da “questão de honra” que seria retomar o poder municipal em 2020.

Nas palavras de Palmeira e Heredia (2010), a facção que assume o controle de um município é automaticamente identificada pelas demais e auto referida como “situação”. É, de modo quase automático, identificada com a política institucional e com o governo (entidade que corporifica o poder externo). Em contrapartida as demais forças são postas na posição residual de “oposição”.

Sendo hoje o PT a situação política no município de Goiás, cabe às forças políticas tradicionais uma melhor organização para que o número que somam de votos em diferentes candidaturas se traduza numa oposição proporcional na política institucional.

Também para Palmeira e Heredia (2010) a atividade política, exercida fora do período estabelecido (ou seja, a campanha eleitoral), é, de certa maneira, tímida, pois mesmo a presença de um político muito permanente nas comunidades pode ser vista com desconfiança. Talvez aí esteja uma chave para o entendimento das dificuldades encontradas atualmente pelas forças tradicionais.

Palmeira (2002) resgata a importância socio-antropológica das eleições para a população para além da concepção formal do que uma eleição representa, sendo um momento de realinhamento social da população e das facções presentes.

Ainda para Palmeira (2002, p. 137), “onde política e poder são concebidos de maneira particularizada, é problemática a associação entre voto e cidadania. O voto não é associado ao exercício de um direito individual, mas, a uma sinalização e adesão a um “lado” da sociedade”.

Diante do exposto, o autor alerta para os riscos eminentes de derrota nos partidos de esquerda quando apelam para a “consciência do eleitor”, um discurso bastante adotado por Igrejas e organizações civis. A compra de votos, segundo o autor, pode não ser entendida como um malefício, pois pode ser percebida, pelo eleitor, como algo positivo, caracterizando seu candidato como justo e honesto, o impulsionando a votar em quem lhe deu dinheiro e a devolver o favor a quem o ajudou.

Acrescentamos que, em muitas campanhas nas quais os candidatos não dispõem de meios financeiros para compra de votos, ou mesmo em que o capital à sua disposição não seja tão grande quanto seus concorrentes, o mesmo use como arma a seguinte orientação: “aceite o dinheiro de todos, mas vote com sua consciência”.

O tempo da política modifica o tempo do cotidiano e as ações vão se intensificando à medida em que se aproximam as eleições, onde também aumenta o número de comícios e as campanhas são feitas de forma mais intensa, conforme Palmeira e Heredia (2010).

Além da lógica do voto que atravessa a discussão em que nos colocamos, se faz central a análise dos espaços de sociabilidade de nosso recorte geográfico. Palmeira (2002) descrevem os espaços de sociabilidade das comunidades de pequenas cidades do interior do Brasil como calcadas em rotina do trabalho para casa e de casa para o trabalho, além do recebimento de visita aos finais de semana; nenhuma delas pensada como atividade política. Mesmo atividades sindicais ou o exercer de mandatos eletivos, poderiam ser entendidas, por vezes, como atividades de assistência ou prestação de favores, de forma direta:

Se tivéssemos que descrever esquematicamente o cotidiano das pequenas cidades e povoados do interior do Brasil, diríamos que a vida de seus habitantes resume-se a uma rotina que os conduz diariamente “de casa ao trabalho e do trabalho para casa” que, no caso de boa parte dos trabalhadores rurais, é levada a uma espécie de limite pela coincidência entre a casa e o local do trabalho. Essa rotina, nos fins de semana, desdobra-se nas visitas familiares, no comparecimento às missas ou outros cultos religiosos e às feiras semanais; ou, ainda, em partidas de futebol ou torneios de bocha. Intercalando o percurso de casa ao trabalho e do trabalho para casa ou prolongando a conversa entre amigos que se encontram nas atividades dominicais, as vendas e bares são uma constante na sociabilidade dessas populações. Fora isso, há ainda, de tempos em tempos, as reuniões sindicais e as assembleias das cooperativas (PALMEIRA; HEREDIA, 1995, p. 31).

O aspecto político aparece no imaginário dessas pessoas como vinculado à época de eleições e à campanha eleitoral: comícios, campanhas, doações e favores; os comitês eleitorais com suas bandeiras e cabos eleitorais.

Quem se propõe a pensar a política de um lugar, precisa pensar as condições locais que propiciaram o surgimento de algumas categorias, a manutenção de algumas ideias e as dinâmicas que provocam algumas mudanças.

existem mudanças espontâneas que têm origem estrutural: elas se originam do próprio padrão organizatório da sociedade de classes e não podem ser facilmente adiadas, sufocadas ou reprimidas. Elas nascem dos dinamismos do mercado e do sistema de produção sob o capitalismo, das revoluções e conflitos de classes, ou das impulsões à

igualdade civil desencadeadas pelas estruturas de poder de uma sociedade nacional (FORMAN, 1979, p. 257).

A política municipal é terreno fértil para disputas não só de ideologias ou de partidos políticos, mas sobretudo, e talvez o mais importante: com quais falas, pessoas, afetos e jogos de poder as pessoas estão mais vinculadas? Palmeira (2002) nos convida a pensar o que é a política local quando não se tem institucionalizado o “tempo da política”. E essa reflexão é importante para que não entendamos o cenário eleitoral com uma entidade metafísica que, de repente, se instala no município.

E para se entender um pouco mais sobre o que é a política local para além de resultados eleitorais e campanha, é preciso, primeiro, explorar um pouco mais a história e as características desse lugar.

Uma das categorias com que trabalhamos nesta tese é o pertencimento. Encontramos as subjetividades desse sentimento de pertencimento e exclusão nas obras de Carmo Bernardes, escritor regionalista goiano, autor de importantes obras como *Jurubatuba* (1972), *Nunila* (1984), *Memórias do vento* (1986) e *Santa Rita* (1993). Observamos nas obras de Carmo Bernardes a postura de um narrador-personagem que vem “de fora” para um pequeno município. A análise desse fenômeno a partir da literatura de Carmo Bernardes nos é muito rica por tocar espaços que não alcançaríamos com outros métodos de pesquisa, portanto, lembrando de expressões interioranas de onde dizer que “ter a palavra de alguém” é, por vezes, mais sério que um contrato formal.

Como já apontado, em muitos municípios do estado, a exemplo de Goiás, ainda é bastante comum perguntar-se de onde uma pessoa vem, numa tentativa de estabelecer alguma identidade com famílias do lugar, localizar a pessoa socialmente naquela cidade. A depender de quem pergunta, as indagações sofrem uma variação. Se quem aborda é uma pessoa mais idosa, não é de se estranhar que a pergunta se é “gente de Fulano”, ou se é “dos Beltrano”. Os mais jovens interessam-se em saber também como aquele indivíduo chegou ali, qual a sua ocupação e de onde vem.

Elias (2000) observou um bairro operário, notando um sentimento discriminatório de um grupo a que chama de *estabelecidos* (compostos por moradores antigos) dirigido a um grupo que nomeia de *outsiders* (os que chegam ao bairro depois). O autor observou o aspecto matrifocal presente nessas famílias, tanto as já estabelecidas, quanto as chegadas.

Havia, mesmo, uma separação geográfica dentro deste bairro, sendo as famílias da aldeia aquelas tradicionais do lugar e as do loteamento, famílias de mulheres operárias. Como as famílias das mulheres operárias não guardavam os laços de parentesco das famílias da aldeia, eram isoladas por este grupo, pois ao sair para trabalhar, não tinham mulheres que fossem suas parentes com quem pudessem deixar os filhos. Assim, as pessoas da aldeia maldiziam seus costumes, criação dos filhos, aparência etc.

As relações de poder, dependência e exclusão ficam latentes em Elias (2000). Entre essas famílias da aldeia, havia diversos casamentos entre si, portanto se estabeleceu uma estrutura familiar atrelada a uma estrutura da vizinhança. E assim se assistiu a uma conformação dos indivíduos chegados às normas comunitárias, pois essas mulheres operárias não podiam contar com a ajuda das vizinhas.

Trazemos a obra de Elias (2000), que nos parece primordial para o entendimento do fenômeno que nos propomos observar, a partir de olhares, sentimentos e fatos que cercam a chegada de novos indivíduos num pequeno município, tal qual ocorre nas obras de Carmo

Bernardes, como será demonstrado posteriormente. Dentre os fatores, citado por nossos entrevistados como características de pessoas de fora, estão os relacionados com a história local, as relações sociais e culturais, e as experiências individuais.

E definição de um conjunto de características para se legitimar um discurso não é privilégio da cidade de Goiás. Por outro lado, nessa cidade, berço do estado de Goiás, as elites locais se apropriaram dele para buscar se perpetuar no poder ou mesmo para obter poder de influência.

São diversas as estratégias que podem ser utilizadas a partir dessa diferenciação entre “os de dentro e os de fora” e, em vários momentos desta investigação, ela se mostrará presente, uma vez que é um aspecto levantado de maneira espontânea por nossos entrevistados.

Também se faz importante a questão do discurso e de como as classes dominantes se utilizam de significantes vazios e expressões que facilitam uma linguagem que objetive fazer com que diferentes classes se identifiquem nela (por exemplo, a expressão “homem do campo”). Bruno (2002) critica a maneira como empresários agroindustriais bradam por “mais mercado e menos Estado” na década de 1990 acerca da crise do Estado e seus desdobramentos político-institucionais. Entretanto, lideranças patronais rurais e agroindustriais, contraditoriamente, exigem favores do Estado, aliados a uma visão tutelar e à cultura do favor.

No curso das transformações da sociedade e do Estado ocorridas nas últimas décadas, os setores agroindustriais e o grande capital adquiriram grande importância, expandiram a área de influência e construíram grandes oportunidades de poder (Bruno, 2002). Defendem um maior investimento do Estado na agricultura ao passo que consideram um olhar mais voltado para outras causas ou grupos como uma intervenção paternalista ou assistencialista, que gera problemas para a agricultura. Tais práticas não são estranhas à sociedade brasileira e, juntamente com os canais oficiais de interlocução e mediação, se constituem em elementos importantes de poder social e afirmação da dominação política.

Os limites da institucionalidade decorrem em grande medida da permanência, na sociedade brasileira, de uma cultura clientelística que reproduz as relações de favor, a barganha e o oficioso. São práticas pouco questionadas pelos populares. Pelo contrário, amiúde são valorizadas ou consideradas inevitáveis. Mesmo os que discordam, reconhecem (ou se conformam) com o empreguismo e a reciprocidade financeira “fazem parte do jogo político” (BRUNO, 2002, p. 173).

Na análise dos fenômenos políticos, todavia, o fato de os sistemas serem tidos como as unidades básicas de análise tende a fazer que a atenção se concentre nos aspectos globais dos sistemas políticos, quer existam eles em nível local, nacional, regional ou internacional.

No próximo capítulo, abordaremos um fenômeno político que predominou em diversas partes do país por um longo período de tempo, o chamado coronelismo. Apesar da extinção formal da figura do coronel, o fenômeno do coronelismo não desapareceu simultaneamente, deixando elementos tão profundos na política brasileira, em especial, de municípios pequenos, que se torna mais fácil vê-los vestidos em novas roupagens, que extintos.



## **CAPÍTULO II - SOBRE O CHÃO EM QUE SE PISA: AS RAÍZES DA DINÂMICA POLÍTICA EM UM PEQUENO MUNICÍPIO BRASILEIRO**

Dedicamos o capítulo anterior às reflexões acerca das formas de política sobre as quais nos voltamos nesta pesquisa e a maneira como nossas questões dialogam com os escritos de Bourdieu, Gramsci, Palmeira e Heredia, entre outros. Neste segundo capítulo, tratamos do passado político brasileiro a fim de caracterizar relações que não se extinguem no tempo e espaço sem deixar rastros, mas criam raízes de dinâmicas que podem passar por diversas transformações antes de serem extintas, se é que podem se extinguir. Os pilares da política brasileira muito podem dizer sobre o processo político presente ainda em vários municípios. E a forma como se fez no estado de Goiás, dadas as suas condições de povoamento, também imprime peculiaridades locais que passam a fazer parte da composição dos processos sociopolíticos da região.

Faoro (2012), analisando a história política portuguesa, traz a figura do rei como o maior proprietário de terras, aquele que comandava sem intermediários os súditos e designava os mais altos postos das funções públicas aos nobres, configurando aquilo que conhecemos por administração patrimonialista, que se adequa a partir do advento da economia monetária e a ascensão do mercado nas relações de troca, o progresso do comércio, as alterações sociais, políticas e econômicas, quando a cidade vai tomando o lugar do campo (FAORO, 2012, p. 32). O autor argumenta que, no Ocidente, a sociedade capitalista surgiu das ruínas da sociedade feudal. As mudanças nos meios de produção paulatinamente fariam com que a produção perdesse seu viés individual. O capitalismo, no Ocidente, brota, para Faoro (2012), das contradições das heranças deixadas pelo feudalismo da Idade Média (não o feudalismo puro como instituição, pois Portugal e o Brasil não o teriam conhecido em seu estado puro).

Faoro (2012) fala da expansão de Portugal a partir da ocupação militar, a exploração mercantil e a civilização. Outro aspecto interessante que o autor resgata é a ausência de desejo do indivíduo pela identificação como trabalhador, posição que não tinha prestígio na origem de nossa formação:

Os netos dos conquistadores de dois mundos podem, sem desonra, consumir no ócio o tempo e a fortuna, ou mendigar pelas secretarias um emprego: o que não podem, sem dignidade, é trabalhar! Uma fábrica, uma oficina, uma exploração agrícola ou mineira, são coisas impróprias da nossa fidalguia. Por isso as melhores indústrias nacionais estão nas mãos dos estrangeiros, que com elas se enriquecem, e se riem das nossas pretensões. Contra o trabalho manual, sobretudo, é que é universal o preconceito: parece-nos um símbolo servil! Por ele sobem as classes democráticas em todo o mundo, e se engrandecem as nações; nós preferimos ser uma aristocracia de pobres ociosos, a ser uma democracia próspera de trabalhadores (FAORO, 2012, p. 105-106).

Faoro (2012) enxerga um prolongar do estado português no Brasil. O autor remete a origem das oligarquias resistentes ao poder central ao século XVI e afirma que a política de rédeas curtas imposta aos potentados rurais permitiu a criação da cúpula da ordem política. Até o século XVII, a Coroa não se sentia ameaçada pelos colonos com seus ímpetus sertanistas revestidos de valentia e seu hábito de armamento (FAORO, 2012, p. 173).

A opção por trazer esses escritos de Faoro (2012) para o trabalho deve-se ao fato de primeiro estabelecer as raízes do coronelismo brasileiro, pois, embora a política portuguesa possuísse características exclusivas que não se aplicavam à realidade da formação do Brasil, não se pode pensar que, quando chegaram aqui, os portugueses, inauguraram metafisicamente novas formas de domínio e poder. Embora a política portuguesa não ditasse caminhos certos para a formação da política brasileira, fenômenos sociopolíticos herdados por esses grupos não se dissipariam sem deixar qualquer vestígio, especialmente levando em consideração que as oligarquias que se estabeleceram em Goiás têm origem nobre portuguesa:

A história dos Caiado, contudo, não é só política. Começa na segunda metade do século XVIII, com o sesmeiro Manoel Cayado de Sousa, que com a esposa Brígida Ribeiro Soares de Almeida, estabeleceu-se nas matas da Paciência, nas cercanias de Vila Boa, capital da capitania de Goiás. Quando era forte a atração exercida pela mineração do ouro, o casal optou pela lavoura e criação de gado. A partir de então, gerações de seus descendentes desenvolveram – e ainda desenvolvem – atividades agropastoris, formando fazendas, produzindo e criando riquezas. Manoel Cayado de Sousa foi o primeiro Caiado a se estabelecer em Goiás, natural de Caria, leste de Portugal. Era filho de Manoel Dias e Maria Cayada, que pertencia a uma família nobre da Espanha (FREITAS, 2009, p. 30)

Martins (2011) chama a atenção para a tênue separação entre o que é público e o que é privado ao longo da história da administração estatal brasileira. E um dos fatores centrais nesse mecanismo é a política do favor, ainda presente na realidade política, sobre a qual se assenta o Estado e através da qual se faz muito complexa a distinção entre público e privado, que seria exclusiva da concepção moderna de poder.

Essa difícil separação entre público e privado que o autor destaca traz contradições que remontam ao período colonial. Já no Império, quando a Regência foi estabelecida, ampliou-se a estrutura de ordenanças (estabelecida pela Coroa Portuguesa, regulamentava sobre a organização administrativa, militar e social das colônias). A estrutura política acompanhava a fundiária. Somente os mais ricos votavam em todas as eleições. Os de situação econômica em degrau inferior votavam nas eleições municipais e provinciais. Aqueles que viviam sobre a complexa “proteção” dos potentados rurais eram excluídos do direito ao voto por conta de sua renda.

O autor chama a atenção para um ponto muito importante desta cadeia: as oligarquias, de certa maneira, representavam o sustentáculo desta complexa relação de poder. Essas oligarquias eram elites que detinham o poder político, econômico e social em diversos locais, especialmente, em contexto rural e, na maioria das vezes, compostas por famílias tradicionais e influentes, exercendo domínio por um tempo considerável nas regiões em que estavam inseridas. Essas elites, detentoras de poder político e econômico, conseguem projetar e manter seus interesses e privilégios, inibindo a mobilidade social e o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas.

Segundo Martins (2011), mesmo o governo militar precisou da sustentação política das oligarquias e, apesar de ter cassado os mandatos de políticos ligados a partidos de esquerda, garantiu o dos parlamentares que eram representantes típicos das tradições oligárquicas e clientelistas.

De acordo com Martins (2011, p. 86) “o mandato é sempre um mandato em favor de quem está no poder, pois é daí que vem as retribuições materiais e políticas que sustentam o clientelismo, não importa a orientação ideológica de quem o ocupa”. Ressalta ainda que, ao longo da história brasileira, foram noticiados casos de corrupção que não causaram estranheza, nem repulsa política, tampouco demonização de atores e partidos políticos. Assim, o autor se questiona sobre o que mudou na sociedade que passou, então, a se indignar com episódios que não costumavam impressionar a sociedade antes. Sublinha que os mecanismos da tradição do poder político sempre foram considerados legítimos pela população e explana que os mais pobres votam, historicamente, não por convicções políticas, mas por questões de lealdade e troca de favores.

Essa discussão assentada sobre a lógica do voto encontra respaldo na discussão sobre o sistema coronelista.

## 2.1 Coronelismo: rupturas e continuidades

Os primeiros títulos de coronéis foram instituídos pela Guarda Nacional, durante o período imperial, a fim de salvaguardar a Constituição e manter a ordem local. O título de coronel (tenente-coronel) era cedido aos chefes locais mais poderosos, seguidos dos títulos de major e capitão, descendo para outros escalões mais baixos que estruturavam a Guarda Nacional.

Depois que a Guarda Nacional foi extinta, porém, aquela figura do coronel, dotada de mando local, não se extingue por normas burocráticas. É nesse contexto que surge o fenômeno do coronelismo. Lima Sobrinho (2012), discorrendo sobre a concessão da patente de coronel na época da Guarda Nacional, ressalta que mais tarde as patentes passaram a ser concedidas a quem estivesse disposto a pagar mais por elas.

Leal (2012) se tornou um clássico no estudo do coronelismo com a obra *Coronelismo, Enxada e voto*, publicada em 1948 (num contexto de pós-redemocratização em 1945), ao abordar as peculiaridades locais da política municipal, dando corpo a uma forma peculiar da manifestação do poder privado na política representativa. Apesar do autor identificar o fim do fenômeno coronelista, ainda se percebem em muitos municípios do interior do Brasil, rupturas e continuidades herdadas desse tipo de poder político na cultura política municipal.

Leal (2012) compreendia o coronelismo como um sistema que alicerçava as relações entre União, estados e municípios, envolvendo assim, respectivamente, presidente, governadores e coronéis. Carvalho (2012) ressalta que uma grande contribuição de Leal (2012) para a Ciência Política brasileira foi romper com a dicotomia entre vida cotidiana ou vida privada e vida política representada no Estado, como o fizeram autores como Gilberto Freyre e Euclides da Cunha em *Casa grande e senzala* e em *Os sertões*, respectivamente. Embora não negasse as polarizações, Leal (2012) as teria enxergado de forma dialética.

A estrutura agrária em que predominava a grande propriedade, de acordo com Carvalho (2012), junto a uma grande pobreza da população que vivia no meio rural e mesmo nas cidades, era propícia ao desenvolvimento do mandonismo e do filhotismo (termos utilizados pelo autor). O Governo Provisório na República estabelecia um regime pelo qual os prefeitos eram de livre nomeação pelos interventores. Na Constituição de 1934, havia uma preocupação em aumentar a autonomia municipal, mas, ao mesmo tempo, permitia ao Estado exercer uma tutela administrativa, suprimindo novamente o princípio de eletividade dos prefeitos. A Constituição de 1937 limitava o tempo de indicação a quatro anos, mas somente a partir de 1947 passariam a ser eleitos por meio das eleições diretas.

Durante a Primeira República, a organização social foi também um dos sólidos sustentáculos do coronelismo. Nesse contexto, os votos de cabresto e a porcentagem de votos conseguida definiria o poder político do coronel. Carvalho (2012) explica o controle eleitoral por meio do voto de cabresto (analogia a um arreio, usado principalmente em cavalos para controlar sua marcha), em que os eleitores (trabalhados pelo autor dentro de um cenário predominantemente rural) são coagidos a votar num partido ou num candidato em razão dos laços de dependência social e econômica em relação aos coronéis. Assim, fosse por ameaça, favores ou outras formas de manipulação socioeconômica na vida local, os coronéis conseguiam eleger seus candidatos, driblando o viés democrático das eleições.

Também se estabelecia a relação de compadrio e nada acontecia sem a permissão do coronel. Tudo em dia de eleição era despesa do próprio, como, por exemplo, a alimentação e transporte dos votantes.

Os interesses do município, de certa forma, se sobrepunham aos interesses da pátria, uma vez que o olhar da sociedade se voltava para os problemas e as questões locais, em virtude do isolamento experimentado numa era onde as informações circulavam lentamente e o isolamento estava presente. Ideias como “negar pão e água aos adversários” e que “na política só havia uma vergonha, qual seja, perder” eram comuns. A hostilidade aos adversários era declarada, negando-lhes o que foi pedido, que era sempre tido como “favor” e não política pública ou direito.

Precisar quais devam ser, numa boa organização administrativa, as atribuições municipais, é tarefa de extrema dificuldade. As indicações muito gerais pouco esclarecimento podem trazer. Quando se diz, por exemplo, que devem caber ao município as tarefas de natureza local, ou do seu peculiar interesse, resta ainda definir o conceito auxiliar tomado para referência. A dificuldade aumenta quando se observa que certos assuntos, que ontem só diziam respeito à vida de um município, podem hoje interessar a diversos, a todo um Estado, ou mesmo ao país inteiro. Essa variação, no tempo, da área territorial sobre a qual repercute um grande número de problemas administrativos torna muito relativa a noção de peculiar interesse do município, ou de interesse local, perturbando a solução do assunto no terreno doutrinário (LEAL, 2012, p. 75).

Leal (2012) aponta que o coronel é quem detinha o poder de um lote significativo de votos de cabresto. O poder político vem se somar à sua privilegiada situação econômica como dono de terras. Comenta, porém, que, às vezes, tornando-se advogados ou médicos, os chefes políticos municipais acabavam abandonando seu local de origem, retornando para o que chama de “feudo político” de tempos em tempos, para visitar a cidade, pessoas da família e para fins partidários.

Pang (1978) descreve o coronel como sujeito que assume atividades que são essencialmente do Estado. O autor afirma que, apesar de frequentemente o coronel ser dono de terras, muitas vezes conseguiam assumir esse posto indivíduos vindos de outras posições, tais como comerciantes, advogados, padres (como o caso do Padre João em Tocantinópolis, analisado por Palacín (2008) , burocratas, médicos, professores e industriais. Em todos esses casos, havia uma legitimidade baseada em seu status. Pang (1978) esclarece que a política eleitoral no período colonial era confiada às Câmaras. Havia politização nas concessões de títulos e o autor diz que a estabilidade da manutenção do poder do coronel dependia do tempo que durasse a permanência de seu partido no poder.

Para o autor, entre 1850 e 1950, o Brasil passou por mudanças estruturais em sua economia e política, a partir de um período de modernização, crises e instabilidade, época em que surge o coronelismo. O período colonial teve sua política dominada pelas classes mais abastadas provenientes dos engenhos de açúcar e das fazendas de gado. A elite dos plantadores detinha um poder maior do que o da própria Coroa. É só na segunda metade do século XVIII que a classe mercantil urbana começa a fazer com que os proprietários de terras se sintam ameaçados. Tanto na monarquia quanto na República, o município continuava a ser um território que o coronel-fazendeiro entendia como privado, de domínio seu. Durante o processo de colonização de Goiás, principalmente a partir do século XVIII, muitas áreas de terra foram ocupadas por pessoas que buscavam se estabelecer na região. A falta de um efetivo controle fundiário e a ausência de títulos de propriedade facilitaram a ocupação e a posse irregular de terras tanto por pequenos lavradores quanto por grandes proprietários de terras.

Já na Primeira República, sobre a fraude nas eleições, Pang (1978) aponta que as farsas começavam desde os registros dos eleitores, com o uso também de violência, com capangas intimidando os eleitores, registros de eleitores não-qualificados, registros duplicados, fraudes por meio de registros de votação de eleitores que já haviam falecido, para apoiar o candidato do coronel, impedimento de registro de eleitores que apoiassem os candidatos rivais. Até a década de 1930, segundo o autor, as fraudes continuavam, muitas vezes com um coronel obtendo um número de votos superior ao número de eleitores. Pang (1978) explica que, às vezes, as fraudes eram tão absurdas que um coronel obtinha um número de votos maior que o total de eleitores. A colaboração entre os coronéis, os presidentes e governadores decidia o resultado das eleições.

De acordo com Leal (2012), era também o coronel quem indicava ou aprovava aqueles que ocupariam os cargos públicos (professoras, servidores da saúde e da justiça, serviços administrativos em geral), conseguindo-os junto ao governador. A ascendência do poder dos coronéis representava uma rarefação do poder público e a reciprocidade na eleição dos governadores garantia a liderança local do coronel. Na justiça, tinha-se a concentração de poder judiciário e policial nas mãos de uma mesma pessoa e a organização policial era tendenciosa: a polícia militar tinha participação ativa nas campanhas políticas.

Leal (2012) também descreve a estrutura e instituições judiciárias da época, destacando que existiam juízes temporários à mercê das influências advindas das relações de poder e mesmo os juízes vitalícios sofriam influências relacionadas a possibilidades de promoções e remoções. No júri, o poder dos chefes políticos locais culminava em impunidade dos capangas do coronel.

Por vezes convergindo com Leal (2012), Queiroz (1976) afirma que o coronelismo tem raízes no Império, embora ele alcance seu auge na Primeira República, período em que os “mandões” políticos predominaram no cenário político. A Guarda Nacional, como dito no início deste subtítulo, que possuía uma organização política parecida com o Exército, refletia a estrutura socioeconômica e o coronel estava no topo desta estrutura. O coronel funcionava, então, como uma espécie de localização sócio-política.

Queiroz (1976) alerta para a necessidade de enxergar o tipo de chefia coronelística existente em diferentes locais, bem como qual o grau de mando do coronel e o grau de obediência da população que o cercava. A autora destaca, ainda, o contrato tácito entre cabo eleitoral e eleitores. A figura do cabo eleitoral também é destacada, sendo aquele que conseguia reunir seu prestígio pessoal à capacidade de prestar favores em nome do coronel. O voto é, nessa relação, um instrumento de troca. A quantidade de graus presente na estrutura

coronelística também é objeto de preocupação da autora, que nos alerta sobre a pluralidade que pode estar presente aqui.

De acordo com Victor Nunes Leal, coronelismo

(...) é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado, ainda tão visíveis no interior do Brasil (LEAL, 2012, p. 44).

Na definição de Leal (2012) fica clara a importância da estrutura agrária tal qual estava sedimentada para que o sistema se desenvolvesse. De acordo com Oliven (2011), até a primeira metade do século XX, a maioria dos brasileiros ainda residia no campo, o que levava a reflexões sobre a “vocação agrária” do país (ideia bastante difundida na República Velha). Porém, foram muitas as transforma es sofridas pelo Brasil, principalmente a partir de um intenso processo de urbaniza o e o início da industrializa o e moderniza o tecnológica.

Para Leal (2012), o coronelismo, baseado numa “rela o de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido” (Leal, 2012, p. 231) funciona, assim, como processo de conserva o do conteúdo residual do poder privado, pois:

O fortalecimento do poder público não tem sido, pois, acompanhado de correspondente enfraquecimento do “coronelismo”; tem, ao contrário, contribuído para consolidar o sistema, garantindo aos condutores da máquina oficial do Estado quinhão mais substancioso na barganha que o configura. Os próprios instrumentos do poder constituído   que são utilizados, paradoxalmente, para rejuvenescer, segundo linhas partidárias, o poder privado residual dos “coronéis”, que assenta basicamente numa estrutura agrária em fase de notória decadência; Essa decadência   imprescindível para a compreensão do “coronelismo” porque na medida em que se fragmenta e dilui a influência “natural” dos donos de terras, mais necessários e torna o apoio do oficialismo para garantir o predomínio estável de uma corrente política local (Leal, 2012, p. 236).

Para o autor, a crescente inser o da produ o industrial na década de 1930, a redu o do poder econômico dos fazendeiros em virtude da crise do café e a ascendente amplia o da importância econômica de outros atores como banqueiros, comerciantes e industriais; o crescimento da popula o e do eleitorado urbano, a expansão dos meios de comunica o e transporte eram fatores que de longa data vinham abalando a estrutura econômica e social, sob a qual se sustentava o “coronelismo”. Contudo, no plano político, as mudanças ocasionadas pelo fim da República Velha atingiram esse sistema de forma superficial, pois não atacou sua base de sustent o, que era a estrutura agrária, o que resultava na “subsistência do coronelismo, que se adapta, aqui e al , para sobreviver, abandonando os anéis para conservar os dedos” (Leal, 2012, p. 237).

O coronelismo para Leal (2012), embora em crise enquanto sistema, só poderia sofrer uma decomposi o completa a partir de uma altera o substancial na estrutura agrária

brasileira. Enquanto não houvesse esse rompimento que o autor julga necessário, a estrutura agrária e o coronelismo contribuiriam mutuamente para a manutenção de suas bases.

Identificando coronelismo com mandonismo local, Pang (1979) defendia que a Revolução de 1930 não colocou fim ao coronelismo, e, sim, o transformou, integrando-o à política nacional. “O coronel, anteriormente altamente personalista, tornou-se membro do partido disciplinado, senão submisso” (Pang, 1979, p. 232). O autor afirma que as transformações econômicas e sociais ocorridas nas décadas de 1930 e 1940 operaram ainda, uma outra dimensão nessa transformação do coronelismo:

Depois de 1945, um coronel raramente é um czar econômico ou o patriarca social de seu município. O estereótipo está desaparecendo rapidamente. Hoje em dia o coronel, ou o mais respeitado chefe político, é frequentemente um homem de nível universitário, muitas vezes um advogado ou um médico. Até 1964 ele era uma pessoa-chave de um dos diversos partidos políticos de seu município, aceitando a liderança do diretório local. Depois de 1964, os militares dissolveram os partidos e substituíram-nos por um sistema bipartidário: o partido dominante, a Aliança Renovadora Nacional, Arena, e o MDB, Movimento Democrático Brasileiro. Os coronéis do antigo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PSD (Partido Social Democrático), UDN (União Democrática Nacional) e outros coronéis de partidos menos importantes ingressaram num dos dois partidos oficiais. Um coronel não depende mais de seus próprios recursos para proteger e expandir seu poder pessoal. Ele utiliza habilmente os recursos de seu partido e o dos governos estaduais e federal - isto é, o poder público e seus recursos - para promover seus interesses pessoais ou de classes (Pang, 1979, p. 232-233).

Assim, para Pang (1979), o que ocorre é uma modificação do coronelismo, primeiro após 1930 e ainda com maior força após 1945, em virtude do sistema de voto secreto, a industrialização, a urbanização etc. Destaca ainda que nem o Partido Democrático Social (PDS), nem o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tampouco a União Democrática Nacional (UDN), conseguiram “monopolizar a lealdade partidária dos antigos chefes políticos do interior” (Pang, 1979, p. 234). Assim, os municípios, segundo o autor, passaram a ter mais de um coronel partidário e a consolidação e um curral eleitoral ficou mais difícil. Além do mais, de acordo com Pang (1979), a expansão do poder dos governos estaduais e federal após 1945, minaram progressivamente o poder do coronel. O Estado e os partidos não mais dependiam do coronel para obterem êxito.

Pang (1979) afirmou que os “coronéis” de segunda e terceira geração continuaram na política, alguns até explorando os nomes e reputação dos seus ilustres pais e avós. O autor, por fim, declara que o coronelismo estaria em declínio, apostando que com o desenvolvimento e a modernização, haveria a ascensão de uma nova elite social; o interior diminuiria e a cidade avançaria ao centro de poder, o que faria com que as elites tradicionais desceriam do poder político.

Carvalho (2011), ao refletir sobre o que o sistema coronelista deixa incrustado na política brasileira, ressalta que uma importante contribuição de Leal (2012) foi estabelecer uma distinção conceitual entre mandonismo e coronelismo, qual seja: o primeiro como um fenômeno local e o segundo como um sistema nacional. Assim, Carvalho (2011) ressalta que o mandonismo teve seu auge durante a período colonial. Concordando com Leal (2012) em

fugir de uma dicotomia entre as teses feudal e patrimonial, mas tratando sobre uma negociação entre o poder privado dos coronéis e o poder público do Estado, Carvalho (2011) afirma que, para além dos conceitos de mandonismo e coronelismo que acentuam a força do poder privado e que, segundo o autor, já fazem parte da História, o clientelismo é um conceito que permanece atual, pois trata do uso indevido de bens públicos, criando, por exemplo, empregos e favores a fim de criar dependências políticas.

Como característica política herdada do coronelismo e do mandonismo, o clientelismo, para Carvalho (2011), jamais desaparecerá totalmente pois parece intrínseco, em menor ou maior grau, a todos os sistemas políticos, mesmo os mais republicanos.

É importante diferenciar a figura do coronel, que é protagonista no sistema coronelista, mas não o resume em si próprio; pois, quando oficialmente se extingue a figura do coronel, o mesmo não se pode dizer de um sistema que funcionou por muito tempo entranhado na vida local. Suas heranças permanecem na política e na cultura em diferentes níveis por diferentes espaços temporais a depender do lugar que se analise. Em outras palavras, um fenômeno tão complexo não se exaure de imediato e sem deixar rastros.

No sistema coronelista, o elemento rural era predominante em relação ao elemento urbano e havia um esforço do coronel para construir a cidade, ou seja, ele se atentava para o funcionamento das instituições e tentava trazer para o município aquilo que localmente se demandava. A hostilidade aos adversários era declarada, negando-lhes o que foi pedido, que era sempre tido como “favor” e não política pública ou direito.

Na oposição estavam, normalmente, somente aqueles que não conseguiram se inserir no governo. A coerção se fazia física ou moral. Várias dessas situações ainda nos parecem familiares ao se pensar nas políticas municipais do interior do Brasil. Não é raro em pequenos municípios, funcionários públicos se preocuparem com retaliações por não terem apoiado o prefeito que venceu as eleições. Tampouco, como bem lembram Palmeira e Heredia (2010), o uso dos termos de “ganhar” e “perder a política”.

Lima (2011) percebe que, em várias fábulas modernas que trazem as diferenças entre cidade e campo, a cidade é geralmente retratada abarcando aspectos como a artificialidade nas relações e a insegurança, porém, representando também capacidade de exercício da liberdade e da civilização. O campo, por sua vez, aparece como um espaço de autenticidade e contato com a natureza, porém, sendo um local de expressão do conservadorismo e do atraso. Afirma que em sociedades de base agrária como a brasileira, as cidades eram o centro político e administrativo, contudo, totalmente dependentes do campo, onde se desenvolviam as principais atividades econômicas até o final do século XIX e início do século XX.

Sob este aspecto, podemos inferir que a distância cultural entre a vida urbana e as populações sertanejas também possui raiz histórica e as enormes distâncias que separavam os centros urbanos administrativos da vida nos bairros rurais e nos municípios interioranos era, desde a formação da Guarda Nacional, em 1831, mediada pela figura do coronel.

Queiroz (1976), cujos escritos datam da década de 1960, alerta para a necessidade de enxergar o tipo de chefia coronelística existente em diferentes locais, bem como o grau de mando do coronel e o de obediência da população que o cercava. A autora destaca, ainda, o contrato tácito entre cabo eleitoral e eleitores. A figura do cabo eleitoral também é destacada, sendo aquele que conseguia reunir seu prestígio pessoal à capacidade de prestar favores em nome do coronel. O voto é, nessa relação, um instrumento de troca. Em síntese, pode-se dizer que nessa estrutura estavam presentes os moradores, sitiante, pessoas ligadas ao coronel e coronéis de menor prestígio.



Do outro lado dessa relação, explica Queiroz (1976) que o cidadão possuía um poder de barganha que, devido à sua posição socioeconômica e familiar, poderia concentrar centenas de votos.

Segundo Jean Blondel, haveria uma sucessão no tempo entre a forma violenta da obtenção de voto e a barganha; primeiramente teria existido esta forma violenta, que aos poucos iria se abrandando, na medida em que os eleitores descobrissem que o voto é a sua “posse” e que essa posse lhes dava um poder de barganha. Atualmente, escrevia ele em 1957, o chefe político “capta os eleitores ou os conserva graças a favores frequentes para que esses o julguem indispensável. Da antiga dominação do chefe político, que impunha suas ordens pela força, da época em que o cabo eleitoral era verdadeiramente o cabo de um pequeno exército, permanece, sobretudo, uma aparência externa. O chefe político continua a assegurar a proteção de seus homens, mas esta proteção, com o desenvolvimento da consciência nacional, perde, mais e mais, seu caráter político para tomar aspecto administrativo. O eleitor tomou o hábito de pedir cada vez mais e mais. Ele sabe que existe um Estado e uma federação que o podem socorrer (QUEIROZ, 1976, p. 174).

Para Queiroz (1976) o coronelismo então, não se extingue em 1930. Ele se remodela dentro de um novo modelo de Estado, embora sofra um declínio natural em virtude da reconfiguração do modelo social e econômico. Também para a autora, a eleição não representava um momento de escolhas de indivíduos que seriam os considerados mais preparados para assumir os cargos e sim um momento de barganha política. Barganha essa que, segundo a autora, se tornaria mais difícil com o aumento do sufrágio, pois o aumento da quantidade de eleitores levaria à necessidade do aumento do uso da violência e de instrumentos de coerção, o que indica que a vontade do coronel não era simplesmente aceita: havia ali uma espécie de conciliação. É importante ressaltar, neste aspecto, que a prática da barganha não era incompatível com injustiças e abusos aos eleitores. Esperava-se lealdade tanto do eleitor para o coronel como vice-versa.

São estes os aspectos específicos do jogo eleitoral brasileiro, desde que a República se estendeu a todos os cidadãos alfabetizados: votar num candidato indicado por um coronel não é aceitar passivamente a vontade deste; é dar conscientemente um voto a um chefe poderoso, de quem já se obteve algo, ou se almeja obter algo. O voto é, pois, consciente, mas orientado de maneira diversa do que o voto de um cidadão de sociedade diferenciada e complexa; no primeiro caso, o voto é um bem de troca; no segundo caso, o voto é a afirmação pessoal de uma opinião (QUEIROZ, 1976, p. 178).

Outra grande contribuição de Queiroz (1976) se refere a como os grupos de parentela estão presentes na origem da estrutura coronelista, o que se aplica em nosso estudo de caso, quando pensamos na cidade e no estado de Goiás, se refletirmos na situação dos Caiado. As parentelas se constituem tanto por laços de sangue, quanto por laços matrimoniais. A parentela, segundo Queiroz (1976), se compõe de um extenso grupo de parentesco, possuindo uma estrutura externa complexa, estratificando-se em diversos níveis.

Havia uma relação de contraprestação entre eleitores e políticos, esperando-se uma lealdade tanto por parte do coronel, como dos eleitores. O cidadão que possui uma família com elevado número de membros, portanto, possui um poder de barganha política maior, devido à quantidade de votos que pode acrescentar a uma disputa política. Isso é importante para Queiroz (1976) porque a família seria a definidora principal da estrutura disciplinadora social.

Carvalho (2011), dentre os quatro autores até aqui apresentados, é o que apresenta escrita sobre tempos mais recentes, fazendo vínculos com o clientelismo, que identifica como herança coronelística, identifica que os fenômenos de mandonismo, coronelismo e clientelismo diferem pelo menor ou maior peso do Estado em relação ao poder privado e pela maneira como eles se relacionavam, enxergando que o que o coronelismo nos deixou de herança foi o clientelismo.

O autor afirma que, durante a vigência do fenômeno coronelista, o patrimônio público foi utilizado enquanto instrumento de poder e que hoje vigora o clientelismo baseado em recursos públicos, onde o Estado é o patrão e o eleitor é o cliente. Explica-se: os bens públicos são utilizados indevidamente na forma de empregos e favores, criando relações de lealdade e dependência política.

Carvalho (2011) conclui que, assim como o coronelismo e o mandonismo foram extintos, também seria necessário acabar com o clientelismo e seus anexos que parecem ser inerentes a todos os sistemas políticos brasileiros, ressaltando que, embora já haja entre nós uma opinião pública que condena essas condutas, tal condenação ainda não encontra correspondentes no comportamento dos políticos e na ação da justiça, o que desmoraliza as instituições da democracia representativa, abalando os alicerces de nosso sistema político.

O autor tece uma crítica às análises que fazem uma correspondência entre mandonismo e coronelismo, apontando que é muito simplificada a visão do coronel como um grande latifundiário, quando, na verdade, ele pode ser um chefe religioso, um comerciante, um médico ou uma mulher, como no caso de Santa Dica em Pirenópolis-GO, na década de 1920.<sup>11</sup>

O mandonismo, para Carvalho (1997), diferente do coronelismo, não seria um sistema, mas uma característica da política tradicional. Sua história nos remete à formação da cidadania e tenderia a se dissolver quanto mais houvesse uma melhoria nos direitos civis e sociais, que, para o autor, seriam componentes da capacidade de ação política do sujeito.

Também pensando o coronelismo como eixo central, voltado para um coronel situado no Nordeste, Vilaça e Albuquerque (2003) escrevem na década de 1960, quando o debate sobre a modernização estava em voga. O modelo de expansão da propriedade territorial sob balas<sup>12</sup> era bastante usual, segundo o autor, e sofria de pouquíssima ou nenhuma

---

11 Nas palavras de Bragança (2018), Benedicta Cypriano Gomes, “Santa Dica”, nasceu em Lagolândia no município de Pirenópolis, Goiás, no ano de 1905. Essa camponesa de origem humilde tornou-se protagonista de grandes acontecimentos da história de Goiás. Ainda muito jovem Benedicta pode ver sua fama se espalhando muito rapidamente por todo o estado, de maneira que foi logo descoberta pela imprensa nacional, tendo seu nome divulgado em grandes jornais da época. Sua história de vida e trajetória pessoal tornaram-na um símbolo de devoção que atraía uma legião cada vez maior de seguidores, formando um povoado próximo de onde morava. Rezava missas, realizava “curas milagrosas”, defendia o uso comum da terra. Por isso, seu poder incomodava muito os coronéis da região.

12 Esse termo remete a uma prática de persuasão com ameaça e violência armada na disputa por terras. Embora ilegal, essa forma de conduta se valia da pouca ou inexistente presença do Estado no interior do Brasil. Importante lembrar que essa violência ainda persiste nas disputas pelo direito à terra.

punição, fatos que hoje a população historicamente assentada na luta pela terra ainda sente. Havia uma institucionalização da violência.

Como já afirmamos, o coronelismo não desaparece sem deixar rastros. Houve, porém, um adensamento da realidade social que retira o coronel da situação anterior.

Mas o coronel (...) é também um ser profundamente político que interage com o Estado, servindo-o e dele se servindo, perdendo lentamente no processo sua hegemonia. No esquema analítico do autor [referindo-se a Leal (2012)] entram fatores econômicos, políticos e sociais, além dos tradicionais aspectos jurídicos e financeiros. Entra ainda grande sensibilidade para a dimensão histórica, que o faz caracterizar o fenômeno do coronelismo como restrito a um momento específico da nossa vida política. Com isso, evita as análises genéricas que viam na história do país, em sua cultura e sua história, permanências que o condenavam à eterna infantilidade democrática (CARVALHO, 2012, p. 7).

Carvalho (2012) ressalta que foram as dificuldades do coronel como produtor que o levaram a firmar acordos com o poder estatal, ou seja, conforme diminui seu poder econômico, precisa angariar mais elementos para sustentar seu poder. Lima Sobrinho (2012, p. 38) afirma que no cerne da questão está o “nosso velho conhecido, o latifúndio, com os seus limites e o seu poder inevitável”.

Esse diálogo dos autores a respeito da obra de Leal nos é muito rico para falar de heranças de rupturas e permanências do fenômeno que ficou conhecido por coronelismo, motivo pelo qual decidimos transcrever a passagem completa do comentário que Lima Sobrinho (2012) faz:

O “coronelismo” em 1975 não será a mesma coisa que o de 1949. Dia a dia o fenômeno social se transforma, numa evolução natural, em que há que considerar a expansão do urbanismo, que liberta massas rurais vindas do campo, além de modificações profundas nos meios de comunicação. A faixa do prestígio e da influência do “coronel” vai minguando, pela presença de outras forças, em torno das quais se vão estruturando novas lideranças, em torno de profissões liberais, de indústrias ou de comércios venturosos. O que não quer dizer que tenha acabado o “coronelismo”. Foi, de fato, recuando e cedendo terreno a essas novas lideranças. Mas a do “coronel” continua, apoiada aos mesmos fatores que a criaram ou produziram. Que importa que o “coronel” tenha passado a doutor? Ou que a fazenda se tenha transformado em fábrica? Ou que os seus auxiliares tenham passado a assessores ou a técnicos? A realidade subjacente não se altera, nas áreas a que ficou confinada. O fenômeno do “coronelismo” persiste, até mesmo como reflexo de uma situação de distribuição de renda em que a condição econômica dos proletários mal chega a distinguir-se da miséria. O desamparo em que vive o cidadão, privado de todos os direitos e de todas as garantias, concorre para a continuação do “coronel”, arvorado em protetor ou defensor natural de um homem sem direitos (LIMA SOBRINHO, 2012, p. 41).

É preciso que alertemos o leitor de que identificar alguns pontos de conversão entre o sistema coronelístico e algumas práticas que persistem na vida política sobretudo de pequenas cidades não implica na conclusão de uma permanência de tal sistema. Resgatar o passado coronelista do Brasil, se faz necessário, ao estudarmos a política de um município como Goiás, uma vez que essa estrutura em muito dificulta que os segmentos da população com menos recursos econômicos consiga se fazer afirmar localmente nas eleições e espaços de poder institucionalizados, com grande dificuldade para eleger representantes advindos de suas classes, não apenas por uma questão financeira, mas também pela dificuldade de construir um capital político (BOURDIEU, 1989).

Em outras palavras, dizemos que uma força política advinda de um lugar social de população dominada politicamente dentro de uma estrutura herdeira do coronelismo, é não-hegemônica e, geralmente, encontra enorme dificuldade ao cogitar uma candidatura em âmbito municipal, pois algumas estruturas, ainda que de forma simbólica criam preconceitos e entraves à entrada de atores políticos que não compartilham de elementos tradicionais locais (aqui tomados como tradicionais, mas vinculados às elites).

## 2.2 O coronelismo no estado de Goiás

Em Goiás, um padre missionário observou que um sertanejo chamado Clementino perdeu a ocasião de votar (a votação era feita por ordem alfabética), porque haviam lhe ensinado a escrever seu nome com a letra Q. Um “Bastião” surgiu quando chamaram a letra B, apesar de seu nome legal ser escrito com S, de Sebastião. Não era raro um José insistir em votar na vez do Z, já que era normalmente chamado Zé (PANG, 1978, p. 35).

Os coronéis, figuras às quais hoje temos acesso, além de sua descrição sistematizada por áreas do conhecimento como a Ciência Política, a História e Sociologia; por meio de obras literárias, cinematográficas e de arte, em geral, não tinham um comportamento padronizado, embora possamos atribuir a eles algumas características comuns. Ao contrário da figura do coronel, o coronelismo não é completamente extinto, pois assume novas formas de exercício do poder.

Embora ainda escutemos algumas categorias assim se referirem a políticos em exercício (chamando àquele da oposição de coronel), aquela figura política institucionalmente personificada como coronel deixou de existir. O coronel sai de cena, mas o sistema coronelista não é substituído de forma automática por um outro tipo de fazer política e de administrar. Ele deixa raízes e também sementes que se fazem perceber até hoje. Por isso, também a necessidade de nos debruçarmos um pouco sobre o coronelismo no estado de Goiás.

A política e a sociedade goiana nascem das iniciativas de povoamento do interior do país, intensificadas em alguns momentos. A fragilidade dos poderes centrais, federais e estaduais permitia a liderança do homem forte, rústico, detentor de poder econômico e força política, que não se deixa intimidar pela lei (porque de certa maneira, ele também a faz), e tem boas relações com deputados, prefeitos e governadores. Um desrespeito à sua ordem era considerado traição.

Chaul (1998) cita sobrenomes que desde os primeiros tempos da mineração dirigiram a política e a vida administrativa no município de Goiá, quais sejam: Fleury, Jardim, Moraes,

Alencastro, Gouveia, Jubé, Rocha Lima e Albernaz, tendo destaque social e econômico inicialmente na mineração e depois na pecuária. No final do século XIX e início do século XX, permanecem os Bulhões (parte do Império e início da República), os Ludovico de Almeida (que continuam como três gerações de políticos) e os Caiado, que ascendem no Império e permanecem ainda nos dias de hoje.

O primeiro cargo de destaque assumido pela família Caiado foi a 1ª Vice-Presidência da Província em 1883, com Antonio José Caiado.

A família teve e tem expressões em quadros políticos diferenciados como no processo da instalação dos partidos políticos no final do Império, na transição para a República, na República Velha e na política dos governadores, na Revolução de 1930, na ditadura do Estado novo, na “redemocratização” de 1946, no populismo, no regime militar, na “abertura” democrática, na Nova República e, na atualidade, no governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (Chaul, 1998, p. 209).

Mesmo diante das alterações na vida econômica e social e das mudanças que ocorreram nas políticas municipal, estadual e federal, esta família conseguiu se reorganizar e continuar na disputa pelo poder político. A presença dos Caiado no poder político com base na propriedade fundiária seria o principal componente que permite sua permanência? Talvez só a tradição ruralista não poderia explicar, pois a expansão de setores da economia ampliou o universo de atores políticos.

Chaul (1998) expõe a origem portuguesa nobre da família Caiado, que começa sua intervenção política no estado na década de 80 do século XIX e permanece até hoje, representando os interesses políticos, econômicos e sociais das elites agrárias, fazendo uma política de caráter conservador na defesa de suas posições de grandes proprietários de terras.

No Império, com o fim da mineração e a afirmação da agricultura e da pecuária, os Caiado já tinham representantes como tenentes-coronéis na Guarda Nacional. Ao lado dos Bulhões, detinham a direção política da província. Em algumas entrevistas coletadas por Chaul (1998), aplicadas a membros da família acerca de suas relações de trabalho com os empregados, ficou clara uma certa posição de benevolência dos Caiado para com estes e não uma posição de reconhecimento de seus direitos de cidadãos.

Em Goiás, a dinastia política dos Bulhões continuou a dominar o estado depois de 1889, proliferando sua progeneritura política para a oligarquia que logo absorveu os Caiado e os Jardim. O governo familiar dos Bulhões terminou em 1912, sendo sucedido pela oligarquia dos Caiado, que governaram até 1930 (PANG, 1978, p. 39).

Os Bulhões, primeira oligarquia goiana, de origem nos arredores do Arraial de Sant’Anna (hoje cidade de Goiás), se destacavam por seu poder econômico fundado nos latifúndios pecuaristas do estado. Em 1909, Goiás viveu uma instabilidade política que resultou num movimento em que os Bulhões foram mais uma vez vitoriosos, apoiados por Eugênio Jardim e Antônio Ramos Caiado (Palacín e Moraes, 2008, p. 130), fato que será melhor trabalhado no capítulo III.

A “Revolução” (também chamado de movimento de 1909 e que será trabalhada no capítulo III), segundo Souza (2006), teve origem a partir da revolta dos fazendeiros pecuaristas com a política fiscal do governo Xavier de Almeida. A cobrança dos impostos de exportação incomodava os coronéis pecuaristas.

Sua influência estava concentrada nos arredores da capital Goiás, onde nasceu José Leopoldo de Bulhões, o maior líder do grupo. Eram eminentemente bacharéis e os Caiado eram pecuaristas, porém, vale destacar que vinha já de uma família de tradição política: seu avô foi um militar que presidiu a Província de Goiás e também Senador do Império, sua família fazia parte de uma elite burocrática do período imperial.

Com a eleição de Hermes da Fonseca para presidente da República em 1910 e seu ataque aos Bulhões, uma vez que este último foi base de apoio da oposição à Presidência da República (Rui Barbosa), a condução política do estado passou ao coronel Eugênio Jardim, que permitiu a ascensão dos Caiado na figura do líder Antonio Ramos Caiado, conhecido por Totó Caiado. Esta oligarquia permaneceu no poder de 1912 a 1930, quando emerge a figura de Pedro Ludovico Teixeira, indicado por Getúlio Vargas a ocupar o cargo de interventor do estado.

A partir de 1912, a oligarquia dos Bulhões teve sua queda com o desentendimento com os Jardim Caiado, que se constituíram na elite política goiana, popularmente chamada de caiadismo. Eles tinham o apoio do Coronel Hermes da Fonseca. Tal desentendimento se pautava por questões partidárias, sendo os Bulhões líderes do Partido Republicano e os Caiado, líderes do partido Democrata.

Campos (1987) esclarece que o arranjo coronelístico em nível estadual se estabeleceu através do compromisso entre os grupos políticos municipais e o executivo estadual, permitindo que os coronéis tivessem domínio em seus locais<sup>13</sup>. À medida que o domínio estadual se expandiu, a estrutura oligárquica se delineou:

Na política, as forças existentes comportam-se diferentemente conforme disponham de recursos para impor seus interesses ou de procurar coalizões quando forças divergentes se equivalem, associada ao conflito e à sua solução vai estar a estabilidade política do sistema. A força que domina impõe seu controle, realiza suas demandas, satisfaz seus interesses, mantendo assim a estabilidade política... Quanto menos diversificados os interesses, numa realidade social menos complexa, tanto mais fácil conciliá-los e o contrário também parece ocorrer (CAMPOS, 1987, p. 38).

O autor descreve a engrenagem política formada pelo partido situacionista, o poder executivo e as representações estaduais e federais, sendo a base do sistema eleitoral e do sistema político que dominaria o estado. Assim, é através dessa engrenagem que diferentes grupos políticos conseguiram influenciar e trazer para si o poder estadual. Os elementos dessa engrenagem não vão expressar ou realizar somente a sua destinação institucional, pois muitas vezes vão ter uma função diferente de acordo com as conveniências da conjuntura da política estadual (CAMPOS, 1987, p. 55).

Outra contribuição de Campos (1987) é analisar a tradição política no município de Goiás quando afirma que a representação federal se concentrava nas mãos de poucos como os Caiado, Alves de Castro, Caiado de Castro e Veiga Jardim, que possuíam entre si ligações por meio do casamento. Essas famílias concentravam poder em torno da terra. Primeiro a mineração e depois a pecuária. Mais adiante vamos tecer comentários sobre as raízes sociais e econômicas dessas famílias presentes na composição da elite política tradicional goiana.

---

13 Embora esse não seja um caso particular de Goiás.

Chaul (2013) comenta uma tese, defendida por autores como Itami Campos, acerca da divergência entre pecuaristas e agricultores sobre a implementação da estrada de ferro em Goiás (via de transporte que será melhor trabalhada no capítulo III), sendo o domínio político exercido pelos primeiros (os pecuaristas). Campos (1987) argumenta que a família Caiado tentou impedir a chegada da estrada de ferro em Goiás, afim de manter um Goiás “mais atrasado” que seria viável à manutenção de seu poder. Em outros termos, à época, havia diferentes projetos políticos de estado em disputa na região.

A construção da estrada de ferro era uma questão central nesse contexto, pois tinha implicações econômicas, sociais e políticas significativas para a região. A exemplo do que acontecia também em outras partes do país, em Goiás, havia líderes políticos que defendiam a modernização do estado e no desenvolvimento econômico, sendo o transporte ferroviário, um instrumento facilitador no escoamento de produtos agrícolas que propiciaria o desenvolvimento econômico em âmbito regional. Também estava em voga o projeto de integração de Goiás a outras regiões do Brasil, o que seria também favorecido pelas ferrovias.

Neste contexto de disputa política, havia ainda uma tensão de interesses entre pecuaristas e agricultores. Os primeiros, força tradicionalmente dominante em Goiás até então, desenvolviam uma produção de carne bovina e criação de gado em grandes latifúndios, havendo entre eles, aqueles que se posicionavam com resistência às ferrovias, temendo que seu domínio na economia local ficasse prejudicado a partir do ingresso de outros atores que poderiam ganhar destaque na economia da região. Os segundos, produtores sobretudo de algodão, café e cereais estavam interessados na redução dos custos de transporte para escoar seus produtos.

Chaul (2013, p. 161) posiciona-se contrariamente a essa ideia, alegando que os coronéis pecuaristas, assim como os agricultores também tinham interesses políticos na ferrovia e que seria redutor pensar em todos eles lutando contra essa chegada, pois houve os que as desejassem para suas regiões, cidades e sua própria produção agropecuária, pois a estrada de ferro era uma demanda de comerciantes, agricultores e políticos goianos que dependiam dela para a melhoria econômica da região.

O autor questiona quais seriam os reais obstáculos para que os trilhos trariam à permanência política dos Caiado em Goiás, defendendo que seu declínio político não foi causado pelo desenvolvimento do estado, mas pelas aspirações político-sociais que encontraram respaldo na sociedade a partir do movimento de 1930, época política que também foi seguida pelo pacto populista presente na política nacional de 1930 a 1960.

Em Goiás, nos meandros da década de 1930, a tensão política entre os representantes do sul e sudeste do estado, contra os da região noroeste e norte, estava bem acirrada, pois conforme Jerônimo (2013) a velha política goiana representada pelos Caiado e Bulhões, não apoiou a Aliança Liberal, e desta forma, quando Getúlio Vargas assumiu o poder federal, houve expectativas de mudanças estruturais em Goiás, e Pedro Ludovico Teixeira foi essa figura que endossou essa premissa de mudança, quando percorreu cidades goianas em prol da Revolução de 1930, buscando lutar contra a continuidade do poder político nas mãos da família Caiado e Bulhões (DIAS, MIZIARA E LAMEIRÃO, 2021, p. 10).

Chaul (2013) acrescenta ainda que as oligarquias não tinham aversão à estrada de ferro como instrumento de progresso, mas possuíam certa afinidade com o desenvolvimento

dos transportes fluviais, por onde já se transportava gado, algodão e cereais. Para finalizar a defesa da premissa, o autor nos fornece duas importantes chaves de interpretação para pensar a história política de Goiás: primeiro, quanto à tentativa de manutenção do atraso pelas oligarquias, afirma que se tornou um argumento político de opositores afim de desqualificar seus adversários; e, segundo, afirma que “grupos em ascensão procurarão construir a ideia de modernidade, confrontando o velho com o novo, o atrasado com o moderno, o decadente com o próspero” (CHAUL, 2010, p. 166).

Chaul (2010), pautando-se em análise feita por Itami Campos, comenta que a tentativa de conter a construção da estrada de ferro em Goiás foi prática corriqueira das antigas elites para se manter no poder, pois a modernização despertaria maior atenção do Estado (nacional) para a região, aglutinando forças que poderiam minar seu poder local.

Para pensarmos um pouco sobre as primeiras oligarquias, é importante lembrarmos, a partir de Salles (1981, apud MACHADO, 1990), que, por sua topografia e por sua economia pouco próspera a partir do declínio do ouro, o município de Goiás perdeu parte de sua população, que migrou para as zonas rurais mais distantes da capital. Tangente a essa discussão, Souza (2006) mostra que a disputa urbano *versus* rural que ficou cristalizada simbolicamente entre os goianos:

[...] o urbano, pelo menos em Goiânia, não é só uma dimensão da realidade, mas é igualmente a projeção da ideologia nacional-desenvolvimentista assumida pelo governo de Mauro Borges e que teve, de fato, um deslizamento para diversos segmentos da sociedade. Certamente, o regime militar imposto à Nação de 1964 contribuiu para realizar uma espécie de regressão na mentalidade dos goianos, ao reprimir práticas culturais libertárias<sup>14</sup>, que, com o passar do tempo, fez com que esta mentalidade se deslocasse da simbologia desenvolvimentista e reencontrasse suas raízes agrárias, consolidando um perfil ruralista e incorporando nele a novidade *country* (SOUZA, 2006, p. 99).

Para Carone (1975, apud MACHADO, 1990), a oligarquia está vinculada ao sistema familiar patriarcal. O poder concentra-se nas mãos de famílias que estabelecem uma hierarquia entre as posições familiares. O autor também comenta que, apesar da origem do poder dessas famílias datar da época imperial, ganham maior representatividade na República, com a autonomia conferida pelo federalismo. Outra importante contribuição do autor é que o coronelismo e a oligarquia teriam a mesma origem, diferenciando-se por sua ação: enquanto a oligarquia age em âmbito nacional, o do coronelismo parte de um particular, ou seja, seu domínio é sobre um local ou uma região.

A política dos governadores<sup>15</sup> (de 1889 a 1930), já citada anteriormente, permitia o domínio do Poder Executivo e a consolidação das oligarquias. Como a eleição era controlada pelo Poder Executivo, não havia uma justiça eleitoral independente. De acordo com Chaul (1998), o federalismo confundia-se com o mandonismo local. O Governo Provisório na República estabelecia um regime onde os prefeitos eram de livre nomeação

14 Referências culturais presentes no teatro, nas músicas de protesto, no cinema independente, na literatura, nos movimentos estudantis e na imprensa.

15 O Governo Provisório na República estabelecia um regime onde os prefeitos eram de livre nomeação pelos interventores. Na Constituição de 1934, havia uma preocupação em aumentar a autonomia municipal, mas, ao mesmo tempo, permitia ao Estado, exercer uma tutela administrativa, suprimindo novamente o princípio de eletividade dos prefeitos.



pelos interventores. Na Constituição de 1934, havia uma preocupação em aumentar a autonomia municipal, mas, ao mesmo tempo, permitia ao Estado, exercer uma tutela administrativa, suprimindo novamente o princípio de eletividade dos prefeitos.

Com a prevalência da política dos governadores implantada por Campos Sales, onde os governadores detinham autonomia sobre seus estados, Campos (2003) avalia que o estado de Goiás tinha uma “autonomia negativa”, durante todo o período da República Velha e início do governo Vargas. Ou seja, uma autonomia decorrente da indiferença dos grupos políticos que se mantinham no poder estadual e que pouco faziam para integrar o estado ao restante do país (DIAS, MIZIARA E LAMEIRÃO, 2021, p. 8).

O elemento imperativo para o exercício do mando era a prática da violência que dava ao coronel fama e reconhecimento. A figura do coronel no contexto goiano não se identifica, para Chaul (1998), primordialmente com o rico fazendeiro, mas com o indivíduo que dispõe de alguns recursos e que conquistou a sua política de mando valendo-se da fama de ser bravo, violento, sob o suporte econômico sustentado pela pecuária e produção agrícola, em algumas partes do estado. Há que se refletir sobre essa questão, pois, para além da fama apontada pelo autor, qual seria o capital social, político e econômico de que o coronel disporia para sedimentar seu poder?

Tomando emprestadas as reflexões de Gramsci (2014), de que a hegemonia é exercida a partir do consenso das classes subordinadas, refletimos o quanto no estado de Goiás, em especial na região da antiga capital, berço dessas oligarquias, a figura do coronel e sua família ajudam a moldar os costumes, crenças e a sociedade local, conquistando para si, o apoio das famílias locais e sentimentos de saudosismo (hoje)<sup>16</sup> de uma cultura, de certa forma, atrelada a essas famílias.

O tipo de dominação sobre a qual se assenta a legitimidade do coronel é questão de debate acadêmico, especialmente no que tange a definir se o mais importante são as características pessoais do coronel ou seu poder socioeconômico. As relações profissionais e pessoais eram revestidas de um caráter pessoal que não era caracterizado apenas por relações de mandonismo, mas na confiança, proteção do coronel aos seus afilhados e vice-versa. É importante lembrarmos que estamos falando de uma sociedade hierarquizada, patriarcal e machista, que representa justamente traços do coronelismo.

Voltando à análise do autor, de acordo com as afirmações de Chaul (1998), no caso de Goiás, o sertão foi palco de conflito entre as oligarquias, o que contribuiu para que fosse encarado como um estado pobre, carente de participação nos centros de decisão política, dominado por oligarquias que exploravam as contradições resultantes do localismo e da federação. Para muitos autores, segundo Chaul (1998), o coronelismo foi considerado como consequência central deste desequilíbrio.

Rodrigues (2013) acrescenta outros elementos:

Em meio aos passos que compuseram os processos históricos/políticos de Goiás, chamamos a atenção para os aspectos religiosos que acompanharam, ao longo do tempo, o desenrolar da vivência

---

16 Percebemos isso em campo, ao entrevistar alguns assentados, especialmente, aqueles de idade mais avançada relacionados a uma postura de “personalidade forte”, e ao apoio médico que era exercido pelos Caiado, chegando a percorrer longas distâncias para realizar partos no meio rural e prescrever receitas médicas nas ruas.

camponesa no estado e como a religiosidade vai auxiliar na aceitabilidade do poderio do coronelismo (RODRIGUES, 2013, p. 26).

Destacamos este trecho para demonstrar o cerne do proveitoso estudo do autor, para que, em seguida, expliquemos como ele pautou esta análise e reflitamos sobre o momento em que uma parcela da Igreja rompe com esta tendência, tornando-se organismo apoiador da resistência camponesa, nos anos 1970. Rodrigues (2013) ressalta que os coronéis não se utilizavam somente de força física e financeira para o controle das comunidades locais, mas também do poder simbólico (BOURDIEU, 1989) e que, por isso, valiam-se também da religiosidade, que funcionava como elemento apaziguador de movimentos populares que pudessem surgir questionando a ordem vigente.

O autor considera que a religião agia como pano de fundo para o apadrinhamento do poder que se estabelecia localmente, auxiliando no domínio do coronel, assentado no clientelismo e em princípios familiocráticos. Rodrigues (2013) concorda que a simples federalização do Estado não era suficiente para democratizá-lo, lembrando que a sociedade era formada por “pessoas subalternas”, tratadas historicamente como servos, súditos e não como cidadãos.

Também ficou clara a preponderância da atividade rural sobre as outras atividades dos Caiado no momento de fazerem suas opções políticas, o que nos levou a uma reflexão de como isso acontece nos grupos familiares onde existe a posse de pequenas, médias e grandes propriedades rurais.

Cabe pensar sobre o que permanece das antigas elites políticas que se destacavam no município, uma vez que não há uma representação direta de Ronaldo Caiado (hoje principal nome político da família) no município. Na verdade, os munícipes queixam-se do fato de que o próprio Ronaldo Caiado não possui uma casa lá (se possui, não é de conhecimento da maioria dos vilaboenses). Tem-se uma situação em que se sabe da influência política da família, mas, ao mesmo tempo, aponta-se falta de elementos simbólicos que demonstrem sua autoridade ainda supostamente sobrevivente no município, o que será melhor descrito no capítulo IV.

Observamos, em campo, também o que permanece e o que rompe com o fenômeno coronelista ao atentarmos para a cultura política local e as práticas em época de eleição. Entendemos que perceber aspectos como a compra de votos é tão perigoso se tratarmos como fenômeno corriqueiro que acontece de forma parecida nas regiões brasileiras, quanto lançar luz sobre ele a partir de cargas morais que o definem e julgam.

Chaul (1998) afirma que, na década de 1990, ainda havia os coronéis de cartola e colarinhos brancos presentes na sociedade brasileira, agindo de acordo com as novas regras nas diversas regiões brasileiras. O autor observa na história goiana, os casamentos como instrumento de manutenção do poder e fortalecimento das oligarquias e esclarece que nem sempre os coronéis locais precisavam ser grandes proprietários de terras, mas articular mando e violência.

Todo esse poder e influência dos coronéis em âmbito local constitui um poder de mando, tem um viés social e político que acaba sendo lido socialmente como as pessoas que são “donas” daquele lugar. Isso nos faz refletir que é a partir dessa perspectiva que se inicia em Goiás, essa divisão entre “de dentro e de fora” que nesse momento social anterior, significa não apenas ser do município, mas também estar encaixado dentro da lógica política

desses coronéis, seja como seu aliado político de peso, ou estando sob sua tutela, por relações afetivas, sociais ou trabalhistas.

Apresentado o passado coronelista atrelado à política brasileira e à forma de política que se assentou no estado de Goiás, passaremos adiante a um levantamento do histórico socioeconômico do estado e do município de Goiás, apontando fenômenos relevantes para compreender aspectos da política municipal e as mudanças que sofreu ao longo do tempo

## CAPÍTULO III - A VELHA CAPITAL EM SUA HISTÓRIA E POLÍTICA

No meu tempo, que tinha política. Você não conheceu ele bem, ele e o Dr. Brasil...o Dr. Brasil (Caiado) véi, veião bravo, quando tinha muié pra criar, ele vinha montado numa mula que ele tinha, vinha na roça aqui, fazia parto, não cobrava de ninguém. A política deles era assim: Arena e MDB. Arena era partido dele, desse povo de Caiado. Tinha jagunço, mandava aqui em Goiás. A família nossa fazia tudo pro véi... O Dr. Brasil, era o seguinte: precisava fazer uma consulta com ele, pegava ele na rua, ele dava receita, falava assim: Num vou dar mais que pra 3 meses, que mais do que isso você não aguenta não, e não aguentava mesmo, morria memo... O coronel Petronio era o mais rico de Goiás e ele vivia só catando trem no lixo, as casas na cidade quase tudo era dele, mexia com engorda de porco, cedo ele tava com um barde lá no mercado cheio pra tratar de porco<sup>17</sup> (Trecho de entrevista concedida por assentado no município de Goiás durante a campanha política de 2020).

O trecho acima foi retirado de um relato de um assentado, que, assim como seus pais, sempre viveu no município de Goiás. Vivenciou a luta pela terra, mas não possui aversão ao passado político controlado pelas famílias locais. Na fala acima, ele faz uma distinção entre dois coronéis, enaltecendo o comportamento de um deles em detrimento do outro. É importante refletir que as elites políticas e econômicas de um lugar também deixam marcas na cultura local. Seus poderes políticos e econômicos permitem-lhe desfrutar de experiências, ocupações e um estilo de vida que acaba servindo de modelo para a população local. Nesse contexto, pensamos que a ideia de tradição é uma invenção social produzida a partir desses grupos.

Antes, porém, de nos ocuparmos desta reflexão, é necessário situar o leitor sobre o início do desenvolvimento do município e do estado que elegemos para este trabalho. Iniciaremos este capítulo a partir de um estudo do histórico socioeconômico local e finalizaremos com uma descrição da política ao longo do século XX.

Aqui seguimos uma sequência temporal, iniciando com a formação ainda no período colonial, passando pela época imperial e pela chamada República Velha, percorrendo momentos políticos importantes para o estado e para o município até o governo ludoviquista e a concretização de seu projeto da transferência da capital de Goiás para Goiânia, traumática para os habitantes da antiga capital.

### **3.1 Nascidos juntos. O estado e sua antiga capital: a ocupação do território goiano no Brasil colônia**

De acordo com Palacín e Moraes (2008) durante o processo de colonização do Brasil, as chamadas “bandeiras” (expedições de caráter oficial ou de empresas comerciais

---

<sup>17</sup> Para preservar a pronúncia original da entrevista, não foi corrigido nenhum erro ortográfico na transcrição da fala.

particulares, voltadas para a escravização de indígenas ou busca de minas de ouro e pedras preciosas) adentraram parte do território que atualmente corresponde ao estado de Goiás. Como de início seguiam em canoas, essas expedições, também conhecidas por “entradas” ou “descidas”, saindo de São Paulo, tinham a duração de dois ou três anos, contando o tempo de retorno.

Depois de 1630, segundo os autores, os muars passaram a ser usados nas viagens. Havia também as descidas organizadas por jesuítas no Pará, criando “aldeias” que adentravam terras ocupadas por grupos indígenas localizados na Amazônia e chegaram também a Goiás. É importante ressaltar que nem bandeirantes, nem jesuítas se encaminhavam para o que hoje constitui o território de Goiás no intuito de fixar-se.

Bartolomeu Bueno, o Anhanguera, segundo Palacín e Moraes (2008), foi o primeiro a ir para a região na intenção de ali ficar, num cenário de descobrimento de ouro no Brasil, no final do século XVII e início do século XVIII. Foi a partir daí que na região, que era povoada por grupos indígenas, estabeleceram-se arraiais e vilas, como Vila Rica e Vila do Carmo, após ter sido descoberto ouro em Minas Gerais e no Mato Grosso, no movimento de corrida do ouro pelo Brasil.

Todos os gastos da expedição corriam por conta dos organizadores, que, em troca, receberam vantagens nas novas minas que descobrissem e os principais cargos políticos na região. A bandeira era uma expedição organizada militarmente e, também, uma espécie de sociedade comercial (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 21)

Bartolomeu Bueno descobriu ouro na região do atual município de Goiás, nas ribanceiras do rio Vermelho. Ali se fundou o arraial de Sant’Anna, depois chamado de Vila Boa e, por último, cidade de Goiás (criada em 1726), que, por pouco mais de 200 anos (de 1726 a 1937), foi capital do estado. Em suas proximidades, nasceram arraiais que serviam de centros de garimpo, às margens de córregos e rios. Em 1736, já havia 10.263 escravos negros trabalhando nas minas, como afirmam Palacín e Moraes (2008).

Conforme indica Chaul (2010), a capitania de Goiás, inicialmente governada pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, foi criada em 1744 (quando é levantada a primeira povoação goiana). Antes disso, a região pertencia à capitania de São Paulo, que detinha as minas dos Goyazes (termo usado para designar o povo indígena que habitava a Serra Dourada)<sup>18</sup>.

O autor retrata a situação de decadência pela qual Goiás foi enxergado pelo olhar dos viajantes europeus<sup>19</sup> que por lá passaram no século XIX e cuja visão reproduz-se ainda hoje em alguns estudos sobre o estado. Essa temática é discutida na obra de Chaul, que entende que o dado precisa ser analisado sob diferentes vieses, na tentativa de compreender o porquê desta percepção.

---

18 De acordo com Palacín e Moraes (2008), em 1809 havia em Goiás mais de vinte tribos indígenas, sendo as mais importantes os Caiapó, Xavante, Goyazes, Crixá, Araé, Xerente, Karajá e Acroá. Na época da mineração, as relações entre esses povos e os mineiros se fizeram por meio de guerras de mútuo extermínio. Os Caiapó moveram guerra contínua durante 50 anos, chegando muitas vezes às portas de Vila Boa. Já a política das autoridades oficiais em relação aos povos indígenas era oposta à ideia de extermínio executada pelos mineiros. Porém, os resultados advindos dessas intenções mais generosas do governo eram bastante reduzidos, pois não havia pessoal especializado nas tentativas de aldeamento, principalmente depois da expulsão dos missionários.

19 Como Auguste François César Provençal de Saint-Hilaire, Johann Emmanuel, George Gardner e Francis Castelnau.

Partimos do princípio de que há, na cultura moderna, uma representação sobre as ideias de modernização e atraso, traduzidas pelo embate entre o agrário e o urbano, o atraso e o desenvolvimento, o antigo e o moderno, pares antitéticos que se associam à representação mais abrangente e tradicional da relação campo-cidade (CHAUL, 2013, p. 23).

O autor esclarece que, em Goiás, o campo aparece no imaginário dos viajantes e historiadores como sertão, atraso, pouca urbanização e difícil prosperidade. Conforme Palacín e Moraes (2008), no século XVIII, formaram-se arraiais no caminho de São Paulo como Santa Cruz, Santa Luzia (hoje Luziânia), Meia Ponte (hoje Pirenópolis), Jaraguá, Vila Boa, entre outros. Havia uma segunda zona de povoamento no alto Tocantins ou Maranhão e outra entre o Tocantins e os chapadões da Bahia.

Ademais, havia outros arraiais isolados que surgiam por ocasião de exigências da atividade de mineração. O restante do território goiano (mais de dois terços tendo como referência o território atual) foi ocupado apenas a partir dos séculos XIX e XX, com a extensão da lavoura e da pecuária.

Palacín e Moraes (2008) lembram da brevidade da era do ouro em Goiás, que foi intensa, porém sofreu rápida decadência depois de cinquenta anos, não podendo se desconsiderar que foi explorado, predominantemente, o ouro de aluvião (encontrado nas margens e leitos dos rios misturados a outros componentes como areia e argila) com técnicas rudimentares.

Assim como outras colônias, a região de Goiás tinha a função de produzir matérias-primas e servir como mercado de produtos industrializados vindos da metrópole – pois dependiam economicamente dos produtores e comerciantes da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Ao governo, interessava que as capitânicas onde estavam as minas concentrassem seus esforços na produção do ouro, razão pela qual foi proibida a instalação de engenhos de açúcar em Goiás. Essa mentalidade mercantilista de produção para exportação ajuda a explicar os baixos índices de exercício de lavoura e pecuária nos primeiros cinquenta anos da povoação de Goiás, mas não é suficiente.

Palacín e Moraes (2008) afirmam que também se sedimentou na mentalidade da sociedade daquela época, uma supervalorização do mineiro (o proprietário de lavras e escravos) em detrimento de profissões como a de “roceiro” (entendido naquela época como o proprietário de terras dedicadas à lavoura, com escravos). Ninguém gostava de ser chamado de roceiro, mesmo anos após a decadência da mineração que foi “um negócio próspero até 1750, um empreendimento arriscado, mas ainda rentável entre 1750 e 1770 e um negócio ruinoso depois dessa data” (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 41).

De acordo com Nascimento (2005), a decadência do ouro afetou a sociedade goiana, principalmente no que tange à forma de ruralização e de uma economia em que a agricultura era para subsistência e pecuária extensiva.

Um fator que pesou na decadência da economia pautada na mineração foi a mão de obra escrava, cujo rendimento começou a decair em relação ao custo que representava para os mineiros que não conseguiam pagar pela compra nos prazos e tinham seus bens penhorados e leiloados, o que ocorria com frequência, segundo Palacín e Moraes (2008).

Também pode-se pensar que o inverso tenha ocorrido: a queda na produção de ouro tornava difícil optar por escravizados. Embora Goiás tivesse chegado a ser o segundo maior

produtor de ouro no Brasil (bastante inferior a Minas Gerais, porém), a produção e a renda não foram muito elevadas nessa época. Os rendimentos não eram muito vultuosos e, se pouco deste ouro produzido ficou no Brasil, nada ficou em Goiás, como afirmam Palacín e Moraes (2008).

Rodrigues (2013) comenta sobre o decréscimo da população urbana na cidade de Goiás (à época chamada de Vila Boa) a partir da diminuição das atividades auríferas em 1760. Com o declínio do ouro, Goiás abrigava homens livres e escravos forros, que procuraram, então, áreas rurais onde pudessem morar e trabalhar.

Sobre a situação do setor agrário, após o declínio da economia aurífera, Chaul (2010) afirma:

Os administradores provinciais já tinham ocupado, desde o auge da mineração, as melhores terras, deixando aos migrantes<sup>20</sup> a opção de se estabelecerem nas proximidades dos caminhos que ligavam Vila Boa a Minas e à Bahia. Aos “desordeiros da fé”, homens sem posse, severinos de morte e vida das terras sonhadas, restavam áreas distantes dos centros urbanos. Terras devolutas recebiam ranchos de arquiteturas sertanejas, símbolo de posse, marcas da ocupação fincadas na imensidão de Goiás. A abundância de terras e os rudes métodos empregados na agricultura estimularam a posse, forma encontrada para se adquirir o quinhão de terra (CHAUL, 2010, p. 96).

Estevam (1998) comenta que a estrutura fundiária com base na posse foi uma outra herança colonial. Com a imensidão do território goiano, a Coroa não conseguia exercer um controle total sobre a apropriação das terras. Apesar de serem as concessões das sesmarias as responsáveis pela ocupação das terras de lavoura e criação de gado, o lavrador independente apoderava-se da terra sem se preocupar com títulos que legitimassem a apropriação.

A interiorização pautada na posse da terra permitiu a ocupação de áreas grandes. Eram legalizadas depois, através de brechas na legislação e nos cartórios que, sem muitas formalidades, aceitavam contratos de compra e venda. Obtiveram grandes glebas aqueles que puderam se utilizar de mecanismos políticos. Como os menos favorecidos economicamente não se enquadravam no que se definia por “homens de bem” não possuindo os requisitos para a propriedade, restava a eles avançar pelo sertão em busca de uma terra onde pudessem se estabelecer ou se tornar agregado em alguma propriedade.

A resposta por parte do lavrador às violências e injustiças praticadas eram a passividade ou a revolta. A violência, segundo o autor, estava institucionalizada no sertão goiano nas relações entre parentes, amigos, compadres e vizinhos, resolvendo suas questões com agressões físicas frequentemente<sup>21</sup>.

Um “mineiro poderoso”, segundo Palacín e Moraes (2008), era aquele que possuía mais de 250 escravos. A mineração, segundo os autores, não fincou raízes para uma classe média autônoma e, com a sua decadência, o poder político concentrou-se nas mãos das poucas famílias que resistiram à ruína econômica. Os autores, conforme já dissemos, explanam que a decadência da exploração aurífera afetou a sociedade goiana no tocante à sua ruralização e a

---

20 Vindos de outros lugares da capitania e também de outras capitanias.

21 No período colonial e pós-colonial, o sertão goiano era uma região caracterizada pela escassez de recursos, dificuldades de acesso a serviços públicos, ausência do Estado em muitas áreas e uma economia baseada principalmente na atividade agrícola e pecuária. Essas condições contribuíam para a formação de um ambiente propício à violência.

uma economia quase que de subsistência. Essa situação de decadência, segundo eles, não aconteceu apenas em Goiás, mas em todo o Brasil nas áreas de exploração de ouro. Parte da população que chegou a Goiás por conta das minas abandonou o território e outra parte se concentrou em áreas mais rurais, dedicando-se à criação de gado ou à agricultura.

Essa realidade culminou no isolamento da sociedade goiana, num processo que os autores chamam de ruralização. Assistiu-se a um período de pobreza tão grande que se duvidava que antes pudesse ter existido uma situação diferente; não por conta do fenômeno de ruralização, mas pela queda da principal atividade econômica.

Num panorama geral, o século do ouro foi muito importante para a expansão populacional do Brasil, que passou de 350.000 habitantes em 1700 para 3.300.000 em 1800, segundo Palacín e Moraes (2008). De forma aproximada, a população no que seria o estado de Goiás, no final de 1700 era de 50.000 habitantes, passando para aproximadamente 70.000 no final de 1800. Fato que deixa claro o lento crescimento do estado em relação ao montante nacional.

Para os mesmos autores, a decadência em Goiás no século XIX estava muito ligada à escassez de mão de obra escravizada. Tanto o governo, quanto os súditos careciam de dinheiro e de crédito. Além disso, chegou-se a um momento em que a produção da mão de obra escrava quase não pagava seus próprios custos, o que tornava o trabalhador assalariado ou semi-assalariado uma opção mais barata e segura, considerando a mineração e a monocultura<sup>22</sup>. Quando a economia de Goiás deixou a mineração, passando à criação de gado, a escravidão estava fadada a desaparecer. Funes (1986, apud CHAUL, 2010) explica que houve o predomínio de uma economia de subsistência sustentada em base agropecuária, atrelada à estrutura fundiária e as relações de produção e com o sistema escravagista cedendo espaço, de forma gradativa, a outras relações fundadas sobretudo em força de trabalho familiar, e, em menor escala, os agregados.

Souza (2006) utiliza-se da abordagem de Palacín (1979) para falar dos atributos de distinção social reconhecidos em Goiás na época da mineração e nos primeiros tempos da agropecuária: ser branco, ser tradicional ou “antigo” na região, ter parentes no governo, ser rico - o que significava possuir minas, muitos escravos e roças (terra) – ou exercer cargos no governo, não ter profissões mecânicas, não ser descendente de judeus<sup>23</sup> e ter uma “reconhecida decência no que tange a seu comportamento social”, ou seja, não transgredir regras de comportamento no que tange a relações familiares e afetivas.

Como já dissemos na introdução deste trabalho, ser ou não tradicional num local é retratado mesmo nas obras literárias que tem como cenário o estado de Goiás, como bem demonstra o escritor Carmo Bernardes em várias de suas obras. Quando pensamos num campo político onde apenas facções disputam entre si o poder, a cultura local fica impregnada de modelos sociais dispostos por estes atores. Quando não se pode disputar minimamente com eles, ter sua simpatia ou proteção, acaba sendo um feito bastante almejado por quem está a eles subordinado. Essas forças dominantes conseguem escrever a história de tradição local. Qualquer discordância ou recusa de seguir esses modelos pode ser interpretada, então, como algo ruim, avesso ao que está posto, “de fora” da ordem local, o que ajuda a sedimentar as

---

22 O trabalho assalariado correspondia a um salário combinado por um período de serviço enquanto o semiassalariadocombinava uma parte paga em salário previamente combinado e outra parte ligada à subsistência do trabalhador, em forma de moradia, bens ou produtos agrícolas para consumo do trabalhador e de sua família.

23 O antijudaísmo no Brasil remonta ao período colonial, passando por forçadas conversões de judeus ao catolicismo chegando até o período do Estado Novo e o projeto nacionalista de Getúlio Vargas que reforçou ainda mais essa relação.



bases dessa divisão sectária presente nos discursos sobre a cultura e a política do município de Goiás.

Souza (2006) explica que os primeiros partidos políticos foram criados no estado de Goiás a partir do início no século XIX, quando seria inclusive difícil se falar em disputas de cunho ideológico, ou seja, os grupos pareciam diferir mais por seus laços sociais, pertencimentos e alianças do que por projetos políticos que diferissem muito. Porém, ressalta que essa é uma pré-noção que descaracteriza bastante os processos de povoamento, formação política e luta pela terra em Goiás.

Os primeiros partidos políticos surgiram como resultado da necessidade de se estabelecer estruturas políticas e representativas na região. Esses partidos refletiam as diferentes correntes ideológicas e interesses locais. Assim como em outras partes do Brasil, os partidos eram compostos por membros da elite local, comerciantes, proprietários de terras e outros grupos influentes. Eles buscavam se organizar e influenciar as decisões políticas em nível local e nacional, participando de eleições, debates e articulações políticas.

### **3.2 – O período imperial e o início da República em Goiás**

Segundo Passos (2018), em Goiás, além da criação de gado bovino, desde os jesuítas em 1759, também havia a criação de suínos, muares, caprinos e cavalares. Com a independência brasileira, Goiás passou à condição de província, sendo seu primeiro governador, o Conde dos Arcos, cujo nome foi homenageado no palácio administrativo da cidade de Goiás, conservado como museu até os dias atuais.

Segundo Estevam (1998), na época em que o Brasil passou pelo processo de independência de Portugal, em Goiás ocorria na capitania uma situação de ojeriza aos capitães-generais<sup>24</sup>, que não eram pessoas do lugar, que eram a autoridade militar da época. Mostravam maior descontentamento os empregados públicos e alguns membros do clero, os componentes mais intelectualizados da capitania. Em 1820, sob a liderança do padre Luiz Bartolomeu Marquez, manifestaram-se alguns contra a ordem constituída na ocasião de escolha dos representantes goianos à Constituinte.

Moreyra (2015, p. 83) conta que “em meados de 1821 havia sido urdida, na cidade de Goiás, uma proposta conspiratória que se propunha a afastar do comando da administração, o governador e substituí-lo por uma junta de governo composta apenas por pessoas da terra”. A cidade de Goiás assistiu a casos onde a população local tentou resistir a governantes vindos de fora da região. Essa não era a primeira resistência neste sentido. Já em 1746, um líder local, João Vaz liderou uma revolta contra o governo centralizado em autoridades coloniais. O segundo presidente, Miguel Lino de Moraes, antipatizou-os ainda mais ao propor, em 1830, a mudança de capital para uma região com maior população, melhor situada geograficamente para fins comerciais, a cidade de Luziânia, que era mais próxima do Rio São Francisco. Com o movimento nacionalista após a abdicação de dom Pedro I, em 1831 (em Goiás, liderados pelo bispo Dom Antonio Fernando), conseguiu destituir todos os portugueses que ocupavam cargos públicos em Goiás; depuseram, assim, Miguel Lino de Moraes, assumindo a presidência, José Rodrigues Jardim (1831-1837).

---

24 Alguns dos motivos para essa ojeriza eram: a) Centralização do poder: os capitães-generais representavam o poder central e exerciam autoridade sobre a capitania de Goiás em nome da coroa portuguesa; b) Exploração econômica: durante o período colonial, Portugal buscava extrair riquezas das colônias, incluindo Goiás; c) Controle político: os capitães-generais muitas vezes tinham interesses políticos próprios e buscavam manter o controle da capitania.

Um dos principais problemas enfrentados por Goiás na época foi a crise na atividade mineradora, que era uma das bases econômicas da região. As minas de ouro e outros minerais, que haviam sido exploradas intensamente durante o período colonial, estavam em declínio.

À grave situação econômica pela qual passava Goiás somava-se uma forte crise política, havendo os que se colocassem a favor da República à época da Independência. Essa crise política devia-se a uma situação econômica ruim, em que os grupos locais entravam em choque com diferentes ideias e um mesmo objetivo: o poder. Predominavam os conchavos políticos entre famílias ricas dos municípios de Goiás (de base agrária ou burocrática, destacando-se os Rodrigues Jardim, Fleury, Bulhões e Caiado) e Meia Ponte, que, segundo Palacin e Moraes, “eram sempre coerentes com a ordem constituída, desde que ela lhes oferecesse a direção da futura província” (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 82).

Na época imperial, quanto à ocupação de cargos de destaque no Executivo, Legislativo e Judiciário, os autores esclarecem que “para ser eleito ou escolhido para os cargos administrativos locais (vereador, juiz ordinário etc.) era necessário pertencer ao grupo dos “homens bons”, formado pelas famílias tradicionais” (PALACÍN e MORAES, 2008, p. 60). Vale lembrar que, nessa época, o voto não era universal e sim condicionado à renda e propriedade, excluindo do sistema eleitoral os escravizados, as mulheres e os homens de classe mais baixa. Segundo Carvalho (2001), eram considerados cidadãos e votantes para a época, cerca de 13% da população (excluindo-se os escravizados) de acordo com o recenseamento de 1872.

No Império, os Caiado já tinham representantes como tenente-coronel na Guarda Nacional Ao lado dos Bulhões, detinham a direção política da província.

Localizado em região periférica de um país com economia dependente, a situação econômica de Goiás, de fato, era difícil. A pecuária alcançou um êxito relativo depois da era da mineração porque o gado conseguia ser conduzido ao mercado consumidor apesar das grandes distâncias que dele separava Goiás. Já nas três primeiras décadas do século XIX, o gado espalhou-se pelo estado. Os latifúndios eram mal aproveitados não somente por falta de mão de obra, mas pela ausência de mercado interno e produzir para exportação era inviável pela situação de isolamento do estado em termos de infraestrutura e transportes.

Havia um descontentamento da elite goiana com relação aos presidentes impostos pelo poder central, pois eles não tinham vínculos familiares com a terra, o que desagradava os políticos locais. Assim, os grupos políticos locais imputavam aos presidentes chegados de outros locais do país, a responsabilidade pelo “atraso” de Goiás, apelando para a formação de uma “consciência política”, que significaria um fortalecimento das lideranças locais.

Pôde-se verificar, nesta época, uma mudança no panorama político que fortaleceu os grupos políticos locais a partir de representantes como André Augusto de Pádua Fleury, José Leopoldo de Bulhões Jardim, Jerônimo Rodrigues Jardim, Cônego Inácio Xavier da Silva etc., proprietários de terra que desenvolviam a pecuária na região da antiga capital. Fundaram-se em Goiás, os diretórios dos partidos nacionais Liberal (1878) e o Conservador (1882)<sup>25</sup> sob a justificativa de combater o “oficialismo político”<sup>26</sup>, ou seja, se formar uma oposição.

25 O Partido Liberal no Brasil foi fundado algumas décadas antes em 1831, defendendo uma maior descentralização do poder a partir de uma maior autonomia para as províncias e o Partido Conservador em 1836, com uma visão mais centralizada e conservadora.

26 A expressão também aparece entre aspas na obra supracitada, assim, remetendo ao uso da expressão aos grupos políticos locais da época, que seriam os culpados pelo atraso, responsabilizando os “presidentes estrangeiros” que defendiam uma “consciência política”, que valorizava que as pessoas do lugar estivessem no poder

Estavam lançadas as bases para as futuras oligarquias goianas (Palacín e Moraes, 2008, p. 109).

Com a proclamação da República, os Bulhões, que eram os dirigentes do Partido Liberal, apoiados pelos republicanos, tornaram-se os detentores do poder político no estado. Essa família era parente consanguínea dos Jardim. O senador do Império, José Rodrigues Jardim, era avô de Leopoldo de Bulhões. Com o regime republicano, Palacín e Moraes (2008) afirmam que as diferentes facções políticas (mesmo pertencendo a distintos partidos políticos) buscaram assegurar o poder na ordem recém-constituída. Nas diferentes regiões do país, esse período ficou conhecido por disputas pela manutenção do poder político e econômico.

Com a proclamação da República, segundo Rodrigues (2013), o desenvolvimento de Goiás mostrou-se mais lento que o do país como um todo, devido à sua distância dos principais polos econômicos brasileiros, além da precariedade nas rotas de acesso a eles.

Segundo Correia (2011), durante a Primeira República não ocorreu um aumento da participação ativa de trabalhadores rurais ou urbanos na política, mas um aumento da participação das elites, através do exercício do coronelismo, que sufocava de forma violenta qualquer contestação ao seu poder. Assim, firmava-se um compromisso entre o governo municipal, estadual e federal que seria possibilitado pelo controle da propriedade da terra.

Sobre a repercussão da proclamação da República em Goiás, Estevam (1998) afirma que foi tardia e inexpressiva. As elites políticas permaneceram. As famílias Fleury Curado, Caiado, Xavier de Almeida eram as que tinham as bases de seu poder político no município de Goiás, sedimentado na propriedade da terra e na ocupação de cargos públicos de destaque.

Em 1892, houve eleições para a presidência do estado. Leopoldo de Bulhões venceu e, como cumpria com várias obrigações em comissões no Congresso Nacional, assumiu seu vice, Antônio José Caiado. Sua gestão ocorreu numa fase de transição política, que contribuiu para que tivesse um resultado ruim devido ao avançado grau de problemas sociais e políticos pelos quais passava o estado, como, por exemplo, a saúde pública precária, além de inexperience do político (Chaul, 2010, p. 33).

Antônio Félix de Bulhões era admirado e respeitado como jornalista e como magistrado. No exercício do mandato de deputado provincial, lutou por suas ideias e firmou-se como adversário intransigente de malversação de verbas públicas. No exercício da magistratura favoreceu os escravos, sempre que encontrou alguma possibilidade legal ou processual de fazê-lo. Advogado, atuava gratuitamente nas “causas da liberdade”. Sua posição, declaradamente abolicionista, granjeou-lhe antipatias entre os proprietários de escravos, o que explica, em parte, o fato de não ter sido eleito quando se candidatou à assembleia geral Legislativa do Império. Os admiradores do poeta, preferiram, porém, justificar a derrota dizendo que seus conterrâneos não queriam que se afastasse de Goiás. Homem de letras, foi amado pelo povo; velhos e moços liam e recitavam seus versos. Os Caiado e os Bulhões foram próximos por laços de amizade por muitos anos (FREITAS, 2009, p. 97).

A família que sucedeu o controle exercido pelos Bulhões foi a dos Caiado, grandes proprietários de terra e riquezas de origem agropecuária que, segundo Chaul (1998), contava com arranjos políticos matrimoniais, poder financeiro e membros com graduação em nível superior.

O destaque dado à família Caiado refere-se ao fato de que a política tradicional do município é herdeira, sobretudo desta família, bem como de famílias de parentesco consanguíneo e seus aliados políticos. O primeiro cargo de destaque assumido pela família foi a 1ª Vice-Presidência da Província em 1883, com Antonio José Caiado.

A família teve e tem expressões em quadros políticos diferenciados como no processo da instalação dos partidos políticos no final do Império, na transição para a República, na República Velha e na política dos governadores, na Revolução de 1930, na ditadura do Estado Novo, na “redemocratização” de 1946, no populismo, no regime militar, na “abertura” democrática, na Nova República e, na atualidade, no governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (CHAUL, 1998, p. 209).

A família Caiado conseguiu permanecer como família influente na política e hoje tem Ronaldo Caiado (eleito em 2018 e reeleito em 2022) à frente do governo do estado. A tradição de lançar líderes políticos médicos e que desenvolvem atividades agropecuárias permanece, ainda existindo líderes políticos locais desta família que realizam uma ou ambas das atividades acima descritas. Porém, hoje detendo um poder econômico bem mais restrito do que um dia já significou para o município, que, por sua vez, também perdeu muito de seu potencial econômico a partir da mudança da capital e de outras mudanças subsequentes ao longo do século XX.

### **3.3 Oligarquias, construção de estradas de ferro e governo Ludovico: as primeiras décadas do século XX em Goiás**

Nas palavras de Palacín e Moraes (2008), durante as três primeiras décadas do século XX, Goiás continuou sendo um estado isolado, quase que integralmente rural, porém, isso não impediu que algumas famílias conseguissem ter um grande poder econômico sobre outras (através do desenvolvimento da atividade pecuária principalmente) e, por isso, também, um poder político. A pecuária desempenhava um papel central na economia goiana.

Foi somente no século XX, com a chegada das ferrovias, que a agricultura se inicia como atividade mercantil. A primeira estrada de ferro, construída em Goiás, foi a Estrada de Ferro de Catalão, inaugurada em 1875. Essa ferrovia ligava a cidade de Catalão, localizada no sul de Goiás, a Araguari, em Minas Gerais. Seu objetivo principal foi o transporte de minério de ferro da região de Catalão para abastecer as indústrias siderúrgicas de Minas Gerais. Outra ferrovia chega em 1906, ligando a cidade de Araguari em Minas Gerais à cidade de Goiânia.

Chaul (2010) comenta ainda a tese defendida por autores como Itami Campos sobre a divergência entre pecuaristas e agricultores acerca da implementação da estrada de ferro em Goiás, sendo o domínio político exercido pelos primeiros. Chaul (2010) questiona quais seriam os reais obstáculos que os trilhos trariam à permanência política dos Caiado em Goiás, defendendo que seu declínio político, quando o poder passa às mãos de Pedro Ludovico na década de 1930, não foi causado pelo desenvolvimento do estado, mas pelas aspirações político-sociais (à época concentradas num projeto de modernização defendido pelo grupo de Ludovico, cujas propostas de governo se baseavam na de Getúlio Vargas) que encontraram respaldo na sociedade a partir do movimento de 1930. Além do mais, é crítico dessa discussão acerca da situação de decadência, dada a brevidade do ciclo do ouro em Goiás.

Em Goiás, Machado (1990) caracteriza o fenômeno oligárquico a partir do caiadismo. A oposição ao governo de Antônio Ramos Caiado (1909-1921), através da imprensa, fazia denúncias contra a “inoperância do governo, má administração, abandono das estradas públicas, utilização dos recursos do Estado, revelando que a ação do grupo dominante atendeu aos requisitos da ação oligárquica” (MACHADO, 1990, p. 35).

O desenvolvimento de uma mentalidade progressista/modernizadora no Sul, articulada a uma elite que ali se formou, configurou a região como propícia ao desenvolvimento de uma oposição política, em virtude de suas possibilidades econômicas.

Pessoa (1999) é outro autor que comenta sobre a importância da construção da estrada de ferro, nas décadas de 1920 a 1940, para a entrada do capital mercantil no estado. Verifica-se também a partir daí uma interdependência entre a agropecuária e a indústria.

A região do estado de Goiás possuía vastas áreas de pastagens naturais e era conhecida por suas extensas criações de gado bovino. O setor pecuário era uma das principais atividades econômicas do estado e, como dissemos, possibilitou a ascensão de algumas famílias detentoras de latifúndios.

Oliveira (2014) ressalta que a extensão dos trilhos de ferro no estado de Goiás no início do século XX, dinamizou as cidades próximas às linhas, como Catalão, Ipameri e Anápolis. Em contrapartida, a cidade de Goiás, longe dos trilhos ficou ainda mais estigmatizada como atrasada e mal localizada.

Esse grupo de pessoas à Revolução de 30, procurou se refugiar e escolheram o Estado de Goiás... Pedro Ludovico tinha simpatia pela revolução socialista. Pedro Ludovico, até um certo ponto, se dizia homem de esquerda<sup>27</sup> e de fato era e, correram pra Goiás, porque ali em Goiás, eles se sentiam mais ou menos garantidos. Eu, aqui, já era muito conhecido. Então, alguns me procurava e eu indicava pra Goiandira, de Goiandira pra Goiás Velho... O Pedro precisava modificar completamente o seu quadro dirigente no Estado, porque haviam os Caiado. Eram donos absolutos (Roberto Margonari, ex-dirigente do PCB de Uberlândia in: DAYREL, 1984, Apud MACHADO 1990, p. 143).

Não se tratava de atacar as bases produtivas estadual ou nacional. O que estava em jogo era a luta pelo poder. As denúncias contra os Caiado se pautavam no “uso pessoal do patrimônio público, do desrespeito ao poder judiciário, da corrupção, das violências policiais, da fraude eleitoral, da familiocracia e principalmente da inoperância administrativa frente à modernização dos meios de comunicação” (MACHADO, 1990, p. 119).

Como já dissemos, com base em Chaul (2013), a agropecuária se fazia a única possibilidade econômica para Goiás, dada a falta de infraestrutura de transportes e o gado se autotransportar. A situação de progresso (termo usado por Palacín e Moraes, 2008) começou a ser condicionada, então, no estado de Goiás a partir da chegada, da estrada de ferro, que

---

27 Esse comentário do autor parece estar alinhado a uma postura ideológica que o político assumiu em alguns momentos de sua vida em entrevistas, mas não é assim que a história regional lê o seu legado.

revolucionou as comunicações e permitiu a expansão da economia. A população do estado aumentou bastante nesse período, mas não a população da capital.

Goiás, a capital, contava com 8 mil habitantes, mas era uma cidade em decadência. Não aumentava, nem diminuía, ao tempo que a população do estado crescia rapidamente. As outras cidades mais populosas – Catalão, Morrinhos, Ipameri – não deviam alcançar 3 mil habitantes (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 138).

Segundo Machado (1990), com a estrada de ferro, o estado de Goiás se incorporou à economia de mercado (a Estrada de Ferro Goiás era uma importante via de transporte para escoamento da produção agrícola, principalmente de café e cereais, do interior de Goiás) e a região sul passou a ser o centro da economia estadual.

No início do século XX, o Brasil passou por uma série de transformações políticas e sociais, incluindo a transição do regime monárquico para a República. Essas mudanças políticas mais amplas chegaram ao estado. A partir de 1912, a oligarquia dos Bulhões teve sua queda com o desentendimento com os Jardim Caiado, que se constituíram na elite política goiana, popularmente chamada de caiadismo. Eles tinham o apoio do Coronel Hermes da Fonseca, presidente da República.

A política de Hermes da Fonseca denominou-se “salvações” e consistia em depor os grupos dominantes em vários estados, revestindo de poderes políticos elementos de farda. Em Goiás, recebeu o bastão do poder político o coronel reformado Eugênio Jardim que, por ser cunhado dos Caiado, dividiu com eles o mandonismo estadual. Após sua morte, Antônio Ramos Caiado tornou-se o verdadeiro chefe político de Goiás. Seus contemporâneos afirmam que dirigiu Goiás como se fosse uma grande fazenda de sua propriedade (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 130).

A indústria praticamente não existia em Goiás. O comércio consistia num empreendimento geralmente familiar. O censo de 1920, segundo Machado (1990), indicava uma quase inexistência de pequenos proprietários dedicados à lavoura ou pecuária em Goiás<sup>28</sup>. Como já ressaltamos, nessa década, em Goiás, ainda predominava o modelo de latifúndios, caracterizado por grandes propriedades rurais concentradas nas mãos de poucos proprietários.

Outros grupos que ocuparam as terras goianas eram os posseiros, pessoas que ocupavam e utilizavam terras sem terem a propriedade formal. Eram agricultores ou criadores de gado que estabeleciam suas moradias e desenvolviam atividades produtivas em terras consideradas devolutas ou sem titularidade.

A terra valia pouco e rendia menos ainda, porém, quem as detinha não abria mão de seu controle e até mesmo de sua expansão, tanto pelo fato da possibilidade de necessitar de amplas áreas para criação de gado, quanto pelo poder que a terra lhes possibilitava. A valorização da terra só viria com a urbanização e a formação de um mercado consumidor. Podemos refletir sobre a situação de poder local revestida de mandonismo a partir dessa situação econômica controlada pelos coronéis.

---

28 Não conseguimos acesso ao Censo de referida data, motivo pelo qual, não elencamos aqui, outras categorias como posseiros.

No aspecto político...o governo tinha sua autonomia bastante reduzida pela prepotência dos “coronéis” no interior. De certa forma, poderíamos afirmar que o governo só exercia sua jurisdição plenamente na capital; os coronéis, o vigário e o juiz (este último mais dependente do governo) eram mantenedores da ordem social (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 144).

A função do governo era cuidar da ordem pública e administrar a justiça que estava longe de ideais de equidade. Aos poucos é que se desenvolveu em Goiás, assim como em outros lugares do país, a consciência de que o governo deveria cooperar com o ensino, a saúde pública e o desenvolvimento das comunicações.

Desde 1920, teve-se notícias das primeiras manifestações que demonstravam descontentamento com a política goiana pautada na oligarquia caiadista (a nível estadual), como a Coluna Prestes (desdobramento da revolta tenentista<sup>29</sup> iniciada entre os paulistas e gaúchos) fortemente combatida pelos Caiado (Totó Caiado comandou a vida política de Goiás de 1912 a 1930). Sobre a eleição de Totó Caiado, a senador em 1921, Machado (1990) traz um trecho de uma entrevista: “A campanha de Totó Caiado foi assim, apenas contra os animais pertencentes aos fazendeiros goianos e não contra nós, de quem tinha o cuidado de andar sempre distanciado vinte a trinta léguas” (Lima, 1945 apud MACHADO, 1990, p. 48-49), representando uma visão de que não havia condições de concorrência.

A frase citada deixa claro que Totó Caiado evitava confrontos diretos com seus adversários políticos, mantendo-se afastado deles, a uma distância considerável de 20 a 30 léguas (equivalente a cerca de 6 a 10 quilômetros). Essa estratégia de distanciamento pode ter sido adotada para evitar possíveis conflitos ou disputas acirradas durante a campanha eleitoral. Totó Caiado conseguiu se eleger senador da República em 1921 (sendo reeleito no período seguinte), aprovando leis que estavam de acordo com seus interesses políticos e pessoais (por exemplo, para garantir a posse de algumas terras) e conseguiu eleger deputados e presidentes de estado. Só foi afastado do poder pelo movimento de 1930, que tinha no comando, no estado, seu grande opositor, Pedro Ludovico Teixeira.

Ao longo dos anos, os Caiado acumularam riqueza e poder por meio da exploração e administração de propriedades rurais, que incluem atividades como a agricultura, a pecuária e a produção de alimentos. A posse de grandes extensões de terra permitiu que a família controlasse recursos naturais, como terras férteis e pastagens, além de proporcionar uma base para o desenvolvimento econômico e o acúmulo de capital.

De acordo com Arrais (2013), a dominação política da família Caiado no estado contou com a tomada do Judiciário para sua redoma. Ressalta, porém, que essa influência não foi assim tão fácil, uma vez que houve uma série de conflitos entre Antônio Ramos Caiado e membros do Superior Tribunal de Justiça, em virtude de supostas irregularidades em um volume expressivo de terras adquiridas pelo senador, utilizando-se de mecanismos como apresentar parentes como testemunhas de ocupação das terras há bastante tempo e até mesmo de alteração da constituição estadual para favorecer a legitimação de outras.

Arrais (2013) comenta sobre um símbolo de Totó Caiado construído pelos opositoristas: o autor descreve “um homem vagamente calvo de nariz afilado, bigode e barrigudo. Vestido de fraque, tinha seus pés na forma de garras de uma ave de rapina e numa das mãos segurava um chicote e com outra apontava para um mapa do estado de Goiás”

---

29 O tenentismo foi um movimento político-militar instituído na década de 1920, um dos principais agentes responsáveis pelo colapso da Primeira República

(ARRAIS, 2013, p. 43). Isso nos lembra bastante os relatos que ouvimos em campo da imagem de Ronaldo Caiado incrustada no imaginário local. Neste mapa descrito pelo autor, constavam as propriedades das quais o senador se apossara, lembrando que aquelas apropriações teriam ocorrido de forma bastante irregular.

As acusações contra o caiadismo baseavam-se, além deste fato, em práticas de corrupção, nepotismo, uso indevido de dinheiro público, fraude eleitoral, coação física, uso de jagunços, entre outros comportamentos que caracterizam as reflexões em torno do coronelismo em Goiás e o centram na figura de referida família.

Arrais (2013) afirma que, até a década de 1920, quase inexistia uma oposição política no estado de Goiás, não fosse uma pequena concentrada em Rio Verde e na própria cidade de Goiás (exceto as disputas entre os grupos tradicionais em virtude de suas desavenças, caracterizadas por afastamentos e reaproximações).

De acordo com Souza (2010), a Coluna Prestes foi a expressão final do tenentismo, movimento que marcou as primeiras décadas do século passado, a partir do descontentamento com a política vigente na República Velha. Um foco de luta se levantou no Rio Grande do Sul, liderado por Luiz Carlos Prestes, que até então não era conhecido como grande líder político. Em Foz do Iguaçu, com o encontro de forças gaúchas políticas, Prestes ganhou uma voz maior, conseguindo marchar para o interior do território brasileiro levando os rebeldes consigo na empreitada para a derrubada do então presidente da República, Artur Bernardes, objetivo inicial da Coluna (Souza, 2010, p. 89).

Para Chaul (2010), a família Caiado cultivou relações íntimas com o governo federal por meio de um “pacto oligárquico coronelístico”, aquilo que Leal (2012) caracterizava como um acordo político envolvendo o âmbito local, estadual e federal. Mas também denuncia a violência usada por eles para afastar concorrentes, sobretudo através do controle da terra e dos que nela trabalhavam. Em Goiás, Totó Caiado chegou a criar a Coluna Caiado<sup>30</sup> para combater a passagem da Coluna Prestes pelo estado.

A presença da Coluna Prestes no sudoeste do estado, a exemplo do município de Rio Verde, teria impulsionado ali o desenvolvimento de uma oposição mais combativa que em outras regiões goianas, ao fazer com que seus habitantes difundissem uma ideologia anti-governista. Segundo Melo (2021), na região Sudoeste, a classe dominante compunha-se das oligarquias regionais que, apesar de já terem importância econômica à época, não participavam da gestão estadual e tampouco eram ouvidas. Os proprietários de terras do sudoeste goiano, segundo Machado (1990), atuaram como uma dissidência oligárquica, representando um movimento modernizador da região e depois do estado, processo esse que se fez com grandes conflitos.

- Que situação dominante era essa?
- O caiadismo. O caiadismo que dominava Goiás com balaço e cutelo. Todo o estado tinha medo nessa época.
- E o senhor não tinha medo?
- Quem não tinha medo não era só eu. Era Rio Verde, Goiás Velho e Inhumas. Só estas três cidades combatiam o caiadismo.
- E o combatiam por quê?

---

30 Esse comentário do autor parece estar alinhado a uma postura ideológica que o político assumiu em alguns momentos de sua vida em entrevistas, mas não é assim que a história regional lê o seu legado.



- Combatiam, obviamente, porque não estavam de acordo com os Caiado. Basta lembrar que as eleições, naquela época, eram uma farsa. As pessoas iam votar com o voto dentro do envelope e não sabiam em quem estavam votando. Era, realmente, um voto absolutamente secreto. Secreto mesmo... (sorri). E por muitos outros motivos que eu não gostaria de dizer. Não me agrada e não me convém falar sobre coisas passadas, que denigrem uma situação.

(Última entrevista que Pedro Ludovico concedeu em vida (BITTENCOURT FILHO; RIBEIRO, 2009, p. 192)

Ao final dos anos 1920, a oposição política em Goiás era fragmentada e liderada pelo juiz Mário Caiado que, apesar do sobrenome, criticava severamente o governo administrado pelos Caiado, tendo, inclusive, fundado o jornal *A Voz do Povo*, em 1927, que buscava “defender os direitos violados do povo oprimido<sup>31</sup> e recuperar a justiça e a moral, perdidas pelos descaminhos da República Velha” (CHAUL, 2010, p. 193). Através de referido jornal, a opinião pública conseguia ler relatos envolvendo a oligarquia caiadista pelo prisma da violência.

Machado (1990) observa que a maioria dos estudos sobre oligarquias não chega a conferir uma ênfase ao estado de Goiás, tratando da situação da região como que “de passagem”. A autora comenta o quanto os autores que tratam o fenômeno das oligarquias o fazem sem fornecer uma explicação fechada e concisa do que seja o termo, mais caracterizado como um governo de poucas pessoas: “...poder-se-ia deslumbrar a sociedade hierárquica como fechada, predominantemente rural, fundamentada na tradição, onde o poder da classe dominante teria por base a propriedade da terra” (MACHADO, 1990, p. 33). O autor defende que a Revolução de 30 não configurou numa alternância de oligarquias, como poderiam considerar algumas correntes. Ocorre que, como não era uma transformação estrutural que estava em pauta, muitos aspectos da ordem oligárquica permaneceram.

Pedro Ludovico Teixeira teve uma participação efetiva no movimento. Em outubro de 1930, reuniu-se com 120 voluntários no Triângulo Mineiro na tentativa de adentrar Goiás pelo sudoeste. O grupo foi dispersado quase que sem combate em Rio Verde. Pedro Ludovico juntou-se ao movimento que lutou pela derrubada de Washington Luís e a instalação de um novo governo. Depois, o movimento triunfou no resto do país. Foi instituído, então, um governo provisório que colocou Pedro Ludovico como interventor, considerando sua proximidade de Getúlio Vargas.

Chaul (2010) tece importantes considerações sobre o período político compreendido pelas décadas de 1920 e 1930: os núcleos urbanos estavam acanhados e não havia uma consolidação da classe média como em outras regiões do país.

A Revolução de 30, embora sem raízes próprias em Goiás, teve uma significação profunda para o estado. É o marco de uma nova etapa histórica. Essa transformação não se operou imediatamente no campo social, mas no campo político. O governo passou a propor, como objetivo primordial, o desenvolvimento do estado. A construção de Goiânia, pelas energias que mobilizou, pela abertura de vias de comunicação que a acompanharam e pela divulgação do estado no

---

31 Aqui insere nessa categoria a população como um todo, considerando a administração caiadista como a opressão à sociedade, em geral.

país, foi o ponto de partida desta nova etapa histórica (PALACIN; MORAES, 2008 p. 103).

O Movimento de 1930 foi liderado pelo grupo político ligado a Pedro Ludovico Teixeira. Não foi uma revolução popular e não tinha objetivos sociais. Foi feita por grupos heterogêneos descontentes, sem uma ideologia determinada, marcada pela repulsa à ordem política estabelecida, em especial ao nepotismo e denúncias de corrupção às antigas oligarquias, às fraudes eleitorais, exclusão social, poder centralizado, atraso econômico e social etc.

Pedro Ludovico, iniciou na política através do jornal *O Social* e, depois, no *O Sudoeste*. Considerava que sua ocupação de médico o aproximava do povo e da política. Era um líder carismático, conforme avalia Machado (1990). Ludovico, segundo Souza (2006), buscou algumas estratégias para alavancar seu nome na política municipal, dentre elas, a bandeira da mudança da capital.

Campos, apud Souza (2009), acrescenta que o movimento de 30 chega a Goiás por intermédio da coluna mineira, também conhecida como "Marcha da Libertação". Os revoltosos puderam se comunicar com a base da "revolução" que estabeleceu a formação de bases governativas nos estados. O Palácio da Liberdade, ou seja, o governo de Minas Gerais apoiava desde antes, líderes goianos que se opunham aos Caiado, ao contrário de São Paulo que apoiava a situação goiana, que correspondia naquele momento, ao poderio da família Caiado.

Embora a política goiana continuasse dominada mais pelos grupos ligados ao setor da pecuária do que pelos do setor agrícola, a partir de 1913, com a estrada de ferro, a agricultura possibilita vez e voz à lavoura. Com a importância que a agricultura assume, mormente, a partir da década de 1910, os agricultores passam a fazer parte do poder, que ainda é controlado pelos pecuaristas, possuidores de grandes extensões de terra e principais ocupantes dos postos e cargos da administração estadual. Fruto deste desenvolvimento econômico estimulado pela estrada de ferro, vamos notar também o crescimento, mesmo que tímido, de uma oposição liderada especialmente por agricultores, vítimas confessas da política estatal, que os alijava de maior participação no poder. Estes clamavam por uma maior atuação nas decisões econômicas de Goiás, mas só iriam reconquistá-la em 1930, apoiando o movimento que depõe os Caiado do poder. É nesse movimento de 1930, que as regiões sul e sudoeste do estado encontram a necessária correspondência política a seus anseios e potencialidades econômicas (PESSOA, 1999, p. 21).

Chaul comenta que Pedro Ludovico dizia que a cidade de Goiás era um "centro oligárquico, decadente e atrasado". Pedro Ludovico, além de fazendeiro, era também profissional liberal, o que denotava a incorporação de vieses urbanos nestes novos políticos. Assim como seu antecessor, Brasil Caiado, Ludovico era médico, o que era muito bem visto na época, e ainda o é hoje. Pedro Ludovico, na época, chegou a questionar a saúde que a velha capital de Goiás poderia oferecer àqueles que defendiam sua manutenção enquanto capital.

Com a ascensão das forças políticas oriundas do movimento de 30 em Goiás, a ideia de modernidade ganhou força e passou a justificar os

atos e atitudes dos “novos” senhores do poder. Fazem dobras no tempo as ideias/imagens que emergiram ideologicamente em Goiás em nome da suposta modernização do estado. Uma nova capital, um novo lugar ao sol nas relações econômicas em voga, uma nova dinâmica de vida. Entre o andar do carro de bois e a velocidade dos carros de então parecia não haver ligação histórica (CHAUL, 2010, p. 30).

A construção de Goiânia era símbolo da modernidade capitaneada por Pedro Ludovico e seus aliados, o que provocou uma reação contrária de antigos grupos políticos que se colocaram contra o projeto. Combatiam-se as velhas oligarquias da Primeira República a partir do conceito de vislumbre de uma época de progresso.

Chaul (2010) explicita que a ideia de que a cidade de Goiás, se permanecesse como a capital, atrelaria também ao estado a ideia de um Goiás do passado (o que depois da efetiva transferência explicará a cidade ser chamada de Goiás Velho) inverso ao projeto de “Goiás dos novos tempos”, que mesclava elementos de campo e cidade, urbano e rural, instrumentalizados na cidade de Goiânia.

Há um aspecto muito interessante nessa análise: Pedro Ludovico e seus aliados não tinham um projeto político para Goiás, sustentaram-se nos discursos centrados nos “novos tempos”. O político se firmou na defesa das reformas administrativas e da modernização estatal consoantes a um desenvolvimento urbano e industrial (ao passo que também incentivava mecanismos para o aumento da produção agrícola), porém todos esses ideais só foram possíveis porque era o que correspondia à política nacional daquela época. Chaul (2010) afirma a grande possibilidade de que Pedro Ludovico monopolizasse as ações políticas, afastando candidatos que pudessem ser perigosos à sua continuidade. A modernidade, então, estaria ligada a uma forma de gestão consoante à que vinha sendo discutida no restante do país e que retirasse a oligarquia caiadista do poder, bem como suas formas de dominação.

Construída, conforme aponta Chaul (2010), para a efetivação de um projeto político de modernização do estado, Goiânia teve uma arquitetura planejada, representando o símbolo do moderno em chão rural.

De acordo com Chaul (2010), em novembro de 1935 foi nomeado como prefeito de Goiânia, o professor Venerando de Freitas Borges, alinhado com o desígnio do novo Goiás que vinha sendo reforçado desde 1930, propondo-se a dinamizar a economia do sul e sudoeste de Goiás, através de uma modernização na agricultura. No entanto, apesar de representar o ideal de modernidade, Goiânia por muito tempo ainda seria vista como a capital do sertão.

O governo tomava a direção de Serra Dourada, mas os antimudancistas ainda não haviam desistido de seus propósitos. Os defensores da ideia de mudança da capital eram dia e noite pressionados pelos seus munícipes a mudarem de posição: abandonar o lado daqueles que desejavam ver o fim de Vila Boa e lutar, como um bom filho da terra do Anhanguera, por sua preservação. Longe de se confundirem com qualquer impulso aventureiro, que visava interesses escusos e mesmo egoístas. A cidade de Goiás era a progenitora da civilização goiana, “helenos entre bárbaros”, na expressão cunhada anos depois. A pressão era diária e constante. Os que podiam se mudavam para a nova capital, fugindo da pressão do Clube

Anhanguera e de seus membros antimudancistas. Maior pressão, porém, era feita aos congressistas que, dia após dia, aprovavam leis “contra a cidade” e ainda eram seus hóspedes. E, por mais que quisessem, tais deputados e auxiliares do governo ainda não podiam se afastar de Goiás. A política ainda era feita na cidade de Goiás (ARRAIS, 2013, p. 64).

Jornais da época coligados aos antimudancistas ironizavam ainda que Goiânia jamais se firmaria como capital de Goiás e que a teimosia de Pedro Ludovico levaria o estado ao caos. A figura de Pedro Ludovico também era ironizada, apostando que ele retornaria à cidade, como no trecho de jornal “...ao pensar na ingenuidade dos seus conterrâneos desta velha capital e nas voltas que o mundo dá. O mundo não. Mas as voltas que os homens de reduzida convicção política frequentemente dão” (Arrais, 2013, p. 65). Os antimudancistas utilizavam-se de muita ironia para combater a mudança e de uma denúncia de que o estado estava fortemente endividado para executar essa tarefa, que consideravam loucura.

A perda da capital, dado a violência simbólica e material com a qual fora realizada, acabou por gerar uma memória da espoliação sofrida nos anos compreendidos pela mudança. Aos impactos econômicos políticos e sociais somaram-se impactos nas estruturas familiares que desvelaram uma “retórica da perda” caracterizada por privações materiais e simbólicas sofridas pelos indivíduos, pela família e pela sociedade (TAMASO, 2007, p. 14).

A transferência da capital proposta pelo grupo de Pedro Ludovico contrariou os grupos políticos como o Clube do Anhanguera e os antimudancistas ligados à cidade de Goiás, que estabeleceram com este um enfrentamento, afim de impedir o deslocamento. Foram, porém, derrotados diante de um discurso de modernidade que se projetava na construção de Goiânia.

Segundo Chaul (2010), políticos vilaboenses ainda acreditavam, numa possibilidade de retorno da capital para a cidade de Goiás, porém, com o estabelecimento do Estado Novo por Vargas em 1937, essas esperanças caíram por terra, não tendo inclusive, direito de eleger seu prefeito, sendo considerada uma “estância balneária”. Getúlio Vargas conferia apoio a Pedro Ludovico.

A velha Goiás representava um exemplo de como não devia ser uma capital. A Goiás Velha era vista como a antítese dos tempos, o buraco do sertão goiano, paciente em fase terminal. A velha Goiás estava velha demais para uma plástica eficiente. Suas rugas no espelho do tempo serviam de demonstração não valorativa. A marcha desenvolvimentista de Vargas e seu espelho em Goiás, Pedro Ludovico, clamavam por uma capital que refletisse o progresso do Brasil novo, descortinado em 1930 e consubstanciado em 1937 (CHAUL, 2010, p. 260).

Souza (2009) afirma que, com o início da construção da nova capital em 1933, houve forte resistência política coordenada pelos antigos políticos da capital.

Em abril de 1935, Pedro Ludovico é eleito, indiretamente <sup>32</sup>, governador do estado pela Assembleia Legislativa, ocasião em que o PSR [Partido Social Republicano] elege os dois senadores federais – Mário d’Alencastro Caiado e Nero Macedo Carvalho. Com a proposta de construir Goiânia, Pedro Ludovico supera a liderança de Mário d’Alencastro Caiado, político ligado à cidade de Goiás, que, em razão disso, não se posiciona em favor da mudança. Sobrepõe-se também a Domingos N. Velasco, que, em razão de desacordos com o interventor, deixa o PSR e cria o partido Libertador, que se coliga com o Partido Democrático recriado pelos Caiado, formando a Coligação Libertadora, responsável por uma tenaz oposição a Pedro Ludovico e à mudança da capital (SOUZA, 2009, p. 12-13).

As eleições que se seguiram, conforme aponta Chaul (2010), contaram com a presença de políticos vindos do sul e sudoeste goiano e que se caracterizaram por uma disputa muito acirrada em que cada voto valia o emprego de variadas formas e artifícios para conquista, tais como telegramas falsos, destacando ainda o autor, que os partidos em disputa possuíam experiência em fraudes eleitorais. Os resultados eleitorais confirmaram a hegemonia política de Pedro Ludovico e a fase de apreço pela proposta mudancista e demandas do sul e sudoeste do estado.

Souza (2009) explica que, em Goiás, após a década de 1930, as oligarquias continuaram sendo beneficiadas pelo Estado, uma vez que inexistiam forças sociais que conseguissem com elas dividir o poder. Mas foi a primeira vez que o estado adquiriu um pouco de independência das velhas classes dominantes, ou seja, das antigas oligarquias, o que foi salutar porque outros grupos, como profissionais liberais urbanos, pequenos empresários e funcionários públicos passaram a ter maior envolvimento nas decisões políticas e econômicas, além de que os movimentos sindicais e trabalhistas (a autora não especifica quais) ganharam mais expressão.

Como demonstramos, com o Movimento de 1930, houve uma ruptura no poder político estabelecido, dando espaço para novos grupos e setores da sociedade participarem do processo político. A queda das oligarquias tradicionais e a ascensão do governo provisório de Getúlio Vargas abriram caminho para a formação de novas alianças políticas e para a participação de diferentes grupos no cenário político goiano.

Tanto Pedro Ludovico quanto Getúlio Vargas focavam na importância de investimentos em infraestrutura, industrialização e desenvolvimento de setores-chave da economia. Eles acreditavam que o avanço tecnológico e a modernização das estruturas produtivas eram muito importantes para impulsionar o crescimento e reduzir as desigualdades socioeconômicas.

De acordo com Machado (1990, p. 142) “se em 35 o poder e o carisma do Interventor se reforçam com a sua ascensão à presidência constitucional, o advento do Estado Novo o reforça ainda mais, quando Getúlio o mantém na Interventoria, o que se estende até novembro de 45”.

Arrais (2013) lembra que o poderio político-econômico das famílias Rodrigues Jardim, Fleury, Caiado e Bulhões nas cidades de Meia Ponte (hoje Pirenópolis) e Goiás foi

---

32 Em seu primeiro mandato, já dissemos que Pedro Ludovico Teixeira foi nomeado por Getúlio Vargas. Em seu segundo mandato, em 1935, foi eleito de forma indireta e nomeado novamente em 1937, quando o Estado Novo suspendeu as eleições.

marcado por disputas políticas entre elas que, muitas vezes, recorriam ao cenário político nacional para buscar apoio e se fortalecer. Essas disputas tinham como centralidade o poder local. O movimento de 1930 em Goiás, entusiasmado pela oposição concentrada em Rio Verde e com alguns integrantes na própria cidade de Goiás, propunha um rompimento com as práticas políticas das famílias em questão.

Neste sentido, a construção de Goiânia e a expansão da economia também ajudaram, mas o estado continuou a beneficiar as classes dominantes ligadas, principalmente à criação de gado.

O município de Goiás era o centro de poder da oligarquia que fora deposta pela Revolução de 1930, o que reforçava o governo de Pedro Ludovico do ponto de vista político e psicológico; abriu-se espaço para uma maior participação política e possibilidades de superar as antigas estruturas de poder e de promover mudanças sociais significativas. Nesse contexto, Goiânia se tornou oficialmente a capital do estado em 1937.

[...] a ausência ou a incapacidade do poder público de manter a ordem encontra substituto privado no proprietário rural, no coronel, que, no âmbito municipal, exercia o papel de real controlador da violência privada. Sua dominação era exercida de modo direto por meio da violência física, ainda que legitimada pela proteção proporcionada pelo compadrio (SOUZA, 2006, p. 77).

Segundo Arrais, a sociedade oligárquica goiana conseguiu sobreviver:

O que movimentou a ordem política da região foi a decisão de mudar a capital da tradicional cidade de Goiás para uma nova cidade, Goiânia. O embate resultou em disputas acirradas entre mudancistas e antimudancistas ocupando as páginas, muitas páginas, dos jornais goianos. A polêmica decisão acabou por articular nova leitura do passado: a centralidade da antiga capital, berço das tradições goianas, decorria de mero ofício administrativo. Com a revolução, a cidade perdeu sua função sistêmica. A interrupção do domínio da prestigiada família permitiu que a antiga ideia de mudança da capital se transformasse em estratégia de poder para o novo grupo que se constituía (ARRAIS, 2013, p. 11).

Chaul (2010) explica que os ideais modernistas da década de 1930 (nacionalismo, busca pela construção de uma identidade nacional, o modernismo como expressão artística e a diversidade regional) criaram a utopia de um futuro grandioso para o estado a partir da criação de Goiânia. Houve grupos que se colocaram contrariamente à ideia de mudança da capital, clamando pelos investimentos em serviços públicos na velha cidade e acreditando em sua recuperação, o que foi combatido por Pedro Ludovico. Essa escolha estava alinhada com sua visão de modernização e busca por um futuro de progresso e desenvolvimento para o estado de Goiás.

Ademais, as novas forças políticas que emergiam do sudoeste do estado pertencentes ao grupo de Ludovico ficaram contentes com uma Goiânia que surge para ser capital do sul e do sudoeste do estado, onde o potencial econômico era promissor. A construção de Goiânia representava uma oportunidade para a criação de empregos e o estímulo à economia local. A

nova capital atraía investimentos e empreendimentos, impulsionando o comércio, a indústria e a prestação de serviços na região.

Quando em 1930, o poder constituído começa a aplicar as propostas revolucionárias encontra sérias dificuldades. A nível dos municípios, não havia quadros aliancistas imbuídos dos preceitos tenentistas de eficiência e moralização. Por essa razão, houve uma dicotomia entre a ação governamental a nível do Estado – onde o poder era constituído pelos idealistas de 30 - e a nível dos municípios – onde o poder era constituído pelos coronéis dissidentes ou por ex-caiadistas – os aliancistas de última hora, segundo o discurso de época. Em decorrência, os ideais aliancistas continuaram a nível do discurso e o coronelismo continuou a imperar no interior. O poder constituído não rompe com os coronéis freando a aplicação do discurso revolucionário (MACHADO, 1990, p. 153).

A oposição a Pedro Ludovico, além de Antônio Ramos Caiado agregava Domingos Vellasco, uma outra liderança política do sudoeste de Goiás e a Liga Eleitoral Católica (que tinha expressão em todo o país)<sup>33</sup>, representando a Diocese de Goiás.

Também se denunciou que o momento da eleição de Pedro Ludovico em 1935 se transformou numa ofensa à cidade de Goiás. Parentes próximos a Pedro Ludovico teriam adotado uma atitude agressiva e teriam percorrido algumas ruas da cidade armados e gritando, frente a algumas residências da cidade: “Morra, Vila Boa!” e “Viva a Nova Capital!” (Arrais, 2013, p. 64).

Jornais da época, resgatados por Arrais (2013), demonstram um apelo dos antimudancistas para um discurso de amor pelo estado e pela “velha Vila Boa”, ressaltando que a mudança prejudicaria comerciantes, lavradores, rentistas etc. Segundo eles, a cidade se transformaria numa tapera repleta de casas abandonadas.

Fizemos uma pesquisa no *Jornal Cidade de Goyaz* de 1938 que soma com as suposições que fazemos acerca dos elementos que permeiam o imaginário local a partir de colonistas que ressaltam que o município era berço de quase toda a intelectualidade do estado. Quando fala dos objetivos do jornal, de certa forma, constrói uma imagem daqueles que defendem a cidade em detrimento de outros, afirmando que “um espírito de renovação presidirá os nossos atos e não residirá conosco o anonimato, o carrancismo, a fuga das responsabilidades”, associação esta que fazem àqueles que prosseguiram com a transferência da capital.

O supracitado jornal foi escrito em 1938. Em sua primeira página, já notamos o tom de defesa pela cidade de Goiás, uma vez que a mudança da capital ocorrera em 1937. Falava-se como se o município estivesse vivendo um renascer econômico, social, político e cultural. Gabava-se do nível de instrução educacional e cultural do povo daquela região, além de elogiar os moradores de Goiás como um povo que amava e respeitava sua terra natal, ao mesmo tempo em que criticava aqueles que profetizaram a queda da cidade.

---

33 A Liga Eleitoral Católica foi uma organização política e religiosa criada durante a década de 1930, de perfil conservador. Ela teve como objetivo principal influenciar o processo eleitoral e promover a participação dos católicos nas questões políticas do estado. Encontramos informações sobre sua ligação com a figura do supracitado político, indicando oposição a Pedro Ludovico, mas não há informações sobre uma atuação direta e alianças a nível local.

Outra colunista disse que Goiás, com a fundação do jornal, enfim se igualaria a outras cidades que chama de “cultas” no estado. Esta deixou em suas palavras transparecer o sentimento de abandono e preocupação com o futuro da cidade, narrando que, em 1936, enquanto se preparavam para a festa mais importante da região que é a Semana Santa, souberam que a banda da Polícia Militar deveria ir para Goiânia. O tom de crítica aos mudancistas seguiu por toda a publicação.

No campo social, não houve muitas mudanças e, no aspecto político, o movimento apresentava-se como um movimento moralizador. Seguiram-se anos de ditadura, segundo Souza (2009), ao se referir ao Estado Novo, que colocou em xeque os ideais democráticos do movimento.

A forma de governar, porém, sofreu transformação: solucionar os problemas do estado passou a ser um objetivo, tal como questões relativas aos transportes, educação, saúde pública e exportação de mercadorias.

De acordo com Machado (1990), afirmações parecidas foram repetidas ao longo de todo o século XIX por alguns presidentes, como Couto de Magalhães, que dizia desconhecer um lugar com tantas graves moléstias, péssimas condições comerciais e de trânsito, reunindo não apenas características suficientes para que deixasse de ser capital, como também para que fosse abandonada.

Ao demonstrar as origens do município de Goiás atreladas às origens do próprio estado, reforçamos que, quando se fala de coronelismo no estado de Goiás, obrigatoriamente, passamos pela história política do município de Goiás, pois tanto no período imperial quanto no início da República, a cidade era o centro político do estado e viveu um passado coronelista delineado pelo revezamento de oligarquias no poder, sendo a mais importante delas, a caiadista, pois conseguiu se reinventar ao longo do tempo, perpetuando seu sobrenome (e o das famílias com quem tem parentesco consanguíneo) nas disputas eleitorais municipais e estaduais até hoje.

Os sentimentos de abandono e algumas questões referentes à mudança de capital serão retomadas no capítulo IV, sob um prisma mais local que estadual, para auxiliar a delinear os traços culturais marcantes da cultura e da sociedade do município de Goiás.



## **CAPÍTULO IV – MUDANÇAS SOCIAIS E ECONÔMICAS: EMERGÊNCIA DE NOVAS FORÇAS POLÍTICAS**

Neste capítulo, abordamos as transformações econômicas e sociais que aconteceram no estado, em especial, no município de Goiás desde que deixou de ser a capital. A mudança da capital, as disputas por terra e a emergência de movimentos sociais (sobretudo ao que interessa este trabalho, na microrregião do Rio Vermelho, onde o município de Goiás está localizado), a modernização da agricultura bem como o desenvolvimento (ainda que mais tímido) do turismo a partir da patrimonialização do município foram algumas das alterações socioeconômicas que começaram a inserir e modificar elementos na cultura e na política local.

Apesar de Goiás não ser mais a capital, o imaginário local ainda preserva aspectos do que o município representou historicamente e o jogo político local está fundamentado nessa realidade. Como uma cidade que já foi o centro político do estado, ela carrega heranças políticas dessa época. . No contexto político local, surgiram ocupações de terra que resultaram em assentamentos, agricultura familiar e uma vertente da Igreja Católica que apoiou essas ocupações, especialmente sob a liderança do Bispo Dom Tomás Balduino (CANUTO, 2012). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e esses movimentos traduzem-se, em termos culturais, sociais e eleitorais, na trajetória municipal do Partido dos Trabalhadores, que passa a angariar um certo capital político.

Este capítulo é centrado na contextualização de alguns eventos históricos ocorridos no estado de Goiás, a fim de fornecer algumas informações sobre os movimentos sociais rurais, com ênfase na região do município de Goiás. Começamos tratando a polêmica mudança da capital que modificou o município não só do ponto de vista político, mas também alterou elementos culturais e sociais. Trabalhamos ainda outras importantes mudanças ocorridas no estado e na cidade de Goiás, que inseriram elementos no campo político municipal que foram substanciais para o desenvolvimento de novas forças sociais e políticas.

### **4.1. Contextualização: o pós-Ludovico para o estado e para o município**

Palacín e Moraes (2008) destacam que a cidade de Goiás permaneceu como capital do estado por quase dois séculos devido a duas fortes razões: primeiro, os custos significativos que a construção de novos prédios públicos acarretaria para um estado economicamente carente. Uma segunda razão foi que parte da população da capital manifestava oposição à mudança, seja por motivos sentimentais ou pelo temor aos prejuízos econômicos resultantes dessa alteração.

No entanto, o panorama mudou com o movimento de 1930, quando uma transformação profunda das estruturas políticas ocorreu. Esse movimento abriu novamente a discussão sobre a transferência da capital, pois as mudanças políticas e sociais criaram uma oportunidade para repensar sua localização.

Na década de 1930, o município de Goiás conservava o status de atraso por representar não somente características de posição e geografia em desvantagem, mas também por ser conhecida como símbolo das oligarquias recém depositas que se fundiam à própria cidade, ou seja, os Caiado e aliados. (OLIVEIRA, 2011)

Nesse campo de lutas políticas (BOURDIEU, 1989), o grupo que defendia a transferência da capital de Goiás para Goiânia foi apoiado principalmente por políticos e

líderes que acreditavam que uma nova capital planejada e centralizada traria benefícios econômicos, sociais e administrativos para o estado como, por exemplo, Pedro Ludovico Teixeira, José Xavier de Almeida e intelectuais e empresários (ARRAIS, 2013).

A desvalorização das casas, negócios e terras era motivo de preocupação não apenas para os grandes proprietários rurais e urbanos que tradicionalmente dominavam a política, mas também para os funcionários públicos, os comerciantes “miúdos” locais e os moradores rurais da região próxima à capital. Esses diferentes grupos temiam os impactos econômicos negativos que a transferência da capital poderia acarretar.

Após a mudança, os jornais locais da cidade de Goiás sustentavam a ideia de que a cidade não tinha sido abandonada e que seu comércio continuava crescendo. Nesse período, havia a expectativa de que o presidente Getúlio Vargas visitaria Goiânia para acompanhar o progresso das obras na nova capital e, possivelmente, passaria por Vila Boa em sua volta. No entanto, a visita não ocorreu, enquanto a visita a Goiânia foi realizada em agosto de 1940.

A imprensa local, que também era instrumento de competição política, preferiu silenciar o fato e destacou a presença de um outro visitante ilustre, um repórter espanhol que elogiou os encantos da antiga capital. Essa abordagem refletia a disputa política entre as duas cidades e a tentativa de preservar a imagem positiva do município de Goiás, diante da construção da nova capital.

Cartazes do governador foram fixados na casa de antimudancistas, o que Arrais (2013) considera que configurou a imagem política de Pedro Ludovico, antecipando-se ao Estado Novo. Paulatinamente, os moradores do município de Goiás, foram rareando suas críticas, apostando numa virada política a partir das eleições presidenciais e preferiram aguardar que o projeto de Goiânia fracassasse.

Assistiu-se, a partir de então, a um cenário onde os quadros políticos de Goiás foram fragmentados. O sentimento de abandono, descaso e injustiça foi ressaltado pelos que permaneceram na cidade, que, por conta da diminuição em seu orçamento, tornou-se mais suja e menos conservada, viu sua economia declinar com parte das atividades migrando para Goiânia, perdeu prestígio político e parte de sua população, entre outros desafios que precisaram ser enfrentados. O Clube Anhanguera, formado por um grupo de antimudancistas, foi abandonado e aqueles lembrados como oposição ao governo Ludovico sofriam ataques de pessoas ligadas ao governo estadual.

Em 1937, as notícias de que a cidade de Goiás poderia se transformar numa estância hidromineral mexeram novamente com os ânimos dos seus habitantes. Se, por um lado, tal notícia poderia representar mais recursos para a cidade, por outro, ficava claro para as elites e para a população vilaboense em geral que o objetivo não era simplesmente transformar Goiás em um ponto turístico, mas dissipar qualquer resistência ao governo estadual (que era mais forte no município de Goiás) evitando que se dispersasse para outros locais do estado.

Também se notava um tom de defesa da autonomia de um município livre que não se deixaria destruir por um governo de oito anos. Aos poucos, começou a se desenvolver um cenário de rixa entre as duas cidades (Goiás e Goiânia), à medida que uma crescia e a outra ficava estagnada. Em Goiás, dizia-se que a cidade conseguira “manter sua honra, não se manchara com a lama daqueles que desejavam a construção de Goiânia sobre as ruínas da antiga capital” (ARRAIS, 2013, p. 78)

Devido às críticas dirigidas à cidade de Goiás<sup>34</sup>, jornais da época ligados às denúncias aos mudancistas opinavam que não era a construção de uma cidade que estava na centralidade da discussão, mas a destruição de outra.

Tão injusta e agressiva foi a campanha desencadeada que, desde logo, em nosso meio operou-se um vibrante movimento de repulsa e revolta. Era uma força magnífica; feita dos mais puros sentimentos de amor à gleba natal, visando impedir a ruína moral das tradições de uma terra, sempre digna e altiva. Entretanto elementos alienígenas corroídos pela verminose dos mais inconfessáveis interesses em franca parceria com os filhos de Vila Boa [ilegível] às peias de um imediatismo político, procuraram evacuar as nossas atitudes e massacrar os elevados intuitos de nossos propósitos. A cidade que se ergue, entretanto, nas chapadas de campinas, bem poderia ter colhido, para argamassa de seus alicerces, as energias harmoniosas e não as lágrimas de uma geração humilhada! (Jornal *A razão*, 137, apud ARRAIS, 2013)

Nesse período de transição da capital, o Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás iniciou uma tentativa de conciliação das duas cidades, num anseio de promover a cidade de Goiás como símbolo da tradição e resgate da história do estado, guardião do “espírito anhanguerino” que deveria ser repassado às futuras gerações. O que antes já tinha corpo no discurso dos antimudancistas e também nas palavras dos mudancistas pretendendo conservar a antiga capital, passou a ser tema para enlace entre as duas facções. Vale lembrar que essa “trégua do governo” ocorreu num período em que a oposição direta ao governo de Pedro Ludovico estava descartada, com censura aos meios de comunicação.

A cidade de Goiás tinha casas e prédios públicos abandonados. No seu núcleo central, que fora habitado pela alta sociedade, instalou-se um território de boemia, que era frequentado, inclusive, pelos antigos moradores da cidade ao regressar de Goiânia para breve estadia, gabando-se do novo padrão de vida que a nova capital podia lhes oferecer.

Como a maioria dos funcionários públicos não podia deixar o emprego, estes tiveram que se mudar para Goiânia, o que aumentou a população idosa e inativa no município de Goiás. Canções nas quais o amor à cidade se confunde com os próprios valores eram compostas e entoadas. Há autores que dizem que a partir da mudança da capital iniciou-se um processo de essencialização da cultura<sup>35</sup> da cidade de Goiás, porém, autores como Tamaso (2011), mostram indícios da formação dessa cultura peculiar em chão estadual desde a era colonial e imperial, a partir do estabelecimento de famílias importantes que saíam para estudar e voltavam disseminando a arte no município, onde desenvolviam suas potencialidades artísticas. A cultura também se vangloria da origem secular do município utilizando-se de expressões como “terra abençoada” e “gerações passadas”.

No trabalho do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (citado por Arrais, 20193), notava-se que a promissora Goiânia carecia de vínculos simbólicos que a legitimassem como centro político do estado, ao que o governo reforçava o lado positivo de ser uma cidade sem

---

34 Cidade velha, símbolo de atraso e estagnação, cidade símbolo do passado, berço das oligarquias, cidade avessa à modernidade e resistente à mudança.

35 Processo em que alguns elementos culturais e históricos passaram por uma valorização afim de se construir uma identidade vilaboense que perpassasse por festas tradicionais, manifestações culturais, artesanato, narrativa locais, etc.

história de conchavos familiares. Era preciso, porém, uma união simbólica entre as duas cidades.

Campos (2009) lembra que na época da construção de Goiânia, os Caiado adotaram o antimudancismo como questão principal de ataque a Pedro Ludovico. O autor afirma que José Ludovico de Almeida (primo de Pedro Ludovico e político influente), Alfredo Nasser e Francisco de Brito propunham uma nova política que Mauro Borges, filho de Pedro Ludovico, décadas depois, tentaria colocar em prática, ao considerar outras forças sociais, como o campesinato. José Ludovico de Almeida (governador entre 1955 e 1959), por exemplo, ordenou que a Polícia Militar não interferisse na região de Trombas, onde se deu o conflito de que trataremos adiante. O governador José Ludovico também teria combatido a grilagem<sup>36</sup>.

Em 1941, o governo federal implantou a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang) no município de Ceres<sup>37</sup>, planejando o assentamento de famílias de pequenos produtores (cerca de trinta mil pessoas), porém a estrutura dispendida para o projeto era fraca no que tange a condições de higiene, saúde e educação. Castilho (2009) relaciona a criação da Cang aos projetos de colonização de Vargas<sup>38</sup> que influenciaram a configuração territorial do estado junto à criação de Goiânia e a Fundação Brasil Central.

Para bem administrar essa questão, Getúlio Vargas precisava conter o que definia por “rixas partidárias estaduais” e o vazio populacional (do ponto de vista do projeto de governo, pois essas terras eram habitadas por povos indígenas) que tomava conta do oeste brasileiro. Foi quando instituiu a Marcha para o Oeste, política que permitiu a adesão de Goiás ao processo produtivo nacional como produtor de matéria-prima e gêneros alimentícios. A Marcha para o Oeste, segundo Marin e Neves (2013), era uma política concatenada aos objetivos getulistas de ocupação territorial dos espaços vazios.

A respeito das migrações para Goiás a partir do incentivo da Marcha para o Oeste, esclarece-se que a vinda para Goiás não se fazia diretamente do local de origem. Vários pontos de parada seguravam esses trabalhadores antes da chegada em Goiânia. Mesmo em Goiás, a migração interna inicialmente se processava dentro da zona rural. Primeiro, os trabalhadores se dirigiam a uma fazenda, depois a outra, até chegarem à cidade do interior e posteriormente a Goiânia. Trabalhavam na roça como agregados, parceiros, meeiros ou peões; no garimpo, em olarias, em serrarias, em ocupações de caráter rural no meio urbano, como zeladores de chácaras de recreio, lavradores diaristas, ou ainda inseriam-se precariamente como operários no mercado de trabalho urbano, trabalhando como serventes de pedreiros, carpinteiro, pedreiros, marceneiros<sup>39</sup>... Muitos ambicionaram chegar a Goiânia e chegaram. Percorreram essa trajetória ao longo do tempo em que a economia agrária goiana se desenvolvia e a urbanização se acelerava (SOUZA, 2006, p. 91)

36 José Ludovico implementou alguns processos de regularização fundiária e tentou reprimir a emissão de títulos falsos de propriedade de terra. A luta contra a grilagem, porém, não era tarefa fácil de ser empreendida assim como em outros lugares do país.

37 Distante 177 km da capital Goiânia e a cerca de 200 km do município de Goiás

38 O objetivo principal dessa política de Getúlio Vargas foi promover a ocupação e desenvolvimento das áreas do interior do país, especialmente na região central do Brasil, conhecida como "vazio demográfico" na época.

39 O processo de migração ocorria dentro das zonas rurais, motivadas por questões relativas à fertilidade das terras, oportunidades agrícolas e de criação de gado, de trabalho, acesso a recursos naturais, necessidades básicas das famílias, etc.

Pensando o modelo de expansão territorial e a ideia de desenvolvimento do país no século XX, diversos autores se ocuparam de discutir a Marcha para o Oeste. Mello (2013) lembra que, enquanto Goiânia surgiu como projeto já em 1930, a Marcha para o Oeste foi anunciada pelo governo apenas em 1937.

Mello (2013) afirma que Vargas, por meio do discurso centrado na Marcha para o Oeste, pretendia defender as fronteiras através da ocupação do interior, uma vez que havia a preocupação com a defesa das vastas fronteiras brasileiras de outros países que pudessem reivindicar ou invadir regiões, especialmente, a região Centro-oeste que era pouco ocupada e desenvolvida. Importante lembrar que desde a Guerra do Paraguai, havia o interesse por parte de nações hispânicas em terras brasileiras. E no caso deste oeste, conhecido como “sertão”, havia ainda a prerrogativa de ser uma região pouco povoada, com indícios de possuir resquícios de ouro e tornava-se ainda atrativa aos olhos de nações vizinhas como a Argentina, Uruguai e Paraguai, que, a partir de uma possível ocupação, poderiam ter um aumento territorial.

Rodrigues (2013) lembra que, até aqui, os coronéis eram quem de fato detinham o poder de mando sobre (o estado de) Goiás, não só no Império, mas também na República Velha. A força física e ideológica dos chefes políticos locais eram parte de seus mecanismos de dominação. Este poder se impunha a toda população agrária. Segundo Roseli Tristão,

A mesclagem entre poder público e privado propiciou o surgimento de uma identidade construída e cultivada pela elite agrária em Goiás, que foi gradativamente construída. Desde décadas essa elite conseguia domínio clientelista, exercido sobre a área urbana e extensivo às áreas rurais de Vila Boa. As sucessivas vitórias nas disputas para os cargos públicos foram possíveis mediante um contínuo processo de conquistas e manutenção das relações de dependência do eleitorado a estes. Os homens de renome, ou seja, de famílias de prestígio, embora de cultura totalmente urbana, tinham na fazenda suas ligações. A relação campo e cidade continuava estreita em Vila Boa, do século passado. Nas fazendas eles descansavam, tiravam férias, fugiam dos burburinhos pós eleição, celebravam festas de batizados, casamentos, Natal, Ano Novo. As festas, fossem elas de cunho privado ou religioso, ganhavam sempre uma conotação política, dados a conhecer nos jornais a presença ilustre de um membro, ou até de toda uma família importante. Essas práticas dos políticos, sua presença, são provas dos vínculos afetivos que marcaram suas ligações com a gente do campo, ao mesmo tempo que permite observar a extensão de seus poderes. A ritualização das visitas, a justificativa constante da ausência, eram muito necessárias para a reiteração do domínio e das relações entre os líderes familiares e seus agregados (TRISTÃO, 1998, p. 112-113).

Na década de 1950, oito antigos distritos de Goiás passaram a ser reconhecidos como municípios: Carmo do Rio Verde e Mossâmedes em 1952, Xixá (atual Itapuranga), Jussara, São Luís de Montes Belos e Itapirapuã em 1953, Diorama e Aruanã em 1958. Esse processo de emancipação municipal ocorreu em diversos locais do país a partir do desenvolvimento dessas áreas que passaram a demandar autonomia política e administrativa. Importante frisar que a perda de territórios implica em perda de recursos para o município.

As dificuldades financeiras no município de Goiás chegaram ao ponto de o patrimônio de diversas famílias ser aos poucos degradado. Muitas casas foram simplesmente abandonadas ou mesmo demolidas porque seus proprietários não conseguiam pagar o imposto da décima<sup>40</sup>, devido à Prefeitura Municipal. Por isso, muitos vilaboenses alegavam que a mudança da capital foi violenta e mal planejada.

Campos (2009) explica que, entre 1940 e 1950, a pecuária deixou de ser o principal expoente da economia no estado de Goiás em favor da produção do arroz. Uma das principais discussões, nesse contexto, era a necessidade de promover a modernização da agricultura, visando aumentar a produtividade e garantir o abastecimento alimentar do país. Além disso, havia debates sobre a necessidade de democratizar o acesso à terra, promovendo a colonização de áreas desocupadas.

A gestão de Coimbra Bueno no estado<sup>41</sup> (1947-1950) foi marcada pelo incentivo à cultura do café. Durante sua gestão, foram implementadas medidas para promover a colonização de terras desocupadas, o incentivo à agricultura e a regularização fundiária. Por outro lado, ele foi acusado, pela população local, de planejar muito e pouco fazer. Após sua administração, que foi finalizada por Hosanah de Campos Guimarães, Pedro Ludovico Teixeira foi eleito novamente e, mais tarde, em 1960, conseguiu unir forças para eleger seu filho Mauro Borges a governador do estado.

Segundo Teixeira, Dutra e Silva e Bernardes (2012), a inauguração de Brasília, em 1961, contribuiu para o desenvolvimento social e econômico do estado de Goiás. A cidade de Goiás, embora de forma indireta pudesse se beneficiar dessa expansão do interior do Brasil, tinha sua economia frágil, onde a pecuária era a principal atividade, responsável pela economia local e em seguida, porém, em bem menor grau, a indústria de transformação (houve um laticínio nas décadas de 1980 e 1990), comércio varejista, agricultura, extração mineral e prestação de serviços.

A partir da década de 1950, o estado de Goiás passou a receber investimentos em infraestrutura, como a construção de rodovias e a implantação de indústrias, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e reduzir as desigualdades regionais.

No município de Goiás, houve um período de adaptação e reestruturação. Apesar de ter perdido o *status* de capital, preservou seu patrimônio histórico e cultural, que é reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco desde 2001. O turismo se tornou uma atividade importante para a cidade, impulsionado por sua rica história colonial e arquitetura. A criação de novos municípios e as lutas pela terra no estado de Goiás influenciaram as reconfigurações regionais e os “de fora”, aqui lido em sentido regional, aumentaram de número em cada região do estado.

#### **4.2 – Assentamentos, Diocese atuante e movimentos sociais: a dinâmica da luta pela terra na região da Serra Dourada**

Para pensarmos os conflitos agrários na região do município de Goiás, é necessário nos situarmos o que aconteceu ao longo do século XX no estado e, em certa medida, no país. Costa (1996) lembra que de 1950 a 1960, o governo federal, dando continuidade às políticas

40 A “Décima Urbana” foi um imposto predial cobrado em diversos locais do Brasil durante a República Velha, de cobrança anual e cuja taxa era calculada em virtude do valor e da localização do imóvel.

41 Jeronymo Coimbra Bueno, engenheiro e empresário, oriundo de famílias brasileiras tradicionais, de fazendeiros e comerciantes, foi governador e senador pelo estado de Goiás. Junto com seu irmão, teve importante destaque na construção de Goiânia. Coimbra e Bueno são hoje nomes de dois conhecidos bairros em Goiânia.

de ocupação e interiorização, criou a rodovia Belém-Brasília. A construção de Brasília ampliou a densidade demográfica e criou outros mercados.

Na década de 1950, o estado teve um crescimento populacional de 4,9% ao ano, enquanto que a do país foi de 3,2%. Costa (1996) comenta ainda outro fato que marcou a década no estado, qual seja a ocupação de terras devolutas que existiam em abundância e que sofreram com as ações dos grileiros a partir de 1950, em razão de sua valorização a partir da construção de Brasília.

A partir da década de 1960, o avanço da modernização agrícola e o aumento da produtividade no campo resultaram em transformações na agricultura brasileira. Com a introdução de máquinas, tecnologias e insumos químicos, as práticas de produção foram alteradas, exigindo investimentos e capital intensivo (o que ocorre principalmente após o golpe militar). Segundo Santos (1998), outro fator preponderante para a valorização de terras na região foi a pavimentação da Belém-Brasília e a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que, no estado de Goiás, promoveu agroindústrias onde foram implantados frigoríficos, laticínios, usinas de álcool e alguns projetos de mineração. Em Goiás, houve um movimento de entrada de grandes proprietários do Sul do país, que adquiriram terras e implementaram modelos de produção mais intensivos em capital. Esses grandes proprietários, muitas vezes, compravam as terras de pequenos e médios proprietários que não conseguiram se adaptar ao novo modelo agrícola.

Em 1953, de acordo com Costa (1996), foi criada a primeira associação de lavradores no estado de Goiás, na cidade de Rio Verde, sudoeste do estado, envolvendo pequenos produtores e pecuaristas.

Em 1962, no município de Dianópolis (hoje município pertencente ao estado do Tocantins), foi criada a primeira Liga Camponesa do estado. O movimento dos posseiros<sup>42</sup> dividiu-se em duas orientações: uma apoiada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) que se desenvolveu nos sindicatos e a segunda, difundida pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e seguida pelas Ligas Camponesas. Esse movimento foi contemporâneo ao governo estadual de Mauro Borges que “procurou manter o quadro de relações sociais de dominação, empreendendo uma luta política contra as velhas estruturas agrárias via proposta de reforma agrária” (Costa, 1996, p. 65), o que parece ser, de certa maneira, contraditório.

O PCB e a AP<sup>43</sup> na década de 1960, atuavam no estado, bem como em outros lugares do país, na organização dos trabalhadores rurais em sindicatos e associações, apoiando ocupações, reivindicações por melhores condições de trabalho, na conscientização popular e na luta por reforma agrária. O PCdoB, a nível estadual, buscou organizar e mobilizar os trabalhadores rurais, posseiros e sem-terra, por meio da criação e fortalecimento de sindicatos rurais, associações e movimentos sociais. O partido estimulou a conscientização política, promoveu a participação ativa dos trabalhadores rurais na definição de suas demandas e buscou fortalecer sua união e luta coletiva. As lutas sociais, seja no campo ou na cidade, adentra as eleições municipais como pauta de destaque.

O estado de Goiás passou por períodos de tensões e conflitos agrários ao longo de sua história, envolvendo disputas pela posse e uso da terra. Esses conflitos surgiram a partir de tentativas de expulsão dos trabalhadores rurais que ocuparam terras consideradas improdutivas ou reivindicaram a posse de áreas que estavam em disputa judicial ou terras

---

41 Posseiros são pessoas que ocupam e trabalham em terras rurais sem possuir a titularidade legal dessas terras.

43 A Ação Popular foi um movimento político e social fundado em 1962, influenciando os movimentos estudantis e operários da época, quanto a defesa de reformas sociais e políticas no Brasil.

consideradas sem dono a partir da divulgação de notícias de que o governo estava distribuindo terras, a partir da criação dos projetos de colonização.

A ausência de uma distribuição justa e equitativa de terras levou muitos trabalhadores rurais a ocupar e trabalhar em terras sem a devida legalização, na busca por oportunidades de sobrevivência e sustento.

A orientação dos posseiros, apoiados pelo PCB, era baseada na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais e na busca por reformas sociais e agrárias dentro do sistema político existente. Essa abordagem tinha como objetivo conquistar melhorias nas condições de trabalho, acesso à terra e garantia de direitos sociais (serviços básicos de saúde, educação e infraestrutura) por meio de negociações e pressão política dentro das instituições existentes

Medeiros (2014) esclarece que somente a partir de 1962, foi regulamentada a sindicalização dos trabalhadores do campo, em virtude dos processos de luta ocorridos na década anterior defendendo o direito à terra, a melhores condições de trabalho no âmbito rural e ao direito de organização. A partir de 1963, segundo Costa (1996), alguns grupos de posseiros passam a estabelecer ocupações, e tentativas de guerrilhas<sup>44</sup> com o objetivo de pressionar o Parlamento pela reforma agrária. Essas ocupações ocorreram no entorno de Brasília, região do Vale do São Patrício (municípios como Ceres<sup>45</sup> e Rialma), sudoeste goiano (Mineiros e Jataí), entre outras. Foi também em 1963 que João Goulart prometeu instituir um programa de reformas, dentre elas, a agrária.

As tentativas de guerrilha, por sua vez, eram estratégias mais radicalizadas adotadas por alguns grupos de posseiros, que resultasse na expropriação das terras dos latifundiários e na implementação de um modelo socialista.

Alberto Gomes de Oliveira, conhecido como Bacurau<sup>46</sup>, liderança camponesa regional da década de 1980, nos concedeu entrevista e nos autorizou sua publicação. Em um dos trechos de seu relato, comenta o que aconteceu na região de Trombas e Formoso.

No Nordeste, Pernambuco, houve grande movimento das ligas camponesas, ações católicas rurais. No sul, houve desenvolvimento de cooperativas, a criação de sindicatos rurais mais independentes e em Goiás, a criação de dois movimentos no campo: o PCB e outro que trabalhavam a questão mais sindical dentro de uma política aliada com o governo Mauro Borges.

Teve um baque grande com a cassação de Mauro Borges O PCB e Ação Popular [AP] eram mais atuantes e numa linha mais radicalizada por conta da colonização ao Norte. Levas e levaras de trabalhadores que foram ali pro lado de Porangatu, Uruaçu, Trombas e formaram ali um grande movimento de Trombas e Formoso (década de 1950).

Havia mil de base [militante] do PCB que reivindicaram uma postura do partido. Liderança principal era o José Porfírio que tinha um carisma pessoal. O interessante é que ali se conheceu a titulação de 15 mil títulos de terra. Depois a ditadura desmontou esse processo. Ali há

44 Houve uma tentativa no município de Dianópolis-GO em período pouco anterior à ditadura militar, dentro de uma operação de iniciativa do PCB conhecida por Destacamento C-1. A população local do município, porém, não conferiu uma adesão significativa ao movimento.

45 Onde havia a CANG, colônia agrícola criada na década de 1940.

46 Bacurau se mudou para o Rio de Janeiro em 2005, por motivos pessoais. É agricultor, desenvolvendo agricultura dentro de princípios da agroecologia, produzindo temperos naturais com propriedades medicinais. Cursou Direito e participa de alguns movimentos populares voltados para a agroecologia.



famílias que permanecem até hoje, oriundas desse processo. Teve o primeiro deputado camponês do Brasil<sup>47</sup>, que foi o José Porfírio. Aí tem toda uma história (Entrevista com Alberto Bacurau, Rio de Janeiro, 27/12/2020, por via remota)

Carneiro (1981), em seu trabalho sobre o supracitado conflito, explica que a partir de 1952, a região foi alvo de intensa repressão, tanto policial, quanto de jagunços. O trabalho de José Porfírio, segundo a autora, somava esforços no sentido de organizar os posseiros dentro da legalidade, fazendo valer o direito de os posseiros ocuparem as terras devolutas. A tentativa pacífica da resolução do problema findou-se em 1954, quando, depois de voltar de um encontro com um procurador do estado, José Porfírio encontrou sua roça e sua casa queimadas, vendo a mulher e os filhos desabrigados. Sua esposa faleceu um mês depois do fato, “por desgosto e abalo moral” como se conta. Assim, com o apoio do PCB, iniciou-se um conflito armado na região.

Em 1964, num contexto de crise geral, os movimentos dos grupos dominados no campo foram reprimidos policialmente e também por milícias privadas. O Estado, sob o controle dos militares, atuou com maior repressão e violência, especialmente durante o período do regime militar (1964-1985), que lançou uma ampla campanha de repressão contra movimentos sociais e guerrilhas no país.

Quando ocorreu o golpe militar no Brasil em 1964, os partidos foram extintos pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2) editado em 27 de outubro de 1965, que também estabeleceu a eleição indireta para presidente da República, governadores dos estados e prefeitos das capitais, enfraquecendo ainda mais a representação política democrática. O efeito do AI-2, para as eleições municipais, foi a suspensão do sistema de eleições diretas para prefeitos e vereadores nas capitais. Ele estabeleceu a nomeação de prefeitos e pelos militares, os chamados “interventores”.

Nesse mesmo ano de 1965 foi criada a Aliança Renovadora Nacional (Arena), como partido de sustentação do regime militar. Esse partido se tornou a principal força política do país durante o período da ditadura. Foi criado, também, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que se posicionava como legenda de oposição<sup>48</sup>. Dessa forma, apenas dois partidos foram permitidos pelo regime militar até início dos anos 1980.

Enquanto os trabalhadores rurais começavam a se organizar a nível estadual, do ponto de vista eleitoral municipal local em Goiás, não se enxergavam muitas mudanças. Nas décadas de 1950 a 1970, as eleições no município de Goiás se configuraram da seguinte maneira: de 1955 a 1958, foi eleito prefeito de Goiás, Brasil Ramos Caiado (UDN), sucedido por João Araújo Godinho (PSP, 1958-1960) e Djary Alencastro Veiga (UDN) que assumiu a prefeitura sendo vice. De 1961 a 1966, permaneceu como prefeito, Brasília Ramos Caiado (filho de Brasil Caiado), último prefeito pela UDN no município, ou seja, o mesmo grupo político se manteve à frente da prefeitura municipal.

De 1966 a 1970, a prefeitura do município de Goiás passou às mãos do Arena com Jerônimo de Coimbra Bueno. É somente de 1970 a 1973, que assume uma liderança ligada ao Movimento Democrático Brasileiro, o bem-lembrado pela população local até hoje, prefeito

---

José Porfírio foi eleito deputado estadual em 1962 pela coligação PTB-PSB.

48 O MDB não se configurava exatamente como um partido de oposição, uma vez que foi criado como parte do sistema bipartidário e não lutava, em sua criação, pelo fim do regime, mas operando dentro das regras impostas. Dentro de uma oposição controlada, porém, pode tecer críticas moderadas ao regime, defendendo preceitos mais democráticos.

Dário de Paiva, apoiado pelos trabalhadores rurais e urbanos, bem como pelos pecuaristas. De 1974 a 1976, o município voltaria às mãos da administração da Arena, quando em 1977, assumiu como prefeito, Djalma de Paiva, irmão de Dário de Paiva. (O filho deste último se candidataria à prefeitura pelo PT em 1992).

No município de Goiás, a dinâmica política local se transformou a partir de 1967<sup>49</sup>, no sentido de ganhar elementos e influências de outros atores a partir de Dom Tomás na Diocese. A atuação de Dom Tomás e da Diocese trouxe maior visibilidade para as questões agrárias e sociais (centradas na concentração de terras, conflitos decorrentes das lutas de posseiros e trabalhadores rurais pelo uso e posse da terra, pobreza rural) elevando a importância desses temas na agenda política local. A diocese promoveu debates, encontros e evento que trouxeram à tona as demandas e os problemas enfrentados pelos posseiros e trabalhadores rurais na região.

Na vertente da luta pela terra, a essa época, de acordo com Curado (1998), acirraram-se os conflitos no campo em todo país o que gerou uma tentativa de conter uma publicidade dessas lutas, a partir da censura imposta à imprensa e a repressão dos movimentos sociais. A respeito desses movimentos, Silva (2006) relata que:

Na década de 1970<sup>50</sup>, os movimentos sociais no campo e na cidade, então reprimidos pelo golpe militar de 1964, voltaram a organizar-se. As lutas ressurgiram com o agravamento da situação dos trabalhadores rurais que ainda eram expulsos pelos grandes proprietários, pelos grileiros de terra, pelos projetos agropecuários do governo – que subsidiavam a implantação do capital nas zonas de fronteira na Amazônia Legal –, pelos programas de construção de estradas de ferro e de barragens. Eram iniciativas que desabrigavam os agricultores familiares<sup>51</sup>, instalados nas áreas em que se localizavam as barragens e os trilhos das estradas de ferro (SILVA, 2000, p. 42).

A presença da Igreja nos debates pela luta da terra e pelo apoio aos movimentos sociais, possui, como já afirmamos, um papel central, como demonstraram os estudos realizados por Curado (1998) ao afirmar que:

É com o seu apoio declarado, portanto, que a Arquidiocese [SIC] se coloca junto à luta dos posseiros urbanos e, indiretamente, em relação à luta pela terra. Agentes pastorais vão estar nas ocupações envolvidos diretamente no processo de enfrentamento e organização dos posseiros (CURADO, 1998, pg. 85).

Em entrevista, Bacurau relata como se aproximou dos conflitos agrários na região, em uma época em que parte da Igreja Católica adotava a Teologia da Libertação, participando ativamente da luta dos trabalhadores rurais.<sup>52</sup> Nas palavras de Bacurau,

49 Não encontramos na literatura, tampouco por meio das entrevistas em nosso trabalho de campo, afirmações que indicassem conflitos por terra na região do município de Goiás, antes de 1964.

50 A partir da segunda metade da década de 1970.

51 Embora essa categoria não fosse utilizada na década de 1970, o autor a utilizou para se referir aos posseiros na área.

52 Ele ressalta que a expansão de grandes propriedades rurais em detrimento da agricultura familiar e dos pequenos produtores contribuiu para uma distribuição desigual de recursos e oportunidades no setor agrícola.

Dom Tomás é nomeado bispo e vai pra Cidade de Goiás e isso acontece combinado a dois fenômenos políticos: primeiro a ditadura e segundo, na região de Goiás, estava acontecendo todo um processo de preparação a partir dos interesses internacionais de modernização da economia brasileira, da tentativa de modernizar o trabalho no campo, a produção na área rural. De um lado, grandes pastagens, além da região da Cidade de Goiás até Aruanã, toda região do Vale do Rio Vermelho e foi onde se conformou grandes latifúndios da família Marquezzi, cerca de 70 mil alqueires. Os Caiados e outros tomaram terras de pequenos agricultores. A família de Íris [Íris Rezende Machado] tinha grande fazenda por lá.

A partir de Itaberaí já havia a introdução da mecanização, chegando a ser capital goiana de produção de arroz. Regiões de pequenos proprietários estavam nos municípios de Itapuranga, Ceres, Uruana, Taquaral, Itauçu, Itaguaru e foi quando também se começou o plantio de cana para produzir álcool. Então, já nesse período, em Itapuranga, Carmo de Rio Verde, acontece a criação de usina de álcool. Esses dois fenômenos, a ditadura dando suporte à essa política agrária necessitava de um controle maior por algumas vias: a primeira era eliminar a melhoria do período anterior à ditadura.

Quando Dom Tomás vai pra Goiás, esse movimento todo tinha sido reprimido, tinha a condição de expulsão de meeiros, parceiros, arrendatários etc. A Diocese de Goiás, diante dessa realidade, opta pela formação de sindicatos de trabalhadores rurais. O projeto sindical da ditadura tinha objetivos claros e definidos: discurso de defesa dos trabalhadores, mas os estatutos criados eram únicos. Se fundava o sindicato e a primeira coisa era: com recursos do Funrural<sup>53</sup> colocava rapidamente um ambulatório médico e dentário dentro do sindicato, os recursos que eram repassados pelo Funrural, ou (oriundos) do imposto sindical, dava pra sustentar o salário para o presidente e a secretária (que era a mesma pessoa que atuava como recepcionista das consultas) e salário do médico e do dentista.

De acordo com Medeiros (2014), o sindicalismo consolidou-se na década de 1970 em uma ampla malha sindical organizada na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) que havia sido criada às vésperas do golpe de 1964; mas que, em 1968, a partir da eleição de uma nova diretoria, houve uma retomada do que se pretendia para a organização, a partir de “representantes legítimos dos trabalhadores” como essa nova administração propagava. Porém, o cenário também abriu debate para a capacidade de representação política desse sindicalismo oficial, uma vez que outras organizações não-sindicais que passaram a disputar com mais afinco algumas bandeiras de luta.

Por outro lado, já no final da década, o próprio sindicalismo enfrentou algumas tensões decorrentes de visões diferentes sobre as formas de ação e enfrentamento dentro da

---

Delgado (2018) aponta que a modernização da agricultura no Brasil, em muitos casos, acentuou a concentração de terras e aumentou as desigualdades sociais no campo

53 Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural é um fundo que visa garantir benefícios previdenciários aos trabalhadores rurais, como aposentadoria e auxílio-doença, estendendo esses direitos aos trabalhadores rurais autônomos e agricultores familiares.

própria Contag, que resultaram nas chamadas oposições sindicais. Sobre a postura institucional da Contag em Goiás, Bacurau relata sua vivência e percepções:

A Contag tinha uma postura institucional, mas não era comprometida diretamente com o latifúndio, então, um dos nossos líderes foi, buscou um apoio na Contag de 1974 até 1979... e ter um sindicato totalmente ali na base da repressão mesmo, esse fator é importante porque, a partir daí, foi criando uma espécie de consciência que (só isso) não adiantava no município. E que esse movimento tinha bases em Jussara, Britânia, todos os municípios da Diocese de Goiás.

A partir de 1974 começa esse processo de oposição sindical<sup>54</sup> dos trabalhadores rurais no estado de Goiás. Esse movimento gerava, refletia sobre uma série de questões: uma delas é sobre a estrutura sindical, um pouco antes da criação da CUT... antes do PT... é dele que as coisas se desenvolvem no caso de Goiás, como também em alguns estados brasileiros se desenvolviam movimentos sociais, urbanos e rurais, no ABC (Paulista), no Pará, etc. Houve uma expulsão gigantesca dos trabalhadores na roça e também foi gerada uma consciência de que não era possível a luta avançar com o isolamento de cada um no seu canto.

No caso de (estado) Goiás, pegaram um cara de bom discurso (condizente com o discurso da época) e, com controle de sindicato na mão, foi eliminando todas as heranças que poderiam e que pudesse pensar em questões sociais. No caso da Diocese de Goiás, foram fundados o sindicato de Itaberaí, Ceres, Itaguaru, o de Itapira, de Britânia, de Fazenda Nova e o de Sanclerlândia. Não tinha sindicato na cidade de Goiás, nem Mossâmedes, nem Uruana, Piranhas etc. Teve dois dirigentes que faziam esse processo mais consciente: Benedito dos Passos em Itaberaí e Sebastião, do Sindicato de Itaguaru. Itaberaí respondia um pouco pelo município de Americano do Brasil.

Já na década de 1980, porém, em meio a essa realidade que Medeiros (2014) ressalta, organizações não-sindicais assumem um protagonismo, como é o caso do MST<sup>55</sup>, em Goiás com uma forte atuação, como Curado (1998) traz a partir do caso de luta pela desapropriação da Fazenda Rio Vermelho (1989) e, logo em seguida, afirma a luta na fazenda Mosquito, como pioneira e motivadora de outras disputas por terras, no estado:

A opção pela luta da Fazenda Rio Vermelho, longe de guardar maiores especificidades e originalidades em relação ao tema aqui tratado – além daquelas já conferidas pelo próprio caso, ou seja, uma experiência de assentamento rural – tem a ver com o fato de corresponder à primeira experiência no Estado de Goiás cuja participação e envolvimento de representantes do MST realizou-se em todo o processo de luta. Além disso, tal experiência ocorre num contexto em que as lutas populares, e em especial a luta pela terra,

54 Essa oposição ocorrida em período de ditadura militar, representava o anseio dos trabalhadores por sindicatos com maior autonomia com relação ao governo.

55 Em Goiás, o MST começou sua organização a partir da ocupação da Fazenda Mosquito e com o Primeiro Encontro Estadual dos Sem Terra de Goiás em 1986.

anunciam um momento rico em mobilizações e reflexões sobre a realidade goiana, ainda fortemente presente na memória destes agentes (CURADO, 1998, p.13 – 14).

(...)

Noutro aspecto, a participação de trabalhadores rurais goianos no 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra realizou-se com total apoio da CPT. Já nesse mesmo ano (1985), como veremos, ocorre a primeira ocupação de terra no município de Goiás (Fazenda Mosquito), já com o envolvimento de alguns trabalhadores que estiveram em Curitiba (CURADO, 1998, p. 88).

Bacurau, que era assessor de Dom Tomás, atuou nos primórdios da CPT no município de Goiás e chegou a se candidatar a deputado na década de 1980. Meu intuito, entre outros, ao ouvi-lo, era entender como se deu a chegada de Dom Tomás e sua aceitação local.

Primeiro, fui mais conhecido nos movimentos populares por Bacurau. A minha existência nos movimentos sociais na região de Goiás (município), Itaberaí, Rio Vermelho começou também na Diocese de Goiás... Sou nascido em Jussara, povoado de Santa Fé, no caminho de Jussara para Britânia. Morei lá até os dois anos e minha vida no estado de Goiás aconteceu em [cidade de] Goiás, Itaberaí e Goiânia, minha militância foi mais nessa região.

Em plena ditadura militar, eu morava na cidade de Goiás, foi na época que Dom Tomás Balduino foi pra lá. Dom Tomás tinha uma experiência em Conceição de Goiás junto aos índios e, por causa de sua postura, sua compreensão do evangelho, defendia que os padres e irmãs também deviam ser ensinados a partir da cultura e da fé indígena, se fundou o Conselho Indigenista Missionário, invertendo o que os jesuítas faziam, de fazer os índios engolirem os dogmas católicos. Estabelece, então, uma nova visão que grande parte da Igreja, principalmente da Teologia da Libertação, prega até hoje (Entrevista concedida por Bacurau, em dezembro de 2020, por via remota).

Bacurau narrou também um caso de violência no campo, bastante conhecido por sua gravidade, fazendo um contraponto com a crítica ao modelo sindical que existia à época:

Tinha-se a figura de Ubirajara Caiado, que segundo dizeres populares, castrava trabalhador, raspava a cabeça, tinha total controle, famoso por ter relação tirânica com seus peões, parceiros e arrendatários, ficava com a colheita. Lá (nas terras dele, na região do município de Goiás) aconteceu um dilema muito grande que um tal de João Machado que era muito bom pra trabalhar com a família, colheu bastante e o Ubirajara não queria deixar que ele negociasse a parte que sobrou pra ele, fora da fazenda. Prendeu a colheita do João Machado, amarrou o João Machado na camionete e jogou ele no Cempaigo<sup>56</sup> lá em Goiânia.

---

<sup>56</sup> Centro Penitenciário de Atividades Industriais do Estado de Goiás, antigo complexo prisional que existia no estado.

Dito Passos (sindicato de Itaberaí), que era uma liderança com bastante consciência natural de classes, se reuniu com companheiros e arrumaram uma dentro da Fazenda do Ubirajara: pegaram a parte do João Machado e num caminhão, trouxeram pra Itaberaí, junto com a família do João Machado, para morar num sítio de trabalho coletivo. Retiraram o João Machado da cadeia em Goiânia e a federação [Fetaeg - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás], entrou em choque, em guerra com o sindicato de Itaberaí, pois o grupo de Dito dos Passos depois de conseguir a soltura do João, forçou para que um advogado da Fetaeg assumisse uma ação de indenização contra Ubirajara Caiado. Como a Fetaeg “ficou com moleza”, o Dito levantou essa causa na Confederação Nacional que pressionou a Fetaeg, que continuou “enrolando”. Esse conflito foi muito importante porque até aqui se confiava na Fetaeg. Interessante observar como se fundavam esses sindicatos: Antonio Bueno [o primeiro presidente da Fetaeg] rapidamente descobria quais eram os trabalhadores que deveriam estar na direção do sindicato: aqueles que seriam doutrináveis e controláveis<sup>57</sup>. Os sindicatos ficaram na mão de pessoas que serviam como amortecedores contra os trabalhadores. O que faziam? Funrural, convênio com STR. Forneciam assistência médica, faziam convênio com o Sindicato, jogavam dentro um médico, um dentista e às vezes uma secretária. Aí o presidente do STR se transformava rapidamente num administrador das contradições do Funrural. Muitos passaram ali numa mesa 5, 10, 15 anos resolvendo problema do Funrural, que nunca tinha ficha para todos os trabalhadores. E mesmo assim, eram raros os proprietários de terra que ficavam de acordo com esses sindicatos. Era um sindicato porque volta e meia tinham problemas de código trabalhista. É interessante perceber essas contradições para entender o que acontecia né, naquele miolo. Isso ainda na década de 70, começava a haver uma clareza para os agentes pastorais na Cidade de Goiás. Alguns dirigentes sindicais já começaram a perceber o papel de Antonio Bueno no sindicato, começaram a perceber o que chamavam de sindicato pelego. (Entrevista concedida por Bacurau, em dezembro e 2020, de forma remota).

Durante nossa pesquisa, percebemos o quanto a Igreja foi importante no processo de constituição de movimentos sociais, principalmente aqueles vinculados à luta pela terra e a defesa de políticas voltadas para as classes trabalhadoras. Para a população de Goiás, as igrejas<sup>58</sup> não representavam apenas devoção, mas eram, sobretudo, símbolos de civilização (OLIVEIRA, 2014, p. 34).

Como demonstramos, a atuação da Igreja Católica estava alinhada com a chamada Teologia da Libertação, um movimento que emergiu na América Latina e buscava articular a fé cristã com a luta por justiça social e transformação política. Os membros da Igreja que adotavam essa perspectiva passaram a se envolver ativamente em questões sociais e a apoiar os movimentos populares. No relato de Bacurau, esse fato foi evidenciado:

---

<sup>57</sup> Indivíduos ou grupos que não são facilmente influenciados ou convencidos por doutrinas, ideologias ou crenças estabelecidas. Neste contexto, se refere à persuasão do patrão.  
Oliveira (2014) trabalha, neste contexto, a Igreja Católica.

Para entender um pouco essa questão das elites econômicas da época, na cidade de Goiás, vamos pensar nas igrejas: a Igreja do Rosário, Igreja Matriz, Igreja da Abadia, Igreja do Carmo, todas elas na entrada, na porta, tinham uma espécie de proteção. Isso coincide com o modelo de igreja de Mariana, de Tiradentes, porque dentro da igreja entravam os grandes, os proprietários rurais, senhores de escravos e tinham os seus lugares cativos nos bancos da frente principalmente. O povo mais pobre podia ficar atrás ou de pé. E a multidão, escravos nem podia entrar na Igreja. Isso mostra como funcionava a Igreja Católica na Diocese de Goiás.

Quando Dom Tomás chega, há uma transformação total. O centro das decisões foi saindo para o Centro de Treinamento, que foi aonde ele foi residir. Não foi morar na casa do bispo, no palácio episcopal e foi modificando toda a equipe de trabalho.

O Dário era um educador padre que foi do Rio de Janeiro pra Goiás. Cidoca, cientista social e Ivo Poletto, que era um padre gaúcho. Essa assessoria elaborou um projeto de trabalho voltado para a reflexão do evangelho. Saiu de uma prática religiosa de festas, leilão para arrecadar dinheiro para a igreja, benção aos fazendeiros, ao gado dos fazendeiros para ter uma equipe que em nome da Diocese ia de povoado em povoado fazer uma reflexão a partir de algumas leituras do evangelho em que o povo falava de igual para igual com a segunda autoridade próxima ao bispo e se o bispo lá estivesse, não deixava de ser igual. O trabalhador rural, o morador da periferia, o analfabeto, tinham o direito à interpretação do evangelho. Imagina a reviravolta que isso deu na cabeça do pessoal...

Além disso, Dom Tomás buscou o apoio de missionários italianos, missionários e leigos, veio o Padre Henrique para Jussara [município próximo]. Em Jussara, veio o padre Arrico Malavouchi (vivo até hoje na Itália) e o padre Francisco Cavazzutti, que, em Sanclerlândia, foi atingido numa tocaia, foi ameaçado de morte. Esse confronto lhe deixou cego para sempre.<sup>59</sup> (Entrevista concedida por Bacurau, em dezembro de 2020, de forma remota).

A participação do Padre Francisco Cavazzutti foi importante no fortalecimento das lutas sociais e ganhou destaque nacional. Esse fato é lembrado até os dias atuais, conforme apontam os estudos de Silva (2003) ao afirmar:

Além desses assassinatos, o padre Francisco Cavazzutti, italiano, vigário de Sanclerlândia (região oeste), foi vítima de um atentado em que não morreu, porém ficou completamente cego. O atentado foi cometido em 27 de agosto de 1987. A cada cinco anos, nessa data, a CPT Regional Goiás promove a Romaria dos Mártires, em conjunto com a Diocese de Goiás, com o objetivo de reafirmar o compromisso com a memória dos que “tomaram na luta” pela reforma agrária e pela justiça no campo (SILVA, 2003, p. 7).

---

59 Crime ocorrido em agosto de 1987, conforme Silva (2003).

O bispo Dom Tomás Balduino foi um crítico das desigualdades sociais e das injustiças no campo, denunciando a concentração de terras, a exploração dos trabalhadores e as violações de direitos humanos. Ele defendeu a necessidade de uma reforma agrária efetiva, que garantisse o acesso à terra e melhores condições de vida para os trabalhadores rurais, fato que foi também destacado por Bacurau, no relato que nos concedeu:

Agora [depois da chegada de Dom Tomás], tinha pobre analfabeto interpretando evangelho em grupos. Os vigários, em vez de abençoar o fazendeiro, estavam denunciando a grilagem de terra e isso numa área em que a família de Íris Rezende Machado é de lá, da região de Britânia acostumado com a estratégia de 30 trabalhadores para roçar um tabocal e aí, chegava para cada um e dizia: olha, se você puxar os outros, eu te dou mais (10%). Outra família que concentrava terra ali era a Marquezzi, uma de suas fazendas tinha 70 mil alqueires, entre Jussara e Britânia. As fazendas Eldorado, Canadá e Canadazinho e grande parte dessas terras foram devagarzinho sendo tomadas de pequenos agricultores, a custo de tocaias, de pressão, mil mecanismos, ameaças de morte, compra barata de lotes. O Padre Francisco ajudou bastante na luta por volta de 1974 e 1978.

Dom Tomás enfrentou a ditadura de cabeça erguida com muita inteligência e firmeza, consolidando a postura da Igreja de contribuir para o processo de emancipação dos trabalhadores. No meio da sociedade, onde o padre era mais um membro da elite, ele quebra, sendo missionário de uma nova Igreja e todos que ele trouxe também tinham essa linha. As irmãs que ele convidou, até das carmelitas. As irmãs moravam numa casa simples, eram leigas e tinham uma nova visão do evangelho a partir da teologia da libertação.

Dom Tomás levou também uma equipe de leigos gaúchos e italianos. Um dos italianos, Luciano, fez uma roça comunitária com camponeses. Os padres, por exemplo, de Itaberaí, como o italiano Francisco Capone nem gostava de celebrar missa. Vivia era incentivando a formação de comunidades (Entrevista concedida por Bacurau, em junho de 2021, de forma remota).

É importante ressaltar a versão de alguns acontecimentos relatados por pessoas que foram ligadas a Dom Tomás, relacionadas a como ele foi recebido pela elite local. Retomando a questão das mudanças na Diocese, a partir da chegada de Dom Tomás, Bacurau continua:

Há uma inversão total. As elites dominantes acostumadas com o ritual do padre celebrando a missa de costas em latim, começou a ver o padre ir na periferia ler o evangelho junto com a lavadeira, o trabalhador rural pobre, o lixeiro, inclusive tem uma passagem...a primeira foi feita em 100 comunidades de todos os municípios da Diocese de Goiás, a passagem do joio e o trigo, cada um dava sua opinião, fazia o relatório, escolhia o delegado da Assembleia Diocesana. Essa Assembleia determinou o rumo da Diocese depois e ficou estabelecido que todos, inclusive os padres reacionários deveriam seguir as determinações da



Assembleia diocesana e isso “supitou”<sup>60</sup>: era a “Igreja dos Pobres” (Entrevista concedida por Bacurau, em junho de 2021, de forma remota).

Essa Igreja que se baseou na Teologia da Libertação, apontada nos relatos, é ainda muito debatida e investigada por estudiosos do tema, como entidade ativa na divulgação e incentivo à participação popular na busca por seus direitos essenciais à vida, como alimentação, por exemplo. Nesse momento de luta, alguns membros do clero se destacaram. Podemos citar, como exemplo, Ivo Poletto<sup>61</sup> que, segundo Silva (2003), foi um padre que teve uma atuação significativa na defesa dos direitos humanos e no apoio aos movimentos sociais, especialmente na região Sul do Brasil. Ele foi um defensor da Teologia da Libertação e dedicou-se a questões de justiça social e transformação política. Foi coordenador e primeiro secretário da CPT e do Fórum Nacional de Mudanças Climáticas.

Ivo Poletto, como outros teólogos da libertação, acredita que a Igreja deve estar engajada na luta pelos direitos dos oprimidos e marginalizados, atuando como uma voz profética (SILVA, 2003, p. 156), em defesa da justiça social. Ele enfatizava a importância de a Igreja estar ao lado dos movimentos sociais, apoiando suas demandas e promovendo a transformação social.

Mesmo que essa voz ativa tenha vindo de membros respeitados da comunidade, como é o caso dos clérigos, houve divergências e manifestações contrárias às suas orientações. Na cidade de Goiás, essa afirmação fica evidente, no relato de Bacurau,

Então, do ponto de vista político, as elites mesmo que continuaram a participar da Igreja do Rosário, do Fogaréu<sup>62</sup>, participavam de tudo: ela reagia, ela tinha uma reação muito forte a essa visão: eram os padres comunistas, era muito barra pesada, teve violência contra os trabalhadores e o Padre Francisco, mas muitas ameaças. Mas não era só isso: começou a mexer num outro negócio, que era na perspectiva da religião, dos rituais. Enquanto se vem de uma tradição de criança nasceu, batiza e tal, essas comunidades começaram a refletir: como é que nós vamos exigir que essa criança, se batize ela como cristã, se ela não optou por isso?

Aí muita gente até começou a deixar de fazer batizado, esperar a pessoa crescer pra se batizar... não foi tanta gente, mas foi suficiente pra notícia se espalhar. O barulho em torno disso foi muito maior. Então, os rituais da Igreja pomposos e tudo começou a perder seu valor, porque muitas celebrações eram feitas na roça por um leigo. No caso de Itapuranga, houve a expulsão dos padres, o povo reagiu, a reação não veio só da elite. Imagina o barulho que foi todo esse negócio (Entrevista concedida por Bacurau em junho de 2021, de forma remota).

De acordo com Tamaso (2011), quando Dom Tomás chegou ao município de Goiás em 1967, rompeu com os rituais de pompa de chegada e posse dos bispos e acabou causando uma

60 Quer dizer que isso veio à tona.

61 Autor de importantes trabalhos como: *Biomás do Brasil – da exploração à convivência* (POLETTTO, 2017) e *Nas pegadas do povo da terra* (POLETTTO, 2002).

62 Uma das mais tradicionais festas religiosas do município, acontece na Semana Santa, atraindo turistas do estado e de outras regiões do país.

tensão também no tocante à organização das festas religiosas (que foram muito importantes no processo de estruturação da sociedade vilaboense). A autora traz em sua pesquisa um relato de um vilaboense dito tradicional no município que afirmou:

Até que provem o contrário, D. Tomás Balduino não acabou com as tradições de Goiás porque o povo de Goiás não deixou. Porque tudo que ele tentou, ele quase conseguiu. Ele queria acabar com o Fogaréu, ele queria acabar com as procissões... ele queria encurtar a procissão pra ver se acabava. Fez tudo que podia para arrebentar com as tradições de Goiás. Só não acabou porque a cidade preserva, o povo de Goiás preserva (TAMASO, 2011, p. 6).

As relações entre o grupo que dirige as entidades culturais e os outros moradores da cidade envolviam lutas e conflitos pelo controle do conjunto de eventos que compõem o cotidiano da cidade, pela gestão do espaço urbano e pela definição das políticas públicas.

Segundo Tamaso (2011), travou-se um conflito entre Dom Tomás e parte da Organização Vilaboense de Artes e Tradição (OVAT), que, segundo Dom Tomás contou à autora, teria tentado retirar a organização da Semana Santa, o que o bispo não admitiu, argumentando que a comunidade acompanhava a festa como expressão de sua fé religiosa.

Foi isso, mas avalio que não foi só isso. Do ponto de vista da elite local foi bem mais. Observe-se narrativa sobre proibição à música polifônica, tradição secular na cidade: não se podia cantar música polifônica na Igreja... as músicas que nós tínhamos todas as quatro vozes! E nós combinávamos com a música polifônica na Procissão de Passos, na sexta-feira da Paixão, onde eles não tinham poder de mando. Então nós fazíamos a nossa parte. Mas aquilo que dependia do movimento da Igreja era a música de raízes que eles queriam. O problema não era específico e unicamente a música polifônica. Talvez o ataque à música polifônica fosse outra forma de reforçar o ataque maior que recaía sobre o canto e as orações em latim (TAMASO, 2011, p. 7).

Tamaso (2011) explica que as pessoas da cidade são sensíveis à arte, mesmo as pessoas mais simples e que as atividades referentes à Semana Santa e ao Fogaréu, unem-se para sua realização, sejam tradicionais ou não, do centro histórico ou da periferia<sup>63</sup>.

Essa divisão entre centro histórico e periferia é bem marcante no tocante à vida social e bastante comentada na época de campanha política, onde é ressaltada a desigualdade de investimentos entre o primeiro, fonte de preocupação das gestões municipais, por ser o cartão-postal do turismo local, em contraposição a outras regiões que carecem de infraestrutura e onde os problemas como falta de emprego são ainda mais acentuados. O diagnóstico municipal do plano diretor de 2023 apresenta dez bairros e distritos, com problemas relacionados a iluminação pública, transporte, coleta de lixo, atenção a animais de ruas, falta de centros municipais de educação infantil próximos das localidades, pavimentação, regularização fundiária, falta de faixas de pedestres, espaços de lazer etc.

---

63 Ao redor da conhecida Praça do Chafariz de Cauda, ponto turístico local, há casas de famílias tradicionais no município ligadas ao sobrenome Caiado, e outras consanguíneas como os Curado, Fleury, Berquó, etc. As famílias de maior status social adquiriram tradicionalmente imóveis no centro histórico do município.

### 4.3 Ocupações de terra na década de 1980

A década de 1980 foi caracterizada por uma crise econômica profunda no Brasil, com alta inflação, desemprego e endividamento externo. Essa crise teve impactos significativos na sociedade, gerando desigualdades, pobreza e instabilidade econômica. Em 1984 ocorreram as primeiras eleições diretas pós-redemocratização. José Sarney era o vice-presidente de Tancredo Neves e assumiu a presidência do Brasil após a morte do presidente eleito. Nesse momento, o estado de Goiás experimentava um período de crescimento econômico sustentado pela expansão das atividades de agricultura e pecuária, agora com a chegada mais agressiva de uma proposta de um modelo centrado no agronegócio.

No município de Goiás, o período foi marcado pelas primeiras ocupações de terra que deram origem a alguns dos 24 assentamentos do município, onde residem mais de setecentas famílias de agricultores familiares, que atuam principalmente na produção agropecuária e de hortifrutigranjeiros. A pecuária é a principal atividade econômica do setor rural e os avanços na implementação de políticas de melhoramento genético, com o apoio da Secretaria de Agricultura do Município, poderá resultar em significativa melhoria no rendimento do setor (Goiás, 2023). Conversei com Delcídio da Silva Moreira<sup>64</sup>, mais conhecido como Japão, agricultor assentado na década de 1980, que acompanhou de perto o trabalho de Dom Tomás nas primeiras ocupações no município.

A luta pela terra aqui no município de Goiás teve origem numa comunidade chamava Estiva (1979), que fez um enfrentamento contra um fazendeiro que tentou despejar e isso sensibilizou bastante a região aqui. Itapuranga já tinha um sindicato mais combativo ligado à Igreja e foram a Goiás dar força para esse grupo de posseiros. É importante ressaltar que esse episódio teve até conflito armado com os jagunços lá. Mas o fato é que o povo resistiu, permaneceram lá e depois conseguiu virar assentamento São João do Bugre, próximo do Assentamento Mosquito.

Logo em seguida, esse pessoal de Itapuranga voltou e lá na Estiva ficou sabendo de um outro latifúndio também que tinha possibilidade de ser desapropriada e aí já fizeram também uma ação mais organizada. A Diocese de Goiás apoiava muito. O pessoal de Uruana organizou um grupo e ocupou a fazenda Mosquito, aí já foi uma ocupação organizada. Mosquito também teve problemas com jagunço, polícia truculenta que afogou gente no rio pra poder desestimular a permanência na terra, foram despejados ficaram no aeroporto da cidade, depois ficaram na frente da Prefeitura de Goiás e depois resolveram pressionar um pouco mais e ficaram lá na Praça Cívica em Goiânia.

Houve muita solidariedade do povo, gerou comoção em Goiânia e as pessoas que tiveram uma visão mais progressista apoiaram. Com isso, esse acampamento chegou na época que queriam fazer a ornamentação natalina na Praça Cívica (Entrevista concedida por Delcídio da Silva Moreira em fevereiro de 2021, de forma remota).

---

64 Em 2021, com a vitória de Aderson na Prefeitura do município de Goiás, ele assumiu a Secretaria de Agricultura Municipal.

É importante compreender que esse momento faz parte do processo de redemocratização do Brasil, após um período de ditadura militar que durou de 1964 a 1985. A Constituição de 1988, que estabeleceu as bases da democracia no país, estava em processo de elaboração.

No contexto social de 1986, houve uma intensificação das lutas por direitos civis, políticos, trabalhistas e sociais. Movimentos e organizações dedicadas à defesa dos direitos humanos, igualdade racial, gênero e justiça social surgiram ou ganharam destaque nesse período. No contexto dessa realidade social, obtivemos o relato de Delcídio acerca das ocupações que ocorreram no município à época, com o auxílio da Diocese de Goiás e das CEBs:

O acampamento aconteceu em janeiro de 86. Ficamos na BR 153 pedindo a desapropriação da Fazenda Rio Vermelho e da Fazenda Vereda Bonita de Sebastião, advogado do Rio de Janeiro com latifúndio improdutivo. Houve negociações com o Incra, na época da Constituinte.

No assentamento Mosquito surgiram algumas lideranças e aí, a origem do MST sai desses dois assentamentos. O grupo deles e do Mosquito. Tinha apoio da Igreja e do sindicato num processo de oposição sindical à direção da Fetaeg. Essas famílias vieram de Goiânia, dos municípios vizinhos, em especial, da Diocese de Goiás. Nas reuniões paroquiais, só podiam se reunir no final de semana, meio de semana tinham que trabalhar. As CEBs eram muito fortes, senhoras e jovens davam apoio.

As CEBs discutiam a autonomia dos movimentos sociais. Foi um momento rico de formação de CEBs que discutiam basicamente o estudo da realidade: ser cristão era atuar pela transformação da realidade.

Tinha apoio de Dom Tomás e da Diocese. A CPT dava todo incentivo, ia fazer escola bíblica no acampamento, abria espaço na *homilia* para discutirem seus problemas, trazia a leitura para discutirem a realidade, essa questão da regionalização e aí foi extrapolando. Na comunidade da Estiva, e lá tinha alguns posseiros antigos numa área de terra e o proprietário que na época era o Chané, entrou em conflito com esses trabalhadores que tinham a posse da terra. Então teve conflito de todo tipo lá, pessoal enfrentou jagunço, enfim, foi muito duro e nessa época o pessoal de Itapuranga do movimento sindical já chegava aqui para ajudar esse pessoal e dar um respaldo, enfim.

O pessoal continuou na terra e quando esse pessoal voltou já voltou com a intenção de organizar outros grupos e fazer o enfrentamento. Tinha o apoio aqui da Diocese de Goiás. Dom Tomás Balduino era muito presente na luta. Já tinha criado também a Comissão Pastoral da Terra e também estava muito presente, tinha o movimento sindical e já pensava-se em criar o MST no estado de Goiás também.

Logo depois veio o assentamento Rancho Grande, do qual eu faço parte, também teve uma mobilização em Itapuranga, Goiás, Uruana com os trabalhadores rurais que tinham deixado o campo e vindo pra cidade e alguns que ainda lá estavam. Formou-se um acampamento

nas margens da BR 153 entre Goiânia e Anápolis. Nós éramos 60 e algumas famílias que acampou lá, reivindicando duas áreas de terra aqui no município de Goiás que chamava Rio Vermelho e Vereda Bonita. Lá a gente ficou acampado, fomos duas vezes para Brasília, era época das discussões pela Constituinte para inserir a questão da reforma agrária na Constituição.

Foram muitos embates com o Incra e a gente chegou à conclusão que não iria avançar. Aí a gente veio e ocupou a fazenda. E aí foi uma luta intensa também, muito enfrentamento, o pessoal do assentamento Mosquito já dava algum apoio e assim foi indo... No dia 13 de agosto de 87, ocuparam e só foram assentados em 92. Então foi muito tempo de acampamento na área, tempo de muita dificuldade, mas também muita fartura, produziram muito alimento, enfim, tempo também de aprender muito a convivência em grupo e tal né.

E nesse período também de acampamento já existia o MST, eu, o Maurício Reginaldo, enfim, vários companheiros da juventude ingressou no MST. Então a gente fazia parte da coordenação estadual, da coordenação nacional, fizemos várias mobilizações...aí foram várias ocupações de terra no município a partir daí. Então foi Retiro, São Carlos, Paraíso, diversos outros... são 24, né, então foi uma luta muito intensa né, muito enfrentamento, região aqui das oligarquias. Nós chegamos a ocupar uma fazenda aqui dos Caiado e gerou um grande conflito e acabamos não conseguindo resistir aí nessa área, mas isso aí virou um outro assentamento aqui, um outro lugar do município. Mas o fato então é que esse processo de mais ou menos 86 até 92 foi a época de maior conflito com a burguesia aqui agrária né.

Houve uma época aqui mais recente que já entra num passo mais de negociação que é essas últimas fazendas que foram desapropriadas aqui, não deixa de ser uma luta, as pessoas vai pra beira das estradas, fica acampada, é um monte de viagem pra Goiânia, forçando o Incra pra negociar e tal, pra desapropriar e acaba às vezes gerando um interesse ali de fazendeiro que às vezes tá com dificuldade ali na terra e faz uma negociação com o Incra e, enfim...o fato é que acontece uma negociação muito mais amigável do que pelo enfrentamento direto que nem a gente fazia né...

E também nesse período veio uma lei... toda área que é ocupada ela tem que passar dez anos sem poder ser desapropriada, era uma forma de coibir as ocupações diretas dos agricultores né, nas áreas improdutivas. (Entrevista concedida por Delcídio da Silva Moreira em dezembro de 2021, de forma remota).

Lunardi (1999) explica que Itapuranga, município vizinho de Goiás, tornou-se referência para movimentos populares abrigo de intelectuais, agentes de pastoral, estudantes etc., que tiveram um importante papel na formação de lideranças políticas de esquerda e na fundação local do Partido dos Trabalhadores, tendo favorecido a organização de pequenos agricultores familiares e assalariados rurais na região.

A CPT, com sua atuação voltada para a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e a luta pela reforma agrária, teve um papel relevante nesse contexto. A entidade esteve presente em Itapuranga e em outras áreas do Brasil, apoiando e acompanhando as comunidades rurais em suas reivindicações por justiça social, acesso à terra e condições de vida dignas.

Sobre a CPT, Delcídio conta:

Em relação à CPT, ela esteve presente desde o início, desde a formação de grupos, dando apoio às ocupações, ajudando na alimentação quando faltava, no transporte, assessoria, escola bíblica. Hoje tem outra lógica.

Eu fui assentado, era solteiro, hoje eu tenho filho de 27 anos. Então o tempo passou muito, com a CPT do lado também. Hoje nós temos grandes problemas e a CPT contribui muito. Os principais problemas hoje dos assentamentos e da agricultura familiar são: questão da água, cada vez mais secando, nascentes secando. A CPT contribui muito na preservação e recuperação de nascentes, além do trabalho de assessoria e na questão religiosa. Implantou no município um programa de quintais agroecológicos, faz várias ações: Grito e Resistência no cerrado, por exemplo, leva fiandeiras, benzedeiras, cultura camponesa, desde a moda de viola, contador de casos e junto com isso, discussão da preservação do cerrado, preservar a terra para não ter que vender.

Dom Tomás foi uma pessoa espetacular. Antes dos assentamentos, trouxe alguns militantes do sul para despertar o pessoal daqui, o movimento sindical, a questão da oposição sindical. A Fetaeg era dirigida por um grupo de gente mais ligada aos fazendeiros do que aos agricultores. Assim, a oposição ganhou a direção sindical ajudando mais na luta pela terra. Dom Tomás fez as romarias da terra, festa da colheita, tudo que tinha. Ele era inteiramente ligado à questão da luta pela terra. Junto com Dom Tomás tinha frei Mingas, Frei Marcos, irmã Zenaide, Irmã Revi, muitas pessoas que passaram aqui pelo município de Goiás que foram muito importantes, né. Alguns agentes de pastorais também que ficou bem marcado né, no caso do Luiz que era um gaúcho que veio para cá, o Pedroso, o Luismar, o Aguiel que nessa eleição foi candidato a vereador e venceu a eleição, o nosso prefeito que agora ganhou a eleição, um cara agricultor familiar, de base do MPA [Movimento de Pequenos Agricultores]. Começou a militância, virou vereador, Presidente da Câmara, e agora, prefeito (Entrevista concedida por Delcídio em fevereiro de 2021, de forma remota).

A participação da Diocese nos assentamentos é tão grande que, segundo Botelho (2002), Dom Tomás foi quem convidou o MST a se estabelecer no estado de Goiás e a primeira reunião do MST foi no município de Goiás, na Diocese. As primeiras ocupações no município ocorreram a partir da CPT que era, segundo o autor, “praticamente da diocese” formada por agentes pastorais ligados ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais locais.

O autor afirma que no município de Goiás, a Igreja tomou para si o dever de “tirar o povo da opressão” especialmente, os camponeses, já que percebeu que havia uma situação de expropriação no campo e, então, contribuiu para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (BOTELHO, 2002, p. 89).

Botelho explana que a participação da Diocese nas organizações municipais foi tão grande que havia comentários, dentro do próprio MST, dizendo que a Igreja queria ser a galinha, enquanto os camponeses eram os pintinhos. O autor pondera, por outro lado, que muitos líderes do MST que vieram para Goiás na época do bispo eram paranaenses “A igreja já estava mais “por dentro” e o choque foi justamente este: o “jeitinho goiano” e a metodologia para resolver o problema da terra são completamente diferentes, o que faz com que o caráter das lutas por parte dos camponeses, fosse o de aproveitar o MST enquanto lhes servia e aproveitar da Igreja enquanto lhes cabia (BOTELHO, 2002, p. 93).

Vários entrevistados na pesquisa do referido autor relataram terem sabido das ocupações de terra no espaço da diocese de Goiás. “Os temas das discussões circulavam em torno do problema da expropriação camponesa e da necessidade de superação da condição de excluído. Ocupavam, em nome de Deus” (BOTELHO, 2002, p. 93). As instituições religiosas eram as primeiras a aparecer nos discursos, mesmo tendo sido o MST, a partir de 1986 até 1989, o organizador da maior parte dos trabalhos de base e das ocupações no município.

Conversei também com Aguiel, vereador eleito pelo PT no município de Goiás com maior número de votos, que começou a trabalhar ainda na juventude nas pastorais e acompanhou o início do trabalho da CPT. Aguiel é filho de camponeses e, por ocasião da entrevista (2020), tinha 53 anos. Conta que os pais vieram de Minas e se casaram numa região da cidade de Goiás, um povoado chamado Lajinha. Vieram para o município de Goiás em 1966, é o único que nasceu na cidade (de todos os seus irmãos). Estudou numa escola do município, o pai trabalhou como açougueiro. Aos 16 anos, na década de 1980, foi convidado a participar de um grupo de jovens ligado à Igreja e conta que lá morava uma freira bastante atuante nos movimentos sociais, a irmã Zenaide, “no auge da luta pela terra em Goiás, aqui” como me descreveu. Segue seu relato:

Uma luta efetiva aqui da Igreja Católica, Dom Tomás... eu não entendia direito, os meus pais tinham muito medo. Eu ainda muito novo e lembro muito bem que visitei o assentamento Mosquito, o primeiro da cidade, me preparei pra primeira Romaria da Terra em 84, quando eu tinha 17 anos e lá eu tive uma experiência que marca profundamente a minha vida: de entender que o reino dos céus se constrói aqui também né...que a gente tem que ser atuante pela vida das pessoas, pelo direito das pessoas. Entendi, ainda jovem, que a gente precisa atuar, defender o direito dos trabalhadores rurais.

A pessoa que eu me casei, a família dela cuidava aqui da Diocese de Goiás, administrava o Centro de Treinamento da Diocese. Havia naquele período toda uma luta da Diocese. Havia muito mais pessoas comprometidas com a vida e com a luta das pessoas, agentes de pastorais, padres, religiosos, enfim... então, naquele período foi também se entendendo que era importante não só a conquista da terra, mas também era importante fazer com que esses assentamentos pudessem produzir ou pudessem criar mecanismos de produção que ajudasse as pessoas a permanecer lá. Algumas iniciativas que foram feitas no assentamento Mosquito, Rancho Grande, Lavrinhas, enfim,

de uma produção mais coletiva. (Entrevista concedida por Aguiel, em janeiro de 2021, de forma remota).

Lunardi (1999) explica que as famílias que participaram dos movimentos relacionados aos primeiros assentamentos no município de Goiás em sua maioria já tinham algum vínculo com o meio rural, residindo ou trabalhando em fazendas no município ou em municípios vizinhos. Essa observação destaca que a formação dos assentamentos rurais não se limita apenas a um movimento de pessoas provenientes de outras regiões. Pelo contrário, há também a presença de famílias que já possuíam alguma conexão com a vida urbana. Essas famílias podem ter se deslocado para os assentamentos em busca de oportunidades de trabalho e de uma vida mais próxima da terra e da agricultura.

Essa mistura de pessoas com diferentes origens sociais e experiências contribui para a diversidade e complexidade dos assentamentos rurais. Portanto, ao considerar os assentamentos como "de dentro", estamos reconhecendo que eles abrigam tanto pessoas que têm raízes locais, quanto aquelas que migraram para a região em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Essa perspectiva social, em vez de geográfica, na classificação dos assentamentos é fundamental para compreender a dinâmica interna e as relações sociais presentes nesses locais. Os assentamentos rurais representam espaços de construção coletiva, nos quais pessoas com diferentes histórias e vivências se unem em busca de um novo modelo de assentamento agrário e de melhores condições de vida no campo.

O final da fala de Delcídio relaciona-se a como essa realidade geográfica do município, onde o relevo não possibilitou o desenvolvimento de uma agricultura mecanizada e onde as políticas sociais tanto urbanas quanto rurais, não foram efetivas e, por isso ajudam a sedimentar os sentimentos de pertença e exclusão já existentes em outras épocas. O campo político de Goiás não sofreu alterações como a de seu vizinho, Itaberaí, em virtude da chegada do agronegócio. Os elementos do campo político e a maneira como o poder tradicional se comporta em ambos tornam-se bastante distintos, pois as condições de reprodução e permanência serão diferentes.



## CAPÍTULO V – CRIAÇÃO E TRAJETÓRIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE GOIÁS

Neste capítulo, exploro as duas últimas campanhas eleitorais que acompanhei (2018, nacional e 2020, municipal) no município onde realizamos nossa pesquisa. Abordamos as origens do Partido dos Trabalhadores (PT) no estado e em Goiás. Por fim, nos concentramos na política em âmbito municipal nas últimas décadas, oferecendo uma análise dos acontecimentos políticos mais recentes nessa esfera com ênfase nas estratégias, dificuldades e nos resultados obtidos pelo PT no município. Ao apresentar o contexto de criação do partido no município de Goiás, demonstraremos como isso se interliga com a discussão levantada no capítulo IV.

### 5.1 – A criação do Partido dos Trabalhadores no estado e no município de Goiás

Conforme Keck (2010), em 1979, o regime bipartidário foi extinto. Na redemocratização brasileira, a autora chama atenção para o “alto grau de permeabilidade, elitismo e personalismo das instituições nominalmente representativas — em particular, os partidos políticos” (Keck, 2010, p. 14), com exceção do Partido dos Trabalhadores, com base sólida entre os operários e os movimentos sociais

O PT nasceu da conjunção da súbita e generalizada onda de protesto operário do final da década de 70, com um período de debate na esquerda sobre o tipo de partido (ou partidos) político(s) que se deveria construir na transição para a democracia. Na agenda do partido, a contestação do *status quo* incluía reivindicações tanto no plano substantivo quanto no dos procedimentos e métodos de ação. Como partido socialista, propunha mudanças radicais na orientação das políticas econômicas e sociais, para beneficiar os menos favorecidos. Como partido democrático e participativo, sugeria uma nova concepção de política, na qual os setores da população anteriormente excluídos teriam poder para falar por si mesmos. Desde o início, tanto os que apoiavam quanto os que atacavam o PT reconheceram que o partido representava uma nova experiência na história política brasileira (KECK, 2010, p. 16)

De acordo com Miranda (2008), ao contrário do que ocorreu em outros lugares do país, na ocasião de sua fundação no estado de Goiás, o PT não possuía base social urbana. Com o fim do bipartidarismo, no estado, o PMDB e o PDS herdaram respectivamente as estruturas do MDB e da Arena. Além do PMDB e do PDS, apenas o PT conseguiu cumprir as exigências legais para se estruturar enquanto partido, estabelecendo Comissões Provisórias em 20 % dos municípios goianos.

Assim, em Goiás, o PT surge em meio a uma polarização entre as duas antigas forças políticas partidárias: o PMDB e o PDS (novos enquanto partidos, mas antigos enquanto força política). Intelectuais e militantes que contestaram contra o regime militar, assim como em outros lugares do país, foram fundamentais para que o partido fosse fundado no estado (MIRANDA, 2008). O processo de aceitação da comunidade em relação aos partidos progressistas, como são chamados atualmente, pode, de fato, ter sido lento e acompanhado de desconfiança.

Partidos políticos progressistas geralmente representam ideias e propostas que buscam a transformação social, igualdade, inclusão e defesa dos direitos humanos. Essas posições

podem desafiar estruturas de poder estabelecidas e interesses de grupos conservadores, levando a uma resistência por parte daqueles que se beneficiam dessas estruturas ou têm receio de mudanças, fato evidenciado no depoimento de Bacurau:

Havia uma indignação total das elites contra toda forma de organização do povo. O pessoal dizia o seguinte: “O PT do sindicato dos padres”. Aí nós fizemos uma reflexão na época com algumas pessoas, né. Não era só das elites né, mas também sob o ponto de vista das massas, essa ação foi mais profética né, mais isolada, não houve, não se conseguiu uma grande mobilização da massa mesmo, né, do povo, a favor dessa ação em Goiás.

Ali sempre as elites eram formadas pela família Caiado, família Alencastro, família Veiga, Curado, Berquó, eram as principais famílias da elite grande ali né. Alencastro e Caiado eram os grandes proprietários. Em Jussara, Santa Fé e na Colônia de Uvá, e no município de Goiás, os Marquezzi. Os Caiado tinham terra também no município de Americano do Brasil e tinha alguns outros fazendeiros importantes criadores de búfalo também em Goiás. Tinha uma elite um pouco mais pobre, né, em cada município. Cada município de Goiás tinha sua elitezinha, mas a grande elite mesmo era essa do entorno de Goiás que realmente mandava.

Íris Rezende de Machado tinha terra ali na região da Diocese de Goiás, também já tinha sido prefeito de Goiânia. Leonino Caiado, governador do estado. Basicamente as grandes elites desses municípios. Eles se identificaram na Arena; e o MDB, mesmo contando com alguns elementos da elite, tinha um discurso mais progressista. Mas, mesmo no município, o MDB não aceitava essa linha da Diocese de Goiás, de emancipação de trabalhadores. Dentro do MDB cabia tudo até porque só permitiam dois partidos.

Até esse período, a Diocese não fez uma opção partidária. Os grupos, porém, de discussão do evangelho começaram a discutir a necessidade de um partido que seja dos trabalhadores, esse fenômeno aconteceu no Brasil inteiro. A maioria dessas lideranças nunca participou nem de MDB e de nem de Arena que eram partido do sim e partido do sim, senhor. O MDB era um partido também da elite e opressor para a população local. A opção de voto dos trabalhadores antes do PT era no MDB. Porém, o lançamento de candidaturas de trabalhadores, mesmo urbanos, só viria com a criação do PT. (Entrevista concedida por Bacurau em setembro de 2022, de forma remota).

Segundo Miranda (2008), no momento da fundação do PT no estado, havia um grupo liderado pelo professor Athos Magno e outro grupo de militantes da esquerda católica com base marxista liderado pelo professor Pedro Wilson Guimarães. Apesar de agremiar funcionários públicos, o autor ressalta que o PT nasce no estado de Goiás, com uma base preponderante no campo, com o apoio da CPT e do Movimento de Bairro (MB)<sup>65</sup>. Por intermédio da CPT, o partido chegou às oposições sindicais rurais, em virtude dos objetivos comuns de defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e da reforma agrária. Depois de

65 Organização ou grupo de moradores que se reúne em torno de atividades relacionadas a questões locais e comunitárias em um bairro específico, seja reivindicando melhorias em infraestrutura, segurança, educação, cultura, lazer, etc.

consolidar uma base mais sólida no campo, ainda em 1980, o PT procurou fundar as Comissões Provisórias nas cidades.

Goiás, no final da década de 1970, e início dos anos 1980, era um estado com forte presença da população no campo. Desse modo, grande parte da mão-de-obra empregada se encontrava no meio rural. A base social urbana, em seus vários momentos, era muito incipiente, já que não havia uma organização de trabalhadores como nas regiões onde o partido se originou. O PT goiano teve de voltar-se para o campo, pois nesse local encontrou os movimentos sociais que possibilitariam a sua estruturação local no estado. Devido à falta de uma base urbana sólida, o PT goiano teve de se contrapor a uma enraizada política, imposta pela própria conjuntura regional, alicerçada na disputa entre grupos, oligarquias e na hegemonia do PMDB versus PDS – partidos favorecidos pelo processo de transição política (MIRANDA, 2008, p. 96)

**Figura 1 - Panfleto da campanha do PT de 1982 veiculado em jornal da época**



Fonte: Recorte de jornal da época enviado por José Gomes Neto, filiado ao PT local.

Figura 2 -“Santinho” de Bacurau na campanha de 1982

**VOCE SABIA ?**

Você sabia que o candidato do PDS ao governo de Goiás é grande fazendeiro ? Mas você sabia que o candidato do PMDB ao governo também é fazendeiro? Pois é: ele tem milhares de alqueires de fazenda lá em Britânia...

Agora pense bem para responder estas perguntas:

- Você acredita que qualquer um desses dois fazendeiros, desses dois patrões, vão fazer alguma coisa pelo trabalhador?
- Você acredita que quem vive andando prá lá e prá cá de avião particular, pode entender os nossos problemas?

Votar em patrão, seja ele dono de terra, de empresas, de bancos ou grande comércio, é VOTAR NA EXPLORAÇÃO!  
Para o trabalhador, votar no PDS ou no PMDB, que são partidos de patrões, é perder o nosso voto!

Por que? Porque se vencer o patrão do PDS, o chicote continua caindo em nossas costas! E se vencer o patrão do PMDB, o chicote muda de mão, mas vai continuar caindo nas nossas costas do mesmo jeito.


Você ainda duvida? Então procure saber o que sempre aconteceu em todas as eleições que já se realizaram no Brasil!

**Trabalhador: NÃO PERCA MAIS UMA VEZ O SEU VOTO! NÃO vote em partido de patrão. Vote no Partido dos Trabalhadores. Vote contra a Exploração.**

**VOTE CONTRA A DITADURA!**  
**VOTE POR TRABALHO, TERÇA e LIBERDADE para todos os trabalhadores brasileiros!**

Mas preste bastante atenção, porque o voto é vinculado. Para não anular o seu voto, vote em chapa completa do PT.

**TRABALHADOR VOTA EM TRABALHADOR!  
VOTE NO 3, QUE O RESTO É BURGUES!**



JUSTIÇA ELEITORAL	
PARA GOVERNADOR	
NOME <i>Atha Magno</i> OU Nº <i>3</i>	
PARA SENADOR	
NOME <i>Paulo Faria</i> OU Nº <i>30</i>	
PARA PREFEITO	
NOME <i>Candido</i> OU Nº <i>35</i>	
PARA DEPUTADO FEDERAL	
<i>Augusto</i>	★ 12:1

Alberto Bacurau, que aparece no panfleto acima como candidato a deputado estadual, falou da trajetória política e das bases sociais que permitiram o nascimento do PT no estado de Goiás.

A criação da CUT e a construção do Partido dos Trabalhadores consolida esses movimentos. Em 1976 começa-se a discutir isso. O PT é uma junção de acumulações no campo de vanguarda e encontro de experiências autônomas que se desenvolviam dentro de um momento em que havia uma discussão sobre os modelos de intervenção tradicional de esquerda e foi vitorioso naquele momento. E também a falência do modelo sindical, falência do MDB e da Arena, que depois vira PDS. A falência de partidos de massa institucionais e de determinados setores de esquerda.

O PCB já tinha diversas correntes e foi fundado o PT. Esse movimento também acontece na formação da CUT. A realidade acabou impondo a necessidade de uma central que era mais uma frente popular. A primeira executiva da CUT em Goiás tinha representante de trabalhadores rurais de base (eu fui um deles), movimentos sindicais e populares de Goiânia principalmente.

Nasce o PT voltado para a criação de bases. Eram mais importantes os núcleos de base do que os próprios instrumentos de direção.

Há respostas que não vêm de um cérebro, mas da acumulação dos movimentos sociais como um todo, não são questões que estão aí colocadas e eu, pessoalmente, acredito que seja promover espaços de encontros de articulação diferenciados... por aí, agora, é um mundo tão diverso: não porque a luta de classes acabou, a luta de classes está mais viva do que nunca, mas agora de forma fragmentada. É necessário ter instrumentos que articulam.

O PT foi formado no encontro de diversos setores do campo popular naquele período. Desde a ditadura, havia uma repressão às organizações políticas de esquerda. Muitos militantes acabaram exercendo atividade política com apoio de alguns bispos da teologia da libertação. Dom Paulo Evaristo em São Paulo, Dom Helder Câmara em Recife e bispos diversos... Valdir Calheiros na Paraíba, Dom Pedro Casaldáliga no Mato Grosso, Dom Celso em Porto Nacional. No Acre, primeiro Moacir Grecchi e outros diversos, como houve aqueles que apoiaram a ditadura e a tortura. Em São Paulo, houve um fortalecimento da Pastoral Operária, pastorais da terra e comunidade eclesiais de base nesses lugares, que passaram a discutir a necessidade de um partido que fosse dos trabalhadores. A partir da existência do PCB e suas vertentes, seja uma autocrítica ao engessamento de algumas organizações a partir de tradições stalinistas. (Entrevista concedida por Bacurau em setembro de 2022, de forma remota).

Bacurau lembra de uma das primeiras bandeiras do PT: “terra, trabalho e liberdade”, em meio a um discurso vivo de reforma agrária que existia no Brasil e prossegue:

“Trabalhador votava em trabalhador” era outra frase de campanha. No período foi o que moveu as campanhas para governador, senador, deputados, no Brasil todo.

Primeira grande ação de massa do PT nas eleições de 1982 e as candidaturas tiveram a função de divulgar as falas do projeto do momento de formação do partido. Goiás contou com oito candidaturas... candidato a deputado federal tinha o Luiz Prego (trabalhador rural), deputado federal, o Delúbio Soares, o Antonio Arantes, advogado de Rio Verde. Primeira experiência, discurso radicalizado mas na época colocado na forma que não tinha muita entrada no campo. A direita estava um tanto desorganizada, mas quem tinha força de massa era o PMDB. Aldo Arantes era do PCdoB, mas foi eleito dentro da legenda do MDB.

No caso do PT, há uma adequação das bandeiras. As bandeiras primeiras somem (socialismo, reforma agrária, nacionalização de empresas). Minha candidatura foi nessa direção. Ninguém tinha ilusão ali de que iria ganhar mas tentar levar as bandeiras para a massa. Houve um debate com Sergio Caiado: teve um arranca-rabo, eu disse que eles eram grileiros (os Caiado) e eles ficaram muito putos. O panfleto reflete essas bandeiras [referindo-se a seu panfleto de divulgação da campanha]. (Entrevista concedida por Bacurau em dezembro de 2020, de forma remota).

O PT no município de Goiás nasceu em 1981, cedo, quando comparado à criação do partido em outros lugares do estado (no mesmo ano) e mesmo do país. Sua origem no município se fez a partir de quatro mulheres ligadas à Diocese e ao bispo Dom Tomás Balduino: Dorca Maria da Silva Fonseca, Maria da Conceição Rodrigues Pereira, Maria Geralda Adélia Alves de Siqueira e Maria das Dores da Silva dos Santos. Duas dessas fundadoras permanecem no partido até hoje, junto aos seus filhos e netos. Uma delas faleceu em 2020 (Maria das Dores) e outra em 2021 (Maria da Conceição). Foram momentos de muito luto para os filiados do partido que compartilham de uma rotina de muita proximidade,

com eventos presenciais que ocorrem com frequência, mesmo quando não é época de campanha eleitoral e também nas redes sociais virtuais, onde os filiados falam de política (em nível nacional e local), aniversários, casamento, doenças, funerais, eventos religiosos etc.

O filho de uma delas (Maria Geralda) se tornou um dos mais importantes membros do PT no município hoje, o professor José do Carmo. Em razão de sua forte atuação na Diocese de Goiás, Maria Geralda foi convidada e aceitou ser a Secretária da Primeira Comissão Provisória do PT, no município, juntamente com Marcos Nascimento, conhecido como Marquinho, um pequeno sitiante que era o presidente do Diretório, e Leonaldo Parreira, o tesoureiro. Maria das Dores e Maria da Conceição eram funcionárias públicas municipais na função de limpeza de vias públicas.

O PT, para obter seu registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), precisava se constituir nacionalmente. No município de Goiás, era preciso atingir o mínimo de 115 (cento e quinze) eleitores/as filiados/as.

Minha mãe me delegou a tarefa de acompanhar as pessoas que vinham de fora para ajudar no processo de convencimento das pessoas a se filiarem ao PT. Ainda estávamos no período da ditadura militar no Brasil e a rotulação de “comunista” sobre pessoas que se aproximavam do PT era corrente. Tinha gente que repetia isso, mesmo sem saber o que poderia significar, só sabia que era algo “perigoso e ruim”. Logo no início das movimentações para organizar o PT, na cidade de Goiás, algumas mulheres foram protagonistas. Além da minha mãe, filiaram-se a dona Conceição Rodrigues Pereira (já falecida); a dona Dorca Maria da Silva Fonseca; a dona Maria das Dores da Silva Santos (já falecida); a dona Maria Terezinha de Souza Brito... Eram “mal vistas”<sup>66</sup> na sociedade, mas se mantiveram firmes e, com suas contribuições específicas nesse pequeno município, fizeram o que tantas outras mulheres fizeram no Brasil inteiro e tornaram o PT um partido nacional e forte o suficiente para, desde que as eleições presidenciais [diretas] foram restabelecidas, em 1989, tenha disputado todas. O PT passou a disputar as eleições municipais. Tinha que fazer isso para sua constituição e afirmar a sua existência em todo o país: 1982, 1988, 1992... Só em 1992, conseguimos eleger o primeiro vereador, José Domingos Ramos Jubé (o Mingão), que era funcionário do Banco do Brasil. O Mingão era uma pessoa bem conhecida e fazia campanhas de doações de alimentos, antes de ser eleito. E, claro, a campanha eleitoral de 1992, para a Prefeitura, possibilitou o PT, com os candidatos Idelmar de Paiva, a Prefeito, e Sebastião de Moraes Bueno (Tiãozinho Pedreiro), Vice, possibilitou a formação de uma boa chapa de candidatos/as vereadores/as. Foi o somatório de todos que permitiu a primeira eleição de um vereador pelo PT [em 1992] (Entrevista concedida por José do Carmo Siqueira em julho de 2023, de maneira virtual).

No relato acima, podemos notar que o PT foi um partido disposto a inserir novos atores na dinâmica política.

Na sequência, apresento relatos de algumas pessoas com quem conversei a fim de traçar algumas ideias e desdobramentos dos fenômenos políticos existentes na cidade.

---

<sup>66</sup> A cidade, a princípio, não acolheu a ideia de quatro mulheres criando um partido político, ligado a ideais de reforma agrária e defesa de trabalhadores.

Começo por Dorival, ex-presidente do Diretório do PT municipal, a fim de entender melhor as condições de fundação desse partido na cidade:

O PT em Goiás foi fundado no mesmo ano do nacional ou um depois, movimento no início de 80. [Nasceu com] forte vinculação à Igreja devido ao trabalho de Dom Tomás Balduino. Pessoas eram ligadas à Igreja (a maioria) e ligadas ao meio rural (foco da oposição sindical) porque os sindicatos eram chamados pelegos. A Igreja na figura de Dom Tomás... tinha lideranças advindas da Igreja.

A Diocese tinha gente de pessoal progressista, Teologia da Libertação, tipo o Carlos Rodrigues Brandão, Bacurau, eram lideranças que tinham tido formações marxistas mesmo e o partido seguiu, lançou candidato em 1982, eleição do voto vinculado<sup>67</sup>. Tinha um candidato do município de Faina [município vizinho de Goiás], líder sindical; o partido teve muitos poucos votos, mas enfrentou. Zé do Carmo era menino, tinha 12 ou 13 anos e ajudou na organização burocrática de fundação e organização do PT.

Em 1988, foi filiado o João Aleixo, mecânico, urbano, foi candidato e teve mais movimento. Nós tivemos também o Tiãozinho Pedreiro que era um mestre de obras, o partido começou a entrar dentro da cidade, não ficou restrito à Igreja, lavradores e sindicato (dos trabalhadores rurais). Tiãozinho Pedreiro era pessoa conhecida na cidade. O grande avanço do PT foi na próxima eleição (Entrevista com Dorival em maio de 2021, realizada de forma remota).

Com uma boa base rural, as bases urbanas do PT municipal em Goiás formavam-se também por pessoas ligadas à Diocese, como as quatro fundadoras, seus familiares, alguns funcionários públicos municipais (especialmente na limpeza urbana e na educação) e alguns trabalhadores autônomos, como pedreiros e mecânicos. Tratava-se, em âmbito urbano, de uma agremiação sobretudo de pessoas de classe média e classe média baixa, nesse primeiro momento.

Para um município acostumado a ter revezados nomes de pessoas pertencentes a uma elite tradicional nas candidaturas a prefeito e vereador, a chegada do PT representou possibilidades até então jamais exploradas. Obviamente, esse ingresso no campo político local, ainda que de forma paulatina e com pouca expressão numérica de início, não seria aceito de forma acolhedora. As forças dominantes tentariam desqualificar os sujeitos que ali se apresentavam.

O quadro a seguir auxilia na demonstração da ruptura que se estabelece desde que o PT vence a primeira eleição municipal. Alguns nomes conseguem ser identificados com facilidade como membros da elite vilaboense. Outros, embora não se façam reconhecidos de imediato, sempre estiveram de uma forma ou outra, com candidaturas vinculadas às elites tradicionais do município.

---

<sup>67</sup> Os eleitores votam em partidos políticos em vez de em candidatos individuais. No entanto, ao contrário do voto em lista aberta, onde os eleitores têm a liberdade de escolher candidatos dentro do partido, no sistema de voto vinculado, os eleitores estão vinculados a uma lista pré-ordenada de candidatos apresentada pelo partido.

<b>Quadro 1 – Prefeitos do município de Goiás</b>			
<b>Prefeito</b>	<b>Partido</b>	<b>Período</b>	<b>Governador</b>
Coronel Bernardo Albernaz	Partido Republicano Trabalhista	8/3/1893 a 21/8/1895	Antônio Caiado
Ricardo Ramos Caiado	(sem informação)	22/8/1895 a 31/8/1899	Antônio Caiado
Dr. José Netto Carneiro	Partido Renovador Democrático (PRD)	1/9/1899 a 6/10/1903	Urbano Coelho de Gouveia
Antônio Tomás da Costa	Partido Democrático Progressista (PDP)	7/10/1903 a 11/7/1905	José Xavier de Almeida
Damião José Pereira	(sem informação)	12/7/1905 a 30/8/1907	José Xavier de Almeida
Dr. José Netto Carneiro	Partido Renovador Democrático (PRD)	31/8/1907 a 29/5/1911	Miguel da Rocha Lima
João Pimentel	Partido Democrático Progressista (PDP)	30/5/1911 a 4/4/1915	Urbano Coelho de Gouveia
Cel. Joaquim da Veiga Jardim	Partido Renovador Democrático (PRD)	5/4/1915 a 9/9/1919	Salatiel de Lima
Dr. Lincoln Caiado de Castro	Partido Renovador Democrático (PRD)	10/9/1919 a 23/3/1923	João Alves de Castro
Dr. Agenor Alves de Castro	Partido Republicano Trabalhista PRT	24/3/1923 a 20/12/1927	Eugênio Rodrigues Jardim
Álvaro Xavier	Partido Democrático Progressista (PDP)	21/12/1927 a 20/11/1930	Brasil Caiado
Luís Antonio Sousa	Partido Democrático Progressista (PDP)	21/11/1930 a 4/10/1932	Humberto Ribeiro
Ricardo Ramos Caiado	(sem informação)	5/10/1932 a 2/8/1938	Pedro Ludovico
Inácio Bulhões	(sem informação)	3/8/1938 a 9/2/1941	Pedro Ludovico
José Augusto Curado	Partido Progressista (PP)	8/2/1941 a 25/3/1946	Pedro Ludovico
Divino de Oliveira	Partido Progressista (PP)	26/3/1946 a 30/1/1948	Felipe Antonio de Barros – PRT
João Ferreira da Silva	Partido Progressista (PP)	31/1/1948 a 30/1/1951	Jeronymo Coimbra Bueno – UDN
André Xavier Mundim	Partido Social Democrático (PSD)	31/1/1951 a 31/1/1955	Pedro Ludovico – PSD
Dr. Brasil Ramos Caiado	União Democrática Nacional (UDN)	31/1/1955 a 31/1/1958	Pedro Ludovico - PSD
João Araújo Godinho	Partido Social Progressista (PSP)	31/1/1958 a 4/5/1960	José Ludovico de Almeida - PSD
Djary Alencastro Veiha	União Democrática Nacional (UDN)	4/5/1960 a 31/1/1961	José Feliciano Ferreira - PSD
Dr. Brasília Ramos Caiado	União Democrática Nacional (UDN)	31/1/1961 a 31/1/1966	José Feliciano Ferreira - PSD



Dr. Jerônimo de Carvalho Bueno	Aliança Renovadora Nacional (ARENA)	31/1/1966 a 31/1/1970	Otávio Lage - UDN
Dário de Paiva Sampaio	Movimento Democrático Brasileiro – MDB	31/1/1970 a 31/1/1973	Otávio Lage - UDN
Juarez Godinho	Aliança Renovadora Nacional (ARENA)	31/1/1973 a 18/9/1974	Leonino Caiado - ARENA
Cel. Domingos Inácio da Silva	Aliança Renovadora Nacional (ARENA)	18/9/1974 a 7/5/1975	Leonino Caiado - ARENA
Antônio Ubiratan Alencastro Junior	Aliança Renovadora Nacional (ARENA)	7/5/1975 a 25/8/1976	Irapuan Costa Jr - ARENA
Renan de Barros Oliveira	Aliança Renovadora Nacional (ARENA)	25/8/1976 a 23/12/1976	Irapuan Costa Jr - ARENA
José Nicolau Saddi	Aliança Renovadora Nacional (ARENA)	23/12/1976 a 31/1/1977	Irapuan Costa Jr - ARENA
Djalma de Paiva	MDB	31/1/1977 a 31/1/1983	Irapuan Costa Jr - ARENA
			José Luiz Bittencourt - ARENA
			Ary Ribeiro Valadão - ARENA
			Íris Rezende Machado - PMDB
Adélio Alves de Aguiar	Partido Democrático Social – PDS	31/1/1983 a 31/12/1988	Íris Rezende Machado - PMDB
			Onofre Quinan - PMDB
			Henrique Santillo - PMDB
Dr João Batista Valim	Partido da Frente Liberal – PFL	1/1/1989 a 31/12/1992	Henrique Santillo - PMDB
			Íris Rezende Machado - PMDB
			Agenor Rezende - PMDB
Abner de Castro Curado	PMDB	1/1/1993 a 31/12/1996	Íris Rezende Machado - PMDB
			Agenor Rezende - PMDB
			Maguito Vilella - PMDB
Adélio Alves de Aguiar	Partido Democrático Social – PDS	1/1/1997 a 31/12/2000	Maguito Vilella - PMDB
			Naphtali Souza - PMDB
			Marconi Perillo - PSDB

Boadyr Veloso	Partido Progressista Brasileiro – PPS	1/1/2001 a 31/12/2004	Marconi Perillo - PSDB
Abner de Castro Curado	PMDB	1/1/2005 a 31/12/2008	Marconi Perillo - PSDB
			Alcides Rodrigues – PP
Márcio Ramos Caiado	Partido Progressista (PP)	1/1/2009 a 31/12/2012	Marconi Perillo - PSDB
			Alcides Rodrigues – PP
Selma de Oliveira Bastos Pires	PT	1/1/2013 a 31/12/2016	Marconi Perillo - PSDB
Selma de Oliveira Bastos Pires	PT	1/1/2017 a 31/12/2020	Marconi Perillo - PSDB
			José Eliton - PSDB
			Ronaldo Caiado - DEM
Aderson Gouvêa	PT	1/1/2021 - Atual	Ronaldo Caiado - DEM

Fonte: Wikipedia – Quadro de prefeitos do município de Goiás - consulta em 30/06/2023.

Na Primeira República, até a gestão de Álvaro José Xavier, todos os aqui chamados prefeitos eram intendentes nomeados pelo governador do estado. A partir da Era Vargas, tem-se a figura política do prefeito nomeado pelo interventor do estado (desde Luís Antônio de Silva e Sousa até José Augusto Curado). A chamada Quarta República que durou de 1945 a 1964, teve os dois primeiros prefeitos (Divino de Oliveira e João Ferreira da Silva) nomeados ainda pelo interventor estadual. André Xavier Mundim foi o primeiro prefeito eleito pelo sufrágio universal em 1951. A ditadura militar volta a nomear prefeitos, quando ocorre a nomeação de Jerônimo de Coimbra Bueno.

No interstício de 1970 a 1973, Dário de Paiva Sampaio é eleito e depois voltam as nomeações até José Nicolau Saddi. Djalma de Paiva é o primeiro prefeito eleito novamente em 1977. Colocamos no quadro quem estava à frente da gestão estadual apenas para facilitar algumas análises acerca de alianças estaduais. Optamos por trazer este quadro para a tese por ser facilitador de uma confirmação de que os sobrenomes tradicionais detiveram para si o poder municipal por um longo período de tempo, ora conseguindo fazer sucessores, ora disputando entre si o poder político. A política tradicionalmente no município esteve nas mãos dos referidos grupos.

O quadro mostra ainda diversos momentos onde não havia/há um alinhamento partidário entre prefeito e governador eleito, o que é bastante comum na política dos municípios brasileiros. Tal fato pode gerar diversas implicações, como a implementação ineficaz de políticas públicas em virtude de uma colaboração limitada entre os dois poderes, conflitos políticos, atrasos na obtenção de recursos, consequências eleitorais etc. Durante os dois primeiros mandatos do PT no município de Goiás, a prefeita aliou-se ao governador, conseguindo benefícios para o município, como veremos adiante.

## 5.2 – O PT municipal concorre às primeiras disputas eleitorais: desafios e aprendizados

A partir de 1982, com o resultado fraco nas eleições, ganha força no PT as posições mais voltadas para objetivos institucionais do que

aquelas voltadas para a organização de bases, voltada para as eleições, era mais importante o indivíduo que tinha um gabinete do que os núcleos ali de base que são local de moradia. Não estou em nenhum partido atualmente e estou tentando fortalecer movimento de trabalhadores rurais voltados para a questão de pequenos agricultores. Participei organicamente do PT até 1990 e pouco. Me afastei. Fiz parte das primeiras reuniões do PSOL em Goiânia então fui para o Rio. Tenho simpatia pelo PSOL como por outros (partidos), tinha atuação mais de fortalecer organismos e articulações de base. Acho que há um esgotamento dos instrumentos tradicionais por falta de resposta. O movimento não conseguiu dar respostas... (Entrevista concedida por Bacurau em dezembro de 2020, de forma virtual).

Acima, trazemos um fragmento do relato que Bacurau nos concedeu, discorrendo sobre a mudança que ocorreu nas práticas do PT. Sobre o *slogan* “Trabalhador vota em trabalhador”, defendido nas primeiras campanhas, um militante mais jovem do PT, ligado também à CPT, me contou que ouviu de dirigentes do PT municipal na década de 90, que a estratégia foi distensionar as relações, desvencilhando-se de uma “cara” mais radical e de *slogans* como esse, já que o partido começou no fim da década de 90 a adotar uma política de alianças. Tendo conseguido eleger, em Goiás, o primeiro vereador em 1992, o PT municipal optou na eleição de 1996 para prefeito, por não lançar candidatura própria e sim, apoiar o candidato do PSD que era favorito à reeleição.

Consegui conversar com Odorico Pires de Castro, segundo presidente do Diretório do PT no município de Goiás (em 1988) e amigo e compadre do primeiro presidente do Diretório municipal. Hoje ele não é mais filiado ao partido, embora tenha feito questão de demonstrar a admiração que guarda pela sigla e de dizer que votou pela eleição do vereador atual do PT. Seu relato nos ajuda a ter um panorama do que foram os primeiros anos na disputa eleitoral para o PT municipal:

Em 82, o meu compadre Marco Antônio do Nascimento que assumiu a primeira presidência. A ficha dele de filiação é a ficha número 1. Era época da ditadura e voto vinculado, mas mesmo assim lançaram seu Benedito dos Passos (sindicalista) como candidato a prefeito, Eneias Machado era vice dele e hoje é padre em Trindade. O pai dele seu Leonardo Machado, conhecido aqui na cidade.

Marco Antônio saiu candidato a vereador, teve muita perseguição e o voto vinculado ainda. E naquela luta danada... Meu compadre Marco era sitiante no assentamento Bonsucesso, o pai dele tinha um pequeno sítio no assentamento Bonsucesso na época. Época muito difícil, éramos tudo muito criticados. O Sr. Benedito sofreu um acidente de moto em plena campanha ainda, quebrou a perna. Em 1986, Darci Accorsi foi candidato ao governo. A vice dele era reitora da UFG. Vinham para cá e a gente saía, fazia carreata comício, iam em Itapuranga, cada um dormia na casa de um filiado. Naquela época, a Adriana Accorsi, que hoje é a deputada federal, era uma mocinha de seus 15 ou 16 anos (Entrevista concedida por Odorico em julho de 2023, de forma virtual).

Odorico, à época da presidência do diretório, era pedreiro. Entre os nomes dos filiados que me mostrou em ata de reunião do período em que esteve como presidente, havia uma

maioria de lavradores, alguns pedreiros, mecânicos, professoras e sitiantes. Odorico também era atuante na Diocese junto a Dom Tomás e disse ter tido bastante convívio com o pessoal dos assentamentos naquela época. O professor José do Carmo já militava no PT bem como sua mãe, mas naquela época era monge. Ingressar no campo político já lançando candidaturas foi a estratégia inicial. Até porque fazer alianças naquela época não era tarefa fácil em virtude da até então inexpressividade do partido na disputa local. Segue quadro de votações das eleições de 1982 no município de Goiás:

**Quadro 2 – Eleições de 1982 em Goiás**

Candidato a prefeito	Partido	Número de votos
Adélio Alves de Aguiar	PMDB	6654
João Batista Valim	PPS	2684
Laedes de S Moraes	PDS	2230
Theódelo Neto	PMDB	1368
José Lagares	PMDB	1236
José Martins	PDS	308
Benedito dos Passos Rodrigues	PT	79

Fonte: [https://apps.tre-go.jus.br/eleicoes-antigas/00024\\_1982.pdf](https://apps.tre-go.jus.br/eleicoes-antigas/00024_1982.pdf)

Benedito dos Passos, mecânico, foi o menos votado nas eleições daquele ano e o PT não conseguiu eleger nenhum vereador. O mais votado entre os candidatos, primeiro presidente do diretório, Marcos Antônio Nascimento, teve 143 votos. Dos onze vereadores eleitos, sete eram do PMDB e quatro do PDS. Os demais candidatos do partido tiveram menos de vinte votos cada um. As críticas aos membros do partido, segundo ouvi de outros filiados, eram duras: “chamavam a gente de barbudinhos, de sujeira”<sup>68</sup>.

Da campanha de 1982 para a de 1988<sup>69</sup>, apareceram mais alguns filiados, trabalhadores do campo e da cidade, seguindo o perfil da eleição anterior. Mas agora começavam a adentrar ao partido um número maior de professores e profissionais liberais, como advogados e dentistas. Quando questionei Odorico sobre o que atraía essas pessoas a um partido que até então tinha um resultado pouco expressivo na política do município, ele atribui principalmente à influência da Igreja e de Dom Tomás. Além disso, houve a aproximação de uma figura política importante para o PT na época, Idelmar de Paiva, filho do ex-prefeito Djalma de Paiva. A aproximação, porém, acabou decepcionando alguns membros do PT pelos fatos que se sucederam:

Em 88, o Idelmar de Paiva filiou no PT pra ser o candidato a prefeito, mas aí chegou em nós um dia na casa da Dona Dorca, desistiu da candidatura e no outro dia, já estava com o carro dele todo adesivado de Dr. Valim [o candidato a prefeito] da oposição (Entrevista concedida por Odorico em julho de 2023, de maneira remota).

Diante do ocorrido, Odorico, presidente do partido na ocasião, pediu ao amigo e filiado João Aleixo (cuja esposa era muito atuante na vida política) para candidatar-se a prefeito, tendo Marquinho como vice. Odorico foi candidato a vereador nessa eleição também. Desta vez, embora com um número de votos bastante inferior aos candidatos que de fato tinham chance de ganhar, tiveram quase dez vezes mais que o inexpressivo número de votos na eleição anterior e quase conseguiram eleger um vereador.

<sup>68</sup> Um dos críticos mais ferrenhos aos membros do partido era Brasil Bruno, bancário, pai da ex-prefeita Selma Bastos (hoje já falecido), a quem alguns filiados do PT identificaram politicamente como “ressaca do PDS”.

<sup>69</sup> As eleições municipais foram realizadas em 1982, e depois, só em 1988.

O documento a que tive acesso acerca das eleições de 1988 no município não foi suficiente para que eu construísse uma tabela, pois alguns dados numéricos estavam ilegíveis. Porém, o candidato a prefeito que se elegeu foi o supracitado Dr. Valim (PFL) e seu vice Walter Knut com 6237 votos, seguido de José R<sup>70</sup> e seu vice Fernando Augusto Curado, cujo partido e número de votos não consegui apurar e, por fim, o candidato João Batista Vidigal (João Aleixo) e seu vice Marcos Nascimento, com 751 votos. Nesta eleição, o coeficiente eleitoral quase foi suficiente para eleger um vereador pelo PT.

Os fatos que marcariam a definição do PT acerca de quem seria o candidato a prefeito nas eleições de 1992 acabaram por definir a saída de Odorico do partido:

Vieram as próximas eleições e o Idelmar falou: meu sonho é voltar para o PT, quero ser um soldado do partido e não quero ser candidato a nada. Foi filiado então novamente no PT e no outro dia foi na rádio e deu uma entrevista dizendo que seria o candidato a prefeito pelo PT. O João Aleixo, que seria o candidato, ficou chateado (Entrevista concedida por Odorico, em julho de 2023, de forma remota).

Conforme o depoimento de Odorico, houve um estranhamento interno no PT, formando-se um grupo que apoiava a candidatura de João Aleixo, entre eles Odorico, defendendo as pessoas que vinham trabalhando pelo partido desde 1982 e outro grupo que apoiava a candidatura de Idelmar, em virtude de seu status na cidade enquanto um “filho de Goiás”, filho de um ex-prefeito querido por muitos.

Foi feita uma prévia na convenção partidária e a maioria votou pela candidatura de Idelmar de Paiva. Odorico avaliou que foi uma decisão manipulada e decidiu por sair do partido: “O João Aleixo saiu do PT e me chamou para sair. Eu não saí do PT, me tiraram do PT, eu não podia deixar o João Aleixo na mão e apoiar o Idelmar” (Entrevista concedida por Odorico em julho de 2023, de forma remota).

Dr. Abner Curado, candidato a prefeito (descendente dos Caiado) convidou, então, Odorico a sair do PT para se candidatar a vereador, bem como Maflor, esposa de João Aleixo que aceitou ser candidata a vereadora pelo MDB e foi a mais bem votada das eleições municipais daquele ano.

### Quadro 3 – Eleições de 1988 em Goiás

Candidato	Partido	Número de votos
Dr Abner Curado	MDB	5460
Adélio Alves	PDC	3620
Idelmar de Paiva	PT	3167
Márcio A. Sousa	PSL	1701

Fonte: <https://apps.tre-go.jus.br/eleicoes-antigas/>

Essa eleição representou uma grande mudança para o PT, no que tange ao jogo político local. Mesmo que o candidato Idelmar de Paiva tenha sido o terceiro colocado, era a primeira vez que o PT municipal apresentava um nome que de fato adentrou a disputa eleitoral com chances de ser eleito. O partido passou a ser visto localmente como relevante na disputa eleitoral, como legenda agremiadora de candidatos que de fato disputavam o poder a nível local, o que também pôde ser confirmado através da eleição do primeiro vereador, Domingos Jubé, mais conhecido como Mingão. Dentre os outros vereadores eleitos, cinco eram do

70 O resultado, apurado de forma manuscrita, disponibilizado no site, traz apenas a nomenclatura dessa forma.

PMDB, dois do PTR, um do PDS e dois do PDC. A influência e o resqúcio da oligarquia dos Caiado ainda era refletida com muita intensidade diante da vitória expressiva de Abner Curado.

Há também um movimento no campo político local quando percebemos que, diante dos rompimentos internos que aconteceram dentro do PT, houve, de imediato, um interesse na candidatura de Abner Curado em angariar para si o apoio de João Aleixo e sua esposa Maflor (bem como de Odorico e outras pessoas dentro do PT que não concordavam com a indicação de Idelmar de Paiva para candidato a prefeito), até então filiados ao PT. É nesse momento que o PT passa a abrigar um discurso mais conciliatório e o PMDB local se vê abrigando uma candidatura importante a vereadora com uma fala mais aliada a demandas populares.

Outro importante relato colhido foi de Dorival Salomé Aquino, ex-dirigente do partido, que traz esse momento político da filiação de Idelmar sob uma outra perspectiva. Ele me contou que foi seminarista por cinco anos e que em 1986 se filiou no PT. Segundo seu relato:

Idelmar de Paiva se filia em 92, era filho de uma família de político famoso que desbancou os Caiado. O tio, Dário de Paiva, foi um prefeito famoso e elogiado e seu pai também. Como auditor fiscal era tido como “da nata da sociedade”, a esposa trabalhava no Iphan, era um pessoal “de ouro na cidade” e eles se filiaram no PT... Eles fizeram um movimento e atraíram muitas pessoas da classe média para o partido, tinha “um rompimento dessa bolha”. Na histórica campanha de 1992<sup>71</sup>, fizeram um movimento, pesquisas. Sobre a democracia interna, o candidato (do PT) de 88 (João Aleixo) disputou com o Idelmar. Campanha foi muito cultural. Reginaldo Sadd, dono da pousada, era um artista que viveu no Rio de Janeiro. Trouxe grupos do Rio, o violonista Carrilho. Foi uma campanha linda e muito cultural, partido deu “boom”. Perdeu eleição, mas foi muito bem votado. Já tinha uma força no rural, questão da Igreja e assim “começaram a entrar na sociedade mesmo”. (Entrevista concedida por Dorival em junho de 2023, de forma virtual).

Outro militante do partido enxerga a campanha de 1992 da seguinte maneira:

Foi a partir de 1992, que passou a disputar com chance de ganhar a eleição. Mas, aquela não foi uma candidatura com a cara e a história do PT, tanto, que o Idelmar de Paiva saiu, logo em seguida, do PT. Apenas nos anos de 1996 e 2000, o PT deixou de apresentar uma candidatura própria, apoiou o candidato do PDT<sup>72</sup>. Foi a partir da ascensão do PT ao Governo Federal (2003) que o Partido teve mais relevância nas disputas eleitorais locais. Ganhamos as eleições (para prefeito) em 2012, 2016 e 2020, em todas, o PT demonstrou capacidade de aglutinação e abertura para fazer alianças com partidos de centro direita como o PSDB e o PP, o que resultou em vitórias das coligações formadas com esses e outros partidos como o Solidariedade, o PSC... (Entrevista concedida por José Gomes Neto, em julho de 2023, de forma virtual).

71 Consideram-na histórica pelo fato da filiação de Idelmar de Paiva e sua candidatura a prefeito pelo PT, bem como a primeira eleição de um vereador pelo partido na cidade.

72 O PDT, apesar de ter diretório no município de Goiás já no final dos anos 80/início dos anos 80, foi inexpressivo politicamente.

Conforme nos foi relatado, desde o fim da ditadura, os representantes das elites, se inseriram no PFL, no PPB (hoje PP), e em outros partidos menores (como o PRN e o PSD), e também no PMDB e PSDB. A família Caiado, pelo que nos foi contado, dividiu-se principalmente entre o PFL e PMDB. Outras famílias parentes consanguíneas entraram no PSDB, no PTB, entre outros partidos menores. As eleições de 1996, como já dissemos, foram as primeiras em que o PT municipal não apresentou candidato a prefeito, optando por apoiar o candidato à reeleição, Adélio Alves de Aguiar, do PSD, o que estrategicamente, também era bom para que o partido se estabelecesse e fosse ganhando espaço no campo político local, como partido que estabelecia alianças significativas com outros partidos.

As eleições de 2000 foram vencidas por Boadyr Veloso (Partido Progressista Brasileiro, PPB), dono de uma rádio no município de Goiás, médico ginecologista e fundador do Jornal *Notícias de Goiás*. Mais uma vez o PT não lançou candidatos à prefeitura municipal. Neste mandato, o então prefeito nomeou a professora Selma Bastos como Secretária de Educação no município, gestão elogiada por grande parte da comunidade. No cargo, transformou as escolas multiseriadas em escolas-polos regionais nos distritos e assentamentos promovendo a oferta da educação básica desde a educação infantil ao 9º ano, facilitando a permanência das famílias e jovens no campo (pois não mais precisaram se deslocar para frequentar a escola em perímetro urbano).

Nessa época, a professora já havia se filiado ao PT. Importante lembrar que o PT estadual então vivia um bom momento com a eleição de Pedro Wilson para a prefeitura de Goiânia. Antes disso, a capital foi administrada uma única vez anteriormente pelo PT, de 1993 a 1997 por Darci Accorsi, pai da atual deputada federal, Adriana Accorsi.

O PT conseguiu essas vitórias na Cidade de Goiânia na década de 1990, através da formação de alianças (com o PDT, PSB etc), mobilização de eleitores, sindicatos, movimentos sociais, grupos comunitários, além do carisma perante o eleitorado das duas lideranças que venceram.

As figuras políticas e participantes da administração municipal atual que concordaram em nos ceder relatos enxergam uma relação entre os assentamentos e o eleitorado do PT desde sua fundação até os dias de hoje (reconhecendo que na década de 80 e 90 o vínculo entre o PT e os assentamentos era maior). Nessa época, os assentamentos já estavam mais estabilizados do ponto de vista estrutural e a CPT atuava com maior habilidade no município, conforme me relata o vereador Aguiel, membro da CPT ao caracterizar os tipos de ação que eram executadas naquela época.

No final de 90, início de 2000, foi criada uma equipe melhor estruturada, com processo de organização melhor da produção e comercialização. Procurou-se ter uma atuação mais ampla né, não só com os assentados, mas também com os agricultores tradicionais. Então, nós tivemos um período muito fértil de criação de três feiras, em Heitorai, Itapuranga e em Goiás. Tivemos um processo bom de introduzir aqui na região sementes crioulas de milho, de arroz e introduzir a questão da agroecologia. Iniciamos um processo de recuperação de nascentes, escolas de formação de juristas populares, e escola de Agroecologia que tá na décima terceira edição. Os agricultores participam, recebem formação e tem oficinas práticas e teóricas.

Aspectos da culinária e da cultura camponesa são trabalhados nesses encontros e nesse intervalo de dois meses (entre os encontros), os técnicos da CPT vão lá, discutem e no final dessa escola, tem alguma atividade prática a ser desenvolvida naquela parcela (do

assentamento): estufa, lavoura ou recuperação de nascentes. As lavouras coletivas de milho e arroz foram referência no estado com o apoio do Dom Eugênio, que deu continuidade ao trabalho de Dom Tomás (Entrevista concedida por Aguiel em janeiro de 2021, de forma virtual).

A CPT, desde sua criação sempre se mostrou atuante no município de Goiás e o “consórcio” entre CPT, Igreja e Partido dos Trabalhadores sempre se fez relevante do ponto de vista partidário, sendo que as lideranças locais do partido em sua maioria, até hoje, mostram-se figuras engajadas na CPT e na Diocese. Um exemplo é o Professor José do Carmo, que também foi seminarista. Ele se lançou como candidato a prefeito pelo PT em 2004, porém foi derrotado. Nesta mesma eleição, o PT não conseguiu eleger nenhum vereador. A partir das eleições de 2004, Abner voltou à frente da gestão municipal pelo PMDB e a expectativa era que as próximas eleições fossem vencidas por Boadyr Veloso mais uma vez em 2008<sup>73</sup>.

**Quadro 04 - Eleições de 2004 em Goiás**

Candidato	Partido	Número de votos
Abner Curado	PMDB	7709
Norival Santomé	PSDB	3482
Boadyr Veloso	PP	3257
Zé do Carmo	PT	2000
Rodrigo Santana	PV	686

Fonte: <http://eventos.noticias.uol.com.br/eleicoes/GO/index-95710.html>

As eleições de 2008 foram vencidas por Mário Ramos Caiado. Sua gestão foi bastante criticada pela maioria da população. As críticas vão de denúncias de corrupção, atraso no pagamento de servidores e fornecedores até falas de que sua mãe permanecia na Prefeitura por um tempo maior que ele próprio. Mais uma vez o PT não conseguiu a eleição de nenhum vereador. Dos nove candidatos do partido, dois chegaram a ser suplentes.

Um servidor público e candidato a vereador nas eleições de 2021 que preferiu não se identificar, criticou o falecido ex-prefeito Boadyr Veloso (2001-2004, PSDB), figura bastante polêmica no município, dizendo que era um importante bicheiro, que teve contra ele algumas denúncias de pedofilia e foi em sua gestão que o nome de Selma Bastos veio para a política municipal através do convite para exercer o cargo de Secretária Municipal de Educação (época em que Selma, recém-filiada no PT, pediu licença para assumir o posto), o que endossa uma posição de crítica às alianças que o PT local fez para se inserir e se manter no poder.

Conversando com militantes do partido acerca do que ocorreu na época desse convite, consideram que Boadyr fez uma “jogada política”: convidou a Selma, que havia se filiado ao PT, para ocupar um cargo na Secretaria de Educação, numa perspectiva de se aproximar de setores da sociedade vilaboense que poderiam fazer oposição a ele imediatamente. Uma forma de limitar a oposição e atrair uma figura nova na política (Selma) que poderia vir a se tornar uma liderança.

Esse esforço do PT local de lançar candidatos para que o partido fosse se construindo localmente e ganhando apoios paulatinamente parece ter sido uma boa estratégia no município de Goiás. Sem isso, seria pouco provável que uma figura como Idelmar de Paiva se filiasse ao partido em 1992. As alianças também parecem ter sido acertadas no caminho do

<sup>73</sup> Porém, o ex-prefeito que tinha contra si denúncias de abuso sexual, foi assassinado em 2007 na cidade de Goiânia.



partido até conseguir a vitória para a primeira gestão municipal. Faz-se mister reconhecer que essa é uma linha adotada pelo PT também a nível nacional, que também logrou êxito, especialmente a partir da vitória de Lula em 2002.

### 5.3 Pelos becos de Goiás – o que é o município de Goiás hoje

De acordo com o Censo de 2022, a população estimada de Goiás é de 24.071 habitantes. Houve um decréscimo populacional, que pode ser explicado pelo fato de que no município não há uma política pública que incentive economia, de acordo com Leite e Silvestre (2020). Esse decréscimo populacional, segundo os autores, mostra que as políticas públicas em educação, cultura e turismo não estão conseguindo inibir o fluxo migratório da população local para os grandes centros urbanos.

Abaixo apresentamos um comparativo de como a população do município de Goiás diminuiu, ao passo que seu vizinho Itaberaí, cidade onde o agronegócio adentrou sem grandes dificuldades, tem um aumento populacional crescente,<sup>74</sup> desejáveis para o agronegócio e as pessoas que chegam ao município para estudar nas universidades, costumam deixar o município ao finalizar seus cursos.

**Tabela 1 – População em Goiás e Itaberaí**

<b>Município</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>	<b>2022</b>
Itaberaí	24852	27789	35412	44734
Goiás	27782	27120	27745	24071

Fonte: Siqueira e Vianna, 2016.

Sobre como os estudantes e alunos que chegam para os campi das universidades, mas em sua maioria não permanece, conversamos com a Secretária de Turismo e Desenvolvimento Econômico municipal, Suzana Magalhães, sobre o impacto disso para a economia local.

Os estudantes e professores das universidades têm impactos significativos. Em 2018 e 2019 antes da pandemia, porém, a quantidade de alunos, servidores e professores que moravam na cidade eram bem maior. Agora há uma tendência dos professores não morarem aqui. As universidades estão ficando mais esvaziadas, alunos deixando os cursos e em outras cidades também isso tem acontecido (Entrevista concedida por Suzana Magalhães em outubro de 2023, de maneira remota).

A renda mensal dos trabalhadores formais no município de Goiás era de dois salários mínimos (não há dados acerca de trabalhadores informais). A porcentagem de população ocupada em relação à população total era de 19,3%<sup>75</sup>, o que nos sugere que o trabalho

74 Entendemos que as características de solo e relevo foram preponderantes para que o agronegócio se deslocasse de Goiás, uma vez as condições geográficas de Goiás dificultam uma expansão dessas atividades, e também a expansão da criação de gado de corte em larga escala. Importante levar em conta que houve períodos de crise econômica e de produção, que impactaram as atividades agropecuárias. Pode também haver fatores políticos nessa determinação, uma vez que alguns grandes proprietários de terras, com influência política, eram totalmente contrários à ideia de modernização, o que pode ter contribuído para que Goiás demorasse a receber investimentos em infraestrutura de transportes.

75 População ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias); População desocupada - aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva nos últimos 30 dias (consultando pessoas, jornais, etc.). Fonte: IBGE

informal deve abrigar grande parte das atividades e rendimento dos habitantes (Censo de 2022).

Consultando o Censo Agropecuário de 2017, tem-se que a somatória de área dos estabelecimentos agropecuários é de 281.456 hectares. A maior parte, 233.779 hectares, está sob a responsabilidade de produtores individuais. Em seguida, reunidos em condomínio, consórcio ou união de pessoas, tem-se 44.131 hectares. Por fim, tem-se uma área de 3.106 hectares nas mãos de sociedades anônimas ou cotas de responsabilidade limitada.

Um total de 1.787 produtores rurais são do sexo masculino e 421 são do sexo feminino. 7 preferiram não marcar uma opção.

**Tabela 2 – Gênero dos produtores rurais**

Sexo	Quantidade de produtores
Masculino	1.787
Feminino	421
Preferiram não responder	7

Fonte: Censo Agropecuário, 2017, IBGE.

Quanto à escolaridade do produtor, obtêm-se os seguintes dados:

**Tabela 3 - Escolaridade dos Produtores**

Escolaridade dos Produtores	Quantidades
Antigo Primário	546
Ensino Médio/Segundo Grau	414
Ensino Superior	384
Nunca frequentaram a escola	80
Frequentaram apenas a Alfabetização	136
Antigo Ginásio/Médio Primeiro Ciclo	71
Técnico do Ensino Médio/Segundo Grau	46
Alfabetização de Jovens e Adultos	6
Educação de Jovens e Adultos de Segundo Grau	6
Educação de Jovens e Adultos de Primeiro Grau	3
Mestrado ou Doutorado	18
Não se enquadram nas opções	7

Fonte: Censo Agropecuário, 2017, IBGE.

Quanto à idade dos produtores rurais, concentram-se majoritariamente nos grupos de 65 a 55 anos, seguidos pela faixa de 45 a 55 anos. Logo depois, destacam-se os grupos de 65 a 75 anos e de 35 a 45. Seguem-se, então, os grupos: de mais de 75 anos, de 25 a 35 e menor que 25, o que chama atenção para pessoas de mais idade caracterizadas enquanto produtores

**Tabela 4 – Faixa etária do produtor rural em Goiás**

Idade do Produtor	
Menor que 25	16
De 25 a 35	96
De 35 a 45	313
De 45 a 55	556
De 55 a 65	635

De 65 a 75	393
Mais de 75 anos	199
Não se aplica	7

Fonte: Censo Agropecuário 2017. IBGE

Isso pode demonstrar que os mais novos podem estar migrando para áreas urbanas em virtude de oportunidades de trabalho e estudo. A respeito de cor/raça, o Censo de 2017 apontou uma maioria autodeclarada parda com uma diferença bem pequena daqueles que se declararam brancos.

**Tabela 5 – Cor/raça do produtor rural**

<b>Cor ou raça do produtor</b>	
Branca	979
Preta	138
Amarela	1
Parda	1086
Indígena	4

Fonte: Censo Agropecuário 2017 – IBGE

Sobre a utilização de agrotóxicos, houve uma grande maioria (1.769 produtores, 79,87 %) alegando não ter utilizado, contra 446 (20,13 %) que fizeram uso, o que tem relação com a forma de agricultura (familiar) preponderantemente desenvolvida no município, bem como o trabalho desenvolvido pela CPT e MST.

O município de Goiás possui 23 assentamentos rurais abrigando quase 700 famílias. Os dados sobre a estrutura fundiária no município também foram retirados de dados disponibilizados pelo Incra

**Tabela 6 – Tamanho das propriedades rurais**

<b>Tamanho do imóvel</b>	<b>Quantidade registrada no município</b>
Até 1 hectare	1
De 1 a 2 hectares	3
De 2 a 5 hectares	59
De 5 a 10 hectares	176
De 10 a 25 hectares	390
De 25 a 50 hectares	895
De 50 a 100 hectares	497
De 100 a 250 hectares	471
Entre 250 a 500 hectares	307
Entre 500 a 1000 hectares	109
Entre 1000 a 2000 hectares	1
Entre 2500 a 5000 hectares	5
Entre 5000 a 10000 hectares	1

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, novembro de 2023.

Os números acima podem ser melhor compreendidos à luz da classificação de módulos fiscais, definidos pelo Incra, pois é sabido que uma mesma quantidade de hectares

que pode fazer com que uma área rural seja grande numa determinada região, em outra região pode ter uma lógica bastante diferente. No município de Goiás, para esta classificação, o Incra define uma fração mínima de parcelamento dois hectares. O módulo fiscal para cálculo e classificação do tamanho das áreas é de 45 hectares. Assim sendo, os minifúndios são inferiores à fração mínima de parcelamento, onde teremos quatro propriedades elencadas a partir da tabela.

A pequena propriedade abrange áreas até quatro módulos fiscais, ou seja, no caso de Goiás, até 180 hectares. Não se pode traduzir os dados da tabela em um número exato dentro dessa classificação, pois os intervalos não são correspondentes, mas já nos fornecem informações de que a maioria das propriedades do município se encaixam dentro dessa categoria.

A segunda categoria mais abrangente é a média propriedade, entre 4 e 15 módulos fiscais, aqui entendidos por 180 a 675 hectares. E por último, bem menos presente no município, a grande propriedade é superior 15 módulos. Apesar de não se ter um número exato, é possível afirmar que a pequena propriedade é dominante, seguida de médias propriedades.

Conversei sobre esse resultado do Censo com o Secretário de Agricultura Municipal que não mostra uma concentração fundiária tão acentuada, e ele refletiu que sempre a gente fala que aqui em Goiás (município) é o berço do latifúndio (Caiado, Fleury, Curado) mas em termos de terras isso aqui não se reflete: eles não tem esse poder, as grandes propriedades aqui são poucas, e além disso, grande parte ainda se refere a áreas inaproveitáveis por conta de sua localização, infertilidade do solo etc.

Na economia do município, destaca-se a produção leiteira, e existe uma diversidade de produção agrícola, só que em menor escala, de responsabilidade da agricultura familiar, que inclui a produção de hortaliças, cultivo de milho, cana, mandioca, além do extrativismo, sobretudo pequi e outros frutos do cerrado.

Leite e Silvestre (2020) apontam que o município de Goiás tem uma dificuldade econômica no sentido de conseguir transformar sua riqueza em produtos e serviços culturais. Esse apontamento dos autores é dito de outra maneira pelos habitantes do lugar, por turistas e pessoas que chegam para trabalhar e estudar no município. Não raro também se ouve comparações entre Goiás e Pirenópolis (município próximo a Brasília, que também possui turismo ambiental e histórico), ressaltando o quanto o último consegue desenvolver seus potenciais turísticos de forma bastante superior à cidade de Goiás.

As informações contidas em Leite e Silvestre (2020) dialogam com nosso objeto de estudo ao demonstrarem dados econômicos do município de Goiás que apontam para suas atividades turísticas e sua posição geográfica e de solo que impossibilitaram que o município fosse alvo de atividades ligados ao agronegócio, o que de certa maneira, facilitou que os sobrenomes tradicionais e a história política municipal ligada a eles fosse perpetuada no campo político local, devido a uma entrada mais tímida de outros agentes econômicos no local, não havendo a partir deles, a formação de novas elites políticas. Assim com uma economia onde mesmo o turismo se desenvolveu de forma mais restrita, a permanência da ideia de quem pertence às elites no campo social e político local se faz sem maiores obstáculos.

A forte presença da agricultura familiar no município a partir da década de 1980, gerou lideranças políticas vinculadas ao PT, que se candidataram para o legislativo municipal, não chegando a se eleger, mas agregando um bom número de votos. O primeiro deles foi Altair Fideles, em 1992, do assentamento Mosquito. Depois, Judith, do mesmo assentamento. Em 2004, Delcídio (hoje Secretário de Agricultura) e Baltazar, do Sindicato (em 2004 e 2008).

Segundo Siqueira e Vianna (2013), as atividades econômicas ligadas ao turismo em Goiás ainda não emplacaram. Pinto, Silva e Santos (2019) avaliam que a prática turística ainda é precária, mal gerenciada e carente de políticas públicas.

Os principais fatores que limitam o desenvolvimento turístico estão relacionados à: ainda recebe um baixo número de visitantes; não é competitivo quanto ao preço e qualidade dos produtos e serviços; não há estratégias articuladas para o aproveitamento integrado de aspectos locais da cultura e história e da natureza; deficiências no atendimento no comércio e nos equipamentos turísticos; há uma deficiência da mão de obra que carece de cursos e estratégias para a sua formação ou especialização; em eventos de grande porte, que atraem um número maior de visitantes, há problemas de estacionamento nas ruas estreitas; integração da zona urbana e rural com o aproveitamento de outras potencialidades turísticas em especial das comunidades rurais e tradicionais; necessidade de melhorias da infraestrutura turística (GOIÁS, 2023, p. 35)

As atividades agropecuárias são as maiores responsáveis pela economia da região. Em entrevista concedida pela Secretária de Turismo e Desenvolvimento Econômico, Suzana Magalhães, realizada de maneira remota em outubro de 2023, a mesma informou que as atividades agropecuárias ainda são o “carro-chefe” da economia do município, reconhecendo que o turismo ainda precisa se desenvolver sua rede de hotelaria e restaurantes, bem como ampliar a gama de atividades que levam os turistas para a cidade.

As atividades agropecuárias tem um peso maior que as atividades turísticas. Na época da pandemia, ficou bem claro que a cidade precisava desenvolver outras atividades para fomentar sua economia, pois o município parou. A rede de hotelaria e restaurantes vinha tendo uma melhora, mas após a pandemia a cidade perdeu restaurantes e pousadas que não conseguiram se sustentar após esse período de crise. No último semestre, teve a chegada do hotel do SESC. Acredito que conforme for aumentando a demanda, novos restaurantes vão entrando no mercado (Entrevista concedida por Suzana Magalhães em outubro de 2023, realizada de forma remota).

As atividades agrícolas voltadas para a produção de alimentos em mercados locais também se destacam, porém, formatadas num modelo de menor produtividade e incorporação tecnológica. Esses dados são aqui demonstrados para que se compreenda que não estamos tratando de um município onde o agronegócio tenha adentrado com intensidade. A elite ligada às atividades agropecuárias não é uma elite ligada às atividades rurais que podemos encontrar em diversos municípios do estado onde as monoculturas de soja e cana-de-açúcar tomam conta do lugar. Não se trata de proprietários de máquinas agrícolas de altos valores, nem de proprietários que arrendam terras dentro de um contexto de internacionalização. São proprietários de terra desenvolvendo atividades agropecuárias voltados para mercados locais.

A produção leiteira (em sua maior parte, de pequenos agricultores) se destaca, mas planta-se uma ampla gama de alimentos: abacate, banana, café, coco-da-baía, goiaba, jabuticaba, laranja, limão, manga, mamão, maracujá, palmito, tangerina, uva, abacaxi, abóbora, algodão, alho, arroz, feijão, batata, cana-de-açúcar, cebola, girassol, melancia, mandioca, milho, soja, sorgo, tomate, trigo, entre outros.

Aqui em Goiás o que impediu de ser foco do agronegócio foi o solo e relevo: o solo pedregulhento e arenoso. Até tem (mas são poucas)

algumas fazendas com uma produção de leite mais mecanizada e á “manchas “ de terras boas para plantio. Mas a Serra Dourada é a nossa trincheira contra o agronegócio mesmo. A principal atividade econômica é a pecuária: de corte e de leite. Tem alguns produtores que tiram acima de 10.000 litros por dia (de leite), tem bastante na faixa de 500 litros mas a grande maioria é o cara que tira o leite para a subsistência da propriedade: de 100 a 150 litros ou até menos que isso. Tem propriedade com gado leiteiro, de corte e misto. Tem muitas propriedades, então tem um contingente grande de produtos, que agrega questão da economia, na questão dos impostos que o município arrecada. Essa agricultura movimentava muito o comércio local, porque esses recursos são investidos no mercado local. Também se desenvolve a olericultura, e o dinheiro dessas produções movimentava o supermercado e as feiras (Entrevista concedida por Delcídio, em setembro de 2023, de forma remota)

Os remanescentes das famílias tradicionais possuem propriedades, exercem atividades pecuárias e a medicina e num local onde a tradição é extremamente valorizada (por seu caráter histórico e patrimonial) e que não recebeu um significativo movimento de imigração de pessoas que representassem uma disputa econômica com a antiga elite, têm facilidade de perpetuar seu nome como tradicional e importante, tanto para a cultura quanto para a política do município. Lá, como já dissemos, o sobrenome, ao contrário do que ocorre em tantos outros lugares do estado, é um trunfo ainda muito valorizado. Isso facilita a permanência dos Caiado no jogo político municipal.

#### **5.4 – A política atual e o Partido dos Trabalhadores em âmbito municipal**

Nós não temos muitos filiados. O partido não se preocupou em filiar muita gente, mas de valorizar e criar quadros. Muitas pessoas como dentistas que se filiaram na época do Idelmar continuaram. Em 2002, teve a eleição do Lula, Zé foi candidato a deputado estadual com boa votação. Teve votações boas para Pedro Wilson na cidade como deputado também. (Entrevista concedida por Dorival em maio de 2021, de forma remota).

Na pesquisa de campo, estava desejava de entender como a população enxergava a política local e, por isso, ouvi pessoas de diferentes partidos, em maior ou menor grau ligadas à política, de diferentes faixas etárias e ocupações, tomando o cuidado de buscar compreender sua posição social e política nessa discussão. Entre outras pessoas, falei com S. um candidato a vereador pelo DEM, não-eleito. Trago aqui sua percepção sobre a política municipal:

O que eu sei da política do passado, dos prefeitos passados, é que foi o Dalmo e o Dário de Paiva que foram os prefeitos que revolucionaram a cidade<sup>76</sup>. É o que os meus pais falam né...as pessoas mais antigas comentam, a cidade teve (nessa época) uma (boa) repercussão, melhorou bastante na gestão dele aí, por volta de 30 e poucos, 40 anos atrás. Depois caiu no marasmo né, ficou meio parado. Depois veio o

---

<sup>76</sup> Refere-se à construção de estradas, pontes e estabelecimento de uma administração com um diálogo mais próximo da população.

mandato do Boadyr Veloso <sup>77</sup> (2001-2004) que assim, corrompeu a cidade né: comprava voto, comprou a população com dinheiro, com favores, então teve esse atraso na cabeça da população, de achar que a questão dos dinheiros, dos favores, seria melhor que a evolução da cidade. Teve outros prefeitos também como Dr. Abner, Márcio Caiado, primo de [Ronaldo] Caiado que foram um atraso na cidade, pararam a cidade, coleta de lixo ineficiente, funcionalismo público sem receber. Por último, veio o mandato da Selma, passando para o Aderson, todos do PT. Então, ela não foi assim, uma prefeita ruim, fez algumas coisas, porém, deixou a desejar com bastante coisas, foi uma prefeita meio termo (Entrevista concedida em dezembro de 2020 por um eleitor e candidato a vereador em 2020 que preferiu não se identificar, realizada presencialmente no município de Goiás).

O relato acima tentou dar um panorama geral da percepção de nosso interlocutor sobre a política do município. Ele fala na mudança que ocorreu a partir da gestão dos ex-prefeitos Dario e Dalmo de Paiva, que posteriormente passaram a apoiar o PT, confirmando as mudanças positivas que as novas forças trouxeram ao município. Também é interessante notar que, mesmo tendo se candidatado a vereador pelo DEM (mesmo partido de Ronaldo Caiado), o entrevistado fala de forma negativa da família no poder municipal, denotando uma não-aprovação da permanência das antigas famílias no poder e justificando que o candidato a prefeito seria bom, ao contrário do vice, membro da família Caiado.

À época em que Curado (1998) escreveu sua dissertação, Adélio Alves do PSD era prefeito de Goiás. As demandas advindas dos assentamentos e, por conseguinte, das forças populares que cresceram junto a eles já eram sólidas a ponto de não poderem ser ignoradas por nenhuma administração, independentemente de questões ideológicas, conforme relata o autor.

...os reflexos do avanço do movimento pela terra e do papel político do agricultor assentado podem ser visualizados no reconhecimento pelo poder público da importância deste segmento para o município ao constituir uma pasta no interior da atual administração com a atribuição de atuar especificamente com as questões relativas ao associativismo, contando com a participação direta de um representante de assentamentos (CURADO, 1998, p. 113).

De 2005 a 2008, foi prefeito do município de Goiás, Abner Curado. Abner divide opiniões no município. Há quem ache que fez uma administração razoável, mas também se imputa à sua gestão a perseguição a servidores públicos que não o apoiavam politicamente, o cancelamento de concurso público municipal, asfalto de má qualidade e falta de pagamento a alguns fornecedores.

Em 2008, época em que o PT nacional já havia por duas vezes consecutivas conquistado a Presidência da República, o PT da cidade de Goiás apresentou como candidata a prefeita a Professora Selma Bastos, que à época ficou em terceiro lugar na eleição. Foi eleito prefeito Márcio Caiado.

Graduada em Letras, Selma nasceu em Goiás, filha também de vilaboenses. Cresceu e estudou no município. Nos anos de 2001 a 2004 foi Secretária Municipal de Educação, na

---

<sup>77</sup> Assassinado em Goiânia em 2008, o ex-prefeito era cotado para ser o sucessor de Abner Curado na prefeitura municipal

gestão do ex-prefeito Boadyr Veloso (PPB). De 1994 a 2000 foi professora estadual no município. Antes de ser professora, foi funcionária pública de carreira administrativa.

Algumas pessoas ligadas ao PT narraram que se ouvia na cidade que Selma era o melhor nome concorrendo à Prefeitura, mas que não era “seu momento” de vencer. Segundo filiados ao PT, essa foi uma estratégia utilizada pela oposição para argumentar que Selma até seria um bom nome, mas que Márcio Caiado iria vencer as eleições, o que demonstra que ela, já nesta época, possuía um capital político devido a sua atuação anterior como Secretária de Educação, que a oposição de alguma forma precisava reconhecer. Vieram alguns políticos ligados ao governo federal para se engajar na campanha. O terceiro lugar na disputa pela prefeitura municipal alcançado por Selma em 2008 trazia o maior número de votos para o PT no município até então.

**Tabela 7 – Eleições de 2008 no município de Goiás-GO**

<b>Candidato</b>	<b>Soma de votos</b>
Marcio Ramos Caiado (PP)	5433
Gustavo Alberto Izac Pinto (PSDB)	4706
Abner de Castro Curado (PMDB)	3383
Selma de Oliveira Bastos Pires (PT)	2890
Vandre Borges Santaba	150
Total Geral	16562

Fonte: TRE-GO

Trago aqui o relato de A, servidor público no município acerca da gestão de Márcio Caiado, criticado de forma unânime por todas as pessoas com quem conversei.

Sou nascido e criado aqui, toda a minha família também. Não gosto muito de política, mas eu lembro de um prefeito que chamava Dário de Paiva, ele que fez o primeiro asfalto na rua de Goiás. Só havia dois partidos: Arena e MDB.

Esse povo de Caiado não é brincadeira. São muito perseguidores. Teve um prefeito Márcio Caiado que não fez nada para a cidade, só arrebentou com os funcionários. Falar desse povo não é brincadeira, certo?

A que está saindo foi até boa no primeiro mandato... O que vai assumir é uma pessoa muito honesta, atual presidente da Câmara. Espero que seja melhor que os anteriores (Entrevista concedida presencialmente no município de Goiás, em dezembro de 2020, por eleitor que preferiu não se identificar) .

É interessante notar que, antes de mais nada, ele se identifica como nascido e criado no local, algo que se mostra bastante presente nos discursos políticos locais, afim de se mostrar que se é de dentro e não de fora. Também reforça a importância da memória dos prefeitos Dário de Paiva e Djalma de Paiva no campo político local (e com isso, o quão de fato foi simbólica a candidatura de Idelmar de Paiva pelo PT em 1992, “assentando o partido” como relevante no jogo político).

Conversei com outro militante da Juventude do PT, cuja família é do local, acerca da gestão de Márcio Caiado. Segue o relato:

A candidatura do Márcio foi a última localmente (vencida) dos Caiado, ele ganha, fez uma gestão muito ruim mesmo, pra não dizer péssima. Ele ganha fazendo companhia com o nome do avô, do pai, de uma tia e o senador Ronaldo Caiado, que veio fazendo uma campanha



falando que ia vir atender todo mundo se o primo dele (Márcio) ganhasse. Foi a primeira candidatura da Selma e as pessoas diziam: não, a Selma não é para agora não, a Selma vai ser na próxima e a gente comprou essa frase, porque sabia que ganhar também era difícil né. Parte da elite econômica<sup>78</sup> que apoiou o Márcio passou a apoiar a Selma, como um pessoal ligado à Fetaeg<sup>79</sup>.

Parte desse grupo rompeu com ela no segundo mandato. Nesta fase, já tem o apoio do Marconi. O Junior Friboi<sup>80</sup> apoia no primeiro, disse que abriria o frigorífico e fez essa mesma campanha com o Elber.

O Zé (Professor José do Carmo) vem de uma família mais classe humilde. A galera mais conservadora de Goiás se irrita com Zé ter colocado uma escola no centro da cidade, então, uma galera tem raiva disso [ele se refere a uma escola de ensino fundamental, cuja diretora, Ebe, é esposa do Professor Zé do Carmo].

Sobre o Márcio [Caiado], ele, mesmo sendo de família daqui, não morava aqui, ele não conhece aqui, ele fez a campanha, tipo, por causa do apoio do pai. Ele tem a raiz, mas ele não tem aquela raiz fixa. Sendo assim, ele faz um péssimo governo. Depois disso, a cidade passou a rejeitar pessoas de fora, tanto que aqui a gente teve um exemplo, o Thiago Galvão [candidato a vereador pelo PT] que é de Minas, não teve voto nem da juventude e o Elber que não conseguiu emplacar também. A cidade rejeita pelo fato da pessoa não conhecer. Se a pessoa chega e tem um conhecimento da cidade, aí ela se torna daqui, aí é outra coisa. Eu acho que os mais velhos têm muito isso de perguntar de onde a pessoa é (Entrevista concedida por Luís Emos em setembro de 2021, de forma virtual).

É interessante notar na fala do entrevistado que a questão de ser de dentro e de fora do município se faz tão séria e complexa, que ele diz que alguém tem uma raiz no município, mas não uma raiz fixa, dando a entender a existência de subgrupos nessa classificação e que cada grupo tenta angariar para si o verdadeiro “ser de dentro”. O crescimento do próprio PT dentro do município acompanha a filiação de figuras vindas da política tradicional municipal, como Idelmar de Paiva e Selma Bastos.

Em 2012, ano da primeira eleição de Selma, foram derrotados Gustavo Izaac do PSDB e também José Carlos Curado do PMDB (médico e também descendente do núcleo político da família Caiado). Nas eleições de 2012, utilizou-se a estratégia (como informam pessoas ligadas ao grupo) de vincular o nome de Selma ao nome de Dilma Rousseff com um *slogan* de que “era a vez da mulher”. Foi acrescentado também ao discurso, a frase de que “uma professora ensinaria a administrar”.

Nesta época, o PT municipal ampliou sua chapa com os insatisfeitos com a administração anterior (Márcio Caiado, PP) e vice, Joaquim “da Farmácia” (Cidadania). A insatisfação se devia a inúmeros fatores: desde atraso no pagamento de servidores, fornecedores, até críticas à ausência do prefeito no âmbito da prefeitura municipal.

78 Alguns pecuaristas e empresários ligados ao turismo, de boa situação financeira

79 Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás, fundada em 1970, a partir da junção de seis sindicatos de trabalhadores rurais.

80 José Batista Junior, conhecido como Junior Friboi (marca da empresa JBS, da qual era sócio), é proprietário da JBJ Agropecuária, empresa de proporção exponencial no país, possuindo o maior sistema de confinamento de gado da América Latina.

O resultado das eleições de 2012, com uma diferença de votos tão grande para a professora Selma (que obteve mais de 53 % dos votos válidos diante dos outros dois candidatos) não voltou a se repetir nas eleições de 2016. O fortalecimento do PSDB a nível local em detrimento de um número menor de votos pelo PMDB também indicava naquele momento um recuo das candidaturas ligadas à tradição caiadista (com uma tendência local maior de permanecer no MDB e DEM). O candidato Gustavo Izac era funcionário público do estado de Goiás, filho de um proprietário de um cartório local e, devido à influência de seu pai junto ao governador Marconi Perillo, lançou-se na política.

Quanto aos vereadores, dois foram eleitos pelo PT (o atual prefeito Aderson e Zezinho), dois vereadores pelo PMDB, sendo uma sobrinha de Abner Curado, um dentista eleito pelo PSDB, um comerciante pelo PTC, uma pastora evangélica pelo PTB, uma vereadora pelo PV e uma pelo PP, que em 2020 viria ser a vice de Aderson Gouveia.

Aderson Gouveia foi eleito (2012) e reeleito (2016) para vereador com o maior percentual de votos válidos, destacando-se pela atuação em defesa de causas populares. Uma das bandeiras de seu mandato foram as audiências públicas, que tinham como pauta: agricultura, direitos humanos e dos animais, pessoas em situação de rua, segurança pública, meio ambiente, juventude, dentre outras. Foi autor de leis importantes, como, por exemplo, a Política Rural Municipal, a Lei de Proteção aos Animais de Pequeno Porte, leis para adequações em espaços públicos de atendimento à população, e instituiu comemorações municipais, como Dia da Consciência Negra e Dia da Reforma Agrária. Criou a Comissão de Direitos Humanos desta Câmara Municipal. Foi presidente da Câmara no biênio 2013/2014 e promoveu ações diversas, com debates, reuniões, prestação de contas nas emissoras de Rádio, reestruturação da Câmara, e, participação da população na construção de uma agenda de propostas para o município de Goiás.

**Tabela 8 - Eleições de 2012**

<b>Candidato</b>	<b>Soma de votos</b>
Selma de Oliveira Bastos	8447
Gustavo Alberto Izac Pinto (PSDB)	5573
José Carlos de Castro Curado (PMDB)	1839
<b>Total Geral</b>	<b>15859</b>

Fonte: TRE-GO

Nas eleições de 2012 foi formada uma coligação do PT com vários partidos, dentre eles PSD, PRP, PTC, PHN, PHS, todos da base do governo estadual, além do PCdoB e Selma foi eleita. Esta política de alianças conviveu com a caminhada da política de base do PT, atuante em sindicatos, associações, assentamentos e CEBs, mas obviamente com conflitos. Em 2016, a aliança contou com o PSDB, o PTB, o PSC. Em 2020 houve alianças de fato com o Psol e PCB (não-oficializadas porque os partidos têm restrições de coligação – como o PT tinha até os anos 90) e com PP, PSDB e Solidariedade. Sobre a grande diferença de votos a favor de Selma Bastos, conversei com algumas pessoas para tentar entender a conjuntura que possibilitou aquele cenário político e obtive o seguinte depoimento em consonância com os demais:

A conjuntura da cidade, e o momento eleitoral proporcionaram isso. O governo Márcio Caiado foi deficitário, especialmente no cuidado com a limpeza e infraestrutura básica da cidade, e na saúde. Este cenário provoca sentimentos de mudança no eleitorado. Selma tinha baixa rejeição na cidade, o PT também, e estava no Governo Federal. Houve

por parte do partido uma estratégia de fortalecer o nome da Selma nos diversos espaços políticos da cidade, visando a eleição. Ela já havia sido secretária, e candidata em 2008, o que ajudou. Já no pré-eleição, as movimentações políticas ajudaram e a articulação do partido foi importante na montagem de uma chapa diversificada e expressiva, que colaborou muito na realização de uma campanha robusta. Em 2012 houve também menos candidaturas. Em Goiás, desde a redemocratização é comum ter quatro ou cinco candidatos a prefeito, como aconteceu nas últimas eleições, em 2020. Mas em 2012 foram três: Selma, com uma base de apoio que tinha partidos alinhados ao governo federal, mas também alguns partidos da base do governo estadual (como disse, aliança ampla); o candidato oficial do Marconi, Gustavo (PSDB), com apoio dos demais partidos da base governista estadual, incluindo o PP do então prefeito Márcio Caiado; e o PMDB com o dr. José Carlos, irmão do dr. Abner. Veja, a disputa com menos candidatos pode proporcionar uma distribuição de votos maior entre eles. Os desgastes destes grupos oponentes também pesaram muito. O Gustavo tinha apoio do prefeito Márcio (com sua gestão mal avaliada), e o José Carlos não tinha a mesma liderança do Abner, que naquela época também estava desgastado pela última gestão também mal avaliada (gestão anterior ao Márcio). A forte campanha do PT, e os desgastes dos grupos opositores, nesse cenário de menos candidatos, fez com que se se formasse uma onda pró-Selma, sendo ela a única representante da mudança, e os votos vieram (Entrevista com José Gomes Neto, filiado ao PT e membro da CPT, realizada em setembro de 2023, de forma remota).

Em 2016, Selma (6374 votos) derrotou Abner Curado (4520 votos), seguido de mais quatro candidatos a prefeito. Tive acesso a algumas atas de reunião do PT municipal no exercício de 2016 e pude analisar, então, algumas estratégias definidas para a campanha de referido ano. Ressaltou-se entre os membros, a necessidade de, a exemplo da eleição anterior, buscar alianças com os partidos da base aliada do governador Marconi Perillo. Já naquela ocasião, alguns filiados demonstraram preocupação em estabelecer alianças tão próximas com o PSDB, retomando a ideia de reforçar o projeto e a base do próprio PT. Àquela data, a prefeita precisou desmentir boatos de que poderia se desfiliar do PT.

O PT apresentou cinco candidaturas a vereador, das quais duas foram vitoriosas, sendo Aderson Gouveia (hoje prefeito do município) e a Professora Iolanda Aquino, também filha de Goiás, filiada no PT desde 2003 a convite do Professor José do Carmo e da Professora Ebe (esposa do Professor José do Carmo, professora e diretora de uma escola no município). Antes de filiar-se ao partido, atuava nas pastorais e nos movimentos de bairros. Suas principais propostas centravam-se em reconstrução do Hospital São Pedro, melhorias na saúde e educação, investimentos no setor turístico, desenvolvimento sustentável e defesa do meio ambiente.

Dentre os demais vereadores eleitos, tinha-se um do PMDB (de sobrenome Caiado, que exercia pela sétima vez seu mandato de vereador), um do PSDB (de sobrenome Adorno, também tradicional no município), um do PTN, dois do PROS, um do PPS e um do DEM, o que mostrou uma gama bastante diversificada de partidos para um município pequeno, tendo muitos partidos de direita e extrema direita com alguma expressão política nos resultados e uma dificuldade de aliarem-se em torno de um número menor de legendas, ou ainda, a opção

por manter diversos partidos em virtudes das vantagens que isso possa trazer aos diretórios em termo de materiais de campanha, apoio de políticos estaduais e verbas.

**Tabela 9 - Eleições de 2016**

<b>Candidatos</b>	<b>Soma de votos</b>
<b>Selma de Oliveira Bastos Pires - PT</b>	<b>6374</b>
Abner de Castro Curado PMDB	4520
Cosmo Cesar dos Santos (Cezinha) - PRB	1520
Zilda Lobo - PP	1293
Edil Passos de Araújo Filho – PSB	1208
Joquim Craveiro Curado - PSL	50
Total Geral	14965

Fonte:TRE-GO

Em sua gestão, Selma Bastos executou o PAC CH- Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas com a construção, ampliação e restauração de seis importantes obras/monumentos para a Cidade de Goiás: Pavimentou as ruas dos distritos de Colônia de Uvá, Calcilândia e Buenolândia<sup>81</sup>; recuperou estradas, bueiros, “mata-burros” e construiu quase 30 pontes em concreto; construiu quatro Unidades Básicas de Saúde; reabriu o centenário Hospital São Pedro D’ Alcântara implantou o piso salarial dos professores da rede pública municipal e melhorou o transporte escolar; após um longo trabalho, obteve junto à Fundação Cultural Palmares, o Título de Reconhecimento do primeiro Quilombo Urbano do Município de Goiás: o Quilombo Alto Santana; implantou a coleta seletiva no município; após quase 20 anos, realizou um grande concurso público municipal<sup>82</sup>; foi agraciada com diversas honorarias, prêmios e troféus, dentre eles, por três anos consecutivos o troféu de “Prefeita Mais Influente de Cidades Com Até Cem Mil Habitantes” no estado de Goiás.

Os prêmios refletem uma administração aprovada por grande parte da população local, que não só a reelegeu como elegeu seu sucessor. Sobre seus feitos voltados para a população dos assentamentos, a professora Selma destaca:

Sempre dialoguei com os assentados e acampados, sobretudo, para que seus filhos e filhas tivessem acesso e permanência às escolas. Sempre dialoguei com a Diocese de Goiás, CPT e Igrejas. Procurei nos meus dois mandatos de Prefeita, receber e atender às demandas coletivas dos assentamentos. Reuni por diversas vezes a cada ano, no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, com os Presidentes à época, representantes dos diversos assentamentos e com o Comitê de secretarias que instituí em meu governo, representados por cada secretário (a), de cada pasta. Ouvíamos às demandas e procurávamos atendê-las, com todo carinho e responsabilidade.

Recuperamos as estradas rurais, construímos mais de 30 pontes em concreto, para que eles pudessem investir na agricultura familiar, escoar suas produções e seus filhos gastassem menos tempo nas estradas para chegarem às escolas. Trocamos a frota do transporte escolar, fizemos cessão de uso de tratores, assessorias jurídicas...

81 Distritos municipais de Goiás.

82 Para diversos cargos de nível fundamental, médio e superior.

Estabelecemos parceria com o Incra, Ibama, Emater e outros órgãos do Governo Estadual e Federal. Estabeleci uma parceria forte com os movimentos sociais, Sindicatos, Universidades, iniciativa privada e Governos do Estado e Federal. Sempre respeitei e dialoguei com os órgãos de controle e conselhos municipais. Construímos UBS (unidades básicas de saúde) em dois distritos e reformamos mais dois próximos aos assentamentos, para que possam ser assistidos com saúde pública (médicos, enfermeiras e assistência odontológica). Hoje os assentados estão recebendo suas titulações. Fruto da nossa luta ao longo dos nossos governos e parcerias... (Entrevista concedida por Selma Bastos em setembro de 2023, de forma remota).

Apesar da prefeita Selma Bastos não ser uma liderança rural, seu sucessor Aderson Gouveia é, tendo sido o vereador mais votado quando se candidatou. Assim como nas eleições de 2020, o vereador Aguiel, liderança camponesa também obteve o maior número de votos. Ambos são atuantes na CPT.

No mandato de 2017 a 2020, foi eleita vereadora pelo PT, a Professora Iolanda, também nascida e criada em Goiás, que também possui raízes junto às comunidades eclesiais de base e à Igreja Católica, o que segundo ela própria, contribuiu e tornou natural seu relacionamento com o pessoal dos assentamentos e distritos.

Como vereadora em primeiro mandato e, na ocasião, a única mulher da Câmara, procurei me destacar nas pautas que eram prioritárias do jeito petista de legislar, como a defesa da participação popular, educação, os direitos das mulheres, das crianças e adolescentes, juventudes, os direitos humanos e o relacionamento com campo era bem natural, pelo fato das minhas raízes com a Igreja Católica, com as comunidades eclesiais de base. Nos assentamentos e distritos, busquei realizar uma escuta das demandas dos movimentos e coletivos de mulheres, principalmente os que mais estavam presentes na Câmara (São Carlos/Mosquito/Felipe Leddet) e distritos para fazer as indicações à gestão e propor inserção de ações no PPA e nas Leis Orçamentárias anuais referente ao trabalho com as mulheres do campo. O Mandato conseguiu dar um suporte maior ao Coletivo de Mulheres Aroeira da região da Buenolândia, em virtude, da proximidade com a Pastoral da Saúde, grupo da Dona Maria Luiza e do Grupo de Mulheres Renascer da Mata. Demos o apoio também no Projeto de leitura Sementes Literárias no Campo, idealizado pela Professora Dorcelina, que foi fundamental para estar mais próxima da comunidade campesina. Em parceria com o Mandato do Prefeito Aderson Gouveia, que na ocasião era vereador e tinha como bandeira a luta do campo, tivemos oportunidade de contribuir na aprovação de muitas pautas que possibilitaram o município avançar e com a garra da Prefeita Selma as demandas dos assentamentos passaram a fazer parte do Planejamento da Gestão, sendo prioritariamente levantas as prioridades para serem executadas desde a oferta de serviços de saúde, assistência social, como de infraestrutura em pontes e estradas que tiveram avanços significativos (Entrevista concedida por Iolanda Aquino em agosto de 2023, de forma remota).

Em conversa com a ex-diretora do campus Cidade de Goiás da UFG, professora Meire, historiadora e cientista social, amiga da prefeita, uma das pessoas a que poderíamos vincular o grupo supracitado, fui informada do protagonismo político das mulheres “da resistência” do município, dentre elas, as que foram as fundadoras do PT na cidade e de Dona Maria Luísa, à frente dos eventos da agricultura familiar promovidos sobretudo pela CPT.

Quando lhe perguntei sobre a questões de Selma em não apoiar o PT, mas estar apoiando o candidato do PSDB ao governo em 2018, me respondeu que Selma “é resistência”, opina que ela não deixa de o ser por esses motivos de agora. Pelo lado do conservadorismo da sociedade vilaboense, afirma que existem mulheres que comandam a política.

A professora compara a situação de Selma à da presidenta Dilma em nível municipal, pois fez uma gestão solitária com muita resistência do que chama de “sociedade tradicional vilaboense”, que seriam não apenas as pessoas pertencentes a famílias tradicionais do município, mas também aqueles que compartilham das narrativas tradicionais acerca da cidade. Essa resistência, porém, a professora opina que se faz de uma maneira em que o enfrentamento é de certa maneira “velado” por parte daqueles que se sentiriam como “os de dentro da cidade”.

Levantou uma questão interessante, qual seja, a dificuldade de ser de esquerda no interior (no sentido de precisar de apoio de políticos de direita), explanando que Selma precisou do apoio de Marconi para tornar o município governável, “pois era xingada de vagabunda pelas pessoas na rua”. Essa retribuição pela proteção e apoio político de Marconi teria resultado nas incongruências de sua postura nessas eleições.

A professora opina que, no segundo mandato, Selma mudou a cara da cidade de Goiás e que ainda assim recebia uma resistência velada das professoras conservadoras. Essas manobras políticas adotadas por Selma, garante a professora, criam um mal-estar para quem está por perto, como ela própria e imagina que isso também deve ser um sofrimento para a prefeita.

Sendo historiadora, a professora indica que já refletiu como será vista futuramente essa postura de Selma. Com o apoio do governador Marconi, Selma conseguiu trazer mais recursos para a cidade de Goiás. Meire diz que imagina o quanto isso também angustie o Professor José do Carmo (uma vez que essa postura da prefeita gerou tensões dentro do próprio PT). Em vídeos da campanha e da vitória dela, ele sempre está do lado. O acordo político de Selma implicou também apoiar para candidato a deputado federal, Jean, do PSDB, hoje deputado estadual. Tal situação trouxe um desconforto internamente entre membros do PT, alguns com críticas a essa postura mais severa do que outros, trazendo tensões com a ausência da presença da prefeita nos comícios estaduais.

Sobre Caiado, a Professora Meire afirma que é alguém que não tem representação na cidade, não é referência para as pessoas locais, pois se faz pouco presente. Em eventos grandes, ele poucas vezes participa, ao contrário do que fez Marconi: “Ele não tem uma casa na cidade, não que seja de conhecimento das pessoas daqui”. Ao redor da Praça do Chafariz, que caracteriza como um reduto dos Caiado, afirma que não há uma casa que seja vinculada como de propriedade dele. A imagem que tem dele “é uma que nunca viu, mas foi contada pela Selma, dele numa cavalgada num cavalo enorme e forte, carregando uma grande chibata nas mãos, com grande beleza e força, o que compara a imagem dos espanhóis chegando à colonização” (Entrevista concedida por Maria Meire de Carvalho em agosto de 2018, presencialmente no município de Goiás).

Com sua vitória em 2018, sai o PSDB que prestava apoio a Selma no governo estadual, agravando mais uma vez a governabilidade, pois já se ouvia nas ruas “agora é que eu quero ver”. Havia um sentimento de vingança presente nos grupos políticos contrários ao de

Selma, agremiados no PMDB e DEM e outros partidos coligados a nível local, nesse caso da eleição estadual, mais reunidos. Isso não se veria na eleição municipal.

A professora Meire opinou que muitas famílias de Goiás que trabalharam para os Caiado veem crueldade na relação deles com outras famílias e não consigo próprias, há um orgulho em sustentar uma suposta estima dos Caiado para com elas, como se elementos permitissem uma validação social que fizesse com que os Caiado as considerem “de confiança”, o que é motivo de honra. Afirmou, ainda, que os conservadores têm malícia para lidar com os inimigos políticos: “A cidade é uma panela de pressão. Você que é de fora, fica cozinhando. Se não souber se adequar, a panela explode! Você é expulso. A cidade decide te conferir e te retirar a credibilidade” (que seria compartilhar da cultura, costumes e ideias da população mais tradicional da cidade).

A ex-diretora da UFG conta que o grupo de oposição à prefeita tenta ultrapassar as hierarquias, quando, por exemplo, reivindicaram o curso de Medicina, não tendo a cidade estrutura para tal. “A cidade engana. Clamam por um turismo que explore. Apesar do protagonismo político de tantas mulheres, não gostam da palavra feminismo. Ainda se ouve coisas como “não pega bem mulheres andando sozinhas no mercado”. Finalizamos a conversa com a professora afirmando que a população tradicional da cidade (nesse caso entendidos por ela como as pessoas de sobrenome mais antigos no município, compartilhando de um código de conduta social mais conservador) é um povo que não gosta do “desenterrar de histórias que deveriam estar caladas”.

Para além de uma análise partidária, sobre o caso de Selma Bastos, não podemos dizer que é específico o fato de se aliar a um governador de partido e ideias contrárias, para conseguir aceitação popular e mais recursos financeiros e de apoio para conseguir administrar. Contudo analisar tal fato se faz importante para entendermos como funciona a política local, a estadual e a nacional. Outro aspecto, inclusive, fez que pesasse um pouco menos o julgamento sobre ela pelos militantes “de esquerda” da cidade: numa eleição em que Caiado demonstrava grande vantagem desde o início das pesquisas, um apoio ao candidato do PSDB<sup>83</sup> não se constituiria numa “falta tão grave assim”.

Pudemos conversar sobre o papel das universidades na organização das resistências atuais na cidade, quando me contou sobre de diversos professores dos cursos de Direito, Filosofia e Serviço Social da UFG, alguns filiados no PT, outros não, que se envolvem e lançam projetos de extensão e eventos junto à CPT, Mulheres Coralinas, MST etc. Ela explanou sua opinião de que existe uma resistência das pessoas que são da cidade, ou seja, cuja família se criou na cidade, às pessoas que chegam de fora e conseguem posições de destaque e que esta oposição porém se faz numa resistência velada. Falou de sua condição de “mulher empoderada”, tendo também um companheiro que é militante político e sindical.

Seguindo o pensamento de resistência das velhas elites políticas às novas forças emergentes, conta que no próprio prêmio que ganhou, de cidadã vilaboense, a vereadora que lhe concedeu o título teve melindre<sup>84</sup>, pensando no impacto da notícia, pois é um título muito valorizado pelas pessoas que nasceram na cidade. A Professora, coordenadora de grupos de estudos feministas, conta que “mulheres conservadoras da cidade” não gostam nem um pouco do termo e já lhe pediram que substituísse a palavra por “feminina”, mesmo se identificando com protagonismos que ela já exerceu, como diretora geral do campus local da Universidade Federal de Goiás.

---

83 José Elliton do PSDB tinha sua candidatura ancorada na figura de Marconi Perillo, de quem foi vice-governador por dois mandatos, foi Secretário de Segurança Pública em 2016. Nas eleições de 2018, declarou seu voto para presidente em Haddad no segundo turno.

84 Teve ponderações ao fazer a indicação, ficou insegura quanto à concessão do título para não desagradar uma parcela grande da população

Por ser a primeira prefeita mulher, eleita por um partido não-comandado pelas conhecidas oligarquias políticas locais, os comentários na cidade de que a professora Selma Bastos não conseguiria administrar eram numerosos, por parte de grupos políticos contrários a ela. Falava-se que “quem mandaria” era o Professor José do Carmo.

Diz que se considera uma mulher que não se insere no “padrão de mulher vilaboense”, conceito este que fica claro para nós, que a professora acredita que realmente exista e permeie pelo imaginário da sociedade local, como uma mulher que ainda que exerça alguma posição de destaque, se vincule a um homem que também a cumpra.

Cidade historicamente conservadora, machista, porém marcada pela presença forte da mulher: Cora Coralina rompeu a Serra Dourada com seus versos de beleza simples e comovente, Brasilete Caiado musicista, era engajada nas causas da Educação e do Meio Ambiente; Goiandira do Couto, nossa carnavalesca e grande artista plástica das areias coloridas da Serra Dourada; Antolinda Baia Borges, a Tia Tó, fundamentou-se na preservação e manutenção do Patrimônio histórico, artístico e religioso. Dentre tantas outras mulheres que poderíamos citar, Professora Selma foi a primeira candidata mulher a prefeita na história, primeira prefeita eleita e a primeira reeleição na história da cidade de Goiás. (Nota entregue pela Assessoria da professora Selma Bastos a partir de nosso pedido de contato, em junho de 2022, enviado de maneira remota).

Selma Bastos tornou-se amiga pessoal de Marconi Perillo, como afirmam muitas pessoas na cidade. Essa situação vai desencadear uma postura delicada que a prefeita adota na campanha política de 2018 para governador: demandar licença de seu partido até o findar das eleições para pedir votos e atuar na campanha do PSDB: deputados, senadores e governador, afastando-se, assim, das pessoas do PT que trabalharam de forma ativa para sua eleição, como o próprio Professor José do Carmo, candidato a deputado federal em 2018 e que foi um dos principais líderes da campanha de Selma para prefeita. Naquela eleição, o PT local apoiou o Professor José do Carmo para deputado federal, delegada Adriana Accorsi para deputada estadual e Kátia Maria (PT) para governadora.

### 5.5 A campanha de 2018

As heranças políticas possuem novos contornos e é sobre eles que devemos centrar nossa atenção, além de refletir sobre as discontinuidades que criam novas configurações sociais e políticas. Porém, essas mudanças não implicam uma brusca interrupção com o passado, mas num caminhar por vezes lento, por vezes mais apressado em outras direções. Direção (no sentido de caminho) é uma palavra que ficou ausente na campanha de 2018, enquanto a palavra “mudança” foi proferida indiscriminadamente.

A palavra esteve presente nos *slogans* de campanha de Ronaldo Caiado ao governo do estado. O candidato do PMDB, Daniel Vilela fez um uso mais tímido dela. Ela também esteve à frente da campanha dos candidatos dos partidos de esquerda: Kátia Maria do PT, Wesley Garcia do PSOL e Marcelo Lira, do PCB.

O governador reeleito de Goiás para o mandato 2023-2026 possui quatorze fazendas distribuídas do centro ao norte do estado, estimadas em cerca de 10 a 15 mil hectares de terra, além de ser proprietário de um rebanho numeroso e valioso e atuar no ramo da mineração. Médico de carreira, criou a União Democrática Ruralista (UDR) em 1985, entidade defensora de interesse de grandes produtores rurais, quando então, ingressou na política. Foi eleito deputado na década de 1990, destacando-se como um dos principais membros da Bancada Ruralista. Foi deputado por cinco mandatos até se candidatar ao Senado em 2014. Sua ligação



com o município de Goiás deve-se ao fato de muitos parentes como primos em primeiro grau residirem no município, estando sempre presente em comemorações oficiais ou reuniões familiares, onde destaca a importância simbólica de estar presente na política do município onde seus antepassados governaram.

Pelo PT, em primeiro turno, logo após a confirmação da candidatura de Fernando Haddad à presidência da República, foi dada uma ênfase nas frases “Haddad é Lula” a fim de transferir as intenções de voto do segundo para o primeiro, enquanto que, no segundo turno, a expressão mais utilizada fora uma que utilizou em seus comícios de um Brasil em que os cidadãos “carreguem uma carteira de trabalho na mão e um livro na outra”.

A candidata ao governo estadual pelo PT, Kátia Maria, falava numa “mudança de verdade” para Goiás, vinculando propostas que colocavam ênfase em pautas sociais ausentes no discurso dos candidatos do PSDB, PMDB e DEM, como combate à violência política de gênero e apoio ao MST. O Professor José do Carmo prezou por uma campanha onde as pessoas se voluntariassem a fazer parte dela priorizando as palavras: justiça, direitos, educação e ciência.

No evento “Grito e resistência no Cerrado” promovido pela CPT e pela Diocese, realizado no dia 13/09/2018, ouviam-se músicas tradicionais da Igreja Católica e depois outras mais voltadas à CPT e a uma religiosidade militante. Algumas pessoas foram convidadas a estarem à frente para fazer uso da palavra: a prefeita de Goiás, Frei Marcos e Dona Maria Luíza, representante da agricultura familiar. A prefeita pede vivas ao “povo de Deus”. Quando a fala foi passada para um membro da CPT, ele disse que “votar é importante”, ressaltando que se devia escolher entre as pessoas que defendem o cerrado, a vida, os direitos das pessoas e a cultura dos assentados e dos agricultores familiares. A fala foi aplaudida como nenhuma outra até então.

No evento, que aconteceu sob uma tenda montada em frente à Diocese, havia um *folder* em homenagem a Dom Tomás, uma pequena feirinha de artigos e artesanatos camponeses. Por estar num período de campanha, o tom político era notável. O evento contava com palestras, cânticos litúrgicos, e acolheu escolas especialmente de nível fundamental. Foi cantada a Romaria da Terra, uma canção conhecida pelos membros da Pastoral e algumas músicas de protesto social, além de ser aspergida água benta sobre os presentes. O evento, apesar de não ter organização partidária, carregava consigo de forma inseparável o viés petista municipal, uma vez que os próprios membros da CPT e PT se fundem.

Também foi candidato ao governo de Goiás, pelo PCB, Marcelo Lira, que chegou a ir pessoalmente num debate promovido pelo campus da UEG, que contou com representantes partidários de alguns candidatos. Os demais candidatos ao governo não chegaram a ir até o município de Goiás para comício ou outra atividade de campanha. Eram eles: Alda Souza do Partido da Causa Operária (PCO), que não tem diretório em Goiás; Daniel Vilela (filho do ex-governador Maguito Vilela) do MDB e Wesley Garcia do Psol (que possui diretório municipal).

No mesmo dia, fui, com o Professor José do Carmo, para um evento político na cidade de Itapuranga com lideranças do PT. O espaço escolhido para a realização foi a Associação Coração de Maria. Lá estava presente Adriana Accorsi (delegada de Polícia Civil, candidata à reeleição a deputada estadual, em “dobradinha” com o Professor José do Carmo, pelo PT). Ela falou da cidade de Itapuranga, em que seu pai, Darci Accorsi, ajudou a fundar o PT municipal, sendo uma cidade onde há muitas pessoas que chama “de esquerda”, que recebem bem a campanha do PT.

Fez uso da palavra um representante da Professora Kátia Maria (candidata a governadora pelo PT) que faz uma fala criticando a posição do Psol, na disputa pelo poder em ignorar a realidade e as posturas que de fato poderiam mudar a política, o que denota uma

preocupação inerente ao PT de manter um discurso que contenha possibilidades conciliatórias entre diferentes grupos ao tocar em algumas questões sociais. Alertou aos presentes sobre os discursos defendendo educação e segurança pública, que todos os candidatos afirmam que irão priorizar, mas ressalta que a direita não está comprometida com esses avanços sociais. Citou o exemplo do candidato a governador, Daniel Vilella (MDB), que diz que é preciso investir em educação, mas como deputado federal votou a favor da PEC do congelamento dos gastos públicos. Alertou que Caiado está falando de valorização da agricultura familiar “só para enganar todo mundo”. Falou sobre a pesquisa do Ibope que teria saído encomendando pela “turma golpista” e que o PT teria a chance de vencer as eleições presidenciais em primeiro turno, mas que, para isso, os militantes deveriam fazer o trabalho corpo a corpo do PT de 1989, um “trabalho de formiguinha”. “É esse o nosso papel”. Ressaltou que, em 2018, na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, dos dezessete deputados eleitos, apenas um estava “do lado do povo”. Reforçou que o PT tinha uma liderança que os inspirava, qual seja o então ex-presidente Lula. “Não podemos ter vergonha de dizer quem nós defendemos, devemos ter orgulho, pois trouxemos dignidade para o Brasil mudar e ser feliz”.

“Seu Tiãozinho Lobó”, padrinho de Adriana Accorsi, tomou a palavra e contou que ajudou a fundar o partido na cidade de Itapuranga. Lembra o “lamentável golpe de 2016” e ressaltou o quanto as pessoas da cidade têm recebido bem os candidatos do PT. Diz que vai organizar uma violada com os companheiros na vitória dos candidatos e que terá um boi no rolete em Brasília “na porta do companheiro Haddad”. Perguntou se algum presente queria falar em nome dos candidatos Mauro Rubem e Rubens Ottoni (ambos deputados estadual e federal respectivamente pelo PT), ressaltando que ambos eram companheiros e que o PT era um partido democrático: “aqui não tem curral eleitoral”.

O Professor José do Carmo também ressaltou que a cidade de Itapuranga apresentava uma oposição à política hegemônica, sendo uma cidade que “nunca faltou com o PT, uma das cidades que mais confere votos ao partido”. Falou um pouco sobre sua trajetória numa política e comentou sobre sua experiência como professor do curso de Direito em Goiás, inclusive na turma do Pronera<sup>85</sup>, da qual alguns alunos estavam presentes no evento. Disse que os envolvidos naquele projeto são seres políticos, seres sociais, que lutam por causas que são grandes, fazendo política “com P maiúsculo”.

Criticou a parcialidade da mídia que gera as fofocas populares, dizendo que o PT “tem sua identidade marcada”. Continuando um discurso conjuntural sobre a política nacional, o professor José do Carmo lembrou que o PT pôde conferir dignidade a milhares de cidadãos que passaram a se alimentar três vezes por dia, além de gerar trabalho, renda e zelar pela política salarial. Fala do boicote empresarial ao último mandato de Dilma Rouseff que culminou no golpe de 2016 e que foi seguido por um novo golpe sobre a classe trabalhadora na gestão de Temer, qual seja a PEC de congelamento de gastos. Ressalta que Lula foi preso sem provas, afirma que “traíram o Direito para tornar Lula um presidiário pelos acertos e não pelos seus erros”.

No que nos pareceu uma tentativa de aproximação de uma análise mais acadêmica e informativa da linguagem popular, relembra o cenário de redemocratização, o fato do PT ter perdido as três primeiras eleições e opina que agora ganhariam a quinta, afirmando que a popularidade de Lula só cresceu após sua prisão.

A Delegada Adriana Accorsi foi recebida com palmas, se referiu a Itapuranga, que foi o berço do PT em Goiás, o início da vida política de seu pai, agradeceu os companheiros do partido da cidade e cidades vizinhas “lugar de gente corajosa” que tomou a frente da fundação do PT em Goiás no início da década de 80. Lembra que naquela época, a elite política se

---

85 Turma especial de Direito para agricultores familiares e beneficiários da reforma agrária, promovida pela UFG, cuja primeira turma do país foi ofertada no município.

referia aos filiados como “bando de trabalhadores rurais que não sabem ler, nem escrever, comunistas que fechariam as igrejas”.

Mencionou que durante a caminhada no município, as pessoas da rua diziam que apoiariam o atual vereador de Itapuranga pelo PT, Paulinho para vereador ou prefeito na eleição municipal. Tomou a palavra o senhor Gilson, fundador do PT no estado de Goiás, que lembra a comissão provisória do PT no estado. Resgatou a campanha anterior, que contou com a parceria entre Prof. Edward Madureira (ex-Reitor da UFG) e Adriana. Fala que o PT estadual conta com uma multidão de multiplicadores.

Enfatizou que aquele era o momento em que o PT mais estava precisando da militância.

No início de outubro, chamada pelo Professor José do Carmo, ocorreu em Goiás, uma homenagem às fundadoras do PT na Cidade de Goiás. Geralda, mãe do Professor José do Carmo, relata que, quando participou da inauguração do PT, teve apoio de outras pessoas que por vezes cuidavam dos filhos para ela. As quatro mulheres são chamadas de “as matriarcas do PT” e essa preponderância feminina deve-se ao fato de que eram bastante atuantes nas atividades religiosas da Diocese. Na época de fundação, muitas pessoas a procuravam para “se fichar” no PT. Lembra que para conseguirem eleger um prefeito pelo PT gastou-se mais de 30 anos e Lula conseguiu se eleger somente após a quarta candidatura. Na cidade de Goiás, logo no primeiro mandato de Lula, afirma que se notou uma grande diminuição do número de pessoas que batiam às portas pedindo comida.

Dona Dorcas tem um discurso mais religioso comparando a trajetória dos militantes do partido à trajetória de Jesus Cristo. Conta de pessoas que a abordam falando mal da figura de Lula, momento em que ela lhes lembra que depois do ex-presidente é que pobre “passou a ter vez e voz”. Conceição também continua um discurso mais religioso da existência de “um projeto de vida para o mundo” e quanto àqueles que não entendem esse projeto, ela “pede a Deus por eles”. Diz que o período de fundação do PT na região foi um tempo da caminhada de Cristo. Lembra das dificuldades de um amigo, Seu Benedito, que fundou o PT na cidade vizinha, Faina. Dizia-se que eram comunistas e que nunca arrumariam emprego na Cidade de Goiás.

A relação entre o catolicismo popular e a política ficou bastante marcada nos eventos próprios do PT, especialmente aqueles de que participei na cidade de Goiás e Itapuranga, mostrando como o PT em Goiás foi fundado eminentemente com o apoio da Igreja, acompanhado de forte ativismo social e influenciando a cultura política.

O Professor José do Carmo falou da importância para o PT de Goiás de não esquecer sua história de fundação, em que as mulheres iniciam esse trabalho de militância em torno da fundação do partido, na cidade em época de ditadura militar, épocas em que Teresinha e Conceição foram candidatas a vereadoras na cidade. Lembra que Lula foi quem incluiu a pauta do pobre no orçamento brasileiro. Diz que Bolsonaro, mais que despreparado, é “preparado para o mal”, ao que as matriarcas concordaram.

Dona Dorcas entoou uma canção da Pastoral da Terra. A vereadora Iolanda falou das pessoas que conseguiram fazer história pelo PT na Cidade de Goiás, exaltando o colega Aderson e até a Prefeita Selma. “Não teria alcançado isso, não fosse antes, a luta das matriarcas (na formação do PT)”. Diz que política se faz “é com olho no olho, apresentando o candidato e aí a pessoa decide se vai votar; política se faz é ouvindo as pessoas, é no diálogo”. Fala que o Professor José do Carmo e sua esposa Ebe são seus padrinhos na política. Disse ainda que tem parentes na sua família dizendo que ela deve trocar de partido, coisa que não fará, pois “é do time de Lula, fazendo política para e pelo povo”.

A palavra é passada para o presidente do partido, Dorival, que se filiou no PT com 18 anos de idade em 1986 e ressalta o esteio feminino do PT na cidade. Questiona, qual partido

hoje, ainda faz reuniões de membros. “Os outros se reúnem na época da eleição, não é como nós que estamos presentes na vida cotidiana, porque partido é isso”.

Encerrou dizendo que a organização do partido é um trabalho eterno. Ebe fez uma fala de que a candidatura do professor Zé tem sido uma escola de militância para filhos e netos dos envolvidos. Quando os filiados do partido falam da forma contínua com que suas ações e reflexões são feitas, pensamos que isso culmina no que Bourdieu (1989) chama de acumulação de capital político, pois forma uma base detentora de um capital cultural que privilegia a busca por cargos políticos por meio das eleições. Esse capital cultural, pode, portanto, vir a se converter em capital político.

A proximidade entre a luta política de alguns municípios da microrregião da Serra Dourada fica mais uma vez evidenciada quando uma das fundadoras fala de sua amizade com o fundador do PT no município de Faina. Chamou muita atenção o teor religioso nas falas das fundadoras, pois apesar de entrarmos em campo cientes da influência da Diocese e da CPT nesse momento de fundação do partido, quando se escuta a experiência das protagonistas, fica muito evidente a vinculação que estabelecem entre sua vida religiosa e política, enxergando o partido como aquele capaz de traduzir suas questões religiosas num projeto sociopolítico.

Há uma percepção por parte dessas fundadoras e simpatizantes do exercício da atividade política como uma extensão de suas atividades religiosas, um caminho inspirado “nos passos de Cristo”. Nas eleições de 2018, o antipetismo enfrentava um momento mais radical que nas eleições de 2020, uma vez que Lula já havia sido absolvido e o ex-presidente Bolsonaro já demonstrava um nível de rejeição crescente, enfrentando muitas críticas em seu governo.

Por conta da frequência de reuniões de membros que o partido realiza, seu grupo acaba aproveitando mais o tempo para fazer política quando não é época de campanha que os demais. Para além das reuniões internas, com o apoio da prefeitura e de um grupo de professores ligados às universidades, conseguem realizar eventos valorizando agricultura familiar e reivindicando pautas relacionadas à reforma agrária que, embora não sejam essencialmente partidárias, acabam endossando os discursos e colocando em evidência as lideranças pertencentes ao PT. Isso ajuda o PT a construir seus símbolos e a fazer-se sempre presente no cenário político local.

**Foto 3 – Reunião com as fundadoras do PT – campanha de 2018**



Fonte: divulgação em grupo de rede social virtual do PT municipal

Apuradas as urnas no dia 8 de outubro de 2018, o Professor José do Carmo conseguiu um maior número de votos na cidade que o candidato do PSDB, Jean Carlos, de sobrenome tradicional no município que guarda parentesco com a família Caiado (um páreo acirrado separado por oitenta e um votos); porém, a nível estadual obteve um número bastante inferior que ele: mais de sessenta e sete mil contra quase treze mil votos, o que sugere uma divisão eleitoral entre votantes desses nomes mais tradicionais e o PT. Porém, o Professor encontrou dificuldade em “fazer seu nome” a nível estadual.

A votação do Professor José do Carmo (não-eleito) lhe permitiria concorrer a uma vaga como deputado estadual e não federal. Seu colega de partido Rubens Ottoni, conseguiu se reeleger a deputado federal pelo PT. Do ponto de vista municipal, sua soma de votos confirma a relevância do PT no campo político municipal. Por outro lado, ouviram-se algumas críticas à sua decisão de candidatar-se a deputado federal e não a deputado estadual, tendo em vista que não era tão conhecido a nível estadual para tentar agremiar um número de votos necessário à eleição.

Os candidatos a deputado estadual pelo PT com votação mais expressiva foram Mauro Rubem e Adriana Accorsi (a única eleita) com mais de trezentos votos cada. Outros candidatos de direita<sup>86</sup> tiveram uma votação expressiva de até mil e setecentos votos.

À época, foi candidato a deputado estadual, o vilaboense Cesinha, filiado ao Partido Republicano da Ordem Social (PROS), funcionário público do setor de saúde, onde atua como motorista, transportando as pessoas para serem atendidas em Goiânia e possui uma pequena chácara no município. Foi vereador em 2008 e não conseguiu sua reeleição no pleito de 2012. Em 2016, se candidatou a prefeito. Com um perfil bastante popular, sua campanha

<sup>86</sup> Como nossa tese centra-se num estudo de política local, até aqui, ganha mais espaço, expressões como “elites políticas”, “famílias tradicionais” etc. Aqui, porém, adota-se a categoria “direita” por estarmos pensando em uma política estadual, que abrange os outros municípios goianos e estão mais ligados a uma lógica partidária a nível estadual.

para deputado no município, contou com diversas cavalgadas, visitas a eleitores em suas próprias casas, bastante fotos postadas em suas redes sociais demonstrando um contato muito próximo com os eleitores, de amplos gestos afetivos de abraços etc. Suas propostas centravam-se nos temas básicos de saúde, educação, defesa do “homem do campo” e de uma política mais “próxima das pessoas”. Ele foi o candidato a deputado estadual mais votado na cidade, com 3.587 votos.

O segundo candidato a deputado estadual mais votado foi Fernando Augusto de Castro Curado<sup>87</sup> (pelo partido Patriota), sobrinho do ex-prefeito Abner Curado, médico e pecuarista, obtendo 1.709 votos. Seus pais ainda residem no município e, como médico, ainda atende alguns dias na cidade. A princípio, ele não foi eleito, mas depois, como suplente, acabou assumindo o mandato. Em sua campanha, fez questão de se identificar como filho de Goiás (município, embotado tenha nascido em Goiânia) e em seus discursos prometeu defender a justiça, o agronegócio, buscar empregos para os jovens, lutar pela saúde de qualidade.

Para senadores em Goiás, foram eleitos Jorge Kajuru (PRP) e Vanderlan Cardoso (PP), oposição declarada a Marconi Perillo, que não saía do poder desde 1998 em Goiás. Nestas eleições foi derrotado e na cidade de Goiás também não foi líder de votos. Apesar de uma boa votação, esteve abaixo dos dois eleitos.

A disputa para governador, vencida já no primeiro turno por Ronaldo Caiado, também manteve o resultado no município, uma diferença de dois mil votos o separaram do candidato do PSDB, José Elliton.

**Tabela 10 – Votação para governador de Goiás em 2017**

Ronaldo Caiado – DEM	6135
José Elliton – PSDB	4218
Kátia Maria – PT	1526
Daniel Vilela – PMDB	1020
Wesley Garcia – PSOL	64
Marcelo Lira	38
Alda Lúcia – PCO	13

Fonte: TRE-GO

O candidato mais votado no município foi Ronaldo Caiado. As famílias mais tradicionais do município nessa eleição para governador dividiram seu apoio sobretudo no governador eleito e no candidato do PMDB. O candidato do PSDB obteve o apoio da prefeita Selma Bastos e de alguns membros das famílias mais tradicionais. A candidata Kátia Maria foi a terceira em número de votações para o governo estadual no município, votação que não pode ser considerada ruim para o PT municipal, pois, para o governo de Goiás, o partido nunca conseguiu o feito de participar das eleições com chances de vitória. A política para o governo de Goiás mantém um *modus operandi* bem tradicional.

Para presidente, no primeiro turno, no município de Goiás, Jair Bolsonaro venceu com uma vantagem de mil e duzentos votos de Fernando Haddad. Já no segundo turno, Haddad ficou seiscentos votos à frente de Bolsonaro, lembrando que o município possui cerca de vinte mil eleitores<sup>88</sup>. A votação demonstra que houve um amplo respaldo popular também a

<sup>87</sup> Conseguiu se eleger a deputado estadual no pleito de 2022, sendo parente de Ronaldo Caiado e apoiado pelo mesmo, pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PTRB)

<sup>88</sup> Importante lembrar que devido a muitos habitantes por vezes se mudarem do município, mas demorar muitos anos para fazer alteração do domicílio eleitoral, existem diversos municípios no Brasil com número de eleitores superior ao número de habitantes. Muitos não o fazem por ainda guardar vínculos sociais e afetivos com o

essas candidaturas de direita. Essa disputa acirrada seguiria também para as eleições municipais.

Tal resultado traz alguns indicativos sobre o perfil eleitoral ou a composição política que se faz no município. Em um primeiro momento, os votantes que seguiram uma candidatura de direita tiveram maior número que aquela aliada a um programa mais progressista (considerando que as duas eram as principais do ponto de vista numérico). Porém, no segundo turno, eleitores que votaram em outras candidaturas que não essas, migraram em maior volume para a candidatura do PT. O apoio das legendas partidárias em quem depositaram seus votos à candidatura de Haddad também pode ter influenciado esse resultado.

Notou-se um sentimento de saudosismo e valorização da população tradicional da Cidade de Goiás pela tradição, seja cultural ou política. O conservadorismo até se abre para o novo, para quem chega de fora, mas sempre no intuito de entender o que essas pessoas que chegam podem contribuir para a cidade, não de acordo com os princípios dos que chegam, mas dos que já estavam.

Como se tratava de eleições majoritárias, as propostas apresentadas pelos candidatos se referiam ao âmbito estadual, sendo que aqueles que visitaram o município, como de costume, afirmaram que trariam benefícios para o município, o que verdadeiramente interessava aos vilaboenses, pois incentivos e recursos direcionados à cultura (com investimento direto nos eventos que lá são realizados) e ao turismo aumentam possibilidades de emprego, renda e comércio local, o que explica uma maioria de votos primeiramente em Ronaldo Caiado, que se faz sempre presente nas tradicionais festas do município e se faz presente mesmo na figura de seus parentes locais e depois em Joé Elliton, pois como sucessor de Marconi no governo, remonta aos incentivos e recursos que o ex-governador levou ao município em aliança com a prefeita Selma.

Como se trata de uma eleição estadual e nacional, não chegou a haver propostas concretas de presidenciáveis ou candidatos a governador para o município (com exceção de Ronaldo Caiado, que como já dissemos, esteve presente). A adesão de votos para o presidenciável pelo PT no segundo turno deveu-se ao apoio de parte do PSDB e do PMDB estadual e municipal ao candidato do PT.

A campanha do Professor José do Carmo, quando direcionada a nível local, apresentava-se lembrando aos vilaboenses da importância política de se eleger “representantes próprios” no Congresso Nacional, ressaltando que 1986 o município não escolhe “um legítimo filho da terra para o cargo”, momento em que a alusão ao conceito de “tradicional” é reivindicado. O professor José do Carmo contou também o apoio de grande parte do pessoal dos assentamentos e distritos, participando de reuniões abertas com este público e, mesmo durante período de campanha, não deixou de ir até Brasília para participar da Marcha pela Democracia do MST no mês de agosto de 2018. Sua base eleitoral urbana se compunha principalmente de professores das três esferas, estudantes, advogados, funcionários públicos e profissionais liberais.

O ano de 2019 apesar de não configurar um tempo da política em Goiás, foi marcado por importantes momentos que movimentam o imaginário político da região, pois foi um ano de posse de novo governo estadual, que se fez presente na cidade de Goiás para importantes momentos, em eventos religiosos e culturais. As alianças e possibilidades de chapa para concorrer ao executivo municipal começaram se formar e as provocações dirigidas à prefeita Selma não tardaram a aparecer.

Essas figuras de memória estão ligadas ao conceito de representação tendo muito a dizer a respeito de como as sociedades e os grupos que a compõem concebem a realidade a

---

município e com figuras políticas locais. Tal fato merece um estudo aprofundado, pois pode constituir-se em um grave problema, quando os eleitores não vivenciam a realidade político-social do município.

seu redor. Silva e Silva (2006) falam da facilidade que a elite, em detrimento de outros grupos, possui de criar representações sobre outros grupos e sobre conceitos sociais e políticos. Isso se faz bem ilustrado se pensarmos nas narrativas que lançam um olhar preconceituoso sobre os sem-terra e movimentos sociais. Essas figuras e representações são transmutáveis. Não se lida com esses conceitos de maneira uniforme em qualquer época.

As campanhas para as eleições majoritárias em pequenos municípios costumam servir como uma espécie de termômetro para as eleições municipais. Por meio delas, é possível identificar alguns mecanismos de apoios, adesões e possíveis junções para as próximas eleições, embora essas impressões possam ser bastante inexatas, tendo em vista que tanto os votos quanto os apoios fornecidos nas eleições municipais podem não somente não seguir a mesma lógica. Porém, é inegável que um partido e/ou grupo local que consegue eleger os deputados que apoiou, bem como agremiar mais votos para os governadores, senadores e presidentes apoiados, são vistos em uma situação de vantagem pela comunidade local.

O fato de Selma naquele momento tirar uma licença do partido por optar por não apoiar a candidatura de Kátia Maria ao governo estadual (em razão do apoio declarado ao PSDB, que a nível estadual, vinha sendo seu aliado) causou certos desconfortos internos também no partido, ainda mais porque, vale lembrar, o PT nunca venceu as eleições para governador em Goiás, nunca sequer disputou em segundo turno, o que demonstra que a nível estadual e local, a política goiana ainda é herdeira de um campo político disputado entre facções importantes, tradicionalmente representadas pelo PMDB, PSDB e DEM.

Neste aspecto, o PT no município de Goiás consegue o feito de inserir efetivamente uma força no campo político que disputa, de fato, o poder, porque no campo cultural, inseriu elementos relacionados a esta força mesmo antes do partido vencer as eleições. Além do mais, as condições econômicas do município seguem uma lógica diferente da estadual, onde o agronegócio tem preponderância.

## **5.6 - A campanha municipal**

As eleições de 2020 foram marcadas por um fator externo que nos pegou a todos de surpresa: a pandemia do coronavírus impediu que muitos atos sociais fossem realizados da maneira usual. A partir dos últimos dez dias do mês de março, no estado de Goiás, como em todo o Brasil, a vida não foi mais a mesma.

Havia incerteza sobre se as eleições seriam adiadas, se os prefeitos e vereadores permaneceriam até que se pudesse realizar uma nova eleição. Foram várias suposições até a decisão de que as eleições aconteceriam em novembro de 2020.

Em meio a esse cenário, preparávamo-nos também, para a entrada em campo. Entendi que o acesso seria limitado. Cheguei na cidade de Goiás no dia 16 de outubro. No primeiro dia, conversei com uma candidata a vereadora pelo PT (que posteriormente foi eleita), que me contou das dificuldades para conseguir recursos junto ao partido e que, então, foi pessoalmente a Goiânia buscá-los junto ao diretório estadual, o que mostrou uma tensão intrapartidária por recursos. Os dias que se seguiram foram marcados por um debate entre os candidatos a prefeito, bastante esperado pelos militantes de todas as coligações.

É preciso que apresente um pouco dos candidatos para que nossa análise siga. Joaquim Pacheco (PSL), tendo como vice Luiz da Joalheria (PSL), não havia ocupado nenhum cargo político antes e é corretor imobiliário. Adotou um discurso de valorização do povo, dos homens do campo, dos trabalhadores e dos professores. Defendia levantar a voz das pessoas mais humildes, lavradores, varredores de rua, andarilhos, assalariados, sem lar e idosos, destacando que não fazia passeatas, carrreatas ou cavalgadas, mas sim, uma campanha focada em propostas simples como “arroz e feijão”. Ressaltava que fora nascido e criado no município. Em uma das postagens, dizia que na década de 1980, a cidade contava com quatro



hospitais. Falava que não tem gente mais nascendo em Goiás devido à falta de maternidades. Afirmou que conhecia a realidade dos 23 assentamentos e de um pré-assentamento.

Joaquim Craveiro (PSD), tendo como vice Gordo Caiado (PSD), é arquiteto urbanista. Havia ocupado diversos cargos públicos em Goiânia (Presidente da Companhia de Urbanização do Município de Goiânia, da Companhia de Iluminação Pública do Município de Goiânia, Secretário de Obras e Assessor da Diretoria Geral do Detran. Apesar de ter feito essa carreira fora do município, nunca saiu de lá de forma definitiva. Declarava-se “fã” do presidente Bolsonaro. Parente distante da família de Ronaldo Caiado, sua palavra da campanha era “renovação”. Seus projetos para a cidade incluíam a reativação de um parque agropecuário, onde aconteciam as festas agropecuárias no estado. Afirmou que em seu governo a Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura, SGPA<sup>89</sup> estaria presente na cidade fazendo parceria com o STR. Seu slogan de campanha era “a Cidade de Goiás ainda tem jeito”. No aniversário de Caiado, postou uma foto com ele. Diz que é “de família pioneira da cidade de Goiás”. Durante meus dias de campo, não encontrei e não houve quem soubesse me informar o local do comitê de Joaquim Craveiro e do vice, Gordo Caiado, mostrando que sua candidatura, bem como a de Joaquim Pacheco, se mostrava com força bem menor se comparada à dos outros quatro candidatos. O comitê de Joaquim Pacheco tinha uma estrutura física bastante inferior e menor que as demais. Entre os candidatos a vereador de sua chapa, estavam uma mulher formada em licenciatura em Educação e um radialista.

Dr. Abner (MDB), tendo como vice Joaquim da Farmácia (Cidadania), é médico pediatra, e ressalta em seu panfleto: “nascido e criado na Cidade de Goiás”. “Sempre estive presente nos momentos mais difíceis junto com as famílias da nossa cidade, lutando para dar uma vida saudável e digna aos nossos filhos”. É dono de um hospital no município e presidente do MDB local. Teve como slogan “Um novo tempo para a cidade de Goiás”. Em 1986, foi ele quem instituiu o serviço de pediatria no hospital público centenário São Pedro. Sua esposa é assistente social. Tem dois filhos médicos, um deles falecido. Falou em propostas de atenuar as desigualdades sociais, manter e aumentar os programas sociais. Joaquim da farmácia é empresário (dono da Farmácia do Joaquim no centro da cidade), pecuarista, “dedicado a ajudar todas as famílias de Goiás” e defendia trazer de volta a exposição agropecuária ao município<sup>90</sup> e construir estradas.

Na saúde, prometiam trazer de volta as especialidades médicas, levar um centro de distribuição de medicamentos controlados, fornecer uma ambulância para cada distrito, médicos aos assentamentos com o acompanhamento de farmácia ambulante, reabrir o serviço de maternidade, ampliar os convênios com instituições particulares, consolidar o plano de cargos e salários, reinstaurar um médico para atender aos idosos, incentivar o serviço de fisioterapia residencial etc. No desenvolvimento social, propunha-se a criar a Casa-Lar para acamados, gestão do cadastro único e programas de transferência de renda. No turismo, estabelecer parcerias com museus para reinstaurar o Pró-Jovem (Primeiro Emprego), incentivar o turismo ecológico e rural, criação de um departamento de projetos para o turismo. Na educação, reabrir o curso pré-vestibular municipal, instituir nas escolas e creches uma equipe multidisciplinar, investimento nas escolas rurais e escola agrícola. Na agricultura, propunha restabelecer o leilão de gado e a exposição agropecuária, fazer levantamento e patrolamento das estradas rurais, construção de um espaço permanente para a “Feira Coberta”, incentivar a agricultura familiar e produtores rurais através da reinstauração do convênio prefeitura, Ministério da Economia, Incra e Pronaf, estimular o consumo de produtos e serviços locais

89 Entidade promotora da pecuária e agricultura em Goiás, que organiza em conjunto com a prefeitura do município de Goiânia, a festa da Pecuária de Goiânia.

90 Uma das mais antigas do estado, não acontece de forma contínua há algumas décadas no município, tendo acontecido apenas uma vez nos dois mandatos de Selma

pela Prefeitura Municipal, criação das escolas de laço e provas de tambor<sup>91</sup>. Na cultura, a construção de escola de música, literatura, danças e artes plásticas, conscientização da importância do título de Patrimônio Cultural Mundial nas escolas, valorizar a escola Veiga Valle, reinstaurar a “Semana do Vilaboense Ausente” e a reinauguração da Casa do Artesão.

O elemento mais presente nos discursos em torno da candidatura de Abner foi o resgate de tradições como a festa agropecuária (exposição agropecuária com shows sertanejos, cavalgadas, exposição de animais, um modelo de festa bem comum no estado de Goiás, como em outros do Brasil onde as atividades agropecuárias têm relevância) e a defesa de que “nossos filhos precisam voltar a nascer em Goiás”, pois não se realizavam partos nos hospitais do município. Aqui cabe um comentário: ao mesmo tempo em que se usa a categoria “de dentro”, às vezes, ela aparece como “filhos de Goiás” e, embora a essa altura do trabalho, já se saiba que ser de dentro não corresponde necessariamente a nascer em Goiás, sem dúvidas, isso é importante, e os nascidos em Goiás, logo se declaram como tal. Com esse discurso, Abner, resgatou na memória municipal um conceito de ser de dentro e ligado aos Caiado, que a ele confere se apoio, ainda que isso tenha sido feito de uma forma um tanto incompleta sem o apoio do principal membro, qual seja, o governador Ronaldo Caiado. Teve o apoio de nomes importantes para a política goiana como o deputado José Nelto do PP e o ex-governador Maguito Vilela do PMDB. Fez o compromisso de, se eleito, entregar uma patrula agrícola para cada assentamento para produzir e disse ter compromisso com a agricultura familiar. Suas mensagens direcionadas aos assentamentos falavam em “trabalhar para valorizar o homem do campo”, melhorias que valorizarão sua terra e seu trabalho. Fez uma escola no assentamento São Carlos em seu mandato com recursos da prefeitura. Destacamos uma parte de uma fala sua veiculada nas redes sociais: “Queremos e vamos fazer mais pelos distritos e assentamentos, porque entendemos que Goiás é muito maior que somente a cidade. Somos daqui, somos trabalhadores, fizemos muito por Goiás”.

Elber Carlos (Avante) teve como candidato a vice Perkão (DEM). Dizia-se “vilaboense de coração” e era o candidato apoiado diretamente por Ronaldo Caiado e “mais representante da elite rural”, como se falava no município. Esteve em assentamentos fazendo campanha e conversou com pequenos produtores de leite. Prometeu que resolveria o problema do “produtor rural” que resumiu basicamente como a necessidade da melhoria da trafegabilidade das estradas. Em suas postagens nas redes sociais, havia uma preocupação em demonstrar conhecer o município e de reforçar o vínculo de sua imagem à do governador: “Hoje visitei nosso governador Ronaldo Caiado, uma boa oportunidade para falar sobre a Cidade de Goiás, berço do governador e um lugar que ambos amamos e conhecemos muito bem”.

A principal crítica a Elber, tanto nas redes sociais quanto nas ruas era o fato de não “ser de Goiás”. Uma de suas falas veiculadas nas redes sociais me chamou a atenção: “a antiga Vila Boa pode ser considerada um lugar de grandes mulheres, a exemplo de Cora Coralina, ou mesmo daquelas que não nasceram aqui, como a artista Goiandira do Couto<sup>92</sup>. Hoje, temos mulheres de destaque em todas as áreas de ação na nossa cidade”. Digo que me chamou a atenção pois, ao tocar na pauta de gênero, Elber implicitamente retoma a figura de Selma Bastos, ainda que não a mencione, uma vez que a ex-prefeita foira o primeiro nome feminino a ocupar a cadeira mais alta da administração municipal. Mesmo que o tema que estivesse tratando fosse com relação às mulheres, o candidato fez questão de ressaltar o nome

91 As provas de laço (realizadas com bois, cavalos e bezerros) e provas dos três tambores (com cavalos de raça) são muito conhecidas no estado de Goiás. Costumam acontecer em grandes exposições agropecuária e mesmo em outros eventos feitos exclusivamente para sua realização, havendo competições e escolas ensinando as práticas. Muitos membros das elites rurais gostam de competir nesses eventos, mas também trabalhadores rurais, especialmente aqueles que se dedicam a trabalhar em fazendas onde a pecuária é a fonte de renda.

92 Artista plástica que viveu no município de Goiás.

de Goiandira do Couto para dizer que pessoas que mesmo não sendo nascidas no município de Goiás, se destacam como se de lá fosse, por “fincar suas raízes” no local<sup>93</sup>. Fala que, vindo de uma família humilde, conseguiu seu patrimônio através do estudo. Veio para a cidade de Goiás estudar na UFG em 1993. Sua esposa fazia Direito como ele na UFG e diz, em vídeo, que via que ser vilaboense era especial. “Eu escolhi a Cidade de Goiás, casei com a Genoveva, estudei aqui e tenho o compromisso de retribuir a esse local tudo que ele me proporcionou. Conheço a realidade da Vila Boa como poucos e sei o que fazer para ir adiante. Eu sou vilaboense de coração, e você, ama esse lugar?”

Destaco outra fala veiculada em suas redes sociais: “apoiar o produtor rural, com bons projetos e iniciativas, é fortalecer a economia local, criar empregos e garantir uma vida com mais qualidade”. Em suas falas, mais que nas demais candidaturas, percebo uma tentativa conciliatória de agradar diferentes segmentos e perfis. Dizia que o município de Goiás tem potencial para o agronegócio. Também divulgou uma chamada de Ronaldo Caiado pedindo votos para ele, que iniciava dizendo: “meus irmãos vilaboenses, a paixão por essa cidade vem dos meus amigos, da minha família, de todos os meus ancestrais”. Diz ainda que Goiás é a cidade mais linda do país e que tem parceria com o governador e o presidente. Fala que no estado não tem mais corrupção e bandidagem.

Aderson Gouveia (PT) tinha como vice Zilda Lobo (PP). Era presidente da Câmara de Vereadores e apoiado pela então prefeita. Em seu plano de governo, ressalta ser a única candidatura compromissada com o espaço da mulher na política. A coligação *Goiás pode sempre mais!* contou com o apoio do PT, PP, Solidariedade e PSDB, com apoio secundário do PCB e Psol. Previa um projeto de desenvolvimento urbano e rural. Suas propostas para a saúde incluíam a contratação de médicos especialistas, a construção de novas unidades básicas de saúde, a criação de um consultório para atenção integral à saúde da população de rua, fortalecimento do programa de farmácia popular, ampliação do Programa Saúde da Família, criação de espaços populares de educação física e expressão corporal etc. Quanto à geração de empregos, propunha a criação do Banco do Povo Municipal com linhas de crédito entre R\$ 500,00 e R\$ 3.000,00 para o fomento de atividades já existentes ou incentivo a novos negócios; projeto Alinhar, para a implantação de confecções em Goiás, o Banco Municipal de Estágios e Oportunidades, implantação de um Parque Industrial Local, apoiar o Projeto Mulheres Coralinas, que trabalha os escritos de Cora e a emancipação feminina. Entre seus projetos para a educação, destacam-se a expansão do número de vagas na educação infantil, um programa de inclusão digital e o fortalecimento da educação do campo, desenvolvimento de projetos de saúde nas escolas, investimento nas bibliotecas do município, impulsionar a educação ambiental, trabalhar elementos da agroecologia e da cultura camponesa nas escolas do campo, combate ao *bullying*, racismo e homofobia; apoiar a Escola Família Agrícola (Efago), convocação de aprovados no concurso municipal, apoiar a UFG, o IFG e a UEG, estimulando a criação de novos cursos de graduação, em especial, na área da saúde com foco no curso de Medicina, apoiar a integração entre as universidades e as comunidades locais, incentivar a vinda de novas instituições de ensino superior para Goiás.

No desenvolvimento social, propunha-se a implantar o programa de Incentivo ao Primeiro Emprego, um Centro de Referência para a Juventude, fortalecer parcerias com o Governo Federal para consolidar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, assegurar os direitos da mulher, da criança e do adolescente e da pessoa idosa, fortalecer o Conselho da Mulher da Cidade de Goiás promover política de acessibilidade. Para o meio ambiente: instituir o departamento de fiscalização ambiental, consolidar o Centro de Triagem e Coleta Seletiva dos resíduos sólidos, criar o centro de zoonoses etc. Com relação à pauta da

---

93 No estado, cremos que é natural se pensar que a artista Goiandira de Couto seja vilaboense. Podemos pensar em outras figuras que ganham destaque no município, como Dom Tomás Balduino, que se projeta nacionalmente como “o bispo de Goiás”.

agricultura, a proposta era viabilizar uma estrutura mínima para possibilitar o Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural Municipal, que poderia atuar em conjunto com as instituições de ensino superior do município, apoiar a criação de uma incubadora para viabilizar a criação de empresas de assistência técnica e extensão rural, possibilitando oportunidades de emprego para estudantes formados em áreas afins, dar suporte aos agricultores para elaboração e execução de projetos de compras institucionais (PAA e PNAE), instituir o Cartão Vale Feira (para a compra de alimentos) para famílias em situação de vulnerabilidade para adquirir produtos da agricultura familiar, melhorar a infraestrutura física das escolas do campo, instituir, no currículo escolar das escolas do campo, a disciplina de “Educação Ambiental, Agroecologia e Cultura Camponesa”, constituir um programa para repassar informações regulares para moradores da área rural em redes sociais, garantir internet de alta capacidade nas escolas do campo, “continuidade da manutenção de estradas e vias de acesso para a população rural, considerando que o território do município de Goiás é grande e possui muitas estradas vicinais”, dar continuidade à construção de pontes, buscar recursos para garantir infraestrutura e equipamentos produtivos como pequenas indústrias, caminhões etc; disponibilizar estruturas para lazer e cultura na área rural, implantar um plano de manejo dos resíduos sólidos na área rural, transformar o município em polo produtor de alimentos orgânicos, estimular a produção leiteira e seu processamento, consolidar o Pró-campo (Programa de Recuperação e de Manutenção Permanente das Estradas nas Áreas Rurais), criar o Programa Municipal de Valorização da Cultura e de Desenvolvimento do Turismo Rural, criar o Programa Municipal de Uso Sustentável dos Recursos Naturais do Cerrado (espécies frutíferas e fitoterápicas), reestruturar e implantar novas feiras livres em Goiás, podendo ser criado o Empório da Agricultura Familiar, criar o Centro de Apoio à Mulher do Campo etc.

Na cultura, pregava implantar o projeto de cultura nos bairros e distritos, realizar projetos turísticos nos assentamentos de reforma agrária, criando o Memorial da Reforma Agrária na Igreja do Ferreiro, buscar junto ao Governo Estadual um projeto para estimular o destino a Goiás, tendo como via o Aeroporto Municipal, estimular funcionamentos dos museus em horários estendidos nos dias de domingo, buscar e apoiar a criação de linhas de transporte público entre Goiás, Anápolis, Pirenópolis e Brasília, pelo menos aos finais de semana, criar a casa da Cultura Vilaboense para manifestações culturais da população local, manter apoio ao Festival Internacional de Cinema Ambiental<sup>94</sup>, realizar a festa da Agropecuária, apoiar o Memorial da Cultura Indígena e Negra, implantar o Memorial da Imigração Alemã na Colônia de Uvá<sup>95</sup>, recuperar a casa de Bartolomeu Bueno da Silva e o Museu do Ciclo do Ouro, revitalizar os chafarizes da cidade, etc.

Com relação ao desenvolvimento urbano, propunha-se a implantar o Programa Municipal de Moradia Popular. Quanto à modernização administrativa, convocar os servidores públicos aprovados no concurso de 2020, implantar o orçamento administrativo, na segurança, apoiar a Criação da Delegacia da Mulher na Cidade de Goiás, etc. O coordenador geral do plano de governo era o Prof. José do Carmo, acompanhado de outros nomes de professores da UFG e militantes do PT.

Cesinha (PSC) teve como Vice Gonzaga da Internet. Ex-funcionário público municipal da área da saúde, Cesinha foi motorista de ambulância. Possui uma chácara no município. Sua campanha se distinguiu das demais por uma postura bastante popular. Dentre todos os candidatos, ele foi quem mais fez questão de demonstrar em suas redes sociais, sua proximidade com as pessoas, fazendo diversas caminhadas e estando com as pessoas,

94 O Festival Internacional de Cinema Ambiental atrai turistas de todo o país e recebeu muitos recursos na gestão estadual de Marconi Perillo, através de seu apoio a Selma Bastos.

95 Única colônia oficial germânica do estado, que se estabeleceu no município de Goiás em 1924. Trata-se de uma colônia, formada por cerca de 300 pessoas, das quais apenas alguns são alemães ou descendentes, os demais habitantes são pessoas do próprio município e arredores que se estabeleceram na região.

visitando casas, demonstrando gestos afetivos. Em suas carreatas, havia a locução de versos de rodeio, onde ele dizia que ia melhorar a qualidade de vida da cidade e do campo (para o que chamava de forma generalista de “homem do campo”). Sua candidatura recebeu apoio do deputado estadual Glaustin da Fokus (Podemos), conhecido por seu apoio ao ex-presidente Bolsonaro. Em partido diferente do que concorreu em 2018 como deputado, Cesinha ressaltava em suas falas veiculadas nas redes sociais que seu partido era “o povo no poder”, e que seu projeto era uma gestão participativa “onde o povo tem voz ativa nas decisões”. Como diferencial de sua campanha, percebeu-se que, apesar de fazer menos propostas objetivas que os demais, as que fazia eram veiculadas nas redes com participação do público interessado. Por exemplo, na cultura, ao propor a valorização da folia de reis, gravava vídeos, junto a foliões antigos do município, os abraçando, quando então, a ideia era dita. Seu vice, dono de uma empresa que fornece internet no município, possui um poder econômico considerável para o município, onde as elites agropecuárias não têm um poder econômico tão acentuado. Propôs o fortalecimento do esporte, gerar empregos para os jovens. Citou que junto aos deputados com quem tem contato, estava em conversa com o empresário Junior Friboi para articular a reabertura de um frigorífico no município. Ao falar que a cidade precisava de investimentos em infraestrutura, sua opção não era detalhar as obras que poderiam ser feitas, mas havia vídeos do candidato chegando a construções, pegando na enxada e dizendo que ele iria fazer “porque sabe fazer as coisas, ao contrário de doutores que querem ser prefeitos e não sabem fazer nada”. Visitou, junto com seu vice, vários distritos e assentamentos, sempre muito próximo das pessoas. Também falou no incentivo do turismo religioso, que faria um trabalho junto à Diocese. Por várias vezes, repetia de forma geral que seu projeto era aquele verdadeiramente voltado à população.

A explanação das propostas aqui apresentadas, mais longa que a dos outros candidatos, se fez em virtude da apresentação das propostas em redes sociais e panfletos impressos, por parte dos próprios candidatos. Aqueles que tiveram um programa descrito de forma mais simplificada, optaram por colocar menos sobre programas e mais sobre registros de apoios e atividades em suas redes sociais. Buscando equilibrar esse detalhamento entre as candidaturas, visitamos os comitês e recolhemos materiais de divulgação dos candidatos, mas, ainda assim, não conseguimos obter informações balanceadas no tocante às propostas. Trouxemos para o trabalho, porém, o máximo de nossos esforços em descrevê-las. A ênfase na solução de questões para um desenvolvimento do turismo e da resolução de questões de saúde pública perpassaram por todos os discursos, porém de forma distinta. Quanto à questão do turismo, havia uma preocupação do Partido dos Trabalhadores em definir metas para a melhoria do setor, porém, sem cair no risco de práticas turísticas predatórias. As outras candidaturas ao levantar a questão turística, o faziam sem esse tipo de menção<sup>96</sup>.

Outros grupos políticos sobre o projeto de turismo tem uma ideia mais imediatista, sem a preocupação ambiental e a preocupação com as pessoas do lugar, tem que tentar um turismo que agrega e não que destrói. Se eles tivessem uma preocupação alinhada com as nossas, não desmatariam e preservariam as nossas florestas do cerrado (Entrevista concedida por Suzana Magalhães, em outubro de 2023, realizada de forma remota).

Quanto à questão da melhoria dos serviços de saúde pública, o que se percebeu foi uma acusação generalizada entre candidatos. O PT ressaltou que recebeu um município

---

96 A Secretária de Turismo, Suzana Magalhães, em entrevista concedida no mês de outubro de 2023, de maneira remota, falou do trabalho na secretaria tentando fomentar o turismo, gerando renda para o município, informando sua posição de não buscar um turismo de massa, em que as pessoas usam, mas não cuidam da cidade.

repleto de dívidas com hospitais fechados, reconhecendo que havia muito o que melhorar ainda. Por outro lado, as outras candidaturas colocavam sobre o PT a culpa dos problemas a serem enfrentados, como por exemplo, a falta de estrutura para a realização de partos nos hospitais municipais, ao que o PT também respondia que havia reaberto o Hospital São Pedro de Alcântara, fechado na gestão anterior de Márcio Caiado.

Numa eleição marcada por espaços de encontro sociais presenciais bastante limitados, as carreatas assumiram uma posição de destaque na campanha. Contavam-se os carros e era muito comum ouvir discussões entre quem havia agregado mais carros e apoiadores. Também não era raro escutar que um candidato ou outro tinha “comprado” pessoas para comparecerem.

Nos primeiros dias, notei que essa era uma eleição na qual o cenário estava “muito dividido”. Não se sabia, no geral, na cidade, qual candidato estava à frente dos outros; nem mesmo dentro dos espaços próprios das militâncias. Pudera! Para um município com menos de 25.000 habitantes, havia seis candidatos a prefeito, dos quais quatro possuíam “grandes chances” aos olhos da população.

Apesar da sensação geral de que a eleição seria acirrada, havia um certo favoritismo para um dos candidatos, Cesinha (PSC). Ao entrar em seu comitê, fui atendida por duas senhoras que lá trabalhavam. Pergunto sobre as expectativas para a campanha e vejo entusiasmo. “Se a conversa de boca for verdade, ele vai ganhar”. “Nós queremos que ele ganhe para colocar um pobre lá igual nós. Porque ele vem do mesmo lugar que nós, né... Nós queremos que ele ganhe para tirar esses monges, esses doutores do poder... porque aqui é Curado né, é tudo...”. Aqui, ela continua uma crítica mais direcionada a Abner Curado: “Você olha esses dois hospitais aí abandonados... então, se a gente pôr um igual nós lá, ele vai fazer, entendeu?” Saio do comitê e percebo que elas continuam falando sobre as expectativas de que ele ganhe. “Os outros só passam aqui na época de eleição, né. Ele, você precisa dele, ele tá sempre aí. Você acha ele”.

Parecia haver um sentimento de recusa de alguns membros do PT em aceitar que seu maior adversário era o Cesinha. Um militante do partido me disse que seu maior adversário era o Abner. Diante da enorme carreata do candidato, que acompanhei assistindo na rua, militantes do PT diziam que “a maioria dos carros foram pagos para estar lá”. Comentários como esse na tentativa de desqualificar adversários são comuns em campanhas políticas.

Vou observando que Cesinha causava profunda aversão àqueles que não eram seus apoiadores muito mais que qualquer outro candidato. Para quem não vota nele, representa uma conduta imoral incorreta ou “despolitizada”. Seus simpatizantes ressaltavam o fato de ser “um homem simples”, “que vai nas festas na casa das pessoas, que abraça, quem tem um jeito simples de falar”. Tantos seus adversários quanto seus apoiadores o identificavam como uma candidatura bolsonarista, até porque ele próprio era um defensor do ex-presidente e era apoiado por um deputado bolsonarista. Em conversa com um petista sobre o candidato do PSC, ele me disse o seguinte:

Ele fez um discurso da antipolítica, antipetista, de pessoa simples “gente da gente”, com críticas a “contra tudo que está aí”, prometendo coisas genéricas e citando o Bolsonaro. Embora tenha sido vereador e candidato a prefeito em 2016 com 1500 votos, foi como candidato a deputado estadual em 2018, que ele começou a traçar esse caminho e apresentando como “novo”. Teve 3500 votos naquela época (Entrevista concedida por José Gomes Neto, em agosto de 2023, de maneira remota).

Visitei o comitê de Joaquim Pacheco, um espaço bem pequeno situado de um lado da Praça João Francisco. Como fiz no comitê anterior, chego perguntando se posso levar um

“santinho” do candidato a prefeito e de cada um dos candidatos a vereador e pergunto sobre as expectativas em relação à eleição. Fui informada de que seu foco de campanha eram as redes sociais.

Fui para alguns assentamentos com o candidato a vereador pelo PT, Helio de Deus, que encabeçava a única candidatura coletiva da cidade (junto com ele, mais quatro pessoas se agregavam à candidatura, entre eles Luís, que estava conosco). Helio é professor de Sociologia e Filosofia num colégio de ensino fundamental do município, embora, me explica, sua área de formação seja Letras.

Deixei o município de Goiás no domingo das eleições em que foi anunciada a vitória de Aderson Gouveia. Comemorada bastante pelos militantes do partido, a disputa acirrada mexeu com as emoções especialmente dos militantes do PT e do grupo do adversário, Cezinha (pois quando se começou a apuração e conforme ia se desenvolvendo, o número de votos superior para os dois candidatos fazia com que simpatizantes provocassem os eleitores do outro candidato, chegando a acontecer algumas brigas e agressões físicas na rua). Por vezes ao longo da apuração, apontavam Cezinha como eleito.

**Tabela 11 – Votação para prefeito em Goiás – eleições de 2020**

<b>Candidato</b>	<b>Partido</b>	<b>Número de votos</b>	<b>Porcentagem de votos válidos</b>
Aderson Liberato Gouveia	PT	4176	29,96%
Cosmo Cesar dos Santos (Cezinha)	PSC	3920	28,12%
Elber Carlos Silva	Avante	3095	22,21%
Abner de Castro Curado	MDB	2563	18,39%
Joaquim Gonçalves Pacheco	PSL	96	0,69%
Joaquim Craveiro Curado	PSD	87	0,62%

Fonte: TRE-GO

O vereador mais votado no município foi um nome ligado à família Caiado, filiado ao DEM. Contudo, com uma diferença pequena, o segundo mais votado foi Aguiel (PT). O PT conseguiu eleger mais uma vereadora, a primeira mulher negra eleita no município: a jovem Elenízia da Mata, que atuou com políticas públicas voltadas para as mulheres na gestão de Selma Bastos. O DEM também elegeu outro vereador, o Solidariedade fez três, o Avante elegeu um; e, seguindo o modelo de uma Câmara de certa forma equilibrada quanto ao gênero desde a eleição anterior, o PP elegeu uma vereadora e o Cidadania mais outra.

Em eleições de pequenos municípios, se fala em vencedor e perdedor, ganhar e perder a política, porque ganhar a política num município como Goiás é encontrar-se com o âmago do município. Não é só ter um projeto à frente de outro. É angariar para si torcidas, afetos, vaidades, e o poder de entender que os rumos do município naquele momento são concatenados aos seus próprios. Hoje, o PT e suas bases eleitorais são de dentro do município, no sentido de participar ativamente do jogo político, pois tudo está em disputa; a porcentagem com a qual o prefeito Aderson foi eleito, bem como a eleição de apenas dois vereadores pelo partido (ainda que a maioria dos eleitos se localizam em legendas que estiveram coligadas com o PT) são indicadores disso.

Passadas as eleições, governo estadual e municipal não costumam estar avessos um ao outro, por interesses tanto políticos quanto administrativos. Não estranhamos, portanto, ao longo do ano de 2021, em eventos importantes como o aniversário do município de Goiás, ver fotos do governador e do grupo do prefeito Aderson reunidos em nome das festividades. Na Câmara, dois vereadores se colocam como oposição. Um deles com críticas bem ferrenhas e sem diálogo com o prefeito. O outro chega a participar de algumas reuniões com a prefeitura,

apresentando ideias, e fazendo uma oposição mais objetiva em algumas questões, mas sem ataques mais agressivos à gestão atual.

Porém, uma notícia oficialmente vinculada em jornal de circulação estadual, em outubro de 2021, veio indicar como essa renegociação do pertencimento do ser de dentro está hoje concentrada no grupo que ocupa a Prefeitura. A ex-prefeita Selma Bastos foi convidada pelo então governador, Ronaldo Caiado, a compor a Secretaria Estadual de Educação e Cultura e, planejava, se afastar temporariamente do partido para assumir o cargo. Selma afirma que seu interesse pela defesa da educação estadual é maior que questões políticas.

A aproximação política do governador de Goiás a ex-prefeita pode sugerir uma tentativa de aliança política com sua figura, cuja administração foi bastante aprovada entre os vilaboenses e uma possível inserção de uma candidatura sua novamente como prefeita ou vice de uma chapa apoiada pelo governador; ou, mesmo que a ex-prefeita não esteja à frente da candidatura, seu apoio pode ser bastante significativo na disputa para que a próxima gestão municipal seja executada por uma candidatura ligada ao governador e seus parentes que ainda residem no município.

Sobre campanhas e posturas mais recentes do PT, diz Dorival:

O partido aqui ele existe sempre. Sempre tem reunião ao contrário dos outros. Não passam um mês sem fazer uma atividade, uma reunião. Em 2004, Zé foi candidato a prefeito, se saiu razoavelmente bem. Em 2008, lançaram a Selma, que era uma revelação, havia sido Secretária de Educação, possuía *know how* na educação. Fizeram campanha muito bem-feita, tiveram votação razoável. Em 2012 ganharam, em 2016 teve reeleição.

Campanha mais difícil ainda foi a do Aderson: tudo muito embolado, não tinha adversário específico. A partir de 2012, elegeram Aderson com a força do setor rural como mais votado (tanto na eleição como na reeleição de 2016) e nos agregamos nos últimos 20 anos às universidades, que se juntou ao segmento rural, é um pessoal que engrossa com visão mais progressista e penetramos na cidade e com a gestão, mais ainda. O PT em conjunto com essas forças, tem credibilidade. “Mesmo quando não tivemos vitórias eleitorais, a gente teve vitória política”. O Zé, por exemplo, naquela dificuldade de 2004 e 2018 né, campanha muito difícil, os mais votados aqui de Goiás” (Entrevista concedida por Dorival, em maio de 2021, de forma remota).

Essa característica de um partido que existe mesmo quando não é tempo da política, de fato, pudemos perceber no PT local. As reuniões presenciais, bem como os grupos em redes sociais virtuais, mantêm os filiados muito unidos, compartilhando eventos políticos, pessoais, familiares e com facilidade para articular ações quando convocados, desenvolvendo muitos eventos presenciais em âmbito urbano.

No âmbito rural, a CPT ganhou uma nova vertente de trabalho diferente da que foi desenvolvida na época de Dom Tomás, porém, está longe de ser um movimento social que enfeita ou rememora um passado recente. Diversos trabalhos são realizados e bastante divulgados pelo município, além de contar com o apoio das universidades. Segue fragmento de relato de Aguiel focado nas ações atuais na CPT na região:

Implantamos diversas coisas na Diocese, escolas de formação: juristas populares, agroecologia, a festa da colheita, [o evento] Grito e Resistência do Cerrado. Coordenei as diversas romarias que tem. Tenho quase 20 anos na CPT e, dentro dela, pude ajudar diversos



movimentos sociais, sindicatos simultaneamente com o PT e as eleições da Selma em 2012. E eu diria: todas as eleições de Goiás, elas têm uma dosagem especial da luta do campo de Goiás, que ajudou bastante na conquista dessas três eleições.

Pra mim, não era sonho ser candidato a vereador. Sou também diretor de uma rádio comunitária, através dela conseguimos implementar muitas ações culturais, lançamos o projeto de Música Raiz, conseguimos promover o encontro de 60 violeiros.

O trabalho da CPT, hoje, tem um formato um pouco diferente. É bom lembrar que aqui possui 24 assentamentos de reforma agrária. Só tem um assentamento grande que é o São Carlos, com 156 famílias. Os demais são assentamentos pequenos, totalizam mais de 700 famílias assentadas. Na região, são dezenas de assentamentos e na década de 80, início de 90, foi o auge da conquista desses assentamentos. Havia por parte da CPT todo um trabalho na luta pela terra e por muito tempo, a Diocese, e naquela época, tinha umas pessoas liberadas pra trabalhar na CPT...mas toda diocese era considerada CPT né, fazendo um trabalho de base, realizando uma leitura a partir da vida desse povo né, excluídos no campo e na cidade.

Um outro bispo há seis meses desenvolveu projeto de lavouras, apicultura, formação com agricultores com as famílias nos assentamentos. Criaram festas das colheitas para retirar as famílias do isolamento, promovendo espírito de partilha. Celebrar tudo que foi colhido seja o arroz, seja o feijão, seja a solidariedade, com a nossa luta... entregaram o prêmio Dom Tomás Balduino para agricultores e agricultoras em produção e trabalho.

As dificuldades que se tem de fazer a reforma agrária hoje: tem decisão de não estimular acampamento, fazem acampamentos virtuais porque entendem que é difícil deixar as pessoas lá tendo poucos recursos e vontade política [de representantes] pra realizar...

A CPT realizou quatro edições do evento Valorização dos Povos do Cerrado: com rezadeiras, benzedadeiras, fiandeiras... foi o melhor trabalho, nesse sentido, no estado de Goiás. Lá se lança livros, trazemos *know how* na busca de recursos para beneficiar os agricultores. A gente realiza... em relação à CPT do estado, tem-se uma equipe boa, tem autonomia. Há alguns anos, por conta do bispo que sucedeu Dom Tomás, houve um ciclo de conservadorismo. É difícil falar isso... porque a gente é da própria Igreja. Os padres, nem todo mundo se identifica com esse tipo de trabalho, com a luta e melhoria de vida dos agricultores. Há uma Igreja um pouco diferente... graças a Deus, nós temos uma Igreja, uma Diocese que ainda realiza formações em torno desse propósito de reunir fé e vida, mas cada paróquia é um mundo, cada paróquia se constitui como autônoma.

O bispo, às vezes, não tem jeito de pressionar isso, enfim...há uma situação em que às vezes a gente vive numa ilha né... Há uma situação em que a CPT... nós temos uma boa equipe daqui que ajuda a Diocese a promover ações em torno dessa Igreja mais progressista, mais da teologia da libertação e aí, a gente vive nessa realidade hoje, e a gente, como vereador agora, talvez a grande demanda dessa região

aqui é para que tenha mais compromisso do governo municipal para as estradas e que as escolas sejam de qualidade.

A maioria dos municípios aqui que compõem a Diocese não possui mais escolas do campo, eles preferem transportar as pessoas para a cidade. Goiás (a cidade) é referência nisso: tem diversas escolas espalhadas pelo município, facilitando para que as pessoas estudem no campo. Agora, é preciso ter uma educação propriamente no campo e precisam melhorar nisso. O eleitorado sempre reclama de limpeza, coleta de lixo, entulho, (falta de) apoio às estradas, pedem para que o poder público possa ajudar nesse processo de produção e comercialização, precisa de uma equipe técnica na prefeitura que ajude um pouco. Enfim, é uma realidade que a gente vive e precisa melhor estudar, contar com o apoio de parceiros das universidades. “ A CPT não consegue atuar em toda a Diocese, são três pessoas atuando em oito ou nove municípios. A Diocese de Goiás diminuiu um pouco esse perfil de luta e de apoio aos movimentos sociais. O novo bispo que está chegando é uma nova esperança de dar continuidade nesse trabalho. Ele é nordestino e quer que essa realidade de sofrimento acabe e tem sinalizado diversos caminhos nesse sentido. Acho que a CPT vai contar com ele e a gente vai poder ampliar o trabalho nessa região aqui. (Entrevista concedida por Aguiel em janeiro de 2021, de forma remota).

Os assentamentos e o desenvolvimento da agricultura familiar possuem hoje uma grande relevância no campo cultural e no campo econômico no município, o que converge também no campo político. O vereador Aguiel está presente em todos os eventos da organização voltados para os pequenos agricultores no município. Pelo fato do agronegócio não conseguir adentrar ao município, a agricultura familiar possui tão importante peso econômico, peso no campo econômico, cultural e político no município. O vereador também nos repetiu informações sobre a pecuária do tipo extensiva que predomina no município (mesmo quando desenvolvida por membros locais herdeiros das famílias tradicionais).

Em seu mandato, Aguiel já aprovou o projeto de lei do Dia Municipal do cuidador de nascentes, instituiu a Semana da Água no município em março, declarou as folias de reis, tradição de coletar a água na fonte do distrito de Águas de São João, a romaria de São Sebastião da Pedreira como patrimônios culturais de natureza imaterial do município de Goiás. Tudo isso ajuda para que o PT continue lançando elementos característicos de sua força política no campo cultural. O PT enxerga que os eleitores dos assentamentos constituem parte importante de sua base eleitoral contribuem muito com sua vitória e com o capital político que constitui. Uma fala de Delcídio, liderança que, como já dissemos, tem origem nos assentamentos, resume o que é compreendido pelos militantes locais do partido:

Com toda dificuldade de movimentação nas comunidades rurais, nos assentamentos, nos finais de semana era dedicado ao campo né, a gente fazia a feira de manhã e três ou quatro reuniões durante o dia. Nós andamos muito e sempre teve a certeza que o povo do campo contribuía muito com a nossa vitória né. Então, a gente estima que no mínimo nós conseguimos 50 por cento dos votos do campo e outra coisa que a gente

entende que foi muito importante pra nós<sup>97</sup>. (Entrevista concedida por Delcídio, em abril de 2023, de forma remota).

Embora o PT não detenha o apoio de todos os assentados ou agricultores familiares e, nos assentamentos, haja cartazes ou adesivos de outros candidatos, o apoio ao PT é consideravelmente maior. Quase todos os integrantes da CPT são petistas e promovem diversos eventos municipais valorizando a agricultura familiar, conforme constado em relatos como, por exemplo, o de Aguiel:

A gente percebe no que tá acontecendo agora, isso com muita clareza, que isso foi de sementes que foram plantadas há muito tempo. A gente fala com bastante certeza que nós temos a maioria do povo do campo que vota no PT. Mesmo com a mudança, isso há 30 anos atrás, então muita gente já faleceu...muita gente mudou por um motivo, por outro, mas a gente ainda tem a maioria no campo, então, isso é muito importante. Uma outra coisa que foi muito importante agora para essa eleição, isso foi de trabalho que aconteceu de muitos e muitos anos. Tenho quase 20 anos na CPT e dentro dela pude ajudar diversos movimentos sociais, sindicatos simultaneamente com o PT e as eleições da Selma em 2012. E eu diria: todas as eleições de Goiás, elas têm uma dosagem especial da luta do campo de Goiás, que ajudou bastante na conquista dessas três eleições (Entrevista concedida por Aguiel, em fevereiro de 2021, de forma remota).

Como já dito na primeira parte deste trabalho, há uma certa divisão no campo cultural do município entre as forças seriam de dentro e de fora (conceito mutável e atrelado ao lugar de fala de quem o utiliza em cada momento). No debate transmitido via rádio e nas redes sociais, ficava evidente que “ser de dentro” passou a ser um elemento cultural disputado dentro do campo político.

E nessa disputa, percebe-se que a luta pela terra no município (incentivada pela Diocese desde a chegada de Dom Tomás no município), bem como a CPT, o estabelecimento dos assentamentos rurais (desenvolvendo atividades de agricultura familiar e agropecuárias), também conseguiram inserir elementos que precisam se fazer presentes em todos os discursos políticos, mesmo de candidatura herdada do poder tradicional, resumidos nas expressões “os assentamentos” e “a agricultura familiar”.

No campo político, essa questão entre “os de dentro e os de fora”, aponta que o PT não é “de fora” como um dia pode ter sido considerado como também observado no relato a seguir:

Esses 30, 35 anos para cá foram criando as condições pra que isso pudesse acontecer agora. Nós fizemos uma reunião agora e teve um que disse: olha, engraçado, que aqui não teve nenhum que veio de berços privilegiados. Como no caso das oligarquias de Goiás, né, então é o agricultor familiar, professores, é o pequeno agricultor, é um outro que

---

97 Não há uma divisão entre votantes do meio rural e do meio urbano por meio de colégios eleitorais/distritos que possa endossar essa informação. É uma análise que os membros do partido fazem, em virtude dos assentamentos locais contarem com a presença do partido desde sua fundação, até porque estas mesmas lideranças também estavam presentes na CPT e na Diocese. Para além desse momento inicial, o PT avalia que sempre foi muito bem recebido pelo pessoal dos assentamentos ao longo das campanhas, tendo vínculos afetivos e ideológicos com a maioria dos assentados e tendo conseguido eleger com votação tão expressiva Aderson como vereador no passado e Aguiel no mandato atual, sendo ambos vindos do campo.

foi filho de um autônomo, de trabalhador, de fato, mesmo, que acabou podendo se juntar em torno do propósito da política.

A política foi uma possibilidade de melhoria das condições de vida para as pessoas que precisam e a gente tem tido bons resultados aqui em Goiás né, tanto no campo como na cidade. Então, a gente precisa e está tendo condições de competir com o povo aqui, que o povo é bastante raivoso, é muito mais na questão, meio assim: a questão do coronelismo, do mandar, eles têm dificuldade de juntar as forças né...então como eles não juntam as forças. Em relação à questão das oligarquias, aqui em Goiás, a gente tem a questão dos Curado, dos Berquó, dos Veiga, dos Caiado e assim vai... e os outros quem não é das oligarquias pesadas, também o pensamento da maioria acaba sendo também um pensamento voltado pra esse lado né... Esse povo é um povo que não mede as consequências né, eles têm, além do enfrentamento. A gente entende que neste momento está mais organizado do que eles, a gente conseguiu organizar mais forças do que eles no sentido eleitoral, eles é...a gente tem que estar sempre com o pé atrás, porque são muitos perigosos né. Quando não consegue na democracia, eles são capazes de qualquer outra coisa né...e o sentimento deles é o de derrota mesmo né. Na última eleição aqui, o cara que foi representante dos Curado, outro que veio representando o governador aqui, o governador veio 3 vezes aqui tentar dar o apoio, não adianta não... o povo tá com a gente, sabe... Nos últimos 30 anos todos os prefeitos deixaram até seis meses [salários] atrasados, Selma rigorosamente em dia. (Entrevista concedida por Delcídio em fevereiro de 2023, de forma remota)

No intuito de entender como as pessoas do município veem quais são os principais grupos políticos no município de Goiás, perguntei a alguns quem são os principais grupos políticos locais. A resposta que recebi e transcrevo aqui resume o que foi ouvido quase que por unanimidade:

Hoje, o principal grupo é o PT e também um outro grupo do governo Caiado. Ainda existe a chamada familiocracia (Caiado, Curado, Veiga, Barros e muitas outras). Na minha opinião, não vai acabar nunca.

A familiocracia, não deixa de estar participando do pleito, coloca seus nomes à disposição, sempre teve e vai ter. O Elber, a Selma, o Aderson foram novidade fora dessa famiolocracia. O processo eleitoral do DEM, participei diretamente das reuniões, a gente achou melhor por o Elber [como candidato a prefeito] e não o Perkão, que é o candidato do DEM. O grupo achou melhor porque ele se destacou demais nas pesquisas eleitorais, num consenso do grupo, foi o Péricles de vice. Acho que quem perdeu foi nós, a população, a cidade, mas vida que segue (Entrevista concedida por um candidato a vereador que preferiu não se identificar, em novembro de 2021, de forma remota).

Ainda na tentativa de delimitar os principais grupos, ouvi também um importante relato de Delcídio, cuja fala é endossada não apenas por colegas de partido, mas também possui congruência com muitas outras falas que se ouvia com frequência na cidade:

Nessa eleição [de 2020], o poder tradicional dividiu-se, assim, em três forças: uma ligada ao governo do estado, outra que também une-se a algumas oligarquias, os Curado, que é tradicional aqui na política já foi prefeito duas vezes, em Goiás e Faina tem muita influência e um outro cara que entrou no estilo Bolsonaro, é aquele cara que não tem compromisso, que não tem uma linha de raciocínio lógico e que fala que pode fazer tudo, que vai fazer tudo e que tem junto com ele, as piores pessoas de moral, ética, tudo junto com ele né.

Foi financiado aí por gente que mexe com desmanche de carro em Goiânia, enfim, todo tipo de problema esse cara tinha junto com ele. Foi financiado pelo Juquinha das Neves, que coordenou o DNIT, a Ferrovia Norte-Sul, utiliza neste momento tornozeleira eletrônica, enfim, todo tipo de bandido tava junto com ele, tanto aqui da cidade quanto do estado, né. Outra pessoa que ajudou ele aqui também foi o Glaustin da Fox que é um deputado federal. Mas enfim, esse povo se dividiu em três grupos né, que normalmente eles estão juntos e a gente foi para o enfrentamento eleitoral e acabamos vencendo ele aqui, foi muita correria, muito trabalho (Entrevista concedida por Delcídio em fevereiro de 2023, de forma remota).

O relato de Delcídio é confirmado por pessoas ligadas a diversos grupos do município e complementado com denúncias por vezes ainda mais graves, mas a fala compartilhada por todas as outras candidaturas contrárias à de Cesinha parece indicar uma tendência já observada em campanha, de todos os três grandes adversários de Cesinha apontarem que ele seria, dentre os candidatos, aquele que menos representaria “o município”, “as pessoas do município”, embora ele tenha nascido e vivido em Goiás, o que não encontra respaldo em sua expressiva votação. É um julgamento que os outros candidatos fizeram a partir do campo cultural, mas observando os resultados eleitorais, isso não se traduz no campo político. Porém, sua candidatura centrada no discurso de “tirar os doutores do poder” e de certa forma favorecida pelo cenário nacional onde Bolsonaro era presidente e Cesinha tinha o apoio de deputados bolsonaristas, contraria elementos presentes na ideia de “ser de dentro”. “Tirar os doutores do poder” era uma afronta direta não apenas à candidatura de Abner, dada a tradição de exercer medicina e política dos Caiado e consanguíneos, mas também a de Aderson, uma vez que um dos principais nomes ligados ao PT municipal é o Professor José do Carmo, e que vários professores doutores das universidades locais apoiam ou até mesmo são filiados ao PT.

A fala de Delcídio aponta ainda para uma vantagem que de fato o PT obteve na eleição municipal a partir da fragmentação dos Caiado em três candidaturas diferentes, sendo a mais expressiva a de Abner Curado (ex-prefeito e médico), seguido de Elber e, por último e menos expressivo, Joaquim Craveiro. O próprio Ronaldo Caiado, dizia-se que por desavenças com o núcleo familiar de Abner e sendo mais próximo de Péricles Caiado (vice de Elber), apoiou e foi presencialmente ao município fazer campanha para Elber.

As duas candidaturas, se unidas, seriam em números, consideravelmente superiores aos votos conseguidos pelo PT ou por Cesinha, o que confirma a expressiva força política (de base dos pecuaristas tradicionais do município, famílias tradicionais residentes no centro histórico, alguns comerciantes mais tradicionais no município e profissionais liberais de famílias de origem local) que esse grupo ainda detém no município. A candidatura de Elber ainda enfrentava uma dificuldade específica: a acusação por todas as outras de que ele era um “forasteiro” e seus esforços para tentar se mostrar como “um de dentro” foram insuficientes.

Além do mais, seus discursos foram muito focados em mudanças e projetos diferentes ou modernizantes, erro postura essa que o PT não segue.

Algumas pessoas no município ficam com uma impressão de que a política atual no município de Goiás é que existe o grupo do PT e existe uma oposição que é sempre de imediato remetida aos Caiado, embora se saiba que eles não estão inserindo em apenas uma candidatura e que não podemos desconsiderar que a candidatura de Cesinha, embora em outros tempos estivesse aliada a algum subgrupo dos Caiados, hoje parece formar um grupo alheio com votação expressiva. Porém, Cesinha não conseguiu, tal qual o PT, delinear características que imprimam uma identidade própria na cultura local e no campo político do município. Essa falta de elementos estruturantes atrapalha na construção de símbolos bem delimitados. Por outro lado, Cesinha, a nível simbólico, conseguiu o voto de muitos eleitores que em eleições anteriores possam ter votado especialmente no PT, a partir de uma postura popular que dialoga diretamente com pessoas menos favorecidas economicamente, e que, ao contrário de parte da base eleitoral do PT, não dispõem de um capital político que lhes permita sentirem-se inseridos na política, seja por não ter nenhum vínculo com os movimentos com os quais o PT dialoga, ou porque pela própria trajetória do PT, ao longo dos anos, na construção de seus próprios símbolos, pode ter faltado uma identificação desse eleitores. A base eleitoral de Cesinha compõe-se de pessoas de situação econômica menos favorecida, funcionários públicos municipais especialmente de cargos de nível fundamental, trabalhadores de supermercados, farmácias, postos de gasolina, pequenos agricultores, assentados e pecuaristas.

### **5.7 – Entrelaçando símbolos**

As informações que seguem neste subtítulo não foram registradas no devido período de trabalho de campo desta tese, porém optamos por trazê-las acompanhadas de breves comentários, a fim de pontuar algumas questões que podem ser observadas em pesquisas futuras.

A ex-prefeita Selma, em 2022, foi candidata a deputada estadual pelo partido Solidariedade, cuja escolha justificou por estar aliado ao governo estadual (para quem trabalha atualmente) e pelo fato de que a nível de alianças nacionais, a sigla apoia o governo federal (o atual mandato do presidente Lula). Ela fez uma pequena carta “de despedida do partido” endereçada aos ex-colegas partidários em 2021, de onde retiro um trecho:

Acredito que nesses 8 anos começamos a escrever uma nova tradição política em Goiás, baseada acima de tudo no trabalho, no diálogo republicano e no respeito às diferenças... Consciente da complexidade do cenário político atual e do meu papel enquanto mulher e educadora na política, entendi que o momento exige de mim a difícil decisão de priorizar minha permanência no partido para além dos contornos da Serra Dourada... Saibam que independentemente de onde estiver, serei sempre a mesma Selma, amiga e companheira de vocês, a filha da Dona Tuca e do Sr. Brasil, mãe de Maria Clara e Brasil Bruno e esposa de Felim (Carta de Selma Bastos em 13/10/2021, enviada a nós para contribuição ao trabalho acadêmico no mês de julho de 2023 )

É curioso notar que na carta de despedida da professora Selma aos colegas filiados ao Partido dos Trabalhadores, ela não diz que o PT inaugura uma nova era ou que rompe com qualquer passado, ao contrário, e, estrategicamente, ela afirma: “começamos a escrever uma nova tradição política em Goiás”, pois, até então, não havia sido eleito para a prefeitura um representante de trabalhadores do âmbito urbano ou rural. As tensões de sua saída do partido não foram muito exacerbadas. Houve algumas discussões entre filiados que, mesmo depois de

sua saída, achavam que o PT municipal deveria declarar apoio oficial a ela, o que não foi feito. Bem como também houve aqueles que criticaram sua postura de deixar o partido, questionando a veracidade de sua afinidade política com o PT.

No dia 24/06/2023, foi inaugurada a Casa 13, um local onde funciona permanentemente o diretório local do PT na cidade de Goiás. O espaço se localiza no centro histórico; e, em conformidade com o que foi dito nesta pesquisa, representa uma luta simbólica por elementos locais que já vinha sendo trabalhada há tempos pelo PT local.

**Figura 4 - Foto: Inauguração da Casa 13**



Dona Dorca (uma das quatro fundadoras do PT municipal, Professora Iolanda (ex-vereadora pelo PT), Professor José do Carmo e Vereador Aguiel (Foto divulgada em grupo de rede social virtual dos filiados no partido)

O centro histórico da cidade de Goiás é visitado pelos turistas que chegam ao local e que, muitas vezes, podem nem sequer saber quem é o prefeito do município e a qual partido ele pertence. A Casa 13 se faz um símbolo importante que demonstra que o partido tem relevância local para quem esteja passando por Goiás. E, para os vilaboenses, configura-se num símbolo ainda mais forte de que o PT já tem uma tradição local, e isso está configurado, seja para seus aliados ou seus adversários.

O centro histórico carrega por si as lembranças do que foi o passado do estado e do município de Goiás, e subjacente a este passado (ao menos é consenso em nível municipal) estão as famílias tradicionais que estiveram à frente do município em sentido político e social. Elas são lembradas com a mesma intensidade com que se ressalta a poesia de Cora ou a arte de Goiandira do Couto.

Na campanha municipal de 2020, apenas o comitê de Abner Curado (PMDB) situava-se no centro histórico, próximo à farmácia de seu vice Joaquim Berquó (Joaquim da Farmácia). Esses espaços simbólicos ganham muita visibilidade no jogo político, especialmente quando a aparência tradicional conservada é o diferencial da cidade, como é o caso de Goiás, o que de certa maneira, pressupõe que não se pode apenas impor uma nova força política que ignore a cultura local.

No ano de 2023, dentre os diversos eventos realizados no município, houve a Grande Festa dos Trabalhadores na véspera do feriado do Dia do Trabalho, a Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de Goiás, que foi instituída desde o primeiro mandato da professora Selma, uma palestra sobre povos indígenas e conflitos fundiários no Brasil realizado no campus Goiás da UFG, em maio a roda de samba Cidade e

Sociedade, a 11<sup>a</sup> cavalgada de São Carlos e União dos Buritis (região de assentamentos) com a presença do prefeito Aderson, Semana do Orgulho LGBTQIA+ promovida pela Prefeitura.

O PT organizou o Primeiro Encontro do Setorial Agrário do Partido dos Trabalhadores na festa da colheita do Assentamento São Carlos. Marcando os 37 anos da conquista do Assentamento Mosquito, o primeiro do município e do estado de Goiás, houve evento comemorando a data e comemorando o dia Municipal da Reforma Agrária, instituído por proposta de Aderson Gouveia quando era vereador. Houve também em 2023, um Encontro de Formação e participação social com o tema controle democrático em parceria com a prefeitura e a Universidade Federal Fluminense, o lançamento do projeto Aquilombar-se (museu, memória e resistência com a exposição fotográfica promovido pela secretaria de Igualdade e Equidade Étnico-Racial), um encontro de violeiros com o apoio da prefeitura e da CPT, entre outros eventos realizados, que trazemos aqui a fim de demonstrar como o PT de fato organiza várias ações locais, em parceria com a CPT e as universidades. A realização desses eventos também auxilia na manutenção da memória da luta pela terra no município e na valorização dos agricultores no espaço social municipal. A CPT se faz também atuante ministrando cursos de formação, valorizando os saberes e talentos da população dos assentamentos.

Neste mercado político municipal, impor um novo produto político implica não romper completamente com o que foi construído outrora pelas forças estabelecidas, mas sim entrar numa luta simbólica para delas se apropriar também em certa medida (BOURDIEU, 1989). Trata-se de um cenário onde os atores políticos competem por recursos, poder e posição social, não apenas por eleições e cargos políticos. Nesse sentido, considera-se que o PT conseguiu ofertar um produto político marcado pela ruptura política com sobrenomes tradicionais em torno de uma política mais inclusiva, que conferiu reconhecimento de outros segmentos, trazendo-os para a “mesa de negociações”, como não era feito de forma efetiva antes. Essa “ruptura política” é, porém, um retrato atual e pode ser transitório, pois um campo, em especial o político, é sempre um espaço de luta por posições. O PT municipal conseguiu um feito inédito: em um município dominado por oligarquias centenárias, ele promoveu uma alteração no campo político. Neste momento, o partido está em uma posição dominante, com maior capital político e cultural concentrado, mas não há nada de definitivo nessas situações.

Com o compromisso de garantir saúde com qualidade, os mandatos petistas buscaram manter em funcionamento o Hospital São Pedro, quitando todas as dívidas com os funcionários e ampliando ofertas de serviços; foram construídas quatro novas UBS e também reformadas; aumentou o número das equipes de Saúde da Família; aumentou substancialmente a frota de veículos, possibilitando a ampliação do transporte com qualidade aos usuários da saúde para realizarem consultas, exames, cirurgias, hemodiálise e demais procedimentos em outros municípios, na capital ou fora do Estado; consolidou-se o primeiro consórcio Intermunicipal da Saúde, realizando ações regionais de exames diagnósticos, pequenas cirurgias, e atendimentos em diferentes especialidades médias (cardiologista, pediatria, dermatologista, ginecologista), além dos Mutirões de Cirurgias de Cataratas.

O prefeito Aderson inclusive conseguiu adquirir dois ônibus novos aumentando os percursos e ampliando os horários para transporte público e gratuito. Na gestão anterior do PT, havia uma reclamação constante por parte da população sobre atrasos e estragos de ônibus, ocorrendo um caso em que um chegou a incendiar-se com passageiros a bordo, o que demonstrava uma falta de cuidados e investimentos na frota. Na área de assistência Social, foi feita a reestruturação dos Equipamentos do CRAS e do CREAS, salão de Convivência – Conviver, Abrigo; investimento em infraestrutura e melhoria salarial para o Conselho Tutelar e aumento da frota, além de novos veículos e um micro-ônibus para o transporte de usuários dos serviços. No primeiro e segundo mandatos petistas, no setor da educação foram



reformadas todas as Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs). No setor de obras e serviços públicos, foram construídas diversas pontes em concreto, além da recuperação de bueiros e mata-burros; recapeamento de ruas, estradas rurais, aquisição de nova frota/maquinário: patrulas, caminhões, tratores, retroescavadeiras, pá-carregadeira, dentre outras. Goiás também foi o único Município brasileiro que realizou e inaugurou todas as obras selecionadas pelo PAC das Cidades Históricas.

As gestões anteriores deixaram dívidas em precatórios muito altas que foram completamente pagas nas gestões petistas. Foram feitos investimento nas Políticas Públicas para mulheres, com a criação da Secretaria das Mulheres, Juventude e Direitos Humanos, ampliação dos serviços do CEAM, apoio ao Projeto Mulheres Coralinas – um dos mais importantes legados das gestões petistas;

Além disso, foi criada a Secretaria de Igualdade e Equidade Étnico-Racial; Secretaria de Esporte e Lazer; Secretaria de Planejamento para avançar na atualização do Plano Diretor; Consolidação do Arranjo Produtivo Local (APL) da Moda e da Cooperativa de Costura (geração de trabalho e renda); criação da Fábrica de Bloquetes (itens de pavimentação utilizados em rodovias e outras superfícies urbanas); a revitalização do Parque Agropecuário; apoios aos movimentos sociais e de Cultura no município; incentivo aos artistas locais nos eventos da gestão; criação do Programa Vale Feira; criação do Banco Popular Solidário, entre outros.

Todos esses programas com atenção voltada para o social chama-nos a atenção para (apesar de sua eleição pela terceira vez para a prefeitura) uma dificuldade que o PT possa estar enfrentando de traduzir essas ações em votos que confirmem a opção do eleitorado para a continuidade dessas ações, pois na primeira eleição, Selma venceu com um número de votos bastante superior ao quantitativo dos demais adversários, o que não se repetiu em sua reeleição e menos ainda, na eleição de seu sucessor, que obteve uma vitória com um número pequeno de votos em relação ao segundo mais votado. Uma análise subjacente a esta, se faz ainda, se somarmos os votos dos dois primeiros colocados, ambos de uma base eleitoral mais popular, que seriam então maioria no município (somando, obteríamos 58,05% dos votos), mas que possuem divergências de campanha e de reconhecimento do eleitorado e dos candidatos como uma distinção difícil de se resolver e de se unir, mesmo analisando o pós-campanha e o cenário eleitoral até 2023.

Do outro lado, as três candidaturas, com uma vinculação direta à elite política do passado no município, somariam 40,88 %. Os votos de Joaquim Pacheco do PSL não foram somados em nenhum dos dois grupos pois não encontramos elementos que nos induzisse a uma possível adesão a eles, ainda que a título de mera análise. Em todo caso, sua votação expressa em um número de menos de um por cento para fins dessa comparação, não alteraria a reflexão de forma significativa.

Sabemos que tal divisão é simplista e as adesões num cenário possível se fazem mediante diversos mecanismos de pertencimento e alianças. Nosso intuito é apenas trazer como hipótese que o eleitorado de base mais popular é maioria em Goiás (o que não é incomum) e vota em candidatos com perfil desvinculado de candidaturas herdeiras do passado político tradicional do município. Analisar um cenário eleitoral, porém, nunca é tarefa simples. As candidaturas vinculadas às antigas elites ainda somar mais de 40 % dos votos é bastante significativo e possível de uma organização para retomada do poder, ainda mais se conseguirem organizar suas forças em torno de uma candidatura única, o que nos parece difícil, porém menos improvável que a uma união do primeiro grupo, por questões partidárias, de laços sociais e afetivos, mas sobretudo, também por questões simbólicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização no campo sempre conviveu com desigualdades sociais e econômicas. Existem vários sujeitos no campo e o rural sempre foi um emaranhado de atores e relações por vezes em conflito. Porém, podemos refletir que o elemento rural, que foi componente da estrutura que possibilitou a existência do coronelismo não desapareceu, ele se transformou junto com a sociedade e a política.

O coronel é hoje retratado como figura caricata para se referir a uma velha política. No estado de Goiás, quando Marconi Perillo venceu as eleições para governador pela primeira vez no ano de 1998, era comum ver sua campanha se referir a Íris Rezende Machado como coronel, símbolo do atraso, chamar de “panelinha” seu grupo político que se revezava entre as reeleições no poder. Marconi Perillo, porém, quando assumiu o poder, inaugurou uma era bastante extensa com uma forma de fazer política comparada à do ex-governador por vários cientistas e analistas políticos, à época. Coincidência ou não, Perillo era um grande admirador de Pedro Ludovico e Mauro Borges, sendo que o primeiro também sobe ao poder sendo um nome relativamente novo no estado e assentado no ideal de derrubar uma oligarquia “atrasada”.

O perfil dos candidatos em muito ajudou na construção simbólica desse cenário de um candidato da modernidade “lutando” contra o atraso, pois tratava-se de um candidato bem mais jovem que outro, alicerçando sua campanha em propostas identificadas como “um tempo novo para Goiás”, praticamente apenas invertendo as palavras no slogan que Pedro Ludovico usara há tanto tempo: “um novo tempo para Goiás”.

Há que se diferenciar o coronel do coronelismo. O coronel é o sujeito, o coronelismo é o sistema. Hoje não é possível a sustentação do sistema coronelista. Porém, algo que foi tão sólido não se desmancha no ar pura e simplesmente. Quando decidimos por trazer para este trabalho a discussão acerca de coronelismo e o passado do caiadismo, assumimos que o coronelismo em Goiás pode ser caracterizado sobretudo por esta oligarquia.

A trajetória do PT municipal em Goiás converge com as muitas dissidências desse passado coronelista quando permite que sujeitos que antes não passavam de meros votantes se constituam enquanto força que, agora, pode e precisa estar presente na “mesa de negociação”, precisa ter suas demandas citadas por candidaturas que almejam vencer as eleições. No plano cultural, se as elites da Colônia e do Império definiam quem eram os verdadeiros filhos de Goiás, quem eram os “verdadeiros goianos”, hoje, os descendentes dessa elite precisam enxergar outros grupos políticos como o Partido dos Trabalhadores no mesmo nível, pois estes grupos também concebem padrões culturais e políticos que não podem ser ignorados. Assentados, agricultores familiares, estudantes, professores, servidores públicos, entre outros grupos, são exemplos de um público, de onde sai uma base eleitoral muito forte para o PT no município de Goiás. É evidente que também são votantes de outras correntes partidárias, mas é inegável que o PT tenha uma base comprometida consigo entre eles, tanto nas votações, quanto na realização de eventos e discussões.

Como descrevemos nos capítulos IV e V, uma nova elite econômica não adentra o município de Goiás com veemência; parte da família Caiado que permanece em Goiás não exerce uma atividade agrícola modernizada do ponto de vista tecnológico ligada ao agronegócio, e sim, uma pecuária predominantemente extensiva no município.

A ampliação do acesso à educação nos assentamentos com as escolas rurais, os cursos de Pedagogia voltados para a educação no campo ofertados pelo campus da UFG, UEG e Instituto Federal de Goiás auxiliam na promoção de uma emancipação educacional

dos assentados. Para quem não reside ou não trabalha no campo, a própria presença de três universidades públicas no município contribui para a ampliação do acesso à educação. Alguns atores ligados às universidades, como professores, técnicos administrativos em educação e estudantes de graduação organizam eventos seja em forma de extensão, seminários ou congressos que valorizam bastante a discussão e reflexão das dificuldades e caminhos das lutas sociais.

A própria modernização do sistema político e eleitoral impede certos tipos de fraude e coação. O desenvolvimento de programas de assistência social e a oferta de serviços públicos de qualidade no município nos mandatos da professora Selma e do Prefeito Aderson Gouveia, que conquistam o apoio de grande parte da população ao compararem ao que era feito no que tange ao atendimento das necessidades especialmente da população de baixa renda.

Estes são pontos que mostram rupturas com um passado baseado no coronelismo e no mandonismo. Porém, precisamos também apontar situações que facilitam a permanência de alguns elos de ligação à política tradicional. Em um município pequeno, cuja economia não recebe a inserção de muitos atores com potencial econômico, a manutenção dessa elite tradicional no plano cultural e no campo político, é facilitada, pois o turismo se apresenta de forma incipiente, não levando para o município um volume de pessoas ou mesmo um capital que constitua uma nova elite econômica que coloque em cheque aquela já conhecida. As famílias Caiado, Curado, Fleury, Berquó e Alencastro foram a elite rural do município e permanecem sendo, porém em termos de poder econômico, em muito menor grau. Grande parte dessas famílias saiu do município desde a mudança da capital, os remanescentes continuam desenvolvendo atividades agropecuárias e no município não se assiste a uma chegada de atores novos no campo reivindicando para si esse status de elite rural. Então eles se beneficiam desse legado anterior em termos culturais, além de continuar na política local.

Um outro aspecto a ser considerado é que a dominação carismática dos coronéis, tais como Brasil Caiado e Totó Caiado fazem parte da cultura local. Mesmo com o estigma da violência, sobrevive um sentimento de admiração à conduta desses coronéis ou o orgulho de ter estado de alguma forma próximo a essas famílias, ainda que em situação subordinada. Os aspectos relacionados a essa admiração centram-se, para além de uma espécie de gratidão pela forma como atendiam enquanto médicos, numa identificação de suas posturas na sociedade local, que serviam de modelo, seja por suas posses, formação universitária ou seus vínculos familiares e *status*.

Além disso, por se tratar de um município cujo passado é valorizado por seu caráter de patrimônio histórico, é recorrente, a associação quase que imediata da cultura vilabonense às elites locais, por exemplo, na questão da cultura e das artes, domínio no qual filhos dessas elites conseguiam se destacar, muitas vezes estudando fora e retornando ao local.

Adjacente à análise de uma força política que consegue ganhar espaço diante de uma outra anteriormente estabelecida que fazia valer seus valores de forma absoluta no campo cultural da cidade, há esta divisão entre “os de dentro e os de fora”, que não é geográfica; é mutável e usada estrategicamente, de forma consciente ou não, a partir de quem fala. É uma divisão disputada por diferentes grupos no jogo político. Uma divisão, sobretudo política, que pode ser confundida se ouvida pela primeira vez. Pelo que depreendemos da literatura e de nosso trabalho de campo, ela começa sim, em termos de discurso, a ser usada num sentido geográfico mas numa época em que a disputa política não continha outros atores além daqueles economicamente estabelecidos na região.

Na segunda metade do século XIX, a capital de Goiás tinha aproximadamente 8 mil habitantes. Sede do governo e da

administração provincial, nela residiam as poucas famílias que reuniam status, poder político e relativo poder econômico. Algumas décadas antes, à época da Independência, Cunha Mattos, governador das Armas da província, acentuava os traços da impermeabilidade dessa sociedade, ilhada na distância e no isolamento: os habitantes de Goiás são entre si parentes, amigos, sócios, agentes e compadres (...) Descendentes de dignatários do governo colonial ou de forasteiros que se tornaram proprietários rurais, formavam uma sociedade fechada, integrada por fazendeiros, funcionários públicos e comerciantes. Poucas famílias conseguiram amealhar fortuna (FREITAS, 2009, p. 87).

Essa proximidade entre os habitantes de Goiás em virtude das razões supracitadas permitiu a identificação das famílias tradicionais como sendo as pioneiras e as “de dentro” do local. Abordamos essa história social do passado para entender como imaginamos a mudança que essa divisão simbólica se desenvolveu a nível local. Aqui vale ressaltar que não somente aquelas que representavam a elite econômica da época, mas também aquelas a que a ela se achegassem dada a estrutura coronelista ou mesmo a que a elas estivessem submetidas por relações de trabalho, pois uma hipótese que formulamos é que, a princípio, essa identificação foi geográfica e se tornou divisão a partir da chegada de novos membros, dados os movimentos de ocupação territorial e migratórios que o estado sofreu. Nesse caso, só pode ser de fora quem de fato chega de outros lugares do estado ou do país, como é o caso de Pedro Ludovico, quando chega ao município já como interventor estadual.

A partir desse momento, porém, com todo o movimento antimudancista e a rivalidade que toma conta do município entre apoiadores de Ludovico e apoiadores das antigas oligarquias, estes últimos vão se tornando culturalmente “o outro lado”, aqueles que não são verdadeiramente “os filhos da terra”, os “traidores”. Aqui a divisão já começa a mudar seus critérios e significados. Concretizado o processo de mudança da capital, a retirada da maior parte do grupo ludoviquista da cidade e movimentos que objetivavam alavancar o município (alguns reivindicando inclusive pela reversão do processo de mudança da capital) por parte dos membros remanescentes das famílias tradicionais, este status de “verdadeiros vilaboenses” passa por um processo de autenticação ainda maior a nível cultural.

Quando duas décadas depois, chega Dom Tomás Balduino a Goiás, aqueles que se agridem ao redor dele na organização e participação nos movimentos de luta pela terra e políticos, ainda que residentes no município são vistos como “de fora” (não chamados necessariamente assim, mas de outras formas pejorativas como sem-terra, sujos, malandros), pois esta divisão que permite essa validação social fora criada pela elite. Da mesma forma, quando essa força migra para a disputa política, passa a ser chamada de “sujeira”, “barbudinhos”. Mas contam com o apoio de um agente que até então atuava ao lado das forças tradicionais: a Igreja. Surgem então novas forças políticas capazes de fazer representar no cenário político local, novas questões e novas demandas.

É nesse momento que a disputa “de dentro e de fora” nos parece sair das mãos das elites para ser reivindicada a nível de discurso por diferentes grupos, dando a ela significantes convenientes para seu uso a partir de seu lugar de fala. No âmbito do discurso político, hoje, para tornar mais fácil essa compreensão, podemos dizer que as famílias tradicionais e os grupos por ela influenciados que defendem “uma moral vilaboense” conservadora usam termos como “tradicional” para validar seu status, glorificando-se uma época em que o município era o centro político e cultural do estado, bem como sua preponderância cultural

quando muitos membros dessas famílias estudavam em Coimbra-Portugal ou em outros lugares do país e retornavam a Goiás.

O Partido dos Trabalhadores e grupos a ele aliados por compartilhar de uma orientação política mais próxima, recorrem a essa divisão para atacar candidatos que, de fato, não eram do município (como foi feito por todos os demais candidatos ao candidato Elber na campanha municipal) mas ao mesmo tempo não se valem dessa característica de forma rígida, pois hoje possuem muitos filiados que são professores ou servidores que chegaram para trabalhar nas universidades e foram acolhidos por esse grupo.

E há, por fim, grupos políticos que se apresentam como nascidos e criados em Goiás, mas que, ao contrário do grupo anterior, se define como excluído tanto por partes dos grupos tradicionais, como por parte do grupo do PT, criticando como ineficientes e mesmo errôneas as mudanças que esse partido consegue para o município. Na campanha municipal, isso ficou evidenciado nas candidaturas de Cezinha, do PSC e Joaquim Pacheco, do PSL. Ao contrário dos petistas, que não se colocam nessa categoria de excluídos, estes fazem questão de expressar essa condição de exclusão em suas falas. Joaquim Pacheco obteve um percentual pequeno dos votos, mas seu discurso esteve impregnado de elementos de críticas que colocavam os grupos anteriores mencionados no mesmo nível, dizendo conhecer, mais que qualquer candidato, as demandas dos assentamentos e do quanto ainda há a ser feito para esse público.

Já Cezinha, com um discurso em que raras vezes colocava os assentados em evidência, mas utilizava uma categoria mais ampla de “homem do campo”, teve um apoio declarado de parte dos assentamentos (embora a maior manifestação fosse de fato em prol do PT) e de médios produtores, dos bairros mais pobres e de grande parcela de pessoas menos favorecidas economicamente. No que entendemos como uma atualização política dessa divisão entre os de dentro e os de fora e dos múltiplos significados que passa a ter, estes grupos, ao contrário dos demais, não colocam os outros como *outsiders* mas se colocam no papel de excluído pelos demais de forma injusta.

Continuando a refletir sobre essa divisão de uma maneira mais ampla, pensando em valores e discursos que permeiam a política municipal. Entendemos que essa divisão implícita entre os que são “de dentro” e entre os que são “de fora” do município implica que a posição do PT municipal ao tentar estabelecer uma ordem que quebre com o poder tradicional precisa estabelecer alianças com personalidades ditas “de dentro” para se estabelecer, algo parecido com a dinâmica de se inserir em um campo político, tal como trabalha Bourdieu (1989).

Colocamos como hipótese porque este trabalho não dá conta de toda a complexidade dessa identificação e divisão e tampouco era objetivo inicial desta pesquisa. Os fatos apareceram em campo e apareceram atrelados ao nosso objetivo de estudar a política municipal e, posteriormente, a partir de nossa estratégia de entrada em campo e dados recolhidos, mais especificamente, estudar a atuação, surgimento e estratégias do PT no município de Goiás.

Os agentes principais trabalhados nesta pesquisa são as forças políticas tradicionais no município traduzidas pelos sobrenomes tradicionais que disputam cargos na prefeitura e na câmara. O PT, como já dissemos, não é força criada por pessoas de fora do município que chegam para se estabelecer ali, mas sim por um público local, tradicionalmente subordinado a uma política feita pelas elites e que começa a se constituir como força política aliada a um agente tradicional que é a Igreja, mas uma Igreja que nesse momento norteia-se pela Teologia da Libertação, o que foi possível porque o cenário social e político nacional era favorável, quando em outros locais do país se assistia a essa postura defendida por parte da Igreja, desde 1960. Essa força consegue resistir e se reinventar fazendo alianças e, enquanto partido, recebe

também os benefícios do crescimento partidário num cenário nacional, o que facilita alianças e acordos a nível estadual, já que neste momento não é possível ignorar sua relevância no jogo político.

As interações supracitadas se configuram de um modo que as forças tradicionais não se aglomeram atualmente em torno de uma única candidatura; e o PT passa por um momento onde perde parte significativa de seu eleitorado para uma nova força que ainda tenta tomar uma forma definida (aqui representada sobretudo pelos eleitores de Cesinha).

Bourdieu (1989) explica que na luta pela imposição da visão legítima sobre o mundo social (e aqui, estamos falando de cultura), os agentes se diferenciam pelo seu capital. Talvez por este motivo, quando se pergunta a um vilaboense sobre os grupos políticos que existem no município de Goiás hoje, logo se responde: alguns ligados aos Caiados e outros ao PT, porque ambos possuem um capital político bem delineado.

Os novos ingressantes no campo tentam se fazer distintos, marcar sua diferença quando estão frente a agentes já estabilizados, criando a oferta de um novo produto político. Nas eleições de 2020, tal fato pode ser visto quando Cesinha quer se mostrar como uma força completamente diferente das demais e porta-voz dos “excluídos” ou ainda quando Elber tenta ser símbolo de uma mudança, uma espécie de progresso político apoiado pelo governador.

A elite tradicional do município, enquanto agente graduado do campo político, consegue de alguma maneira sempre participar do jogo político local, lançando candidatos e se fazendo representar sempre de alguma maneira, mesmo quando não se elege para a prefeitura, elege vereadores. Essa elite tradicional em torno das famílias de sobrenome tradicional (ligadas em sua maioria, a atividades de agropecuária) tem uma certa facilidade de permanência no campo político local, dadas também as características econômicas municipais, uma vez que no município de Goiás, o agronegócio não adentrou e a economia em torno de seu viés turístico ainda encontra dificuldades a ponto de não ser raro ouvir que Goiás “tem uma economia morta”, por diversos grupos ao reclamar da falta de empregos, do turismo ainda tímido e de que o município se sustenta principalmente por abrigar campus da UFG, UEG e IFG, além de conservar alguns órgãos públicos em virtude de ter sido a capital do estado.

Após a traumática perda do status de capital estadual, essa antiga elite que permanece no município<sup>98</sup>, foca em seu perímetro intramunicipal e passa aos anseios de controlar parte da cultura local, quando reivindica para si o que é ser tradicional. E consegue fazer com que esse status de tradicional se traduza em uma divisão que aparece como “ser de dentro” em oposição aos que “são de fora” do município.

Assim, o capital cultural e o capital político que detiveram para inserir no campo cultural e no campo político local foram muito robustos. Quando reivindicam para si o pertencimento da tradição, os membros destas famílias tornam também o oposto do que é tradicional como algo que pode não ser confiável ou mesmo que possa ser nocivo.

Mas esse “credenciamento”, consequência deste mesmo movimento sociopolítico, se torna grande a ponto de escapar das mãos de seus criadores e passar a ser compartilhado e disputado por outras forças e ser objeto de disputa do campo político municipal. Esses “postos de credenciamento”, ou seja, o poder de considerar quem é e quem não é “de dentro” do município passa a ser ocupado também por outros atores. Ainda hoje e mesmo entre as

---

98 Tratamos aqui não da parte da elite que migra para outros lugares do estado ou mesmo do país, até se projetando na política nacional, tal qual é o caso do governador Ronaldo Caiado; e sim, daquela que permanece no local.

gerações mais jovens, tem muito peso essa característica de ser ou não “de dentro” do município por parte da população local. Isso ficou muito evidenciado durante as campanhas.

Em 2000, Goiás recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Em conversas estabelecidas de forma presencial e mesmo algumas mensagens no grupo virtual do PT, refleti sobre o quanto tem se intensificado ainda mais essa atenção dada a se manter essa categoria de quem é de dentro. Nem sempre é falado da categoria “turista” de forma pejorativa como alguém que desconhece as raízes verdadeiras do estado, não se preocupam com questões e conservação (seja ambiental, de patrimônio ou de costumes).

Em 2020, muitos vilaboenses se colocaram favoravelmente ao fechamento da fronteira municipal (no contexto da pandemia) e o tom das falas, por vezes, demonstrava que além da preocupação sanitária havia algo de posse com relação ao lugar que, embora seja patrimônio de todos, deveria pertencer mais aos “de dentro”. Eram falas do tipo: “é horrível termos que ficar em casa e esses turistas virem entrar na nossa cidade”. Embora possamos considerar que foi uma fala feita dentro do contexto pandêmico, os habitantes do município têm o hábito de sempre diferenciar-se de turistas de passagem ou pessoas que chegaram ao município para fixar-se, seja para estudar e/ou trabalhar (que são muitas vezes também chamados pejorativamente de turistas, sedimentando essa divisão culturalmente estabelecida), reivindicando para si o título de “verdadeiros vilaboenses”.

Quando uma instituição, pessoa ou família entra no campo político local, também está adentrada o campo social e cultural. Isso pode ser explicado pelo capital cultural. Refletimos, sobretudo centrando-nos na disputa eleitoral de 2020, o que estava sendo disputado a nível de discurso pelas quatro principais candidaturas, em termos do que mais se repetia via discursos, comitês e militância, quais foram:

- 1- Candidatura de Cezinha (PSC): Vamos expulsar os doutores da administração de Goiás (aqui entendidos não como os médicos, mas também advogados e doutores em nível acadêmico)
- 2- Candidatura de Aderson (PT): Vamos continuar fazendo as mudanças necessárias para o município de Goiás (ligadas aos feitos destacados no capítulo V que foram capitaneados pelas administrações municipais petistas)
- 3- Candidatura de Abner (PMDB): Nossos filhos precisam voltar a nascer em Goiás
- 4- Candidatura de Elber (Avante): Mudança de verdade/projeto modernizador

Para além dos símbolos que cada candidatura carrega em seus apoiadores, discursos e planos de governo, também estava em jogo o que é “ser de dentro” neste contexto atual. E este ser de dentro pode ser explicado à luz de Bourdieu (1989), como uma disputa de caráter sociológico, simbólico. E o resultado das eleições mostra que isso ainda está passando por um processo de reconfiguração.

Na divisão feita acima, fica mais fácil compreender a disputa de posições dentro do campo político. A candidatura de Aderson foi facilitada pela gestão anterior de Selma Bastos e assentada na força que o PT municipal conseguiu inserir no jogo político ao longo de sua trajetória (conforme demonstramos mais adiante) e de sua criação e desenvolvimento, consorciados com a CPT e a Diocese.

Sobre a supracitada divisão entre “os de dentro e os de fora”, esta não mais é tratada de forma territorial ou geográfica. Ela é cultural e política. Da mesma forma como todos querem mostrar o quão são “mais de dentro” que os demais, também todos querem ser preponderantes em ser a melhor solução para as dificuldades encontradas no campo e na cidade. No âmbito urbano, os candidatos precisam enfrentar questões como a geração de

empregos e renda, a melhoria da infraestrutura de bairros mais afastados, a expansão das atividades turísticas, a melhoria na oferta e qualidade dos serviços de saúde. Em âmbito rural, precisam apresentar propostas para as dificuldades que os assentados e agricultores familiares passam, uma vez que estes respondem pela economia do município de forma significativa e, embora não tenhamos conseguido obter dados que possam demonstrar isso junto ao Censo Agropecuário e a Secretaria Municipal de Agricultura, é de comum acordo, mesmo entre diferentes candidaturas, que esta não é uma força econômica inferior às atividades agropecuárias desenvolvidas pela ainda elite rural (até por conta de suas limitações devido ao município não ter um perfil agrônômico desejado pelo agronegócio). Eles não são considerados “de fora” por ninguém.

Ponto muito importante desse resultado eleitoral é que a candidatura de Cesinha obteve a segunda votação mais expressiva e que a vitória foi acirrada, o que sugere que, nessa disputa cultural e política, muitos se sentem excluídos dos embates locais, o que se transcreve no discurso de boa parte de seus eleitores e cabos eleitorais, como se qualquer sentimento de exclusão pudesse ser resolvido com sua vitória. A candidatura de Cesinha, poderia se dizer, que era vista como “de fora” do campo político por todas as demais.

Cesinha, porém, conquistou uma grande parte do eleitorado que, como avaliamos no capítulo V, poderia ser uma base votante do PT, mas que mesmo com as políticas sociais desenvolvidas, não conseguem hoje conquistar esses votos que “migram” para Cesinha.

O Partido dos Trabalhadores (PT), no município de Goiás, exerceu um impacto significativo no cenário político local, estabelecendo-se como uma força influente. Ao mesmo tempo, em termos culturais, o partido passou a disputar a representação da identidade interna da cidade, em consonância com a afirmação de Bourdieu (1989) de que "o campo político é um campo de lutas simbólicas". Os discursos do PT valorizam a cultura local sem romper com a noção de tradição.

No entanto, esses discursos reescrevem a história de forma a enfatizar as conquistas do partido, fundamentando-se em princípios culturais tão antigos quanto o próprio município. Por exemplo, a ex-prefeita Selma menciona a importância de "recuperar a autoestima dos vilaboenses", algo que já era dito desde a mudança da capital. Dessa forma, o PT consolida-se como uma força sólida no campo político, apresentando um desafio para possíveis candidaturas que precisam não apenas se estabelecer como representantes internos, mas também defender a agricultura familiar, os assentamentos e evitar o rótulo de "externos" em termos culturais.

No âmbito urbano, o PT também consegue agremiar professores (tanto da educação municipal quanto estadual), de grande parte dos servidores e professores ligados às universidades e aos outros partidos de esquerda (Psol e PCB), bem menos expressivos politicamente, mas que se reúnem em torno da candidatura do PT quando chegam as eleições municipais, conforme relata um militante do partido:

Aqui em Goiás, a gente consegue, na campanha para prefeito, juntar gente do Psol, PDT, PCdoB, PCB... eu tô dizendo isso, porque pra uma cidade com cerca de 23 mil habitantes como Goiás, é difícil você ver existir esses partidos todos...Na hora que precisa acionar essas forças aqui é bom pra nós, diferente de outras cidades, onde isso não existe e as universidades tem um papel muito importante pra manutenção da existência dessas correntes ideológicas. Aqui é muito comum na época do Carnaval, você ver apresentações com um tom político crítico. Quando tem a Semana Santa, é comum que se tenha pessoas escrevendo e soltando notas dizendo das questões elitistas da



semana santa. É uma cidade que, nesse sentido, ela pulsa. Então, quando vai para o rumo da eleição, quando se tem uma pessoa que representa questões mais sociais, progressistas, essas forças se juntam em volta. Por isso eu digo, que aqui em Goiás, nós (o PT) faz uma verdadeira aliança campo e cidade, mesmo ela sendo informal, ela acontece nesse sentido (Entrevista concedida por Delcídio em agosto de 2023, realizada de maneira remota).

Acreditamos que as mudanças que ocorreram no campo cultural e, por conseguinte, no campo político do município, conseguiram adentrar de forma expressiva na disputa eleitoral municipal, a partir das experiências que o município vivenciou em outros momentos políticos importantes, quais sejam, inicialmente o momento de transferência da capital (da cidade de Goiás para Goiânia) e, depois, o momento de conflitos agrários na região, em que a presença de atores políticos externos à cidade ganharam notoriedade.

No campo cultural local, desenvolve-se uma permanente construção e reconstrução da imagem do município e das pessoas que lá viviam e vivem. Assim sendo, mudanças no imaginário. Uma nova força política que se constitui só pode permanecer num espaço se a vontade anteriormente estabelecida troca elementos com ela e vice-versa, ou seja essa nova força política deve ser embasada numa vontade coletiva, que estabeleça elementos de troca com essa nova força. Isso passa a acontecer, conforme nossa hipótese inicial, em acontecimentos políticos do município de Goiás, quando novos agentes não são severamente hostilizados nem colocados num campo claro de batalha: há um esforço para estabelecer laços entre a força “forasteira” e os componentes do imaginário coletivo do que seja tradicional e de “dentro da cidade”.

Em 2020, dias depois da vitória de Aderson, o jornal *Opção*, de circulação local, publicou uma matéria caracterizando a administração da prefeita Selma como conciliadora, sem radicalismos, com um olhar voltado para os pobres, mas “sem descuidar de todos os moradores da cidade”. O jornal avaliou ainda que o espírito conciliador do PT auxiliou na vitória de Aderson, ressaltando que sua vice é filiada ao Progressistas, partido de centro-direita. O campo político do município de Goiás, hoje, parece estar numa situação de certo equilíbrio, onde algumas alianças desse tipo são necessárias para que um grupo consiga se manter no poder (e trazer outros para junto de si), o que, obviamente, não é um caso particular ao município, mas ocorre em diversos locais, seja na política municipal, estadual ou federal.

Na prática, visualizamos um cenário que caminha sob tal perspectiva: as notícias mais recentes da política municipal indicam uma parceria bem estabelecida entre a prefeitura municipal e o governo estadual, que pode indicar um estreitamento de laços entre as duas forças ainda maior para os próximos anos.

Os elementos que mexeram e modificaram o campo político do município de Goiás a partir do ingresso das forças representadas pelo PT, inseriram e ressignificaram elementos também na cultura municipal. Deixou de existir um monopólio simbólico controlado e disputado apenas entre as forças tradicionais para passar a existir uma disputa pela definição dos símbolos e de qual ou quais forças os estruturam pelo que podemos deduzir de Bourdieu (1989).

Assistiu-se, então, a uma emergência de uma outra força política, inserida em outro jogo, mas que, gradualmente (até também contando com seus vínculos estaduais e nacionais), conseguiu produzir alianças e aproximações a nível local. De toda forma, introduziu na política atores que dela estavam ausentes e é exatamente neste ponto, que a trajetória do PT

no município de Goiás representa uma ruptura com a política que até então era desenvolvida no município, política onde, antes, as heranças de um passado coronelista eram muito mais evidentes.

O PT municipal, para além de sua história local, também está inserido dentro de uma lógica de desenvolvimento do partido em cenário estadual e no nacional. O PT elegeu seu primeiro prefeito no Brasil, Gilson Menezes, no município de Diadema-SP, em 1982. Em 1992, quando no município de Goiás, elegeu-se o primeiro vereador pela sigla, o PT elegeu um número significativo de prefeitos pelo país. Em 1995, o partido elegeu um governador pela primeira vez, no estado do Espírito Santo, Vitor Buaziz.

Em 1992, em Goiânia, Darci Accorsi venceu as eleições para prefeito pelo PT e as seguintes foram vencidas também por esse partido, através do candidato Pedro Wilson. Então, num cenário estadual e nacional, o partido também ganhava espaço. Da mesma forma como se beneficiou do crescimento do partido no cenário mais amplo, o PT também enfrentou críticas e comparações quando o antipetismo tomou conta do cenário nacional, sobretudo com o *impeachment* da ex-presidente Dilma e da prisão do então ex-presidente Lula.

O campo político local do município de Goiás, também sofreu alterações externas não somente pela dinâmica do PT no cenário político nacional, mas também de outros partidos e ideologias. O crescimento da candidatura de Cezinha, para além de sua trajetória no município, assentou-se no bolsonarismo, que vivia um momento favorável na política brasileira.

O PT faz um trabalho permanente partidário ímpar de manter seus filiados e simpatizantes em consonância com os princípios do partido e, no município de Goiás, houve condições que possibilitaram essa ressonância. Parece haver simbolicamente, porém, uma certa tensão quanto à apropriação de certos símbolos, considerados contrários a seus princípios ideológicos, que acabam por afastar um número de pessoas que poderia sentir-se representada por seus discursos e práticas. Isso é percebido a nível municipal, mas principalmente a nível estadual.<sup>99</sup> Explica-se: o estado de Goiás tem uma cultura marcada por aspectos atrelados ao cenário de desenvolvimento de sua economia, qual seja, um olhar voltado para o mundo rural, as músicas sertanejas, as festas de exposição agropecuária. Se sabemos os problemas presentes no discurso político voltado para o “homem do campo”, categoria vazia em sentido social e econômico, ignorá-la no plano cultural, bem como seus símbolos, traz a consequência de não-identificação local com a proposta de candidatura. Tal condição nos parece ser um problema, ao analisar o perfil e campanha dos últimos candidatos ao governo estadual pelo PT.

O campo político local sofre influência do campo político estadual e do nacional. Elas não ditam o cenário do jogo político local, mas dialogam com este. Não somente ingressar, mas também se manter no campo político é tarefa complexa e, a partir de nossos dados e estudos, elaboramos uma análise de alguns elementos condicionantes que permitiram que o PT construísse sua trajetória na política municipal até aqui.

Desde sua fundação, vinculada à Diocese e à CPT, passando pelo apoio no campo e na cidade que precisou angariar para constituir-se como partido, o estabelecimento de alianças, a primeira vitória eleitoral, as estratégias de campanha e filiação, a opção por uma militância política que funcionasse como uma escola e uma formação de base permanente para seus membros, tudo isso é parte da trajetória do Partido dos Trabalhadores no âmbito do município de Goiás, constituindo-se numa importante experiência de inserção política dentro de um

---

<sup>99</sup> Dos 246 municípios de Goiás, em menos de dez o PT conquistou a prefeitura até hoje. Dois deles são vizinhos de Goiás: Itapuranga e Itauçu.

campo político revestido de passado (até em sua arquitetura), campo este que o PT, ao apresentar uma alternativa às forças estabelecidas, optou por não atacar vários de seus símbolos, mas sim demonstrar que também fazia parte daquela história (a seu modo), trazendo seus próprios partícipes.

O que está em questão, portanto, é uma disputa por posições no campo político. Para angariar capital, os agentes em disputa precisam construir estratégias, visando aumentar capital, aumentar capacidade de interferência dentro do campo. Assim como a composição com figuras típicas da política tradicional, chamar para os quadros do partido a prerrogativa “ser de dentro” é uma estratégia. Essa categorização ficou evidente nos relatos colhidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Ivan Antônio de. **A Síntese de uma tragédia: Movimento Fé e Política**. Ouro Preto: Editora UFOP, 2000.
- ARRAIS, Cristiano Alencar. **Mobilidade discursiva: o periodismo político em Goiás**. Goiânia: Editora UFG, 2013.
- AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil, instituições representativas e representação da autorização à legitimidade da ação**. Universidade Cândido Mendes: Rio de Janeiro, 2007.
- BARNES, John Arundel. Redes sociais e processo político. In BIANCO, Bela Feldman. **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- BERNARDES, Carmo. **Jurubatuba**. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 1992.
- BERNARDES, Carmo. **Memórias do vento**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1986.
- BERNARDES, Carmo. **Nunila**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1984.
- BERNARDES, Carmo. **Santa Rita**. Goiânia: Editora UFG, 1993.
- BIANCO, Bela Feldman. **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- BITTENCOURT FILHO, José Luiz; RIBEIRO, Herbert de Moraes. Ludovico Teixeira. A última entrevista de Pedro Ludovico Teixeira. **Revista UFG**, Junho 2009, Ano XI, nº 6.
- BORGES, Mauro. **Tempos idos e vividos**. Minhas Experiências. Goiânia: Lenght, 2002.
- BOTELHO, Tarcísio R. **Goiânia: cidade pensada**. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 2002, p.169-184.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas** (5a ed.). São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BRAGANÇA, Ubirajara Sampaio. Benedicta Cypriano Gomes é “Santa Dica” de Goiás: a camponesa que enfrentou o poder do Estado, da Igreja e dos coronéis. Niterói: **Revista de Trabalhos Acadêmicos** – Publicações Universo, n.17, 2018.
- BRASIL. Decreto no. 8.243/2014 Brasília, DF: Presidência da República.
- BRUNO, Regina Angela Landim. “Com a boca torta pelo uso do cachimbo”. Estado e empresários agroindustriais no Brasil in MOREIRA, Roberto José e COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. **Mundo Rural e Cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1987.
- CAMPOS, Francisco Itami. A política tradicional: 1930 a 1960 in SOUZA, Dalva Borges (org.) **Goiás: sociedade e Estado**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.
- CANUTO, Antônio. **Dom Tomás Balduino: Uma biografia política**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás. Instituto de Ciências Humanas e Letras. 1981.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo, República. In BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) **Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. Prefácio in LEAL, Victor –Nunes, **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

CASTILHO, Denis. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-Go-Brasil. Élisée – Goiânia: **Revista de Geografia da UEG**. 2009. 1(01), 117-139.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

COSTA, Cléria Botelho da. Posses e política: Goiás nos anos 60. **Revista de História**, nº134. Universidade de São Paulo, 1996.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 3ª ed. Goiânia: Editora da UFG, 2010

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Os caramujos contemporâneos da modernidade**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

CORNWALL, Andrea; ROMANO, Jorge; SHANKLAND, Alex. Posfácio. Culturas da política, espaços de poder: contextualizando as experiências brasileiras de governança participativa. In: ROMANO, J. O; ANDRADE, M. de P. e ANTUNES, M. (orgs). **Olhar Crítico sobre Participação e Cidadania: a construção de uma governança democrática e participativa a partir do local**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CURADO, Fernando Fleury. **Ocupação e assentamentos na Fazenda Rio Vermelho: a constituição do agricultor assentado na região de Goiás**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1998.

DIAS, Denise Oliveira; MIZIARA, Fausto; LAMEIRÃO, Camila Romeiro. The government of Getulio Vargas (1930-1945) and the political implications for Goiás. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 16, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i16.23652.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESTEVAM, Luis. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia: Ed. do Autor, 1998.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro**. 5 ed. São Paulo: Globo, 2012.

FORMAN, Shepard. **Camponeses – sua participação no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1979.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e paixão – a saga dos Caiado**. Editora Cãnone, 2009.

FUNES, Eurípedes. Goiás: 1808-1850. Um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: Ed. UFG, 1986 in CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade.** 3ª ed. Goiânia: Editora da UFG, 2010.

GOIÁS. **Plano Diretor Cidade de Goiás.** Prefeitura Municipal de Goiás, 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2014.

KECK, Margaret E. **PT – a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista.** Por uma política democrática radical. Brasília: CNPQ, 2015 (Coleção Contrassensos).

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEITE, Aine Thereza Borgi e SILVESTRE, Juliano Castro. Economia e cultura: um caso aplicado no município de Goiás. **Pragmatize** – Revista Latinoamericana de estudos em cultura. 10 (19), 324-349. v. 10 n. 19 (2020). <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v10i19.40798>

LIMA SOBRINHO, Barbosa. Prefácio. in LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LISITA JUNIOR, Ciro. Dicionário. Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. **Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930).** Veja (18/06/1986)

LUNARDI, Vera Lucia. **As organizações dos trabalhadores rurais (sindicato, associação, cooperativa) e a agricultura familiar** - uma reflexão sobre Goiás. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, 1999.

MACHADO, Maria Cristina T. **Pedro Ludovico Teixeira: um tempo, um carisma, uma história.** Goiânia, Cegraf/UFG, 1990.

MARIN, Joel O. B.; NEVES, Delma P. (Orgs.). **Campesinato e Marcha para Oeste.** Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.

MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil: lúmpen e místico.** São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Do PT das lutas sociais ao PT do poder.** São Paulo: Contexto, 2016.

MEDEIROS, Leonilde S. O sindicalismo rural nas últimas décadas. Mudanças e permanências. In OLIVEIRA, Roberto Veras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos Ferraz. **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MELLO, Marcelo. As ações de Getúlio Vargas e Pedro Ludovico no território goiano: Goiânia e a Marcha para o Oeste. **Anais do Colóquio Nacional Henri Lefebvre: Produção e Reprodução do Espaço Urbano nas Cidades Brasileiras.** v. 3, n. 1, 2013.

MIRANDA, Paulo Roberto. As bases sociais do PT em Goiás: estruturação e recrutamento político. In FERREIRA, Denise Paiva; BEZERRA, Heloísa Dias (orgs). **Panorama da Política em Goiás.** Goiânia: Ed. da UCG, 2008.

- MOREYRA, Sérgio Paulo. **Vida sertaneja, aspirações metropolitanas:** alunos da Universidade de Coimbra nascidos em Goiás. Goiânia: Editora UFG, 2015.
- NASCIMENTO, Silvana de Souza. **Faculdades femininas e saberes rurais.** Uma etnografia sobre gênero no interior de Goiás. (Tese de Doutorado) FFLHC/Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.
- OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. (2014). Um dia a igreja cai: a importância cultural dos templos religiosos na cidade de Goiás. In. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, Unesp, v.10, n.1, p. 28-47, janeiro-junho, 2014.
- OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. A percepção da mudança: os registros na cidade de Goiás. **História (São Paulo)**, v. 30, n.1, p.189-208, jan/jun 2011.
- OLIVEN, Ruben George. Identidade nacional: construindo a brasilidade in Botelho, André e SCHWARCZ. **Agenda brasileira.** Temas de uma sociedade em mudança, São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PALACÍN, Luis; MORAES, Maria Augusta de S. **História de Goiás.** 7 ed. Goiânia: Ed da UCG, Ed. Vieira, 2008.
- PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias 1889-1943.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.
- PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. **Política Ambígua.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 2010.
- PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. Os comícios e as políticas de facções. Rio de Janeiro: **Tempo Antropológico**, 1995.
- PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, Mariza (org.). **O dito e o feito.** Ensaio de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.
- PASSOS, Elder Camargo de. **Goyaz: de arrayal a patrimônio mundial.** Goiânia: Ed. Kelps, 2018.
- PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa.** Goiânia: Editora da UFG, 1999.
- POLETTTO, Ivo. **Biomass do Brasil:** da exploração à convivência. Brasília: Brasil, 2017.
- POLETTTO, Ivo; CANUTO, Antonio. **Nas pegadas do povo da terra.** São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Estudos.** São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1976.
- RODRIGUES, Fernando da Rocha. **Modernização agrária e transformação do catolicismo rústico em Goiás.** Goiânia: Kelps, 2013.
- SANTOS, Raymar Leite. **A modernização da agricultura em Goiás na perspectiva da pesquisa agropecuária.** (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Goiás. Departamento de História, 1998.
- SETTON, Maria da Graça Jacinto. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, v.15, n.1 2002.

SILVA, Maria Aparecida Daniel da. **Terra “Sem lei, nem rei”**: Goiás (1822-1850). Dissertação de mestrado. Goiânia. Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias, Universidade Federal de Goiás, 2000.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

SILVA, José Santana da. **A CPT regional Goiás e a questão sociopolítica no campo**, Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

SILVA, Rusvênia Luiza Rodrigues Batista da. **Sobre o camponês do sertão**: produção do espaço e identidade camponesa em assentamentos no município de Goiás. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Presidente Prudente, 2003.

SIQUEIRA, Marcello Rodrigues; VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. A dimensão política do desenvolvimento do município brasileiro de Goiás-GO (1937-2010). **I Seminário sobre políticas públicas e aspectos das mudanças institucionais no Brasil e em Goiás**. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, 2012.

SOUZA, Dalva Borges de. **Violência, poder e autoridade em Goiás**. Goiânia: Ed. da UFG, 2006.

SOUZA, Dalva Borges. O golpe em Goiás. In SOUZA, Dalva Borges, **Goiás: sociedade e Estado**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.

TAMASO, Izabela Maria. **Em nome de patrimônio**: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

TAMASO, Izabela. Paradoxos da Conservação Patrimonial na cidade de Goiás (Brasil): o debate cultural acerca dos lampiões e das pedras. In ROSAS, M., TOBAR, J.; ZARATE, A. (eds.): **Arte y Patrimonio Cultural**: inequidades y exclusiones. Cauca: Editorial Universidad del Cauca, 2011.

TEIXEIRA, Ana Beatriz; DUTRA E SILVA, Sandro; BERNARDES, Genilda Darc. Patrimônio cultural e turismo sustentável: Expectativas e percepções na gestão turística da cidade de Goiás. **Tourism & Management Studies**, vol. 1, 2013, pp. 17-30. Universidade do Algarves.

TRISTÃO, Roseli Martins **Formas de vida familiar na cidade de Goiás nos séculos XVIII e XIX**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1998.

VILAÇA, Marcos Vinicius; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Coronel, coronéis**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.